



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**Regionalismo transfronteiriço: O caso da fronteira
sul de Angola**

Ezequiel Israel Jonas

Doutoramento em Estudos Africanos

Orientadores:

Doutora Cristina Odete Udelsmann Rodrigues,
Investigador Sénior, Nordic África Institute

Doutor Luís Francisco dos Santos Gomes de carvalho,
Professor Auxiliar, ISCTE - IUL

Outubro, 2020

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

**Regionalismo transfronteiriço: O caso da fronteira
sul de Angola**

Ezequiel Israel Jonas

Doutoramento em Estudos Africanos

Orientadores:

Doutora Cristina Odete Udelsmann Rodrigues,
Investigador Sénior, Nordic África Institute

Doutor Luís Francisco dos Santos Gomes de carvalho,
Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Outubro, 2020

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Regionalismo transfronteiriço: O caso da fronteira sul de Angola

Ezequiel Israel Jonas

Doutoramento em Estudos Africanos

Júri:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente
Doutor Pedro João Borges Graça, Professor Associado,
ISCSP - Universidade de Lisboa

Doutora Alexandra Magnólia Dias, Professor Auxiliar,
FCSH - Universidade Nova Lisboa

Doutora Teresa Fidélis, Professor Auxiliar, Centro
de Estudos do Ambiente e Mar (CESAM)- Universidade
de Aveiro

Doutor Eduard Gargallo, Investigador Integrado
Doutorado, CEI-ISCTE - Instituto Universitário de
Lisboa

Doutor Eugénio da Costa Almeida, Investigador
Integrado Doutorado, CEI-ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa

Doutora Cristina Odete Udelsmann Rodrigues,
Investigadora Sénior, Nordic África Institute

Outubro, 2020

Aos meus pais, Guilherme Jonas Shikwambi (*in memoriam*),
pelo seu precioso exemplo de vida,
e Albertina Tomás.

A toda a minha família, minha motivação e força.

Agradecimento

Ao chegar ao fim desta jornada, gostaria de agradecer a colaboração e o contributo de entidades singulares e coletivas (instituições públicas e privadas), cujo envolvimento tornou possível a concretização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço a Deus, criador do universo, por me ter dado saúde, sabedoria, força e proteção ao longo desta trajetória, e cuja graça e bondade me alcançaram sempre.

À minha eterna gratidão aos meus orientadores, a Professora Doutora Cristina Udelsmann Odete Rodrigues e o Professor Doutor Luís Francisco dos Santos Gomes de Carvalho, que acreditaram em mim desde o início, percorreram comigo este caminho, me ofereceram os seus conhecimentos, me guiaram com rigor, me supervisionaram com grande dedicação e responsabilidade, com quem pude estabelecer um diálogo enriquecedor para receber a indispensável orientação; obrigado pelo vosso apoio incondicional.

No ISCTE-IUL, gostaria de agradecer aos Professores Eduardo Costa Dias e Ulrich Schiefer, por aceitarem a minha candidatura ao Doutoramento em Estudos Africanos, cujo fruto é esta investigação.

Gostaria de estender a minha gratidão aos professores e investigadores dos cursos de mestrado e doutoramento em Estudos Africanos, em particular a Ana Lúcia Sá, Ana Larcher Carvalho, Sílvia Roque, André Freire do Curso de Ciência Política, e Edalina Sanches, que transmitiram e partilharam os seus conhecimentos durante as aulas, seminários e conferências.

De igual modo, ao Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, na pessoa do seu Director, Dr. Luís Nuno Rodrigues, e aos membros do conselho científico, associando o pessoal do secretariado, por terem aceitado a minha candidatura a membro como investigador integrado, no ano de 2018.

Seria injusto não agradecer ao Professor Doutor Daniel C. Bach, Director de Investigação do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) e Professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordéus; ao Doutor Fredrik Söderbaum, Professor de Investigação sobre Paz e Desenvolvimento da Escola de Estudos, por ter fornecido bibliografias específicas para o enquadramento teórico, e pelos seus conselhos e encorajamento, que muito contribuíram para a realização desta investigação.

Foram, para mim, mais do que colegas e amigos, o Alexandre Costa Nascimento, Alzira Machado, Ana Rita Serqueira, Arnaldo Ramos, Basílio Ramos, Cristina Gemmino, Fátima Carneiro, Filomena Capela Correia Amaral, Gizele Cristina de Sousa Lobato, Ismael Mussa,

João Carlos Coloco, Joaquim Lima, Joelma Almeida, Kaian Lam, Lúcia Bayan, Magdalena Bialoborska, Marília Lima, Mojana Vargas, Mouzinho Mariano Lopes, Nádia Júlio, Noémia Pizarro, Ratmir Cuna, Renato Pereira, Rui Garrido, Rui Pinto, Simões Gomes, Victor Manuel Eustóquio dos Santos, pela convivência académica e o espírito de interajuda, sugestões, possibilidade de consulta, debate em relação aos temas de difícil compreensão, experiências que nos permitiram enriquecer os nossos conhecimentos.

O apoio de amigos e colegas foi decisivo na fase de construção de instrumentos de trabalho e recolha de dados, entrevistas, organização e realização do Workshop e das conferências na província do Cunene (Ondjiva e Namacunde), em particular da Dr.^a Natália Ramos, da Dr.^a Fátima Sombriereiro, e da Dr. Valeriano Martins Chitende; Também, Francisco Chumbo Mpheio. Também, Dr. Cláudio Ndongala, Eng.º Jesse Edson Lutumba, Salatiel, Thomas Gerald Reis Ossossangue, Virgílio Mateus, Pelásio Sambeni, Osvaldo Pequenino, Dr. António Gurgel, Dr. Apolo Ndinoulenga, Dr. Judas Tadeu, Dr. Nelson Ferreira Chitumbuleni Caleque, Celma Javala, Leu Adriano, Dr. Nelson João Tobias, e Jumilton Dala.

Gostaria certamente de agradecer aos participantes neste estudo, especialmente aos entrevistados de Ondjiva, município de Namacunde, na cidade de Santaclara (fronteira sul de Angola) e da República da Namíbia (região de Ohangwena, cidade de Helao Nafidi e aldeia de Oshikango), bem como aos participantes nas conferências, pela sua honestidade e opiniões enriquecedoras.

Os meus agradecimentos ao Gabinete Provincial de Educação do Governo do Cunene e ao IMAG-Instituto Medio de Administração de Ondjiva, na pessoa do Mestre Lúcio Ndinoite, Dr. Soraia Mateus, Dr. Domingos Oliveira, Eng. Lázaro Nhukwe, Dr. Paulo Wedeinge, Dr. Patrick Lupito, pelo seu apoio e autorização para prosseguir os meus estudos.

Adicionalmente, agradeço ao Dr. António de Jesus de Miranda Guedes, Dr. José Clemente Cabinda, Sr. Julião Filipe Dala, Pedro Hilifavali, Protásio Tuyoleni, Helena Rita Cassinda, Feliciano Songo pela sua força, coragem e motivação.

In memoriam, gostaria de fazer um agradecimento especial ao General Kundi Paihama, ex-Governador do Cunene, falecido no passado dia 24 de julho de 2020, pelo seu apoio financeiro durante o ano de 2019, e pelos seus conselhos e amizade.

Finalmente, agradeço à minha esposa, Marta Jonas, aos meus filhos, Guilherme Jonas, Messias Jonas, Madalena Jonas e Gabriel Jonas, pelo seu amor incondicional e compreensão infinita, ao longo deste processo.

Resumo

O regionalismo é uma ideologia política que procura integrar região ou regiões de forma a contribuir para o seu desenvolvimento económico, social, político e cultural. Para o efeito, foi realizada uma investigação para analisar a dinâmica de construção das microrregiões envolvidas nas fronteiras sul de Angola e norte da Namíbia. Este foi um estudo qualitativo, de conceção mista, com uma amostra de cento e trinta e cinco (135) sujeitos: cento e seis (106) de Angola e vinte e nove (29) da Namíbia; foram utilizados sete tipos de questionários, destinados a: atores de instituições comerciais, bancos, organismos oficiais, alfândegas, segurança, comerciantes informais, entre outros. Os resultados foram analisados tanto qualitativa como quantitativamente. Os resultados mostram que houve intercâmbios e cooperação nas áreas da defesa, segurança, comércio, energia, água, pesca, turismo e transportes, cultura comum; que têm uma política comum baseada no direito internacional, tal como acordos, como o acordo de conversão cambial, cuja aplicação não atingiu o resultado esperado de alcance do progresso desejado pelos países envolvidos. Neste sentido, conclui-se que, na microrregião do sul de Angola e do norte da Namíbia, os esforços que têm vindo a ser feitos não têm permitido o desenvolvimento local, a competitividade ou a mobilidade, nem a construção de infraestruturas regionais que garantissem o progresso das nações.

Palavras-chave: Regionalismo; microrregionalismo; fronteira; acordos bilaterais; Angola e Namíbia

Abstract

Regionalism is a political ideology that seeks to integrate a region or regions in order to achieve economic, social, political and cultural development. For this purpose, it was conducted an investigation in order to analyse the dynamics of the origin of the micro-regions located in the South Angola and North Namibia borders. This was a qualitative study, with a compound concept, using a sample of one hundred thirty-five (135) subjects: one hundred and six (106) from Angola and twenty-nine (29) from Namibia; it was used seven types of questionnaires, addressed to: commercial entities players, bancs, official organisms, banks, official organisms, customs, security, informal businessman, among others. Results were analysed both qualitatively and quantitatively. They show that there has been interchange and cooperation in the areas of defence, security, commerce, energy, water, fishing, tourism, transports and common culture; that they have a common politics founded upon international law, as well as agreements such as the currency conversion agreement, whose application didn't produce the expected results of achieving the desired progress for the countries involved. Therefore, it can be concluded that, in the micro-region of South Angola and North Namibia, the efforts that have been being made are not allowing local development, competitiveness or mobility, neither the construction of regional infrastructures, which could lead to nations development.

Keywords: regionalism, micro-regionalism, border, bilateral agreements, Angola, Namibia

Índice

Agradecimento	vii
Resumo	x
<i>Abstract</i>	xi
Introdução.....	1
Objetivos da investigação.....	3
Organização da tese.....	4
Capítulo 1. Regiões, regionalismos, fronteiras e transfronteiras: Visões e perspetivas	36
1.1. Região, regiões fronteiriças e transfronteiriças	36
1.1.1. Região.....	36
1.1.2. Regiões fronteiriças e transfronteiriças	41
1.2. Regionalismo.....	47
1.2.1. Regiões e regionalismo na perspetiva das relações internacionais.....	56
1.2.2. Regionalismo “antigo” e “novo” regionalismo	61
1.2.3. Regionalismos económicos na era da globalização.....	75
1.3. Integração	78
Capítulo 2. Regionalismo e microrregionalismo no continente africano e em Angola.....	83
2.1. Regionalismo em África.....	83
2.1.1. Contexto histórico do regionalismo em África.....	86
2.1.2 Estado atual do regionalismo em África	95
2.2. Regionalismo em Angola	99
2.2.1. Aspetos-chave do regionalismo em Angola na atualidade.....	102
2.2.2. Política territorial.....	104
2.3. Microrregionalismo: Criação e dinâmicas locais	117
2.3.1. Fronteira sul de Angola: Regiões e relações locais	117
2.3.2. Organizações regionais.....	118
2.3.3. Microrregionalismo: Perspetivas e prática	119
2.3.4. Relações Locais: Políticas e programas regionais	130
Capítulo 3. Análise do multilateralismo: Angola e Namíbia.....	139
3.1. Multilateralismo	139
3.1.1. Comunidades políticas: As Nações Unidas e a União Africana.....	142
3.1.2. Organizações de defesa e segurança: NATO, CGG e Atlântico Sul	143
3.1.3. Comunidades económicas, financeiras e comerciais.....	150
3.1.4. Organizações de desenvolvimento	170

3.2. Relações Bilaterais entre Angola e a Namíbia	174
Capítulo 4. Metodologia.....	179
4.1. Caracterização do campo de investigação: Províncias e municipalidades fronteiriças	179
4.1.1. Namibe – Angola.....	180
4.1.2. Cuando-Cubango – Angola	182
4.1.4. Ohangwena – Namíbia	188
4.1.5. Omusati – Namíbia.....	191
4.1.5. Okavango Oriental – Namíbia.....	191
4.1.6. Okavango Ocidental – Namíbia	191
4.1.7. Kaprivi, hoje Zambeze – Namíbia.....	191
4.1.8. Kunene (Kaokoland) – Namíbia.....	192
4.2. Paradigma epistemológico	194
4.3. Estratégia de investigação utilizada no presente estudo.....	198
4.4. Características da amostra	200
4.5. Entrevista com os participantes	206
4.6. Conceção metodológica da investigação.....	209
4.7. A fiabilidade da investigação	214
4.8. Procedimentos de recolha de dados.....	215
4.8.1. Instrumentos e processo de recolha de dados	216
4.8.2. Estudo piloto e questões éticas	218
Capítulo 5. Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	220
5.1. Análise dos dados: tipos de ator e questões específicas	220
5.1.1. Análise entrevista 1: Funcionários responsáveis pelos organismos públicos localizados na fronteira sul de Angola e norte da Namíbia.....	221
5.1.2. Análise da entrevista 2: Funcionários responsáveis pela instituição que controla a fronteira.....	222
5.1.3. Análise da entrevista 3: Agentes económicos oficiais, instituições financeiras, bancos comerciais, casas de câmbio.....	228
5.1.4. Análise da entrevista às autoridades tradicionais – Conhecedores da história da região fronteiriça sul de Angola	231
5.1.5. Análise do questionário aos agentes económicos, transitários (comerciantes, empresários, e outros).....	233
5.1.6. Análise do questionário aos kinguileiros.....	235
5.1.7. Análise do questionário aos transportadores (não oficiais)	239
5.2. Análise global.....	245
5.3. Relações transfronteiriças e regionais	248
5.3.1. Cooperação e colaboração.....	248
5.3.2. Aspetos socioculturais	252

5.3.3. Política Comum.....	253
5.3.4. Administração	254
5.3.5. Segurança e controlo	256
5.3.5. Economia Comum.....	258
5.4. Agentes económicos: banco, entidades reguladoras e cambiais.....	259
5.5. Comércio regional	261
Conclusões	263
Referências bibliográficas	269
ANEXO A – Caracterização económica da fronteira sul de Angola e norte da Namíbia	293
ANEXO B – Acordos de cooperação entre Angola e Namíbia.....	296
ANEXO C – Imagens do trabalho de campo	301
ANEXO D – Modelos dos questionários	316

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AFDB	African Development Bank
AFT	Fórum de Comércio Agrícola
AGOA	Lei de Crescimento e Oportunidade de África dos E.U.A.
AGT	Administração Geral Tributária
AIDP	Reforço do Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas de África
AIF	Associação Internacional de Fomento
AIG	American International Group
AKZ	Kwanza
AUCIL	Comissão de Direito Internacional da União Africana
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAI	Banco Angolano de Investimentos
BFA	Banco de Fomento de Angola
BIC	Banco Internacional de Comércio
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNA	Banco Nacional de Angola
BON	Banco da Namíbia
BPC	Banco de Poupança e Crédito
BRICS	Agrupamento de Países de Mercado Emergente
CAADP	Programa Geral para o Desenvolvimento da Agricultura em África
CAO	Comunidade da África Oriental
CCC	Comité Misto de Cooperação
CCG	Comissão do Golfo da Guiné
CDCS	Comissões Mistas de Defesa e Segurança
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahelo-Sahariana
CER	Comunidades Económicas Regionais
CFA	União Aduaneira da África do Sul
CFI	Sociedade Financeira Internacional

COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Meridional
ECOSOC	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
FACE	Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNB	First National Bank
GATT	Acordo Geral Sobre Pautas Aduaneiras e Comércio
HGSF	Home – Grown School Feeding
ICGLR	International Conference On The Great Lakes Region
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IGADD	Autoridade Intergovernamental para a Seca e o Desenvolvimento
IPDF	Fórum Empresarial dos Povos Indígenas
KEVE	Banco Keve
KFOR	Força do Kosovo
MAPESS	Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social
MERCOSUR	Mercado Comum da América do Sul
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MW	Megawatts
NARC	Capacidade Regional da África Setentrional
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NCCI	Câmara de Comércio e Indústria da Namíbia
NEPAD	Nova Aliança para o Desenvolvimento de África
NMA	Associação Industrial Namibiana
NMF	Nação Mais Favorecida
NSF	Fundação Nacional da Ciência
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODP	Organização de Defesa Popular
OKACOM	Comissão Permanente da Água da Bacia do Okavango
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMGI	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
OUA	Organização da Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto
PIDA	Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas para África
RDC	República Democrática Do Congo
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADDC	Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
SGPC	Sistema Global de Preferências Comerciais
SPSS	Statistical Package For The Social Sciences
SWAPO	Organização Popular do Sudoeste Africano
TKMI	Trans-Kunene
TLCAN	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
UA	União Africana
UAAM	União Aduaneira da África Meridional
UAE	União Aduaneira da África do Sul
UE	União Europeia
UEE	Decreto 50/80 Criação da Companhia Nacional da Lotaria de Angola
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UMA	União do Magrebe Árabe
UNCIO	Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
USD	Dólar dos Estados Unidos
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
WCCNA	Comissão Conjunta de Cooperação Angola-Namíbia
ZCL	Zonas de Comércio Livre
ZEEC	Zona Económica Especial de Calueque
ZMA	Zona Monetária da África Ocidental
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
ZPCAS	Zona De Paz e Cooperação Do Atlântico Sul

Índice de quadros

Quadro 1.1 Diferenças entre “velho” e “novo” regionalismo (Aldecoa e Cornago, 1998)	67
Quadro 2.1 Províncias da República de Angola (Embaixada da República de Angola no Reino de Espanha, 2019)	109
Quadro 2.2 Principais indicadores macroeconómicos	111
Quadro 5.1 Distribuição dos inquiridos (Angola – Namíbia) por género, segundo o país ...	201
Quadro 5.2 Medições de tendência central segundo idade (Angola – Namíbia)	201
Quadro 5.3 Distribuição dos inquiridos (Angola – Namíbia) segundo idade	202
Quadro 5.4 Distribuição dos inquiridos (Angola – Namíbia) segundo a localização geográfica	202
Quadro 5.5 Distribuição dos inquiridos (Angola) por sexo segundo a atividade (Cargo / função / ocupação)	203
Quadro 5.6 Distribuição dos inquiridos (Namíbia) por sexo segundo a atividade	204
Quadro 5.7 Extratos das entrevistas a organismos públicos e responsáveis das instituições que controlam a fronteira	224
Quadro 5.8 Idade dos inquiridos.	235
Quadro 5.9 Há quanto tempo está no negócio da troca de dinheiro.....	235
Quadro 5.10 As instituições públicas / privadas normalmente compram dinheiro para os seus negócios.....	236
Quadro 5.11 Quem são os seus principais clientes: Residentes ou não residentes.	236
Quadro 5.12 Sabendo que a sua atividade principal não é legal, como lida com os desafios diários?	237
Quadro 5.13 O acordo de conversão entre os dois países teve ou não impacto na sua atividade.	237
Quadro 5.14 Está ciente dos riscos envolvidos no desempenho das suas funções?.....	237
Quadro 5.15 Exerce outra atividade para além da troca da moeda	238
Quadro 5.16 Idade dos Roboteirios.....	240
Quadro 5.17 Há quanto tempo trabalha na zona fronteiriça?.....	240
Quadro 5.18 Entradas diárias.	240
Quadro 5.19 Saídas diárias.....	241
Quadro 5.20 Valor cobrado por viagem.....	241
Quadro 5.21 Valor arrecadado mensalmente.	242

Quadro 5.22	Impacto do acordo na atividade.	242
Quadro 5.23	Satisfação com o exercício da atividade.	242
Quadro 5.24	Satisfação com o trabalho diário, com os seus ganhos e com o seu bem-estar.	243
Quadro 5.25	Conhecimento de causa dos riscos da atividade.....	243
Quadro 5.26	Exerce outra atividade.	243
Quadro 5.27	Exerce outra atividade, que atividade?.....	244
Quadro 5.28	Caso tivesse oportunidade de ter emprego formal, no público ou no privado, mudaria de profissão?.....	244
Quadro 5.29	Principais desafios com que se deparou no exercício das suas funções.....	245
Quadro 5.30	Categorias e subcategorias de análise global	247
Quadro A.0.1	Instituições públicas, privadas e serviços informais existentes na fronteira sul de Angola (Santaclara).....	293
Quadro A.0.2	Instituições públicas e privadas e o sector informal existentes na fronteira norte da Namíbia (Oshikango)	294
Quadro B.1	Acordos de cooperação entre Angola e Namíbia	296

Índice de figuras

Figura 1.1 Regionalismos económicos no mundo (Morales (2008) citado por Rodríguez e Ochoa (2017))	77
Figura 2.1 Grupos étnicos em África(Agência Central de Informações (CIA, 2019)	104
Figura 2.2 Divisão de África em regiões de acordo com as Nações Unidas(Wikimedia, 2019)	105
Figura 2.3 Mapa de Angola (Amado, 2015)	107
Figura 2.4 Estrutura do sistema financeiro angolano (Casanovas e Fortes, 2009)	114
Figura 4.1 Países membros da Comissão do Golfo da Guiné (Comissão do Golfoda Guiné, 2020)	145
Figura 4.2 Países membros do Espaço de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Palácios, 2018).	148
Figura 4.3 Fronteira Angola / Namíbia	175
Figura 5.1 Província Sul de Angola e Região Norte da Namíbia.....	179
Figura 5.2 Santa Clara – Posto Fronteiriços de Oshikango.....	188
Figura 5.3 Oshikango	190
Figura C.1 [22-09-2014] Cerimónia de Assinatura do Memorando do Acordo de Conversão Monetária, Santa Clara (Angola).	301
Figura C.2 [18-06-2015] Ato de Assinatura do Acordo de Conversão Monetária, Oshikango (Namíbia).	301
Figura C.3 [18-06-2015] Ato de Assinatura do Acordo de Conversão Monetária, Oshikango (Namíbia).	301
Figura C.4 [18-06-2015] Governadores do Banco Nacional de Angola e Banco da Namíbia – Governador do Cunene; Governador de Ohangwena.	302
Figura C.5 [18-06-2015] Participantes do Ato de Assinatura do Acordo de Conversão Monetária.	302
Figura C.6 Ponto Aduaneiro de Santa Clara, entrada para Namíbia.	303
Figura C.7 Entrevista no posto de entrada para Namíbia (OSHIKANGO) com ou sem documentos, com bebés ao colo ou nas costas.....	303
Figura C.8 Saída da Namíbia para Angola. Senhoras com diversos produtos para os camiões.	303

Figura C.9 Saída da Namíbia Para Angola. Senhoras com diversos produtos para os camiões.	304
Figura C.10 [02-12-2015] Entrevista coletiva com os moto-taxistas – No posto fronteiriço de Santa-Clara (Angola).....	304
Figura C.11 Entrevista com os moto-taxistas.....	304
Figura C.12 Entrevista com os moto-taxistas.....	305
Figura C.13 Entrevista com os moto-taxistas.....	305
Figura C.14 Entrevista com os kinguileiros, em Santa Clara (Angola).	305
Figura C.15 Entrevista com os kinguileiros, em Santa Clara (Angola).	306
Figura C.16 Entrevista com os kinguileiros, em Santa Clara (Angola).	306
Figura C.17 Entrevista com os kinguileiros, em Santa Clara (Angola).	306
Figura C.18 Avenida principal de Santa Clara (Angola).	307
Figura C.19 Avenida principal de Santa Clara (Angola).	307
Figura C.20 Vista da povoação de Santa Clara.	307
Figura C.21 Posto Aduaneiro de Santa Clara (Angola).	308
Figura C.22 Parque Aduaneiro da AGT do Posto Fronteiriço de Santa Clara (Angola).	308
Figura C.23 Parque Aduaneiro da AGT do Posto Fronteiriço de Santa Clara (Angola).	309
Figura C.24 Pontos de travessia: Fronteira de Santa Clara (Angola) – Oshikango (Namíbia).	309
Figura C.25 Vista ao Posto Fronteiro de Oskikango.....	310
Figura C.26 [15-12-2015] Entrevista individual com uma autoridade tradicional do Município de Namacunde.	310
Figura C.27 [31.12.2015] Entrevista individual com o senhor João Lopes em Ondjiva.	311
Figura C.28 Apresentação do preletor. Ao Centro, Mestre Lúcio Ndinoit e, à esquerda, Dr. Celso Malovoloneke.....	312
Figura C.29 Preletor Ezequiel Israel Jonas.	312
Figura C.30 Participantes: Segundo Comandante Província da Polícia Nacional do Cunene, Cônsul da República de Angola em Oshakati, Diretor do Serviços de Investigação Criminal, Representante da Administração Geral Tributária.	313
Figura C.31 Participantes: Vice-Governador p/Sector Económico, nacionalista Dodé Gil, Mestre Apolo Ndinoulenga (Administrador de Namacunde) e Dr. Vicente, Diretor da Cultura.	313
Figura C.32 Intervenção do Dr. EleutérioNhivilikwa.	314

Figura C.33 Intervenção do Cônsul da República de Angola em Oshakati (República da Namíbia) sobre a migração legal e ilegal dos angolanos.	314
Figura C.34 Intervenção do Diretor dos Serviços de Investigação Criminal.....	315
Figura C.35 Interversão da Senhora Eugenia Fudeni, Princesa de Ohiole	315

Introdução

A presente tese é enquadrada no âmbito do Doutoramento em Estudos Africanos intitulada “*Regionalismo Transfronteiriço: O caso da fronteira sul de Angola*”. A mesma foca-se no estudo e análise da articulação de iniciativas transfronteiriças atualmente em curso na fronteira sul de Angola e norte da Namíbia a nível micro com iniciativas transfronteiriças de nível macro que se estão a materializar na região da África Austral (especificamente na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral “SADC”). Deste modo, a modernização das economias africanas é muito recente e tem preservado a lógica dos modelos europeus. Sendo assim, o regionalismo no continente africano tem sido um tema de debate a nível académico, na história, nas ciências políticas, nas relações internacionais em geral nos estudos africanos em particular na política.

Nesta perspectiva, do ponto de vista histórico, o regionalismo teve início após a segunda guerra mundial, mudando o seu paradigma e ganhando força durante a guerra fria. Neste contexto, no final da guerra fria torna-se um tema pertinente na pauta das discussões das cimeiras continentais e internacionais como resultado do fenómeno globalização com vista a proteção territoriais e das economias.

No continente Africano, desde o surgimento da Organização da Unidade Africana (OUA) até à União Africano (UA) foram várias tentativas para construção de um regionalismo africano mas as elites esqueceram-se dos fundamentos dos estados nacionais para o impulso da política regional. Assim, o regionalismo em africa para algumas regiões em vez de criar resposta para os verdadeiros problemas do continente resume-se em princípios de apelação dependendo de programas externos de estados nacionais o que impossibilita proteger os interesses do continente.

No que tange o regionalismo em Angola, o país é membro da Comissão do Golfo da Guiné, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, da Região dos Grandes Lagos, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, da Comunidade Económica dos Estados da África Central, da Comunidade da África Austral entre outras. Deste modo, Angola não participa apenas no regionalismo na sua forma macro mas também de forma micro como é o caso da Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango, da futura Barragem de Baynes entre outros que será afluída a posterior.

Objeto de estudo

O objeto de estudo circunscreve-se no regionalismo transfronteiriço onde vai-se procurar o observar dinâmica de construção dos microrregionalismos envolvidos na fronteira sul de Angola e norte da Namíbia bem como a articulação com as macrorregiões e a sua ligação à integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Por conseguinte, o estudo faz parte de uma área de conhecimento das ciências sociais, na especialidade de Economia Política do Regionalismo, um subramo das Relações Internacionais desenvolvida no âmbito do Doutoramento em estudos africanos tendo em conta uma abordagem multidisciplinar.

Justificativa

Para a escolha deste tema de investigação concorreu diversas motivações. Neste caso, o primeiro está ligado a própria história pessoal e o percurso da vivência de situações profissionais enquanto funcionário diplomático e posterior no governo provincial do Cunene. O segundo aspecto é o facto de se considerar necessária uma reflexão que revele os desafios e expectativas de abordar questões relacionadas com integração regional em particular do regionalismos transfronteiriços a nível do continente africano.

Outrossim, o facto de existirem poucos estudos sobre o regionalismo em Angola, em geral, e sobre as micro-regiões, em particular, portanto, contribuirá para abrir um leque de opções e possibilidades de novas incógnitas em torno do microrregionalismo, não só em Angola, mas também nas várias nações do continente africano.

Nesse sentido, a partir da revisão bibliográfica e documental sobre o tema em questão, autores como Almeida (2011 e 2013), Joveta (2011), Bernardino (2011), Estéfan (2014), Pegado (2014), entre outros, fazem uma abordagem sobre as macrorregiões no continente nomeadamente na Comissão do Golfo da Guiné, na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, na Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, entre outras, orientadas para a área da paz e segurança.

Neste sentido, a partir desta incursão foi possível cruzar com o estudos sobre micro-regionalismo de sob a forma de um enclave Wilson & Mwaka (2003) onde faz uma análise de Cabinda procurando estabelecer relações pacíficas (económicas e políticas) com outras regiões de dimensões variáveis. Outros estudos existentes abordam a relação entre espaços sociais na mesma região, mas fazem-no numa perspectiva centrada nos territórios/zonas fronteiriças (i.e., os chamados estudos de fronteira), como é o caso das obras de Rodrigues (2007) e Zeller (2009).

Problematização

O fenómeno de formação de uma microrregião no sul de Angola e no norte da Namíbia está abrangido por acordos bilaterais em que as partes beneficiariam comercial, económica, política e culturalmente. Desta forma, os acordos foram assinados para a sua execução, mas a sua aplicação não tem demonstrado ainda a articulação e integração de forma visível, no que se refere ao progresso socioeconómico consubstanciado na melhoria das condições de vida dos habitantes da zona fronteiriça do sul de Angola e norte da Namíbia.

Um outro aspeto prende-se com a não constatação de uma microrregião com redes e sistemas sociais sólidos que garantam a prosperidade da aplicação dos acordos em termos das relações comerciais, económicas, sociais, políticas e culturais em geral, da cooperação e da integração que deveriam existir entre eles. Contudo, à luz da realidade, o problema que se coloca é que tais acordos não têm sido suficientemente eficazes e eficientes para alcançar os objetivos que foram fixados. Perante esta situação levou as questões iniciais abaixo para operacionalizar a investigação.

Questões iniciais:

1. Qual é o panorama teórico relacionada com o regionalismo e microrregionalismo na perspectiva das relações internacionais?
2. Como é o regionalismo e microrregionalismo no continente africano e em particular em Angola tendo em conta os conceitos do antigo e novo regionalismo?
3. Como se desenvolveu as dinâmicas de construção da microrregião que engloba a área da fronteira sul de Angola e a sua articulação com as macrorregiões?

Objetivos da investigação

Aliado as questões iniciais, foi necessário investigar o regionalismo transfronteiriço no fronteira sul de Angola. Deste modo, o **objectivo geral** desta tese consistiu em analisar as dinâmicas de construção dos microrregionalismos na fronteira sul de Angola com vista à integração regional e à sua articulação com as macrorregiões que cobrem directamente essa área geográfica. Para que se alcance este objetivo, definiram-se como **objetivos específicos**:

- Caracterizar o panorama teórico relacionada com o regionalismo e microrregionalismo na perspectiva das relações internacionais;

- Descrever o regionalismo e microrregionalismo no continente africano e em particular em Angola tendo em conta os conceitos do antigo e novo regionalismo;
- Compreender as dinâmicas de construção da microrregião que engloba a área da fronteira sul de Angola e a sua articulação com as macrorregiões.

Organização da tese

A presente tese está estruturada em cinco capítulos: No primeiro capítulo, discorre-se sobre o panorama teórico, definições e conceitos onde desagrega aspetos fundamentais em torno dos conceitos de região, regiões fronteiriças e transfronteiriças, do regionalismo, das regiões e do regionalismo na perspetiva das relações internacionais, do antigo e do novo regionalismo.

O segundo capítulo está relacionado com o regionalismo no continente africano e em Angola no qual fez-se uma análise detalhada do contexto histórico do regionalismo em África, do regionalismo em Angola e dos seus aspetos fundamentais. No terceiro capítulo abordou-se sobre o multilateralismo entre Angola e Namíbia, ressaltando as grandes comunidades políticas - Nações Unidas e União Africana, organizações de defesa e segurança (NATO, CGG e Atlântico Sul), comunidades económicas, financeiras e comerciais, organizações de desenvolvimento, bem como apresentou-se uma perspetiva sobre as relações bilaterais entre os dois países.

No quarto capítulo tratou-se da metodologia em que descreveu-se o desenho da investigação e suas estratégias bem como os participantes do estudo. Finalmente, no último capítulo, discorreu-se sobre a análise e discussão dos dados recolhidos. Por fim, teceu-se as devidas conclusões do estudo, seguidas das referências, apêndices e dos anexos.

Capítulo 1

Regiões, regionalismos, fronteiras e transfronteiras: Visões e perspectivas

Ao tratar da questão do regionalismo, é evidente que há necessidade de especificar algumas conceptualizações de termos e processos a ele intimamente ligados. Assim, é impossível desenvolver o tema da integração regional sem se concentrar no regionalismo. Este capítulo teve como finalidade caracterizar o panorama teórico relacionado com o regionalismo e microrregionalismo na perspectiva das relações internacionais.

Desta forma, revê os conceitos teóricos de região, fronteira, integração regional e regionalismo, a partir do estabelecimento de relações e articulações entre eles, a fim de compreender a origem, significado e relevância dos agrupamentos de carácter regional entre estados na busca de benefícios comuns em múltiplas dimensões.

1.1. Região, regiões fronteiriças e transfronteiriças

Indistintamente, os conceitos de “regionalismo” e “regionalização” são frequentemente utilizados como sinónimos de integração económica sob a perspectiva do quadro da economia política mundial, o que sugere a necessidade de os especificar, tendo em conta que o regionalismo pode englobar dimensões mais amplas não necessariamente ligadas à integração económica, relacionadas com a política externa e as relações internacionais.

Bernal (2009, p. 3) sugere que estas duas expressões parecem referir-se “ao mesmo fenómeno que faz parte do novo contexto da economia global e que possivelmente tende a fragmentá-lo; juntamente com outra interpretação que procura identificar nele componentes derivados do próprio processo de globalização”. Da mesma forma, o conceito e o conteúdo da “região” são essenciais para a compreensão do estudo do regionalismo (Grant e Söderbaum, 2003, p. 5; Hettne e Söderbaum, 2010, p. 461).

1.1.1. Região

Apesar do amplo interesse pelo regionalismo, não há consenso sobre sua definição, em parte como resultado da falta de acordo conceitual sobre o que constitui uma região (Mansfield e Solingen, 2010). O alcance da noção de região tem sido objeto de inúmeras controvérsias e debates, gerando diversos significados entre economistas, geógrafos, cientistas sociais ou historiadores, que costumam usar o termo tanto para designar uma área de atividade produtiva

(como, por exemplo, a região agrícola) quanto uma área geográfica específica, como a referente a um Estado (Breitbach, 1988; Gonçalves, 2000; Espejo, 2003).

Sob tais pressupostos, a região tem sido contextualizada como uma categoria analítica de interesse político e económico (Sepulveda, 2001), definida em termos genéricos como uma área do mundo composta por países vizinhos que, do ponto de vista internacional, são considerados social, económica ou politicamente interdependentes (*Oxford English Dictionary*, 2015).

A partir das Ciências Sociais, as regiões têm sido estudadas, a partir de diversas visões teóricas em sua evolução (Alfred Weber, Losch e Christaller, Perroux, Friedman e Weaver, Markussen e Gore, Scout e Storpe, Krugman e Obstfeld, Masahisa, Krugman e Venables, citados por Mellado, 2013); o que levou ao surgimento de diferentes abordagens e abordagens para sua interpretação e análise; este é um conceito multivalente e, portanto, carregado de flexibilidade. A imprecisão metodológica¹ tem sido a causa pela qual, em muitas ocasiões, as regiões acabam se acoplando ao que é mais conveniente para o pesquisador, segundo o que ele está estudando (Van Young, 1991). No entanto, “além das discordâncias metodológicas, o que importa na análise social são os processos (económicos, políticos e sociais) que ocorrem em um espaço e não este último como uma prioridade de pesquisa” (Morales, 2007, p. 2).

Inicialmente, a preocupação estava centrada no conhecimento dos espaços regionais, bem como na sua descrição, sem aprofundar o método ou os critérios de delimitação utilizados (Juillard, 1962). No entanto, desde a segunda metade do século XX, o conhecimento científico desses espaços tem sido insuficiente, uma vez que a metodologia e mesmo as projeções de aplicação são de interesse para o planeamento regional (Espejo, 2003). Dependendo disso, foram adotados critérios naturais, históricos, económicos, funcionais, sistémicos, políticos ou administrativos que, por sua vez e em termos gerais, tentam definir a delimitação de um espaço homogéneo, constituído por realidades semelhantes; ou heterogéneo, mas baseado numa certa unidade.

No entanto, a atual configuração espacial das atividades produtivas e comerciais leva à reorganização do espaço que pode ser interpretado como um “produto social”, composto de configuração territorial e dinâmica social. A configuração territorial, refere-se ao “conjunto de elementos naturais que foram modificados, ou são, através da ação do homem”; e a dinâmica social, ao “conjunto de relações que se estabelecem numa sociedade num determinado tempo e lugar” (Santos, 1996, p. 62). Consequentemente, a ocupação e os usos dos territórios sofreram

¹ Esta imprecisão metodológica é talvez mais acentuada na história, particularmente na chamada história regional. O próprio Van Young (1991, p. 99) se tornou presa desta indefinição ao assinalar, através de uma metáfora, que as regiões são como o amor "difícil de descrever, mas nós as reconhecemos quando as vemos".

uma notória transformação, não só do seu conteúdo físico, mas também das suas construções histórico-culturais, com o objetivo de alcançar um reposicionamento espacial adequadamente competitivo (Mellado, 2013).

Em termos idealistas, Macridis e Hulliung (1996), abordam o conceito de região sob o pressuposto de que a região “é uma determinada área geográfica que compreende um número de Estados em que existem práticas e crenças comuns”, e dentro da qual coexistem formas de comunicação sólidas e diferentes, tanto económicas quanto pessoais. Assume-se e espera-se que, dentro de uma determinada região, assim definida, “o vínculo e os valores regionais promoverão a cooperação e inibirão os conflitos entre os diferentes Estados-Nação”. Na verdade, isso tende a “assumir que os valores regionais e os arranjos institucionais poderiam substituir as entidades nacionais, eventualmente levando a instituições e lealdades regionais” (citado por Massó, 2009, p. 107).

Para Espejo (2003), “a região é uma construção intelectual ou, pelo contrário, tem sua própria vida, é uma entidade real, objetiva; ou seja, existe no espaço e se distingue por suas próprias particularidades que o pesquisador tem que descobrir” (Espejo, 2003, p. 3). Em particular, segundo Amado (2018, p. 50), o termo região parece aludir a “um número limitado de Estados que estão geograficamente ligados e que têm um alto grau de interdependência entre si”.

Na verdade, a definição mais comum é espacial e alude à região como um “grupo de Estados reunidos numa área geograficamente especificada” (Mansfield e Milner, 1999, p. 590). No entanto, esta definição é discutível porque muitas vezes não dá nenhuma indicação de onde uma região está ou termina, e onde começa uma nova região. Além da proximidade espacial, critérios adicionais, parcialmente mais abrangentes, devem ser aplicados, com foco nas similaridades linguísticas, religiosas, económicas, socioculturais e políticas ou conexões históricas dos Estados de uma região (Mansfield e Milner, 1999; Söderbaum, 1998, 2000).

Entre alguns dos estudos mais conhecidos, por exemplo, Russett (1967) define uma região baseada na proximidade geográfica, na homogeneidade social e cultural, em atitudes políticas e instituições políticas compartilhadas e na interdependência económica. Deutsch et al. (1957) assumem altos níveis de interdependência em múltiplas dimensões, incluindo transações económicas, comunicações e valores políticos, úteis para determinar se um grupo de países constitui uma região. Thompson (1973) argumenta que as regiões incluem estados geograficamente próximos, que interagem amplamente e compartilham percepções de vários fenómenos.

Embora seja evidente que a geografia é a base da maioria das definições acima, alguns autores também conceituam as regiões em termos não geográficos. Considerando que o espaço geográfico é um híbrido (Latour, 1994), uma combinação de “coisas materiais (naturais e historicamente construídas) e normas (sociais, políticas, jurídicas, económicas, culturais) que regulam o uso, o acesso e a propriedade de tais coisas” (Castillo e Frederico, 2010, p. 17), a intenção de Haesbaert (2005) de regionalizar o espaço geográfico como uma totalidade tendo em conta um padrão exclusivo de elementos estruturantes constitui um erro.

As definições comportamentais enfatizam que a prática e a interação políticas podem alterar a posição da oposição; como diz Katzenstein (2005, p.9)², “regiões politicamente transformadas”. Solingen (1998) destaca a região como a outra perspectiva de estratégias e práticas de diferentes coalizões políticas domésticas, apontando que o escopo de uma região é o mesmo que o dos membros da coalizão dominante; portanto, ela está sujeita à redefinição contínua através da expansão para outras regiões, através da mudança da coalizão doméstica para estratégias maiores.

Poder-se-ia então afirmar que as regiões são "comunidades imaginadas cujas identidades são artificialmente construídas e promovidas para um conjunto específico de fins políticos" (Hurrell, 1996, p. 212). No entanto, a regionalização como processo é a encarregada de articular essas regiões orientadas para o alcance de um determinado objetivo; sendo considerada por alguns como um contrapeso à globalização económica, pois é assumida como reação às regras económicas desarmónicas, a-democráticas e inexoráveis da dinâmica global, que têm motivado a criação de blocos regionais, em oposição à harmonização dos interesses neoliberais para favorecer esquemas e lealdades nacionais (ou regionais)³. O processo também pode ser interpretado “como a negociação de uma única cultura ou ideologia e como a promoção de formas alternativas ou plurais de organizações sociais e políticas” (Kacowicz, 1998, p. 7).

² Para Katzenstein (2005), o conceito de região refere-se a dimensões que ligam campos geográficos e simbólicos. Estes podem ser rastreados em padrões de interdependência de diferentes tipos e até mesmo na prática política. Uma região pode refletir o poder e as propostas dos Estados. Este autor aponta que existem três abordagens ao conceito de região: a materialista, focada nas teorias clássicas da geopolítica; a ideológica, baseada nas teorias críticas da geografia e aquela que se refere às teorias do comportamento. Neste último ponto converge com a abordagem que Väyrynen (2003) faz em relação à divisão da região funcional, em relação ao cultural. Ele também argumenta que, no caso das potências hegemónicas, fundamentalmente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, seu espaço ou esfera de influência deve ser considerado como regiões onde o exercício de seu poder era, em muitas ocasiões, não-territorial.

³ A criação de blocos económicos regionais estaria em oposição à criação de um multilateralismo económico, entendido como uma forma institucional que coordene as relações entre três ou mais Estados com base em princípios gerais de conduta, ou seja, princípios que especifiquem uma conduta adequada para uma classe de ações, sem levar em consideração os interesses particulares das partes ou as necessidades estratégicas que possam existir em qualquer situação específica (Ruggie, 1993, p. 11).

Além disso, sob a visão de que a regionalização é um processo complementar de globalização, o seu estudo tende a ser orientado para a consideração de padrões históricos, onde as regiões devem ser assumidas como os principais eixos da regulação e organização dos aspetos políticos e económicos. Analogamente ao que acontece na análise da globalização, os Estados-nação tendem a adaptar-se a uma dinâmica diferente na qual se requer “a refuncionalização num corpo de maiores dimensões e com necessidades funcionais de maior complexidade” (Pipitone, 1996, p. 127).

Uma das vantagens da análise da regionalização, segundo pesquisadores como Hettne (1997), Mittelman (1996) e Pipitone (1996), é sua contribuição para a formação da estrutura mundial e, segundo os dois primeiros autores, o fato de que, graças a ela, haveria também um referente multidimensional ligado à análise da globalização. A regionalização envolve uma tendência para o aumento das afinidades e da homogeneidade gradual associada aos aspetos culturais, de segurança, de política económica e de regime político (Hettne, 1997). Da mesma forma, dentro do processo de regionalização, o aspeto económico tem maior significado e há três aspetos que o propiciam (Pipitone, 1996):

a) A impossibilidade de manter um sistema unipolar, ou seja, a emergência de uma sociedade de risco ou a emergência de um novo regionalismo numa situação mais multipolarizada (Hettne, 1997, Held e McGrew, 2003).

b) A emergência de novos atores nacionais com uma conformação que quebra estruturas e circuitos produtivos, financeiros e comerciais.

c) O agravamento dos problemas globais que transcendem as capacidades dos Estados.

Assim, na análise da regionalização, esse fenómeno pode ser concebido “como um processo complementar, ou, pelo menos, paralelo, ao processo de globalização e que tem uma contrapartida expressa através de um projeto político denominado regionalismo ou integração regional” (Morales, 2007, p. 3), que surge como uma alternativa para o enfrentamento dos problemas globais que possibilita um maior nível de formulação e coordenação de objetivos coletivos entre grandes áreas (Pipitone, 1996). A região é, deste modo, interpretada como o conceito de integração política, económica e social por excelência (Haesbaert, 2009).

Em suma, a região constitui uma dimensão espacial no contexto das Relações Internacionais que adquiriu identidade própria e que molda o cenário do regionalismo e da cooperação regional. Sem essa camada, esses outros fenómenos não fariam sentido, nem

poderiam ser compreendidos; nem o interesse das unidades estatais pela integração regional teria qualquer lógica (Murillo, 2014, p. 7).

1.1.2. Regiões fronteiriças e transfronteiriças

No que diz respeito às definições e conceitos de regiões fronteiriças e transfronteiriças especificamente, saliente-se, em primeiro lugar, que, ao longo da história, a noção de fronteira sofreu alterações de acordo com os diferentes significados que lhe foram atribuídos pela disciplina. A evolução da ideia de fronteira é consideravelmente ampla e remonta à antiguidade, tornando a variabilidade dos conteúdos evidente no tempo (Tapia, 2017). Durante o Império Romano e sob a política de expansão, a distinção entre civilização e barbárie era o elemento central e protagonista da hierarquização dos espaços dominados. *A posteriori*, na Idade Média, o sistema feudal concentrou os seus esforços no controlo e defesa dos povos e territórios, mais do que na delimitação dos espaços.

Do ponto de vista das Relações Internacionais, a fronteira é concebida, em termos limítrofes, como uma linha divisória entre dois Estados; por isso, é dotada de um carácter principalmente jurídico, que se torna perfeitamente notável através das convenções internacionais ligadas à geometria das fronteiras. Assim, a fronteira não é apenas um conceito, mas também uma realidade física, visível e tangível, o que implica um cenário de ação partilhada em que se desenvolve uma trama consistente de relações sociais, culturais e económicas; é um espaço que pode ser delimitado aproximadamente e/ou transitoriamente, concedendo-lhe uma condição essencialmente convencional (Mbala, 2008).

A fronteira representa “a unidade básica de divisão das relações internacionais tradicionais” (Caballero e Taberero, 2015, p. 119). O seu valor como linha especificadora da separação entre territórios e espaços tem desempenhado o papel de elemento catalisador da acentuação da divergência entre o interior e o exterior do Estado-nação. Deste ponto de vista, a fronteira pode ser concebida como um segmento cartográfico estático e inerte, cujas peculiaridades e diferentes fenómenos que surgem em sua vizinhança têm sido objeto de crescente interesse no mundo académico e científico.

Diante da proliferação de “fronteiras fora da fronteira” (Paasi, 2011, p. 63) e das estratégias de separação populacional, que têm sido aplicadas dentro e fora de espaços tradicionalmente diferenciados, como o Estado e o internacional, “a fronteira não é mais concebida apenas como uma linha ou espaço em um mapa, mas também é considerada como uma série de práticas de governação local, regional, nacional ou internacional, dependendo do contexto” (Parker e Vaughan-Williams, 2009, p. 583).

Na esfera internacional, a fronteira tem como finalidade a delimitação do espaço para dar origem à conformação de um território. Um espaço, cujos limites foram estabelecidos, transforma-se num território a partir de uma visão claramente política, quando a sua circunscrição e a sua configuração se tornam não só num fundamento estrutural da comunidade política, mas também num meio de a controlar, atribuindo-lhe uma autoridade que exerce domínio sobre ela.

Como pedra angular do Direito Internacional, o território é uma referência primária para a compreensão das noções de Estado, soberania, nação, segurança nacional, além de prescrever uma ordem e uma forma de organização sociopolítica. Como consequência disso, assume-se que o território é uma construção política que sustenta a soberania de um Estado, razão pela qual o Direito Internacional honra a indivisibilidade dos elementos constitutivos do território estatal, uma vez que garante a independência política e a integridade dos Estados (Mballa, 2008).

Tendo em atenção a ligação entre os termos fronteira e território, Meza (2011) aponta que a fronteira é um território onde se localizam processos económicos e sociais que propiciam a conformação de uma região intrinsecamente homogénea. Tal designação sugere que na fronteira, mesmo mantendo a sua condição de linha que divide territórios com características comumente semelhantes, em grande parte dela e em seu entorno próximo, as relações sociais e económicas se originam encarregadas de desbotar essa linha. Como resultado, a fronteira deixa de representar, portanto, uma linha; torna-se num espaço esculpido pelo estabelecimento das referidas relações.

O termo fronteira é polissémico e, em geral, “alude a limites políticos e à descontinuidade” (Bartolomé, 2008, p. 36). Assim, a primeira distinção relevante é a do limite e da fronteira, que quase automaticamente se refere à geografia e sugere, de forma global, uma linha de separação ou descontinuidade entre dois espaços que, no início do século XX, foi equiparada ao que é atualmente conhecida como fronteira (Gasca, 2002).

Durante o processo de consolidação dos Estados-nação, o conceito de fronteira estava diretamente ligado à escala e território nacionais como “o apoio natural e inequívoco dos Estados, na medida em que se entendia que território (e suas fronteiras), e não cultura ou etnia, era o que definia a nação” (Núñez, 2014, p. 75). A partir das contextualizações que se referem ao limite e à fronteira, surgiu a noção de territórios homogéneos, “cuja demarcação foi dada por um contorno externo (o limite) e como uma linha de expansão interna com carácter marcadamente geopolítico” (Tapia, 2017, p. 6).

De um ponto de vista disciplinar, as investigações fronteiriças também sofreram alterações significativas; distinguem-se as abordagens teóricas tradicionais das pós-modernas. Entre as primeiras, destaca-se a cartografia, centrada na morfologia, nas funções e no regime político das fronteiras, na qual se conclui que é impossível estabelecer limites naturais coincidentes com os limites físicos (Kolossoff, 2005). Mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma acentuação da perspectiva funcional que interpretava as fronteiras como uma dada realidade em que o elemento associado à sua permeabilidade se tornava um fator de preocupação.

Devido ao desenvolvimento de redes, as fronteiras foram gradualmente transformadas em linhas virtuais, que estão a ser substituídas por fronteiras principalmente económicas e culturais (Kolossoff, 2005)

Para Meza (2011), há a idealização da fronteira como um ponto de convergência entre territórios que, pelas suas características geográficas, bem como pelos processos económicos e sociais que ali ocorrem, configuram um espaço fronteiriço regional, “cujo tratamento político e institucional propício não só impedirá o desenvolvimento de tensões que fundamentam a separação arbitrária de unidades socioeconómicas e territoriais historicamente estabelecidas, mas permitirá processos de desenvolvimento promovidos conjuntamente e com responsabilidade compartilhada” (p. 20).

No contexto das abordagens pós-modernas, a fronteira não é simplesmente uma instituição jurídica destinada a garantir a integridade do território do Estado, mas um produto da prática social (Kolossoff, 2005, p. 625). De forma imprecisa e com pouco detalhe, as diferentes perspectivas passaram da preocupação com as linhas de mapa, expressão nos territórios, protagonismo dos dispositivos de controlo e dos Estados, para um interesse nos habitantes da fronteira, suas interações, cruzamentos e empréstimos (Zapata e Ferrer, 2012). Portanto, assume-se, com (Tapia, 2017), que “as fronteiras são espaços onde os atores que as habitam se desenvolvem e as atravessam com identidades diferentes (regionais, nacionais, transfronteiriças e transnacionais), localizadas em posições diferentes, quase sempre assimétricas” (p. 5).

A isso se acrescenta, com Ovando e Ramos (2016, p. 11), que as zonas fronteiriças são o espaço onde as identidades dominantes representadas pelo Estado e o trânsito do capital lutam pela manutenção inquestionável da sua hegemonia, enquanto as identidades subordinadas lutam para alcançar⁴o reconhecimento social. Fronteiras podem ser entendidas como espaços móveis,

⁴Tapia (2017) alerta que a relação entre fronteiras e território é cada vez mais complexa; uma vez que estes, não necessariamente e exclusivamente, podem ser encontrados em sítios "territorialmente identificáveis" (Parker e Vaughan-Williams, 2009, p. 582) como os localizados em postos fronteiriços, portos ou aeroportos. Em muitos casos, as fronteiras surgem de formas menos visíveis ou mais impalpáveis, como as geradas por controlos biométricos, controlos de rastreamento de mobilidade ou transações financeiras, para citar algumas altamente

em construção, elásticos e flexíveis, que incitam ao abandono da ideia de fronteiras como espaços permanentes e imóveis. Também têm nutrido e contribuído para o debate sobre a inclusão de escalas intermediárias, permitindo a recuperação de noções de região e regionalização para o estudo que liga espaço a poder (Kralich et al., 2012).

No mundo contemporâneo, há infinitas possibilidades para articular convenientemente regiões fronteiriças anteriormente periféricas. A construção de regiões transfronteiriças surge como um exemplo de microrregionalismo, relacionado com os processos gerais de reescalonamento económico, político e social (Jessop, 2004).

Neste sentido, uma região transfronteiriça é determinada pelo tipo de processos sociais que se estabelecem nos territórios ou espaços geográficos, “onde as fronteiras internacionais (a “linha de fronteira”) se tornam fatores dinamizadores das relações de intercâmbio e comércio fronteiriço; longe do papel formal que lhes é atribuído pelos tratados e leis” (Meza, 2011, p. 21).

No entanto, esta situação difere consoante a dimensão dos Estados, para além de depender do distanciamento dos lugares de poder (no sentido próprio e no sentido figurado), do interesse estratégico que este território tem para o Estado, do grau de abertura das fronteiras. O adjetivo transfronteiriço refere-se particularmente à travessia, à passagem, à transgressão: “aplica-se *a priori* a qualquer movimento, a qualquer relação através de uma fronteira política entre dois Estados”. Assim, as relações transfronteiriças são estabelecidas entre unidades espaciais pertencentes a duas regiões contíguas, separadas por uma fronteira estatal (Reitel e Zander, 2006, p. 2). Na verdade, “há uma fronteira, porque há um Estado, e há um Estado, porque há uma fronteira” (Grimson, 2003, p. 26). Assim, as relações transfronteiriças são concebidas pelo facto de o limite material da fronteira política ser ultrapassado, e não porque as fronteiras não sejam significativas ou tenham desaparecido.

Com a abertura e a ascensão da integração regional na década de 1990, as políticas de integração e desenvolvimento regional passaram a olhar para os espaços fronteiriços sob uma perspectiva de planeamento regional mais especializada para os territórios fronteiriços e a incorporá-los às economias nacionais a partir de uma perspectiva supranacional, o que traz à discussão questões como soberania e territorialidade, supra-governança e supra-territorialidade (Linares e Gómez, 2012, p. 52).

sofisticadas, sem ignorar o impacto da Internet e do ciberespaço ao questionar a omnipresença da fronteira como um espaço fixo. Para a concretização dos objetivos desta investigação, toma-se como referência a primeira.

A partir desta abordagem, há uma tendência crescente dos Estudos Africanos para a análise de fronteiras, que questiona a visão unívoca das fronteiras, considerada como uma barreira baseada em dois aspetos: Por um lado, ao nível das práticas, em vista das estratégias de resistência que as diferentes comunidades políticas do continente levam a cabo diariamente; por outro lado, as ações individuais ou coletivas que, por razões económicas, sociais ou culturais, desafiam as linhas cartográficas que supostamente separam as nações (Udelsmann, 2012; citado por Caballero e Taberner, 2015, p. 5).

A história pré-colonial de muitos povos em África é o reflexo de diferentes conceções de fronteira, em que a ideia de fronteira prevalece mais como espaço de contacto do que como muro de separação. Essas abordagens alternativas permaneceram na imaginação coletiva de várias comunidades políticas africanas e ainda hoje são preservadas (Nugent e Asiwaju, 1998; citado por Caballero e Taberner, 2015, p. 121).

Tal consideração permite deduzir que o imaginário social e as práticas dele derivadas dá origem a relações entre diferentes atores que ultrapassam a barreira tradicional entre Estados e nações e transformam a fronteira numa parte substancial da realidade política, económica e social africana; que, seja com base nas estratégias económicas e sociais de seus habitantes na vida quotidiana (Udelsmann, 2012), seja com base na importância e no peso da migração interna (Kabunda, 2012), confirma que, apesar das formas de dominação do território pelo Estado, são realmente as relações transnacionais que tornam o continente dinâmico.

Na dimensão africana repousa, em maior medida, um imaginário transnacional que ultrapassa não só a própria conceção do Estado importado (Ferguson, 2006), mas também os seus limites territoriais: as fronteiras. A mobilidade africana e a importância da dimensão socioeconómica para o Estado reforçam a ideia de que as fronteiras são, mais do que uma barreira, um canal de comunicação e de relacionamento entre os africanos (Nugent 1998, citado por Caballero e Taberner, 2015, p. 128).

De facto, em muitas das regiões fronteiriças africanas, a fronteira é uma característica unificadora em vez de divisória, funcionando para integrar e em nenhum caso para dividir; é planeada como um todo e não como duas partes separadas e independentes (Gooneratne e Mosselman, 1996; Buchanan, 1995). Dependendo disso, é necessário caracterizar os processos transfronteiriços, bem como a diferenciação destes em relação aos que são de carácter, claramente nacional e transnacional. Alegria (1992) faz isso por meio de fluxos, e considera possível identificar três tipos de processo nas dinâmicas regionais: nacionais, binacionais e transfronteiriços, perfeitamente aplicáveis ao contexto africano.

Antes do processo de colonização, a África era um espaço particularmente regulado, no qual se destacava a coexistência de diferentes modos de administração territorial tendentes a favorecer o intercâmbio e a circulação de bens, serviços e pessoas. Houve uma concepção da terra como “Berço dos Antepassados”, sob a perspectiva de uma modalidade sagrada considerada como o quadro determinante de uma identidade cultural, paralela à referência mítica que definia os padrões de diferenciação dos clãs, tribos e grupos socioculturais. Surgem reinos e impérios desenhados pelas guerras e conquistas da época, nos quais não era possível estabelecer com precisão sua extensão e/ou limites territoriais.

No próprio interior desses reinos e impérios, a disposição do espaço foi sujeita à influência de uma dupla relação. A primeira, baseada na articulação entre o centro e a periferia; de uma forma mais específica, dependia da aptidão e capacidade de controlo do Rei (no centro) sobre as comunidades que se situavam na periferia. A segunda relação plantou a fixação da relação entre o homem e a terra dentro de cada aldeia (Mballa (2008). Esses modos de regulação do espaço, terra ou território não representavam um elemento de dominação ou controlo direto da população, mas sim um fator da sua promoção, orientado para o estabelecimento tácito dos direitos e obrigações dos indivíduos.

Na verdade, foram os colonizadores que impuseram o princípio da territorialidade, que representou o principal instrumento utilizado para a construção dos Estados no continente africano, com a assunção de que o poder político, além de ser exercido através do controlo direto dos homens e dos grupos sociais, era imposto através do controlo do território (Bertrand, 1995). Sob tal premissa, pode afirmar-se que o território adquire uma dimensão instrumental, graças ao seu significado como instrumento de “definição, delimitação e enclausuramento de uma comunidade específica” (Mballa, 2008, p. 6).

Considera-se que a origem das fronteiras coloniais, cujo desenho arbitrário conduziu à divisão de grupos étnicos, é uma causa importante do fracasso do princípio da territorialidade em África.

A incompatibilidade entre nação e território estatal tem sido permanente. A geometria da fronteira tornou-se um cenário de concentração de múltiplos conflitos sob os quais emerge uma dialética que caracteriza a fronteira africana: “protege do inimigo e ao mesmo tempo a cria; define os padrões de segurança e gera insegurança; determina o compatriota ao intruso estrangeiro; permite distinguir entre os atores que se tem de rejeitar ou combater, e aqueles com quem se pode falar ou cooperar”. Esta situação é evidente nas fronteiras entre Marrocos e a República do Sara Ocidental, entre os Camarões e a Nigéria, entre o Sudão e o Chade, entre a Etiópia e a Eritreia, entre a Libéria e a Serra Leoa, entre todos os Estados da região dos Grandes

Lagos (República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi, Uganda, Angola, etc.) (Mballa, 2008, p.7).

Tanto a crise da geometria das fronteiras como o fracasso do princípio da territorialidade, resultado da permanência colonial, dificultam consideravelmente o desempenho dos Estados africanos, pondo em causa a sua própria legitimidade; além disso, têm um impacto preponderante em todos os processos de cooperação e integração em África. É, por esta razão, que “a gestão nacional, entre os vários fatores que contribuem para o sucesso da integração, continua a ser fundamental nos processos de integração” (Amado, 2018, p. 367).

Neste sentido, os governos africanos têm percebido o alcance das consequências da divisão arbitrária dos territórios estatais, pelo que as atuais organizações de cooperação e integração regional têm enfatizado o seu propósito de promover e proteger a segurança fronteiriça, que é essencialmente o precedente para a criação da maioria das Comunidades Económicas Regionais (CER) em vigor em todo o continente (Mballa, 2008).

1.2. Regionalismo

O conceito de regionalismo tem evidenciado uma evolução complexa, devido à sua natureza essencialmente discutível e flexível (Van Langenhove, 2011), bem como à divergência de opiniões sobre se o regionalismo é um mecanismo de organização eficaz ou desejável na política internacional. No que se refere ao próprio termo, há inúmeros debates sobre o que constitui uma região, como funciona e, conseqüentemente, o que é regionalismo.

Em teoria, o problema tem sido agravado pela variedade de abordagens qualitativas e quantitativas propostas que procuram medir e compreender o processo (Söderbaum e Shaw, 2003). Existe um entendimento generalizado de que globalismo e regionalismo são fenômenos complementares que se entrelaçam e interagem entre si (Farrell et al., 2005), o que sugere que regiões e regionalismo são, portanto, elementos essenciais de uma ordem mundial, cuja pertinência e impacto são analisados nesta subseção através de uma abordagem teórico-conceitual orientada para a perspectiva das relações internacionais.

A literatura sobre regionalismo é muito ampla e pode ser dividida em três blocos.

Koschut (2018) apresenta o regionalismo como um fenômeno multidimensional, que pode ser conceituado analiticamente com base em três componentes: territorialidade, instituições e identidade, dando origem a sobreposições entre estruturas institucionais e imateriais (sobreposição do regionalismo) e a diferentes graus de integração, tendo em conta que formas diferenciadas de regionalismo também cooperam e competem entre si a diferentes níveis, tanto nacional como globalmente.

Em relação à identidade, o autor explica que, em pesquisas recentes sobre regionalismo, as regiões não são consideradas como zonas geográficas rígidas; a proximidade física e a divisão de fronteiras não são assumidas como características suficientes para definir uma região, especialmente sob a influência de processos de globalização e demarcação.

Portanto, a filiação de um ator a uma região não pode ser reconhecida geograficamente por si mesma; os atores são obrigados a perceber-se como parte de uma região em termos políticos, socioculturais e históricos, sem necessariamente terem de habitar a mesma área geográfica (Mansfield e Milner, 1999). Baseado no conceito de comunidade imaginada de Anderson (1983), os atores regionais também são capazes de construir interesses, normas, instituições e identidades regionais em todas as áreas geográficas. Exemplos disso são as regiões religioso-culturais como “o mundo islâmico” ou o “Ocidente”.

Embora as regiões sejam geralmente classificadas de acordo com as zonas geográficas, assumindo que existem regiões naturais, em geral, estas podem ser entendidas como interações socialmente construídas e politicamente controversas (Murphy, 1991; Ayoob, 1999). Por conseguinte, a coesão e a interdependência regionais tendem a desempenhar um papel mais importante enquanto unidade territorial. Os laços históricos, culturais, étnicos, religiosos e linguísticos podem contribuir para a emergência de uma identidade regional, criando, assim, uma consciência regional como base para a ação política, econômica e social coletiva. Deste ponto de vista, as regiões são principalmente “regiões cognitivas”⁵ que se manifestam como regiões materiais apenas com a ajuda de mapas e fronteiras mentais (Thompson, 1973; Adler, 1997).

No entanto, a natureza geográfico-territorial das regiões não deve ser completamente excluída. Embora a própria contiguidade geográfica e territorial revele relativamente pouco sobre a natureza interna e a estrutura das regiões, a primeira é, no entanto, um importante critério de referência na captura e categorização analítica das regiões (Koschut, 2017). Sem esta componente territorial, o conceito regional permanece difuso e analiticamente incontrolável (De Lombaerde, 2006). Para além do princípio da delimitação territorial das regiões, os pontos de referência geográfico e espacial desempenham frequentemente um papel importante na conceptualização do regionalismo no quadro das relações internacionais, uma

⁵ Hederich et al. (1995) referem-se a regiões cognitivas sob a hipótese de que “a cultura, entendida como um universo simbólico compartilhado por um grupo de indivíduos, influencia as modalidades de cada um deles para aprender e, em geral, para processar informações”. Deste modo, assumem “um quadro de referência ecocultural segundo o qual diferentes fatores do contexto (socioeconómico, cultural e físico) influenciam de forma independente e conjunta a estruturação cognitiva e pessoal dos sujeitos, dando origem a modalidades ou estilos diferenciais” (p. 2).

vez que a proximidade física e os interesses, instituições, normas e valores partilhados se sobrepõem frequentemente na prática empírica (Buzan e Waever, 2003; Katzenstein, 2005).

Em geral, o regionalismo é definido como o processo de formação e desenvolvimento regional, que inclui a criação e modificação de instituições de cooperação formal e informal, seu funcionamento, bem como a consideração de seus resultados (Panke, 2017). De acordo com a definição de região, os significados do regionalismo utilizados na literatura diferem consoante se trate de cooperação espacial, linguística, cultural, económica, histórica ou política (Keating e Loughlin, 1997; Keating, 1998; Mansfield e Milner 1999; Telò, 2001; Väyrynen, 2003; Söderbaum e Sbragia, 2010; Warleigh e Rosamond, 2010; Acharya, 2011).

Além disso, existem diferenças no papel atribuído aos Estados no processo de regionalização. De facto, alguns autores vêem o regionalismo como um processo de cooperação centrado no Estado (Nye, 1968; Schirm, 1997; Mansfield e Milner, 1999), enquanto outros analisam criticamente o papel e a capacidade do Estado para agir e se concentrar principalmente nos atores não estatais (Mittelman, 1996; Väyrynen, 2003). Considerando que as regiões não são entidades geográficas estáticas, mas espaços dinâmicos de interação social (Koschut, 2017), o regionalismo é concebido como uma “interação formal ou informal dirigida entre Estados e atores não estatais para alcançar projetos externos, internos e transnacionais compartilhados” dentro de um espaço geograficamente definido (Acharya, 2012, p. 3).

A partir desta perspetiva, assume-se que o conceito de regionalismo pode ser usado como um termo genérico para denotar indistintamente: (i) a regionalização (às vezes, também chamada de “regionalismo brando”) no sentido de “processos de interação social e económica frequentemente controlados pelo Estado” (Hurrell 1995, p.1); e, por outro, (ii) a integração regional formal (“hard regionalism”) como um substituto para a remoção de barreiras à interação controlada pelo Estado e à criação de instituições e regulamentos regionais (Best and Christiansen, 2011, p. 431). Por outras palavras, o regionalismo pode emergir e ser orientado por ações (inter)estatais (de cima para baixo) ou por intervenientes não estatais (de baixo para cima), ou por ambos (Koschut, 2017).

Como já foi referido, um aspeto estreitamente ligado à ambiguidade na interpretação do regionalismo é a flexibilidade inerente e a natureza evolutiva do conceito: as regiões e os regionalismos partilham de características comuns, embora sujeitas à adaptação e mudança. A Carta das Nações Unidas contribui para esta flexibilidade ao evitar definições precisas do que é uma agência regional, a fim de permitir a possibilidade de múltiplas parcerias.

Outro bom exemplo dessa maleabilidade conceitual é notório na controvérsia sobre o antigo e o novo regionalismo, sendo o antigo regionalismo caracterizado, principalmente, por organizações regionais estatais da era pós-Segunda Guerra Mundial e o novo regionalismo, definido por interações formais e informais entre o Estado e atores não estatais. Os regionalismos antigos focaram principalmente nos exemplos fornecidos por um núcleo europeu/norte-americano, enquanto os novos regionalismos têm um alcance mais global e maior autonomia em relação ao núcleo (Fawcett, 2013).

Da mesma forma, regionalização é um termo relacionado, às vezes, usado indistintamente com o regionalismo, que se refere antes a um aumento na interação e atividade regional: regionalismo faz alusão a políticas e projetos, regionalização está ligada a processos. A fim de diferenciar claramente os termos de regionalização e regionalismo (Murillo, 2004) aponta que o primeiro é o processo que tende a conformar regiões ou grandes espaços económicos; enquanto o regionalismo envolve a disposição explícita de estabelecer acordos e instituições regionais. Especificamente, a regionalização poderia ser considerada como o cenário em que se desenvolve o regionalismo, do qual a integração é uma manifestação.

Politicamente, a regionalização expressa o trânsito de “novas lealdades”. É a transição de um sistema internacional de Estados com diferentes graus de autonomia na formulação e implementação de políticas internas e externas, para um novo sistema mais amplo do que cada um deles. Através dos blocos e esquemas regionais, a regulação económico-social está a deslocar-se dos Estados nacionais para as regiões e blocos, transferindo-lhes a autonomia da política, que antes era puramente estatal e cujo melhor exemplo hoje é a União Europeia. Como parte fundamental da configuração relativamente recente da economia política global – e que se tornou mais relevante desde o fim da Guerra Fria – a regionalização representa uma força central na atual transformação do sistema social global (Bernal, 2000, p. 67-70).

Nesse sentido, vários cientistas têm argumentado que o regionalismo é um processo político marcado pela cooperação e coordenação política, enquanto a regionalização é um processo económico em que o comércio e o investimento na região crescem mais rapidamente, aumentando a competitividade nos mercados mundiais (Haggard, 1993; Gamble e Payne, 1996, Breslin e Higgott, 2001, Ravenhill, 2009; citado por Mansfield e Solingen, 2010). Pempel (2005) faz uma distinção clara e diferenciada, salientando que a regionalização se limita a um processo orientado para a sociedade, enquanto o regionalismo se refere principalmente ao processo de construção institucional e é o produto intencional da cooperação interestatal.

Por sua vez, Katzenstein (2006, p. 1) define regionalismo como práticas institucionalizadas e regionalização como “um processo envolvendo agentes”. Para Hurrell (1996), porém, a

regionalização é uma característica do regionalismo. Marchand et al. (1999) enfatizam o contexto da reestruturação da regionalização a partir de um ponto de vista globalizado, apontando que a regionalização reflete forças estatais e não estatais como reação à globalização, enquanto o regionalismo se refere a ideias, identidades e ideologias ligadas a um projeto regional.

Munakata (2006) concorda que a regionalidade envolve instituições estabelecidas pelos governos para promover a integração económica regional, mas enfatiza os vários graus de compromisso por parte dos membros. As zonas de comércio livre (ZCL) são consideradas como uma forma forte de regionalismo, enquanto os órgãos consultivos regionais que não dispõem de acordos juridicamente vinculativos, incluindo os que promovem a integração económica, são considerados como uma forma mais flexível. Uma grande variedade de pesquisadores vê a regionalização como um processo conduzido por forças económicas ou sociais e o regionalismo como um processo político. No entanto, uma multiplicidade de significados para cada um desses dois termos permanece.

A regionalização liderada por atores privados, económicos e outros é muitas vezes reforçada pelos Estados. Da mesma forma, os esforços de baixo para cima (locais e transnacionais) podem conceptualizar o regionalismo como o produto intencional ou não intencional das pressões sobre os Estados (Mansfield e Solingen, 2010). Dada esta abertura semântica e a expansão da atividade a nível regional, é importante utilizar uma definição suficientemente ampla para ajustar a mudança na direção e na finalidade do regionalismo, mas suficientemente estreita para garantir que o conceito mantenha a coesão e possa ser abordado com uma abordagem rigorosamente analítica. Fawcett (2013) aponta que esta discussão é comparável à dos novos problemas de segurança, em oposição aos tradicionais.

No final da Guerra Fria, enquanto alguns estudiosos pediram que o conceito fosse ampliado para abranger uma compreensão muito mais ampla da segurança, outros defenderam a manutenção de um conceito mais parcimonioso sem considerar uma discussão aprofundada do mesmo, tornando a sua definição demasiado elástica para ser analiticamente útil (Ayoob, 1991). Pode argumentar-se que os debates sobre o novo regionalismo também sofreram com essa ambiguidade, impulsionada pelo aumento das definições pelas quais qualquer atividade indistintamente no nível regional, seja supra-estatal, subestatal ou transestatal, pode ser chamada de regionalismo (Fawcett, 2013).

Assim, com algumas adaptações, a definição anterior e mais estrita de Nye (1968), a qual considera uma região como um número limitado de Estados vinculados pela geografia e interdependência e o regionalismo, como a formação e as políticas seguidas por grupos

interestaduais de base regional, tem tido uma transcendência e resistência ao longo do tempo. Não se trata de ignorar os efeitos da globalização⁶ e dos atores não estatais sobre os processos do regionalismo⁷, aspeto enfatizado por Hettne et al. (1999). Destaque-se que o Estado é o protagonista do regionalismo e, como tal, o ponto de referência mais vital e duradouro em sua prática e regulação (Russett e Oneal, 2001).

Essa premissa é confirmada não apenas pela observação das respostas dos Estados às crises globais, mas também pela consideração das políticas regionais de atores globais emergentes, como a Rússia ou a China, que priorizam os regionalismos estatais e a regulação estatal dos processos regionais. O Estado é mantido, e não se “retirou”, pelo menos, não da forma prevista por Strange (1996) e outros autores

Do ponto de vista das Relações Internacionais, o regionalismo é definido como um subsistema supranacional do sistema internacional, ou como uma formação regional emergente com dinâmica própria (Pereira, 2008).

Para Bernal (2009), o regionalismo refere-se especificamente a três aspetos que não necessariamente coincidem, mas são possivelmente compatíveis. O primeiro engloba a visão das relações internacionais, na qual o regionalismo envolve a criação, expansão ou integração de um subsistema. Um segundo está associado à perspectiva da política externa, onde o regionalismo se pode referir a um paradigma que suporta elementos de uma determinada política externa, de carácter estatal nacional ou comum, ou harmonizados. Finalmente, no contexto da economia política, o regionalismo implica um certo grau de integração económico-comercial dentro de uma área geográfica comum contígua ou determinada, sendo a integração “a interpretação mais difundida e dominante do regionalismo” (p. 5).

Considerando a integração como uma área de preferências e proteções, a dimensão conceitual do regionalismo expressa-se através da sua oposição à globalização, ou também chamada de “globalização da economia política mundial”, através da qual seriam derrubadas

⁶ O regionalismo tem sido estimulado pela globalização; os elementos em ação na esfera económica da globalização também reforçam a regionalização. A globalização, seguindo o seu curso natural, tende a enfraquecer ainda mais os Estados-Membros que surgiram há cinco séculos, assumindo novas formas e funções e fazendo com que novas instituições supranacionais baseadas no regionalismo as substituam gradualmente (Joveta, 2011).

⁷ Análogo à globalização, o fenómeno do regionalismo foi impulsionado principalmente por razões de natureza estritamente económica; e, juntamente com isso, representa uma das manifestações mais significativas e influentes no mundo pós-Guerra Fria em nível internacional. De fato, após a culminação desse evento, o termo regionalismo começou a se espalhar (Hettne, Inotai e Sunkel, 1999), associado a um processo de formação de blocos entre Estados como resposta à necessidade emergente de muitos países de assumir modelos de cooperação que se estendessem a uma escala internacional e que envolvessem a integração regional em um nível mais profundo (Mata e Volpini, 2011). “A regionalização surgiu como um mecanismo de oposição às forças do mercado livre, buscando justamente, através da união entre Estados, obter uma participação efetiva nas decisões mundiais” (francês, 2004).

as barreiras que restringem ou dificultam a circulação de bens e serviços em escala planetária. Partindo dessa perspectiva e sob o pressuposto de que a globalização sugere a implicação de riscos para os Estados e as sociedades, principalmente para aqueles que carecem de recursos económicos e/ou políticos de poder e que constituem superioridade numérica no atual sistema político internacional, Rodríguez e Ochoa (2014) apontam que

o regionalismo pode ser definido como uma forma de cooperação internacional intermediária que se estabelece através da criação de alianças e cooperação inter-regional in situ, e entre Estados que geralmente compartilham o mesmo espaço geográfico. Além disso, pode ser considerada como uma política do Estado, e até mesmo da sociedade civil, ou dos atores das relações internacionais, cujo objetivo é promover e ampliar a cooperação inter-regional (p. 80-81).

Assim, o regionalismo tem sido analisado em termos da sua relação com outras instituições multilaterais, em particular as relacionadas com comércio e finanças (as instituições de BrettonWoods⁸) e segurança (o sistema das Nações Unidas⁹). Este debate remonta aos fundamentos do regionalismo moderno. Os primeiros arquitetos de instituições pós-guerra

⁸ As instituições de BrettonWoods são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que foram criados numa reunião de 43 países em BrettonWoods, New Hampshire, Estados Unidos, em julho de 1944, com o objetivo de realizar a reconstrução da economia durante o pós-guerra e de promover a cooperação económica internacional. Os acordos originais de BrettonWoods incluíam planos para a criação de uma Organização Internacional do Comércio (OTI), que permaneceu inacabada até à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) durante a década de 1990. A criação do Banco Mundial e do FMI teve lugar no final da Segunda Guerra Mundial e baseou-se nas ideias de um trio de especialistas: o Secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau, o seu conselheiro económico, Harry Dexter White, e o economista britânico John Maynard Keynes, que optaram por estabelecer uma ordem económica internacional baseada nas noções de decisão e cooperação consensuais no domínio das relações económicas e comerciais. Essa perspectiva reflete a preocupação dos líderes dos países aliados em superar os efeitos desestabilizadores de anteriores depressões económicas e batalhas comerciais (Projeto BrettonWoods, 2019).

⁹ O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras treze (13) organizações independentes, conhecidas como “agências especializadas” estão associadas às Nações Unidas através de acordos de cooperação. Estes organismos, incluindo a Organização Mundial de Saúde e a Organização da Aviação Civil Internacional, são entidades autónomas criadas por acordos intergovernamentais com amplas responsabilidades internacionais nos domínios económico, social, cultural, educativo, sanitário e afins. Alguns deles, como a Organização Internacional do Trabalho e a União Postal Universal, são mais antigos do que as próprias Nações Unidas. Além disso, vários escritórios, programas e fundos das Nações Unidas, como o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), trabalham para melhorar as condições económicas e sociais das pessoas em todo o mundo e reportam à Assembleia Geral ou ao Conselho Económico e Social.

Todas essas organizações têm seus próprios órgãos de governança, orçamentos e secretariados. Juntamente com as Nações Unidas, eles são conhecidos como o sistema das Nações Unidas, e juntos fornecem assistência técnica e outras formas de assistência em praticamente todas as esferas económicas e sociais (Nações Unidas, 2019).

favoreceram um critério universal sobre uma abordagem particularista ou regional para a resolução de problemas (Schreuer, 1995).

Esta foi a era das “constituições” globais¹⁰ (Koh, 1997). O regionalismo, como foi entendido na década de 1930, tinha adquirido uma má reputação marcada pelas políticas agressivas e expansionistas de Estados poderosos como a Alemanha ou o Japão, com os seus projetos pan-europeus e pan-asiáticos, respetivamente. A crença, anunciada pelo pensamento utópico do pós-guerra, defendia que apenas um grupo universal ou quase universal de Estados poderia oferecer a melhor garantia de ordem internacional. No entanto, foi também reconhecido que os Estados gostariam de abordar os seus assuntos económicos, políticos e de segurança em contextos geográficos e regionais definidos, como já foi evidenciado nas Américas, no sistema interamericano e, aliás, na própria Europa, onde o chamado “concerto”¹¹ de poderes regulamentou as relações regionais do século XIX (Fawcett, 2013).

As próprias Nações Unidas refletem isso claramente, por exemplo, no estabelecimento de comissões económicas regionais e procedimentos para a realização de eleições (Graham, 2012). Quanto às regiões e às suas funções fora do sistema das Nações Unidas, só após um debate considerável na Conferência de São Francisco¹² e, noutros locais, e com a pressão dos intervenientes no empoderamento das regiões, é que o princípio do regionalismo foi alinhado com a Carta das Nações Unidas, embora dentro de uma hierarquia institucional e jurídica que favorecia claramente o universalismo¹³.

Quanto às regiões e às suas funções fora do sistema das Nações Unidas, só após um debate considerável na Conferência de São Francisco e noutros locais, e com a pressão dos intervenientes no empoderamento das regiões, é que o princípio do regionalismo foi alinhado com a Carta das Nações Unidas. Este debate sobre regionalismo e universalismo foi muito importante e permeou tanto a história como o conceito de regionalismo. As relações previstas

¹⁰ Segundo Peters (2017, p. 1), “o constitucionalismo global é uma agenda política e académica que identifica e defende a aplicação de princípios constitucionalistas na esfera jurídica internacional para melhorar a eficácia e equidade da ordem jurídica internacional. A constitucionalização global refere-se ao processo contínuo, mas não linear, de emergência e criação deliberada de elementos constitucionais na ordem jurídica internacional por atores jurídicos e políticos, apoiados por um discurso académico onde esses elementos são identificados e desenvolvidos”.

¹¹ Esse termo é geralmente usado para designar certos tipos de relações interestaduais.

¹² A Conferência de São Francisco, também conhecida como *Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional* (UNCIO), foi uma convenção de delegados de 50 nações aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, que aconteceu de 25 de abril de 1945 a 26 de junho de 1945 em São Francisco, Estados Unidos (Nações Unidas, 2019b).

¹³ O universalismo, em sentido geral, alude a uma ideia ou crença na existência de uma verdade universal, objetiva e/ou eterna, que determina tudo e que, portanto, está e deve estar presente igualmente em todos os seres humanos. Um pensamento universalista assegura a veracidade de uma forma única ou específica de ver, explicar ou organizar as coisas (Roque, 1997).

pela Carta não se concretizaram na Guerra Fria, devido à emergência de sistemas de bipolaridade e de aliança defensiva, que eram contrários à essência desta última.

Os atores regionais não ocuparam um lugar de destaque nas novas funções de manutenção da paz da ONU. No entanto, foi estabelecido um quadro possível para essas relações, sua reinterpretação e o fim da Guerra Fria, que viu o crescimento e a expansão das organizações regionais. O potencial do regionalismo foi claramente destacado na Agenda para a Paz do Secretário-Geral Boutros-Ghali (1992), um marco histórico pós-Guerra Fria para a instituição, a abordar, simultaneamente, a manutenção da paz, o estabelecimento da paz e a diplomacia preventiva, tarefas que as instituições regionais foram convidadas a partilhar. Mais tarde, numa agenda de democratização, falou do novo regionalismo, não como “esferas de influência ressurgentes”, mas como um “complemento saudável” ao internacionalismo (Boutros-Ghali, 1996).

Um precedente foi criado por Boutros-Ghali, ainda mais quando ele e seu sucessor Kofi Annan convocaram a primeira de sete reuniões com os chefes de onze organizações regionais para discutir formas de melhorar a cooperação e a consulta. Embora a última destas reuniões tenha tido lugar em 2007, tanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas como os Estados-membros mostraram “um interesse crescente no processo e isso o torna-o mais concreto”. *A posteriori*, o Secretário Ban Ki-moon (Van Langenhove et al., 2012) prosseguiu o esforço iniciado pelos seus antecessores e centrou-se nas parcerias com a União Africana, destacando a situação da segurança no continente africano. Embora a relação entre as Nações Unidas e as instituições regionais tenha se expandido claramente em sua interpretação e escopo, algumas das relutâncias e ambiguidades iniciais permanecem (Lepgold, 2003).

A relação tem sido competitiva e complementar. As questões essenciais são a ação atempada em situações de crise internacional grave e o estabelecimento de uma concorrência adequada para a atividade regional num quadro compatível com a Carta, que reforce a cooperação e evite a duplicação de ações. No entanto, capacidade e recursos limitados, viés e dominância excessiva dos Estados fortes são problemas frequentemente identificados com a organização regional (Fawcett, 2003; Tavares, 2009). Embora as chamadas hegemonias regionais possam fornecer a liderança necessária, um abuso de poder, tanto político quanto económico, pode ser considerado para deslegitimar a agência regional. Apesar dos esforços para resolver as tensões dessas relações, esses problemas não foram totalmente resolvidos e os académicos, assim como as autoridades, continuam a trabalhar em modelos destinados a alcançar um sistema mais equitativo e integrado (Fawcett, 2013).

Um exemplo desses esforços é o relatório de 2006 do Grupo de Alto Nível sobre a Coerência do Sistema das Nações Unidas, que contém, nomeadamente, recomendações para racionalizar as relações das Nações Unidas com as regiões e as estruturas regionais a fim de criar uma “paisagem institucional regional coerente” (*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, 2019).

Em geral, houve uma tendência importante e inequívoca para enfatizar a importância de uma relação de apoio e complementaridade entre as Nações Unidas e as instituições regionais que foram reconhecidas pela própria organização e outros atores. Numerosos casos demonstram como o conceito de regionalismo foi firmemente estabelecido no vocabulário novo e alargado das operações de paz e cooperação económica (Fawcett, 2013).

1.2.1. Regiões e regionalismo na perspectiva das relações internacionais

Nas últimas décadas, observa-se uma mudança na teoria da pesquisa sobre regionalismo; uma vez que, no passado, a integração regional nas relações internacionais foi muitas vezes orientada verticalmente para o nível de desenvolvimento da União Europeia como ponto de referência, contrastando com a abordagem horizontal melhorada desde o fim do conflito Leste-Oeste, em que a diversidade do desenvolvimento regional é reconhecida e as estruturas regionais são comparadas entre si (Acharya e Johnston, 2007; Börzel, 2013; Börzel e Risse, 2016).

Do ponto de vista das teorias sistémicas (de fora para dentro), as regiões não existem no vácuo, mas nas estruturas e processos globais do sistema internacional; portanto, elas atribuem o regionalismo à influência de fatores externos (regiões vistas de fora). O neorealismo, por outro lado, considera as alianças regionais principalmente do ponto de vista da aliança e da formação do poder compensatório. As alianças regionais surgem então em resposta à presença de uma ameaça externa (Walt, 1987). Nesta perspectiva, por exemplo, a emergência de organizações de segurança regionais como a OTAN é atribuída como uma resposta à ameaça da União Soviética. Outros exemplos incluem o estabelecimento do MERCOSUL¹⁴ na

¹⁴ MERCOSUL é o acrónimo de Mercado Comum do Sul, um processo de integração regional inicialmente instituído pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ao qual a Venezuela e a Bolívia se juntaram em fases posteriores, esta última em processo de adesão. O MERCOSUL é um processo aberto e dinâmico. Desde a sua criação, o seu principal objetivo tem sido promover um espaço comum que gere oportunidades comerciais e de investimento através da integração competitiva das economias nacionais no mercado internacional. Como resultado, estabeleceu múltiplos acordos com países ou grupos de países, conferindo-lhes, em alguns casos, o carácter de Estados Associados – esta é a situação dos países sul-americanos. Participam nas atividades e reuniões do bloco e têm preferências comerciais com os Estados Partes. O MERCOSUL também assinou acordos comerciais, políticos ou de cooperação com diversas nações e organizações nos cinco continentes. (MERCOSUL, 2019)

América Latina em resposta ao papel hegemônico dos Estados Unidos, ou a emergência de alianças regionais na África e na Ásia para proteger contra a interferência ocidental. Pelo contrário, a existência de hegemonia regional legítima segundo a teoria da estabilidade hegemônica pode promover o regionalismo, como a África do Sul na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ou a Indonésia na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (Kindleberger, 1973; Godehardt e Nabers, 2011).

No entanto, ambas as teorias enfatizam a importância do poder material e da interação estratégica e, portanto, fornecem uma explicação plausível para os estágios iniciais da cooperação regional. No entanto, o poder explicativo do neorealismo diminui consideravelmente assim que a cooperação regional ultrapassa a fase de formação e alianças de poder compensatórias; além disso, há uma percepção de negligência dos fatores internos e imateriais na emergência da cooperação regional.

Na mesma linha, o neoliberalismo estrutural adota uma abordagem sistêmica diferente. Aqui, a formação da região também é atribuída ao resultado da interação estratégica. No entanto, em contraste com o neorealismo, o neoliberalismo não enfatiza (contra) a construção de poder como a força motriz da cooperação regional, mas sim se concentra no conceito de interdependência, argumentando que os processos de globalização e comércio internacional fornecem incentivos para a integração regional (Koschut, 2017).

Com a crescente interação econômica, as alianças regionais oferecem a possibilidade de compensar a perda de poder político dos Estados individuais e de resolver conjuntamente problemas transnacionais como a poluição ambiental, a migração ou o crime organizado (Keohane e Nye, 1977). Os exemplos incluem a Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o regime ambiental do Mar do Norte e o Tratado da Antártida. No entanto, o neoliberalismo não contém qualquer abordagem explicativa específica para a construção de instituições a nível regional, mas sim equaciona os mecanismos pelos quais eles são desenvolvidos com a formação de instituições a nível global (Koschut, 2017).

Os mecanismos de desenvolvimento são em grande parte os mesmos que os da formação das instituições em nível global. Além disso, a interdependência pode não só promover a integração regional, mas também prejudicá-la: por um lado, a interdependência internacional desloca o desenvolvimento institucional principalmente para o nível global; por outro, o domínio das instituições ocidentais a nível global pode, por vezes, dificultar a emergência de fusões regionais no mundo não-ocidental (Acharya, 2007). Um exemplo é a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (IIAB), que é considerado pelos Estados Unidos e outros países como um rival do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em geral, as teorias sistêmicas fornecem explicações importantes para a primeira fase do desenvolvimento da integração regional. Neste sentido, estas abordagens representam inicialmente uma componente que não deve ser subestimada na análise das regiões e do regionalismo no âmbito das relações internacionais. No entanto, tais perspectivas muitas vezes carecem de argumentos explicativos para o desenvolvimento da integração regional, indo além da fase de desenvolvimento primário para a emergência de estruturas supranacionais (Koschut, 2017).

Ao contrário das abordagens sistêmicas, as teorias subsistêmicas explicam a emergência do regionalismo através de fatores intrarregionais e intraestatais (regiões do interior). Tal como o neoliberalismo, o neofuncionalismo coloca o conceito de interdependência em primeiro plano, mas olha para ele a partir de uma perspectiva regional. Assim, o neofuncionalismo sustenta que o aumento da interdependência regional numa determinada área tem efeitos “colaterais” no curso da solidariedade de facto e pode, portanto, promover a formação regional tanto do ponto de vista funcional (extensão da cooperação regional a vários campos políticos) como do ponto de vista político (criação de instituições supranacionais) (Haas, 1961).

As consequências, por vezes involuntárias, de tais decisões políticas podem, portanto, com a ajuda de processos de aprendizagem e da perseverança institucional, favorecer o desenvolvimento de sistemas regionais de interdependência complexa. Um problema com a abordagem neofuncionalista é que esta se baseia, em grande medida, empiricamente nas origens da integração europeia e, por conseguinte, não pode ser facilmente transferida para outras regiões. Além disso, o seu poder explicativo é cada vez mais questionado, mesmo no próprio contexto regional da Europa. Assim, o neofuncionalismo só é aplicável em parte do desenvolvimento diferenciado da integração europeia em determinadas áreas, como a zona euro ou o Acordo de Schengen. Além disso, o neofuncionalismo é muitas vezes acusado de negligenciar o papel dos fatores de influência externa e, por vezes, de enfatizar demasiado o carácter tecnocrático ou apolítico da integração regional (Hoffmann, 1966).

O institucionalismo neoliberal assemelha-se ao neoliberalismo estrutural na sua forma de argumentação, mas adota uma perspectiva intrarregional. Neste caso, a formação de instituições regionais tem como principal objetivo gerar soluções efetivas e eficientes para a ação coletiva, limitando funcional e geograficamente o número de atores e a abrangência das áreas problemáticas (Keohane, 1984; Rittberger, 1993). Em termos concretos, este objetivo é alcançado através da transferência de informação, transparência, monitorização, redução dos custos de transação e desenvolvimento de expectativas convergentes.

Ao contrário do neofuncionalismo, os Estados que participam na formação regional também decidem autonomamente (com base num cálculo racional dos custos e benefícios) o grau de integração que pretendem permitir em que áreas. Nesta perspetiva, as zonas de comércio livre regionais, como o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) e os regimes de segurança regional, como o Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE),¹⁵ podem ser vistas como “campos de jogo” que devem permitir uma cooperação estratégica regional limitada numa área política específica. O problema do institucionalismo neoliberal é que às vezes apresenta os atores regionais como “atores” calculistas, negligenciando os fundamentos sociológicos e ideológicos da integração regional (Koschut, 2017, p. 10).

O construtivismo social aborda este problema sublinhando a importância da socialização regional baseada em normas e identidades partilhadas. As abordagens socio-construtivistas interpretam o regionalismo principalmente como o resultado de normas e ideias intersubjetivamente compartilhadas que permitem aos atores participantes construir confiança mútua e identidade coletiva. De acordo com esta premissa, os atores regionais não se percebem como "atores" em oposição uns aos outros, mas como parte de uma comunidade imaginária. O sentido de comunidade associado e o "sentido de união" baseiam-se mais na interdependência cognitiva do que material. Assim, algumas abordagens socio-construtivistas relacionam-se conscientemente com o institucionalismo sociológico¹⁶ (Hall e Taylor, 1996) e o transnacionalismo de Deutsch¹⁷, e desenvolvem ainda mais essas abordagens (Adler e Barnett,

¹⁵ O Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE) foi assinado em 1990 e entrou em vigor em 9 de novembro de 1992. Segundo o Ministério da Defesa espanhol (2019), é a pedra angular sobre a qual a segurança europeia foi consolidada desde o início dos anos 90. Trinta países, incluindo antigos membros da antiga União Soviética, do Pacto de Varsóvia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte, fazem parte do Tratado CFE.

¹⁶ O institucionalismo sociológico surge da crítica das abordagens comportamentais e utilitaristas. Como apontam March e Olsen (1984, 1989), essa abordagem leva em consideração os fatores institucionais na reprodução das organizações, bem como o significado de normas, símbolos, padrões morais e rotinas para a interpretação e percepção dos processos políticos e sociais. Nesta variante institucional, os atores estão inseridos em estruturas institucionais que influenciam as suas preferências, as suas percepções do mundo e a sua própria identidade. As instituições fornecem aos seus participantes sistemas de significância e *lógica de adequação*, permitindo-lhes definir qual o comportamento adequado para os membros da instituição e qual o que não é; do mesmo modo, os atores têm apenas uma *racionalidade limitada*, que restringe a margem de percepção e de decisão. A contribuição mais importante do institucionalismo sociológico é a “redescoberta” dos aspetos institucionais e, portanto, dos fatores estruturais e organizacionais do comportamento político (Peters, 2003, p. 67).

¹⁷ O transnacionalismo refere-se às abordagens desenvolvidas pelo autor checo Karl Wolfgang Deutsch, que na sua análise da unificação da política internacional com vista a encontrar a paz mundial, faz contribuições teóricas significativas sobre a integração, principalmente sobre a formação de comunidades que classifica como amalgamadas e pluralistas, em resposta a aumentos consideráveis nos volumes de transações sociais. Os estudos de Deutsch não são apenas políticos, mas também sociológicos e históricos, remontando na sua análise a situações históricas europeias de formação de comunidades de segurança do século X ao século XIX, incorporando variáveis de análise quantitativa e probabilística que permitiram algumas primeiras considerações sobre processos de integração política (Vieira, 2008, p. 178).

1998; Acharya, 2007). Linguagem e comunicação desempenham um papel importante aqui, porque através de discursos divididos, símbolos e narrativas, um espaço geográfico primeiro torna-se uma região significativa (Diez, 1999).

Além disso, práticas compartilhadas (Pouliot, 2010) e emoções (Koschut, 2014a) também podem ser decisivas neste caso. As abordagens construtivistas permitem observar a construção social e/ou posição oposta de uma região através de identidades, normas e linguagem. O problema com estes é que, por vezes, exageram a importância dos fatores ideais no regionalismo. Além disso, pelo menos a história inicial da integração regional sem a ajuda de motivos estratégicos e interesses materiais é muitas vezes muito difícil de compreender.

Finalmente, existem abordagens teóricas subsistêmicas que fazem dos fatores internos do Estado os principais responsáveis pela formação da região. Como nas diretrizes teóricas apresentadas acima, essas abordagens compartilham o argumento de que uma região surge principalmente de si mesma e é menos determinada por fatores externos (Koschut, 2014b). O foco principal aqui, no entanto, contrasta com o neofuncionalismo, o institucionalismo neoliberal e o construtivismo social dirigido ao nível subnacional. Por exemplo, a teoria democrática da paz destaca a importância dos sistemas de governação democrática para a formação de zonas regionais de paz (Russett e Oneal, 2001; Gibler e Braithwaite, 2013). As teorias da coerência, por outro lado, veem uma estreita ligação entre a integração regional e a estabilidade interna (Nathan, 2006). Da mesma forma, teorias de convergência como o intergovernamentalismo liberal acabam por procurar conciliar as preferências da política nacional (por exemplo, a liberalização do comércio), a integração regional e o desenvolvimento sustentável (Moravcsik, 1993).

Tais abordagens podem explicar por que o regionalismo é muito mais fraco em regiões politicamente instáveis e não democráticas, como a África ou o Oriente Médio¹⁸, do que na Europa, América do Norte e América do Sul. Uma desvantagem é que a teoria da paz democrática, por exemplo, dificilmente pode explicar o desenvolvimento da integração regional entre Estados com diferentes sistemas de governo (por exemplo, ASEAN) ou entre

¹⁸ Considerando Cristancho (2015), existe alguma ambiguidade no uso dos termos: Médio Oriente, Médio Oriente, Próximo Oriente, Médio Oriente, que se presta à confusão. A literatura tende a se referir ao “Oriente Médio” como Afeganistão, Índia, Paquistão e seus países vizinhos; enquanto o “Oriente Médio” inclui arbitrariamente Bahrein, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Sudão, Somália, Síria, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Iêmen e territórios controlados pela Autoridade Nacional Palestina (a Faixa de Gaza e parte da Cisjordânia). O Egito e sua Península do Sinai na Ásia são geralmente considerados parte do Oriente Médio, embora a maior parte do território esteja geograficamente no Norte da África. Outros países ocasionalmente incluídos na definição são os da região do Cáucaso (Azerbaijão, Arménia e Geórgia), Chipre e Magrebe.

Estados autocráticos (por exemplo, CSTO¹⁹) (Koschut, 2012). O argumento da estabilidade política interna também é plausível, mas em si mesmo explica relativamente pouco, pois aponta para um possível obstáculo ao regionalismo (como no caso das guerras civis), mas não consegue explicar como a integração regional surge em primeiro lugar.

Finalmente, as teorias de convergência representam um complemento importante ao institucionalismo neoliberal, uma vez que destacam separadamente a importância dos atores políticos nacionais na disseminação e aprofundamento dos princípios e instituições regionais (Koschut, 2017). No entanto, esta abordagem contém uma lógica por vezes demasiado determinista do regionalismo, o que deixa pouco espaço para caminhos alternativos de desenvolvimento (Moravcik, 1993; Hurrell, 1995; Miller, 2000).

Em resumo, de acordo com Koschut (2018), pode dizer-se que o regionalismo no contexto das relações internacionais dificilmente pode ser entendido de forma valiosa se apenas um nível (sistémico, subsistémico) for levado em conta na análise. No entanto, é muito possível limitar-se a um nível para explicar um aspeto funcional ou uma fase temporal da integração regional, desde que não se pretenda ser capaz de explicar o regionalismo na sua totalidade. Uma segunda alternativa seria concentrar-se na interação entre os diferentes níveis e, por exemplo, analisar a forma como os fatores globais e regionais interagem. Em uma terceira abordagem, também poderia ser considerada como uma visão histórica, que analisa as diferentes etapas do desenvolvimento da integração governamental e integra diferentes perspetivas teóricas. Independentemente da abordagem científica escolhida, os conceitos e abordagens teóricas apresentados oferecem uma riqueza de possibilidades para melhor compreender e explicar o fenómeno do regionalismo com a ajuda e apoio de dados empíricos.

1.2.2. Regionalismo “antigo” e “novo” regionalismo

Não há dúvida de que o sistema internacional enfrentou um novo contexto e situação após o fim da Guerra Fria, um fenómeno ainda mais evidente no caso dos países em desenvolvimento e no reajuste das grandes potências (Murillo, 2014). Para estes países, as transformações da década de 1990 constituíram um ponto de viragem em termos de cooperação regional (Axline, 1993a); além disso, como já mencionado, para a mudança na estrutura global. Como consequência, muitos autores distinguem o “velho” regionalismo do “novo” regionalismo, em

¹⁹ A *Organização do Tratado de Segurança Coletiva* (CSTO) é uma organização político-militar fundada e composta por países da Europa e da Ásia Central. A Carta da CSTO foi assinada pelos Estados-Membros: Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguizistão, Rússia e Tajiquistão, em 7 de outubro de 2002, que entrou em vigor em setembro de 2003 (Abad, 2008).

resposta a variações nas interações dos atores, surgindo no novo cenário do século XXI; onde também é evidente que o “velho” regionalismo não se limita a um único período, mas se desenvolve em etapas (Murillo, 2014).

Nesse sentido, é pertinente enfatizar que a dinâmica regional é o resultado de duas dimensões (Väyrynen, 2003): mudanças internas, particularmente no que diz respeito aos processos e à ligação entre campos de ação; e variações nas fronteiras externas da região, quando se incorporam agentes estatais que não foram considerados parte dela anteriormente. Além disso, houve variações nos marcos regulatórios e institucionais ao longo da última década em praticamente todas as regiões e esquemas de integração regional, bem como na crescente participação e raio de influência dos atores estatais.

Sob tais premissas, segundo Shaw et al. (2012), o “novo” regionalismo é interpretado como um fenômeno mais multifacetado e abrangente, após o seu reconhecimento do protagonismo dos agentes estatais e não estatais, bem como de interações de natureza diversa: social, económico, político, estratégico, demográfico e ecológico; conseqüentemente, não se limita apenas aos esquemas económicos e comerciais que conceberam “a região como um simples contendor espacial para delimitar as ligações económicas diferenciadas entre os membros do processo e aqueles localizados extra-regionalmente” (Murillo, 2014, p. 1). 20).

O “novo” regionalismo surge como uma resposta analítica aos novos desafios para os Estados e aos esquemas integracionistas presentes no sistema internacional; sem que isso signifique uma dissociação com o passado. Isso traz consigo a inevitável busca de alternativas às dinâmicas tradicionais e formas cooperativas capazes de satisfazer as necessidades e interesses de múltiplos atores. Nesse sentido, Axline (1993a) indica que essa cooperação evoluiu através de períodos mais ou menos definidos, influenciados e determinados por variações no pensamento e na prática das ações dos países em desenvolvimento.

A primeira fase abrange o período dos anos 50 a 60, no âmbito da Comunidade Europeia, onde foi feito um esforço para transferir para os países em desenvolvimento as tentativas de liberalização comercial que haviam sido aplicadas anteriormente nas economias industrializadas, usando como instrumento uma derivação da teoria tradicional da união aduaneira.

O segundo período representou um avanço no modelo teórico utilizado para explicar o fenômeno, em conexão com as abordagens estruturalistas predominantes no pensamento de desenvolvimento. De acordo com isso, a dinâmica baseada nos esforços integracionistas, além de satisfazer o propósito da industrialização, responde às mudanças económicas e à nova interpretação do conceito de desenvolvimento.

O enfoque teórico da cooperação regional passou claramente de um enfoque na integração económica como meio de promover o comércio como “motor de crescimento” para um enfoque na integração económica como meio de industrialização para o desenvolvimento económico (Axline 1993a, p. 3).

Além disso, Murillo (2014) observa que a perspectiva de desenvolvimento havia deslocado a sua ênfase nos fatores nacionais que limitam o crescimento económico para sua atenção à posição dos países em desenvolvimento na economia mundial como um obstáculo a ela. Em seguida, o terceiro período é o resultado de críticas feitas pelos teóricos da dependência, que sublinharam que os benefícios do regime comercial estavam concentrados nos países mais privilegiados a nível regional. Com base nesta premissa, a cooperação regional abrange uma série de domínios, incluindo o comércio, a ajuda, as questões políticas e de segurança, que constituem, coletivamente, o âmbito do regionalismo.

Assim, foi proposta a consolidação das instituições regionais a fim de responder às novas necessidades percebidas, o que deu maior destaque à abordagem da economia política e ao contexto global como elementos da cooperação regional. Finalmente, o quarto período ocorre na década de 1980 e início dos anos 1990, onde duas tendências se tornam evidentes: por um lado, um movimento regressivo para a liberalização do comércio que inclui uma base de acordos bilaterais sobrepostos; e, por outro lado, a cooperação particularmente associada a programas individuais entre vários países ou grupos de países.

No entanto, Mansfield e Milner (1999) são um pouco mais específicos ao exporem que o regionalismo no período de 1920 a 1939 surge como consequência da instabilidade dos Estados, o que representou um impedimento ao alcance das soluções multilaterais. Como resultado, houve uma maior integração e liberalização do comércio numa base regional. A principal diferença entre este regionalismo e o seu antecessor reside no contexto político em que teve lugar, dado que o regionalismo após a Segunda Guerra Mundial revelou uma maior concentração do comércio numa base regional com base num maior número de acordos comerciais preferenciais, bem como acordos de integração regional com uma influência notável nos volumes comerciais em todas as regiões, apesar de tais acordos poderem ter efeitos diferentes.

A este respeito, Murillo (2014) indica que, na década de 1990, tais acordos tiveram um maior boom e, atualmente, mais de cinquenta por cento do comércio mundial opera sob algum tipo de acordo comercial preferencial. Isso identifica duas fases no período pós-guerra: a primeira, confinada aos anos 1950-1970, em que prevaleceu a consolidação de grandes esquemas regionais como produto da Guerra Fria e do processo de descolonização; e uma

segunda, após a culminação da Guerra Fria, com uma maior expansão dos acordos comerciais preferenciais, caracterizada por altos níveis de interdependência económica, uma maior disposição das potências económicas em participar da mediação de conflitos comerciais e o estabelecimento de esquemas multilaterais responsáveis pela organização das relações comerciais.

Paralelamente a isso, surge uma resposta ao empoderamento dos cidadãos, o aumento da presença de empresas privadas, setores informais e atores ilegais (especificamente, grupos transnacionais de crime organizado) que tendem a atravessar fronteiras estaduais e regionais (Shaw et al. 2012). O que realmente não está muito claro é o marco específico ou ponto de referência concreto que permitirá o início da existência de um “novo” regionalismo (Murillo, 2014).

No entanto, Bhalla e Bhalla (1997, p. 17) alertam que o regionalismo nos anos 1980 e 1990 se distingue do “velho” regionalismo porque, nesse período, os agrupamentos regionais iniciais foram criados por Estados com estágios incipientes de desenvolvimento, que vislumbraram na integração a oportunidade de promover a rápida industrialização por meio de economias de escala e estratégias de substituição de importações.

Portanto, pode-se dizer que “os agrupamentos regionais foram inevitavelmente formulados no marco do planeamento económico e da regulação governamental”; enquanto os novos agrupamentos se baseiam no “paradigma da liberalização económica” e da abertura dos mercados; ao qual é pertinente acrescentar o resto dos campos de ação que hoje fazem parte da agenda integracionista.

Consequentemente, a nova onda de regionalismo foi interpretada sobretudo “em termos de economias de escala, diferenciação de produtos, ganhos eficientes e coordenação de políticas” e menos em termos de ganhos de criação / diversão de comércio (Bhalla e Bhalla, 1997, p. 18). Por conseguinte, parece que a principal motivação para este novo período está mais relacionada com o objetivo de garantir o acesso a diferentes mercados regionais, a fim de evitar um declínio dos fluxos comerciais. Além disso, graças ao número crescente de acordos regionais, há uma tendência a fazer parte de algum acordo próprio, ou, na sua falta, a aderir a um acordo existente, a fim de evitar ser marginalizado. Esta é a razão pela qual alguns países com medo de perder no mercado europeu começam a procurar oportunidades no esquema Ásia-Pacífico (Sohn, 2004).

Mais uma vez, o que precede torna evidente que um elemento determinante na decisão de participar num regime regional é o interesse do Estado, a curto ou longo prazo, “condicionado por expectativas, interações e experiências passadas e presentes sobre os resultados esperados”.

Esta situação levou à criação de uma complexa rede de acordos de integração regional, “em que a maioria dos membros faz parte de vários esquemas, sobrepondo-se aos campos de ação de cada acordo”, o que nos obriga a repensar na forma como o fenômeno do regionalismo é observado. Paralelamente, também gera um ambiente no qual o chamado “regionalismo aberto” começa a se expressar e a responder a outras motivações que vão além do regionalismo autêntico, entre as quais se poderia mencionar a promoção de regimes democráticos, incentivados por certos agentes internacionais (Murillo, 2014, p. 23).

Em geral, pode supor-se que o acima exposto sugere que existe um período de transição entre uma economia política internacional baseada principalmente em relações entre Estados e em trocas entre empresas sujeitas a regulamentações muito diversas de natureza estatal; a uma nova economia política global, marcadamente diferente da anterior, que projeta desafios económicos, políticos e sociais de primeira linha, e que impõe, não sem problemas transcendentais de legitimidade, e sem ter especificado plenamente seu relevo, a transformação do papel doméstico e internacional do Estado, como entidade protagonista privilegiada de regulação e gestão (Aldecoa e Cornago, 1998)²⁰.

Paralelamente à emergência do conceito de “momento unipolar”²¹, na década de 1990, predominou uma tendência à crença de que o mundo giraria em torno de uma tríade constituída pelos Estados Unidos, Europa e Japão; sob a consideração de que o resto da comunidade não desempenharia um papel significativo nas decisões de alta política internacional e que se formariam “megablocks” económicos como resultado da soma dos agregados, independentemente de sua natureza, composição e dinâmica, e, sobretudo, sem levar em conta as relações com terceiros países ou blocos. A realidade dos últimos anos foi uma demonstração fiável do erro destes pressupostos. Um novo cenário propício a outras formas de

²⁰ De acordo com Aldecoa e Cornago (1998, p. 74), existem três modelos de regionalismo: asiático, norte-americano e europeu, que não constituem um demérito para os casos da América Latina, África e mundo árabe, mas sugerem “que estes três modelos acima mencionados constituem os três modelos de referência fundamentais existentes no mundo no momento da formulação da estratégia de “novo” regionalismo para responder aos desafios sociais, económicos e políticos da economia global”. Esses autores também acrescentam que parece razoável reconhecer a existência de certos valores comuns que promovem o regionalismo e a cooperação regional, incluindo uma tradição compartilhada ou outra forma de identidade coletiva.

²¹ Em seu artigo “The Unipolar Moment”, preparado com base numa conferência realizada em Washington em setembro de 1990, Krauthammer (1990) escreveu que, no contexto das relações internacionais, uma nova ordem mundial se aproximava, onde os Estados Unidos seriam a única superpotência. No segundo parágrafo do artigo, ele apontou três pontos que estavam sendo discutidos na comunidade de ciência política americana na época: o futuro da multipolaridade (é interessante que o autor tenha destacado a reduzida URSS/Rússia como um dos polos futuros em antecipação à futura queda da União Soviética); o consenso enfraquecido nos Estados Unidos sobre a direção da política externa, bem como o desaparecimento da ameaça de guerra na era pós-soviética. Imediatamente depois disso, ele rejeitou estas declarações, chamando-as de erradas, e falou do triunfo de um mundo unipolar que tinha emergido sob o domínio incondicional dos Estados Unidos e dos seus aliados ocidentais.

multipolarismo²² e multilateralismo²³ foi gerado graças ao crescimento acelerado da China e de outras economias asiáticas, ao fracasso do projeto de estabelecer uma Europa e ao surgimento de esquemas como o BRICS²⁴ (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ao lado das chamadas “economias emergentes” (Murillo, 2014).

Como consequência disso, a análise da “existência de três grandes modelos de rearticulação das relações entre economia, política e sociedade, em nível internacional e, ao mesmo tempo, no coração de cada Estado, substancialmente diferentes daqueles que caracterizaram a ordem que emergiu do período pós-guerra” (Aldecoa e Cornago, 1998, p. 61), é, portanto, fundamental.

Além disso, requer o reconhecimento de que, nas últimas duas décadas, e mais ainda na década de 1990, há uma grande inclinação por parte dos Estados para “assumir compromissos internacionais em áreas temáticas consideradas próprias da política interna” (Murillo, 2014, p. 24), o que pode gerar implicações consideráveis “na medida em que a erosão da autonomia subestatal pela adoção de tais compromissos internacionais poderia colocar em questão a filosofia política e a própria arquitetura formal do princípio da auto-organização estatal” (Aldecoa e Cornago, 1998, p. 62). Este processo do que Murillo (2014) chama de “transformação da arquitetura doméstica” é energizado pela emergência de acordos de integração regional e pela consolidação de numerosos regimes internacionais; que ocorrem em paralelo com a mudança na arquitetura sistêmica²⁵ do fenômeno do regionalismo.

As diferenças entre o “velho” e o “novo” regionalismo são evidentes em resposta às transformações na ordem econômica, política e social. O “velho” regionalismo estava mais

²² A ideia multipolar reconhece que os Estados-nação não correspondem aos desafios da história e, além disso, são apenas uma fase de preparação para a globalização. Por isso, apoia a integração de processos em regiões específicas, insistindo que seus limites consideram as peculiaridades civilizatórias das sociedades historicamente desenvolvidas nesses territórios, o que é uma característica positiva do pós-modernismo (Dugin, 2017).

²³ O termo “multilateralismo” é comumente usado para descrever uma situação que frequentemente ocorre entre Estados no contexto das relações internacionais modernas, e talvez como equivalente à “cooperação internacional” (Chace, 2003); também é usado em sua forma adjetiva, “multilateral”, para descrever a natureza de qualquer ato realizado entre vários países; seja uma conferência, um tratado, uma cúpula ou um pacto, para citar alguns exemplos.

²⁴ A sigla BRICS foi cunhada pelo economista Jim O'Neill para se referir a um grupo de países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cujas economias se desenvolveram rapidamente na virada do século e se tornaram importantes motores do crescimento global, especialmente após a crise financeira de 2008 na América do Norte e na Europa. A intenção era chamar a atenção para as múltiplas oportunidades de negócios oferecidas aos investidores mundiais por cinco grandes países que abrigam quase 20% da população mundial, desenvolveram sólidos mercados e plataformas nacionais de exportação, e suas economias, segundo o Fundo Monetário Internacional, passaram de 5,6% do produto interno bruto mundial para 21,3% em menos de duas décadas (Da Silva, 2014).

²⁵ Essa noção de sistema é compartilhada com o estruturalismo das ciências sociais, que enfatiza as articulações dos fatos entre si e sua inter-relação. Para este modelo relacional, o saber consiste em apropriar-se da totalidade, mas mesmo sem ter em conta o processo através do qual essa totalidade foi construída (Barrán, 2007).

relacionado com a política de blocos de construção ligados à segurança coletiva e sujeita aos argumentos da solidariedade pós-colonial: ou seja, com predominância de uma perspectiva geopolítica, que começa a evoluir nos anos setenta para uma visão geoeconómica, até chegar ao esquema da geociedade nos anos noventa²⁶ (Murillo, 2014). Esta supõe “uma maior atenção às dimensões sociais da agenda internacional, bem como às possibilidades de formulação de políticas sociais no contexto da erosão do papel do Estado como instância chave de regulação e gestão” (Aldecoa e Cornago, 1998, p. 1) (Quadro 0.1).

Quadro 0.1: Diferenças entre “velho” e “novo” regionalismo (Aldecoa e Cornago, 1998)

“Velho” regionalismo	“Novo” regionalismo
Coexistência de manifestações de economia capitalista e planificada.	Predominância das teses de mercado como princípio organizacional, funcional e normativo.
Baseado na homogeneidade sociocultural entre Estados, produto de uma história comum, proximidade geográfica e afinidade cultural.	Heterogeneidade dos componentes, reconhecendo a unidade e a diversidade e relatividade do fator geográfico como critério de participação.
Homogeneidade dos sistemas e regimes políticos.	Diversidade de modelos existentes.
Existência de perceções comuns das prioridades de segurança e de política externa.	Grupos com diferentes perceções sobre estas questões e sobre o modo de inserção no mundo.
Estabelecido entre Estados com situações económicas e sociais semelhantes.	Estados com estruturas económicas e sociais e níveis de rendimento diferentes.
Caracteres fechados, introvertidos e excluindo caracteres.	Carácter aberto, permitindo múltiplas relações inter-regionais.
Carácter intergovernamental e persistência de esferas domésticas exclusivas.	Difusão da fronteira entre o nacional e o regional; grande impacto interno.
Processo político exclusivamente intergovernamental	Processo político mais aberto e maior participação dos intervenientes não estatais.
Igualdade no empenho das partes e ritmo igual nas estruturas de cooperação.	Existência de formas geométricas variáveis, reconhecendo a integração funcional e setorial.
Princípio da diferença setorial com organismos que operam em áreas específicas.	Natureza mais integrada dos campos de ação, sem uma divisão rigorosa.

Em geral, de acordo com Aldecoa e Cornago (1998), a variável explicativa chave na transição do “velho” para o “novo” regionalismo é de natureza estrutural, ao contrário do que

²⁶ Geosociedade é um termo geralmente usado como sinónimo de sociedade global.

foi apontado por Väyrynen (2003)(p. 42), que favorece a componente funcional e que sugere que “os recentes desenvolvimentos institucionais respondem não tanto aos cálculos de interesse, ou às percepções dos atores envolvidos em tais processos, como às transformações estruturais da sociedade internacional contemporânea”, em estreita articulação e referência ao fenómeno da globalização, bem como aos espaços sociais, à construção de identidades, iconografia, lugares e fluxos, e essencialmente, às regiões económicas (Murillo, 2014) (Quadro 0.1).

Como mencionado anteriormente, não há precisão quanto ao momento específico que marca o início do chamado “novo” regionalismo. No entanto, Hettne (2005) tenta estabelecer uma referência temporal baseada na consideração de que, no mundo real, a década de 1970 foi um período de “eurosclerose”²⁷ na Comunidade Europeia. Fora dele, as tentativas de criar organizações regionais que haviam sido realizadas até então estavam a fracassar, e a maioria delas, caiu em letargia.

O Livro Branco, de 1985, sobre o Mercado Interno²⁸ lançou um novo processo dinâmico de integração no continente europeu. Este foi também o início do “novo” regionalismo em outros lugares; estendendo-se *a posteriori* por todo o mundo. Naturalmente, isto atraiu muito interesse no final dos anos 80 e início dos anos 90. Embora, neste sentido, o que realmente surpreendeu foi a falta de correspondência entre os pressupostos incorporados pela economia e pela ciência política. Nessa altura, algumas introduções nas relações internacionais e na economia política internacional mal aludiam ao fenómeno do regionalismo, que é agora bastante comum.

Os estudos sobre o “novo” regionalismo consideraram aspetos novos, particularmente aqueles focados em condições relacionadas com o que ficou conhecido como globalização, fenómeno que deu origem a outra indústria de crescimento académico²⁹. O “novo”

²⁷ O termo “eurosclerose” é atribuído ao economista alemão Herbert Giersch (1921-2010) (Núñez, 2012), cunhado nos anos 70 para descrever um padrão de estagnação económica na Europa que pode ter resultado de uma regulamentação governamental excessiva e de políticas de benefícios sociais excessivamente generosas.

²⁸ O Livro Branco é um documento publicado pelos governos em certos casos para informar os órgãos legislativos ou a opinião pública. O seu objetivo é ajudar os leitores a entender uma questão, resolver ou lidar com um problema (por exemplo, projetando uma política governamental de longo prazo), ou tomar uma decisão. O termo é desenvolvido como uma derivação dos “BlueBooks” usados pelo Império Britânico no século XIX como um almanaque ou compilação de estatísticas do país, e cujo nome vem da cor de sua capa, como com os “WhiteBooks” (James, 2017).

²⁹ Segundo Hettne (2005), o fenómeno do regionalismo está fortemente ligado à globalização; no entanto, há diferentes apreciações no estabelecimento da natureza dessa relação, debatendo entre outros aspetos, se a regionalização é parte integrante da globalização, se é uma reação política contra esse processo, ou se pode ser ambos.

regionalismo descolou num ambiente de ordem mundial multipolar³⁰ e num contexto de globalização; fazendo parte de uma transformação estrutural integral que foi recebida por uma variedade de atores não estatais que operam a vários níveis do sistema³¹ mundial (Hettne, 2005).

No contexto da economia política internacional, o “novo” regionalismo é comparável ao que melhor se denomina “o novo protecionismo”, que foi basicamente uma interpretação antecipada da nova onda de regionalismo pelos economistas neoliberais que temiam que o súbito interesse pelo regionalismo anunciasse um novo protecionismo; outros, além disso, identificam um “novo” regionalismo com um de seus aspetos, o do “regionalismo aberto” (Golden e Spoor, 2006). A diferença reside muito nas perspetivas ontológicas e epistemológicas; desde que os neoliberais conceberam o “novo” regionalismo como uma política de promoção comercial, baseada em acordos regionais, em vez de um quadro multilateral; pelo contrário, para a economia política internacional, o regionalismo era um programa multidimensional abrangente, incluindo questões económicas, de segurança, ambientais e muitas outras.

Para os neoliberais, o regionalismo só poderia ser uma contribuição secundária para a tarefa de aumentar o fluxo de comércio e o bem-estar global e, na pior das hipóteses, uma ameaça à ordem multilateral. A perspetiva político-económica internacional, por outro lado, defendia que o comércio livre não era a principal dificuldade e que o regionalismo podia contribuir para resolver muitos problemas, desde a segurança ao ambiente, que não eram tratados de forma eficiente a nível nacional e para os quais não havia soluções de mercado.

Assim, para os neoliberais, o regionalismo era “novo” apenas no sentido de que representava um renascimento do protecionismo ou do neomercantilismo; enquanto o quadro da economia política internacional considerava a atual onda de regionalismo qualitativamente nova, no sentido de que só podia ser entendida em relação à transformação da economia mundial. Isso também implicava que o fechamento de regiões não estava na agenda; em vez

³⁰ A teoria do mundo multipolar é um modelo conceptual da futura ordem mundial, baseado no respeito pelos direitos dos povos e suas tradições, na preservação das culturas e identidades e na inter-relação orgânica das religiões. Ele é baseado em uma profunda compreensão dos processos geopolíticos, a essência das relações internacionais e sociologia (Dugin, 2017).

³¹ A teoria do sistema mundial, do ponto de vista holístico, engloba os problemas locais, nacionais e regionais dentro de uma lógica mundial, e os liga a um esquema onde as relações internacionais entre nações, livre comércio, autárquico, bilateralista, formam uma estrutura económica internacional que é a base da compreensão dos problemas locais em relação ao sistema mundial (Rionda, 2009). Portes e Walton (1981), Sassen (1988) e Wallerstein (1974) concebem este fenómeno como uma consequência inevitável da globalização económica e da estreiteza entre diferentes mercados de trabalho devido ao avanço tecnológico e às comunicações.

disso, o “novo” regionalismo era o chamado “regionalismo aberto”, que enfatizava que o projeto de integração deve ser orientado para o mercado e para o exterior, evitando altos níveis de proteção e fazendo parte do processo contínuo de globalização e internacionalização da economia política mundial (Hettne, 2005).

Cable e Henderson (1994, p. 8) definiram “regionalismo aberto” como um “quadro de negociação coerente com o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT)”. Para Gamble e Payne (1996), uma das características mais marcantes comuns a todos os projetos regionalistas é seu compromisso com o regionalismo aberto. Outro aspeto importante discutido mais recentemente no contexto do regionalismo é que se trata de um fenómeno global envolvendo tanto os países mais desenvolvidos quanto os menos desenvolvidos e, em alguns casos, ambos agrupados em uma mesma organização regional.

Assim, as regiões podem ser ordenadas em três categorias, de acordo com a estrutura hierárquica do sistema mundial: regiões centrais, regiões periféricas e, entre elas, regiões intermediárias. As regiões distinguem-se, em primeiro lugar, pelo seu grau relativo de dinamismo económico e, em segundo lugar, pelas suas políticas de estabilidade relativa, bem como pela linha divisória que pode atravessar os Estados existentes. Os limites não são permanentes. Pelo contrário, pode-se pensar que a estrutura hierárquica consiste em áreas em que as regiões entram ou saem de acordo com a sua posição económica e estabilidade política, bem como o seu nível de regionalidade. Isto significa que as regiões podem ser situadas e definidas de forma diferente em diferentes momentos ou momentos da história. O nível de regionalidade pode ser alterado propositadamente e à vontade (Hettne, 2005).

Neste debate, é relevante considerar uma série de diferentes abordagens teóricas; de um renascimento do neofuncionalismo ao construtivismo social, e com o neorealismo, o institucionalismo neoliberal e o intergovernamentalismo liberal no meio. Em geral, há numerosas explicações técnicas e teóricas interessantes sobre aspetos específicos do regionalismo. O problema com a rigidez teórica é que ela deve delimitar o objeto para estudo, mesmo quando o objeto rejeita muito reducionismo (Hurrell, 1995). Um caso empírico pode (e talvez deva) ser abordado a partir de diferentes ângulos teóricos, dadas as diferentes dimensões deste fenómeno multidimensional (Hettne, 2005).

Por seu lado, Koschut (2017) considera que o “novo” regionalismo não é nem uma teoria substancial das relações internacionais nem um quadro analítico coerente. Portanto, o “novo” regionalismo não consiste em formular hipóteses sobre guerra e paz, ou relacionadas com a cooperação e discórdia regionais com base em certos pressupostos ontológicos e suas conexões lógicas referentes a atores essenciais, aos interesses dos atores, às racionalidades de ação, às

instituições, bem como à relação entre o ator e a instituição do sistema internacional. O “novo” regionalismo também não oferece um padrão uniforme de análise e interpretação da cooperação regional, uma vez que isso também exigiria pressupostos uniformes sobre elementos importantes do mundo social e uma categorização ou tipificação das características correspondentes.

A fim de unificar critérios em uma definição comum, um olhar para o trabalho sobre o “novo” regionalismo leva à conclusão de que este é um termo coletivo para todo trabalho de pesquisa que aborda o fenómeno sem considerar a integração europeia ou a União Europeia (Warleigh e Rosamond, 2010; Acharya, 2012). A este respeito, Mittelman (1996, p. 192) acrescenta que “as características mais importantes do “novo” regionalismo são o seu alcance verdadeiramente global, que se estende a mais regiões, com maiores ligações externas”. Esta premissa deu origem a vários debates científicos no início dos anos 2000, que conduziram ao diálogo entre os estudos da UE e o “novo” regionalismo e refletiram sobre a questão de como tornar as abordagens mutuamente frutuosas (Warleigh e Rosamond, 2010; Söderbaum e Sbragia, 2010; Keating e Loughlin, 1997; Telò, 2001). Isto levou a que a pesquisa do regionalismo comparativo fosse estabelecida como um campo da ciência política.

De um ponto de vista geral, o “novo” regionalismo pode ser descrito como uma agenda de investigação que examina os processos de regionalização fora da Europa e fora da União Europeia, considerando frequentemente a interação entre globalização³² e regionalização (Mittelman, 1996; Väyrynen, 2003; Söderbaum e Shaw, 2003; Breslin e outros, 2013). Além disso, o “novo” regionalismo centra-se no facto de, com o fim da Guerra Fria, a ordem mundial se ter tornado multipolar, de a hegemonia dos EUA estar em declínio e de as relações internacionais serem caracterizadas por uma nova divisão do trabalho a nível global, que anda de mãos dadas com a transformação do estado³³ nacional da moeda vestefaliana (Hettne e Söderbaum, 1998; Gómez, 2008). Nesta base, afirma-se que a “nova regionalização” observada

³² Koschut (2017) adverte que a globalização não é de modo algum um fenómeno novo. Pelo contrário, ao longo dos séculos, as interações transfronteiriças tornaram-se interdependências económicas, sociais e políticas diversas e complexas (Keohane, 1984, 1989; Baylis et al., 2011). No entanto, a globalização tornou-se muito mais intensa no século XXI, já que as interações transfronteiriças aumentaram consideravelmente nos últimos cem anos como resultado de invenções e mudanças nas tecnologias de transporte e comunicação, levando a uma maior interdependência (Krasner, 1995, 1999; Keohane, 2001).

³³ O modelo vestefaliano é caracterizado pela ideia de que os estados são entidades soberanas tanto interna como externamente e, portanto, têm controlo ideal sobre suas fronteiras (Krasner, 1993, 1999).

após o fim da Guerra Fria não foi orientada pelas superpotências (Hettne e Söderbaum, 1998), mas desenvolvida a partir das próprias regiões (Gómez, 2008)³⁴.

Em princípio, deve ser feita uma distinção entre um “novo” regionalismo racionalista e um regionalismo crítico. A variante racionalista do “novo” regionalismo considera os Estados como os atores (embora não sejam os únicos) que têm interesse em maximizar a prosperidade económica, em utilizar ou moldar a globalização em seu benefício. Para atingir esse objetivo, estados ou governos agem racionalmente de acordo com a abordagem da escolha racional (Mansfield e Milner, 1999; Breslin, e outros, 2013).

Por seu lado, a ontologia do “novo” regionalismo crítico não aceita o Estado como uma determinada unidade, mas tende a questioná-lo e a problematizar o seu papel ou capacidade de agir (Söderbaum e Sbragia, 2010). Em comparação com o “novo” regionalismo racionalista, a variante crítica coloca frequentemente os atores não estatais no centro da análise e separa o conceito de região da localização puramente estatal (Väyrynen, 2003). Graças a estes diferentes pressupostos básicos, o “novo” regionalismo representa uma agenda de investigação, mas não um quadro teórico ou analítico.

Para a compreensão do “novo” regionalismo racionalista é importante vinculá-lo ao contexto comum das relações internacionais; uma disciplina que tradicionalmente tem tratado não só das questões de guerra e paz (Morgenthau, 1948; Waltz, 1959, 1979), mas também da emergência da cooperação para além do Estado-nação (Axelrod, 1984; Keohane, 1984), bem como da dinâmica e resultados da cooperação interestatal (Keohane e Nye, 1989; Zartman e Rubin, 2009; Fearon, 1998). Duas escolas teóricas foram consolidadas com força especial: o realismo e o liberalismo. A primeira tem a ver com o poder do Estado, a luta pela segurança e a guerra; a segunda com a prosperidade económica³⁵.

O ramo racionalista do “novo” regionalismo baseia-se em correntes teóricas realistas e liberais das relações internacionais (Söderbaum e Shaw, 2003; Söderbaum e Sbragia, 2010; Mittelman, 1996; Baccini e Dür, 2011). Por exemplo, assume-se que os atores (na tradição realista da teologia, estes são sobretudo estados) para além da Europa reagem à globalização através da cooperação regional ou moldam a globalização (Breslin e Higgott, 2003; Dieter e Higgott, 2003). Inicialmente, o foco era conter as dependências económicas dos antigos Estados coloniais ou de outros Estados ocidentais desenvolvidos, seguidos de esforços

³⁴ Gamble e Payne (1996), que argumentam que o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) expressam as aspirações dos Estados Unidos de fortalecer o neoliberalismo económico na América Latina, discordam.

³⁵ Para descrições detalhadas, ver Doyle (1986), Keohane (1990), Schieder (2003), Vasquez (1998), Jacobs (2003).

defensivos para alcançar maior independência do mercado mundial; hoje, o foco é criar acesso ao mercado e promover o desenvolvimento económico em face do avanço da globalização (Breslin e Higgott, 2003; Makinda e Okumu, 2007).

Além disso, esta corrente racionalista trata também dos processos de criação de instituições regionais em partes não europeias do mundo. Deve-se notar que os Estados protegem seus interesses exógenos escolhendo o grau de legalização, o grau de supranacionalização e as áreas de política de cooperação. Por exemplo, não é surpreendente que a ASEAN³⁶ e também a UA³⁷, cujos estados-membros não são geralmente democracias consolidadas (Acharya, 2011; Murray, 2004), não tenham fóruns abertos e altamente frequentados de participação cidadã (Chandra, 2004), ou que, de fato, atribuam apenas uma importância limitada aos direitos humanos (Udombana, 2001).

Outros representantes do “novo” regionalismo racionalista examinam as ações das organizações regionais em sua região e além (Cilliers e Sturman, 2002; Tieku, 2007). Estudos poderiam ser citados para analisar como as organizações regionais asiáticas lidaram com a crise financeira da década de 1990 e como os estados usaram o Banco Asiático de Desenvolvimento (AsDB)³⁸ para estabilizar novamente o mercado financeiro regional (Dieter e Higgott, 2003).

Por sua vez, o “novo” regionalismo crítico é mais difundido do que a variante racionalista do “novo” regionalismo; sua abordagem de pesquisa é caracterizada por sua tentativa de capturar a multidimensionalidade do objeto (Hettne e Söderbaum, 1998), sendo essencial para entender como as regiões são construídas e desconstruídas, para que fins elas servem e quais atores desempenham um papel no processo de regionalização³⁹ (Söderbaum e Sbragia, 2010). O “novo” regionalismo crítico considera uma variedade de atores (Estados, atores sociais nacionais e transnacionais, mercados) envolvidos numa interação complexa na construção (ou desconstrução) de regiões (Hettne e Söderbaum, 1998; Söderbaum e Shaw, 2003). A diversidade de atores anda de mãos dadas com uma multiplicidade de forças motrizes e objetivos de regionalização (segurança, dominação, cultura, bem-estar), que podem ter origens internas ou externas.

³⁶ Associação das Nações do Sudeste Asiático.

³⁷ União Africana.

³⁸ O *Banco Asiático de Desenvolvimento* (BAD) é uma organização financeira concebida no início dos anos 60 para o desenvolvimento económico da Ásia e do Pacífico. Seu principal objetivo é a erradicação da pobreza e a prestação de ajuda para melhorar o padrão de vida da população da região através de empréstimos e colaboração técnica (Banco Asiático de Desenvolvimento, 2019).

³⁹ Com base neste conhecimento, a distribuição de poder ou as estruturas de poder subjacentes à construção e manutenção de uma região podem ser problematizadas (Mittelman, 1996; Beeson, 2006).

As forças motrizes internas podem ser de natureza cultural, social, económica ou política, movendo governos, atores não-estatais e mercados e promovendo a governamentalização. Fatores externos como a globalização e a crescente interdependência económica oferecem novos incentivos para a formação de regiões ou estão dialeticamente relacionados (Väyrynen, 2003; MacLeod, 2001; Higgott, 1999). Nestes processos, a distribuição do poder de mercado e do poder político, bem como os discursos nacionais, governamentais e internacionais desempenham um papel importante (Perkmann e Sum, 2002; Breslin e Higgott, 2000; Paasi, 2003; Poon, 2001). Os impulsos endógenos e exógenos podem entrelaçar-se, interagir e, conseqüentemente, influenciar os processos de regionalização em termos de conteúdo, dinâmica e velocidade.

As regiões tornam-se mediadoras entre os desenvolvimentos e problemas nacionais e globais; podem também ser vistas como uma tentativa de participar num mundo caracterizado por uma elevada complexidade e interdependências diversas, tanto internas como externas (Hettne e Söderbaum, 1998; Söderbaum e Shaw, 2003). Embora a abordagem do regionalismo crítico se concentre em quem, por que e através de que formação regional, há também um trabalho que examina as estruturas das regiões criadas mais de perto. Ao fazê-lo, o “novo” regionalismo crítico examina não apenas as instituições formais, mas também as informais, para que tudo, desde as organizações regionais formais até as práticas informais de *networking*, possa ser coberto (Gómez, 2008; Acharya, 2011). Além disso, o “novo” regionalismo crítico introduziu o conceito de “regionalidade”⁴⁰.

Fala-se de “regionalidade” quando o processo de construção de uma região não foi concluído; mas, em termos de integração interna e formação de identidade, já foram feitos progressos suficientes para atribuir atributos regionais à construção (Väyrynen, 2003; Beeson, 2006; Wunderlich, 2012). Assim, faz-se uma distinção entre três níveis de “regionalidade”: um estágio pré-regional, caracterizado pela institucionalização e pela relação anárquica entre estados; outro, em que há uma região constituída, organizada e conveniente que formou estruturas formais de tomada de decisão ou em que as forças de mercado ou atores sociais estão espontaneamente organizados; e, finalmente, a região consolidada como um sujeito ativo com identidade distinta, com capacidade, legitimidade e estrutura decisória do ator institucionalizado (Hettne e Söderbaum, 1998).

⁴⁰ A tradução alemã mais adequada do termo “carácter regional” é a capacidade de lidar com fronteiras variáveis e também de abranger regiões com diferentes graus de desenvolvimento (Hettne e Söderbaum, 1998; Väyrynen, 2003; Wunderlich, 2012).

1.2.3. Regionalismos económicos na era da globalização

A teoria da integração, bem como um grande número de especialistas, estabeleceram uma classificação que define diferentes níveis de integração económica regional, em que Rodríguez e Ochoa (2017) resumem algumas conclusões:

- Acordos preferenciais – Os acordos preferenciais implicam apenas a redução de tarifas e sua finalidade é promover a abertura de mercados, bem como o favorecimento de investimentos. Em torno disso, o nível de institucionalização e cooperação é praticamente inexistente. Neste sentido, Arévalo (2010, p. 378) assinala que os acordos preferenciais “são aqueles que liberalizam o comércio apenas entre Estados que decidiram estabelecer alguma forma de cooperação inter-regional”.
- Acordos de livre comércio – Implicam a eliminação de tarifas, bem como a eliminação de qualquer outro impedimento à livre circulação de bens e serviços entre os Estados que assumem o estabelecimento deste tipo de integração económica. Geralmente, neste tipo de tratados, o nível de cooperação e institucionalização é muito fraco, devido à falta de instituições supranacionais e fundos regionais que promovam a coesão económica e social. Além disso, “os acordos de comércio livre não estabelecem uma pauta externa comum para países terceiros” (Rodríguez e Ochoa, 2017, p. 87).
- Uniões aduaneiras – Neste tipo de integração regional, os governos membros, além de estabelecer uma zona de livre comércio e eliminar tarifas, impõem um imposto externo comum aos países terceiros. O nível de institucionalização das uniões aduaneiras é superior ao dos acordos preferenciais e dos acordos de comércio livre.
- Mercados comuns – A criação de mercados comuns, em combinação com os elementos dos acordos de comércio livre e das uniões aduaneiras, define a livre circulação dos fatores produtivos: bens, serviços, mão-de-obra e capital. Neste tipo de integração regional, o nível de cooperação e institucionalização é muito mais amplo do que nos acordos de comércio livre e nas uniões aduaneiras, permitindo em alguns casos a consolidação de instituições supranacionais e fundos regionais, cujo objetivo é promover a coesão social e económica entre os seus Estados-membros. O Mercosul é um modelo de integração latino-americano que foi criado no âmbito deste esquema de cooperação.
- Uniões económicas e monetárias – Neste tipo de integração, a livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços é evidente. Caracteriza-se também por uma

cooperação transfronteiriça muito ampla e até mesmo pela consolidação de instituições supranacionais. As uniões económicas e monetárias representam a penúltima fase da integração regional e implicam a coordenação das políticas microeconómicas e macroeconómicas, juntamente com uma união monetária. Um caso típico de uma união económica e monetária é a União Europeia.

- Uniões económicas, monetárias e políticas – Representam o mais alto nível de integração regional, no qual existem todos os elementos dos acordos de comércio livre, das uniões aduaneiras e dos mercados comuns. Ao contrário das outras fases da integração, nas uniões económicas, monetárias e políticas, a unificação política é incorporada. No cenário internacional, até agora, não existe união económica, monetária e política, sendo a Constituição Europeia a tentativa mais próxima a este nível de integração.

Além disso, a Organização Mundial do Comércio (OMC)⁴¹ indica que “as integrações regionais não são ilegais, nem constituem um impedimento ao livre comércio” (Rodríguez e Ochoa, 2017, p. 88). Nos seus acordos, existe a possibilidade de dois ou mais países localizados na mesma região geográfica consentirem no estabelecimento de um tratamento preferencial que não tem necessariamente de ser alargado, numa base obrigatória, a países terceiros. Saliente-se, também, a existência de uma série de regras que devem ser respeitadas, incluindo a notificação à OMC sobre a constituição de tais acordos regionais; os Estados-membros da OMC são obrigados a participar na construção da integração regional.

Existe um regulamento sobre a criação de agrupamentos regionais baseados em dois aspetos principais: os regionalismos económicos podem ser estabelecidos considerando sua responsabilidade de promover a liberalização do comércio, sem discriminação de terceiros; do mesmo modo, não devem impedir a liberalização da economia mundial, pelo contrário, devem promover a abertura dos mercados internacionais. A Figura 0.1. mostra os regionalismos económicos mais importantes que existem atualmente no cenário mundial.

⁴¹ A Organização Mundial do Comércio (OMC) é a única organização internacional encarregada de estabelecer as regras que regem as atividades comerciais entre países. Os pilares em que assenta são os acordos da OMC, que foram negociados e assinados pela grande maioria dos países que participam no comércio mundial e ratificados pelos respetivos parlamentos. O objetivo é ajudar os produtores de bens e serviços, exportadores e importadores a realizarem as suas atividades (Organização Mundial do Comércio, 2019).



Figura 0.1. Regionalismos económicos no mundo
(Morales, 2008, citado por Rodríguez e Ochoa, 2017)

No entanto, apesar das sugestões feitas pela OMC, de um ponto de vista prático, uma grande parte das integrações regionais tende a tornar-se um elemento disfuncional e discriminatório no comércio internacional. Neste sentido, a maior parte dos agrupamentos regionais são essencialmente preferenciais e separam certamente os países terceiros do acesso aos seus bens e serviços. Isso esclarece a importância do peso nacional nas integrações económicas regionais, apesar da criação de instituições reguladoras como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte e a União Europeia, com as “regras de origem”⁴², e a política agrícola comum⁴³ (Rodríguez e Ochoa, 2017).

Isto pode ser o resultado da falta de vontade dos países mais poderosos de se adaptarem à nova distribuição global e regional das atividades económicas. Em todos os esquemas de integração económica regional, existem desequilíbrios notórios que minimizam a margem de manobra de vários países; mas, ao mesmo tempo, o multilateralismo desses países fertiliza o terreno do novo institucionalismo proposto por Peters (2003). Por exemplo, "depois da crise financeira desencadeada em 2008, a União Europeia como um todo está lutando para estabelecer um imposto sobre transações financeiras em nível da UE ou global (Held and

⁴² As regras de origem dos acordos comerciais são os requisitos que os produtores ou exportadores nacionais terão de cumprir para que os seus produtos sejam considerados originários e, por conseguinte, beneficiários de reduções pautais, concorrendo melhor nos mercados-alvo (Direção-Geral das Relações Económicas Internacionais, 2019).

⁴³ A Política Agrícola Comum (PAC) é um conjunto de leis adotadas pela União Europeia (UE) para constituir uma política agrícola comum e unificada. Foi criada em 1962 pelos seis países fundadores da UE e é a política mais antiga da UE; tem por objetivo: fornecer alimentos seguros e a preços acessíveis aos cidadãos da UE, assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores, preservar os recursos naturais e respeitar o ambiente (Conselho Europeu, 2019).

Young, 2011; p. 627), que ajudaria a regular essas transações e permitiria um redesenho de seus mecanismos de segurança financeira. De fato, Rodriguez e Ochoa (2017, p. 90) consideram que “não só a vontade política explicaria tal reestruturação regulatória e normativa, mas também uma escolha racional que calcula entre custos e benefícios”.

As crises dos modelos de integração regional, de todos os tipos, continuarão a apresentar-se, e os atuais esquemas de poder continuam baseados na predominância soberana de algumas nações. Apesar disso, a ordem multilateral das regiões poderia impor novos critérios de negociação e coordenação institucional, obrigando as regiões a consolidar modelos de governação regional (Rodriguez e Ochoa, 2017).

1.3. Integração

O regionalismo é por vezes encarado como a fase inicial que precede um processo de integração regional, seja ele económico ou político. Em termos gerais, o regionalismo alude à eliminação das barreiras estabelecidas pelos países, enquanto os processos de integração implicam a intensificação das relações entre eles, permitindo alcançar um grau de identidade que vai além do mero estabelecimento de pactos transfronteiriços (Mata e Volpini, 2011).

De acordo com o que está circunscrito no âmbito da organização política de um estado, do ponto de vista do direito internacional clássico, o regionalismo não conduz a qualquer tipo de transformação interna ou homogeneização por parte dos estados. É possível, portanto, deduzir uma distinção principal entre regionalismo e integração, que faz referência precisa às consequências que ambos geram, especialmente em termos de modificação da estrutura do estado nacional. Por outro lado, a regionalização e o regionalismo podem ser interpretados como processos interestatais que surgem para deter os avanços do mercado sem fronteiras e globalizado, instituindo-se como opção para que os países signatários de acordos de integração ou cooperação adquiram maior presença no cenário mundial, essencialmente relacionados à concorrência de produtos no mercado internacional.

Com efeito, segundo a proposta de Hurrell (1995), citado por Oyarzún (2008), a integração regional é considerada como um dos vários fenómenos que compõem o marco conceitual do regionalismo e uma das melhores opções para a inserção competitiva nos mercados mundiais. Após o fim da Segunda Guerra Mundial⁴⁴, nas últimas décadas o cenário mundial tem

⁴⁴ O fim da Segunda Guerra Mundial ocorreu em 2 de setembro de 1945, quando as tropas japonesas se renderam à brutal investidura dos Estados Unidos, propiciada após o golpe definitivo representado pelo lançamento de bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki (Segunda Guerra Mundial, 2019).

procurado se organizar em blocos de nações obedecendo a motivos ideológico-políticos, económicos e regionais, orientando as nações a se agruparem com o propósito de influenciar organizações internacionais e multilaterais. A este respeito, Ruiz (2001, p. 25) afirma que a integração foi erigida como “um mecanismo para que os Estados em aliança com setores económicos nacionais e transnacionais promovam a desregulamentação económica e a eliminação das políticas do Estado de Bem-Estar Social que possam ter sobrevivido à reforma estrutural em cada país”.

Foram realizadas numerosas investigações teóricas e empíricas para analisar a influência dos processos de integração regional sobre os países integrados, uma vez que está implícita a unificação de seus Estados-membros, bem como a transferência de competências desses mesmos Estados para as instâncias comuns (Amado, 2018). Por outro lado, é pertinente levar em conta a multiplicidade de fatores que ocorrem no processo de integração, entre os quais se destacam os seguintes: a gestão nacional (tendo em vista que é necessário um planeamento estratégico que mereça uma gestão disciplinada e uma visão sustentada individual, nacional ou institucionalmente); e que os atores envolvidos são agentes privados ou civis, pois em grande parte garantem o sucesso da integração regional e das instituições no processo de desenvolvimento (instituições fortes e um sistema que funcione, permita a geração de recursos humanos educados, capacitados e equipados) (Amado, 2018).

As integrações regionais são baseadas em valores, sentido de pertença e interesses comuns. Os pilares para estabelecer regionalismos ou, como alguns especialistas lhe chamam, “minilateralismo”, estão nos interesses comuns, na semelhança dos sistemas económicos e políticos, na complementaridade económica, na afinidade cultural, na tradição e, em alguns casos, até mesmo numa religião comum (Rodríguez e Ochoa, 2014, p. 81).

Parece óbvio que a integração regional deve ser entendida como parte de uma nova estrutura organizacional dos Estados, na qual surgem novas formas de relações internas e externas num quadro comum, o espaço integrado. Em essência, é perceptível a mudança radical na noção interna e externa do conceito convencional de Estado, sendo definida num contexto em que as fronteiras do território comum se estendem (Fernández, 1992). Assim, os Estados encontraram incentivos nas integrações regionais para enfrentar problemas que se tornaram coletivos do ponto de vista regional. No entanto, na busca da maximização dos benefícios a ela vinculados, é pertinente que as nações assumam o compromisso de manifestar uma grande vontade política, bem como de estabelecer os mecanismos efetivamente necessários para a institucionalização dessa cooperação (Rodríguez e Ochoa, 2014).

A integração regional é uma ferramenta estrategicamente eficaz que deve ser aplicada continuamente para enfrentar os desafios impostos pela globalização (Benavides, 2011); é um componente parcial do comércio e dos fluxos de capitais a nível internacional, que tem uma influência marcante no crescimento económico dos países integrados. A economia de mercado levou a uma crescente interdependência entre economias e sistemas sociais, com a disseminação de suas ideologias espalhadas por quase todo o mundo. A mobilidade de pessoas, bens, capitais e serviços tem sido promovida pelo colapso das barreiras anteriormente existentes como resultado desta globalização e dos acordos de cooperação e processos de integração.

Portanto, pode supor-se que a integração é um tipo de regionalismo que confere à região a faculdade de se tornar um ator relevante no sistema, envolvendo intercâmbios comerciais, bem como a cooperação económica e sociopolítica, que transcende a exclusividade das relações intergovernamentais, mas liga diferentes componentes do Estado (trabalhadores, diplomatas, empresários, parlamentares, ambientalistas, estudantes, militares, etc.) para uma entidade supranacional. Além disso, esses atores não estatais ou privados são, por vezes, os mais influentes e desempenham papéis mais proeminentes nas relações internacionais do que os próprios Estados.

Por isso, deve-se notar que cada vez mais atores estatais e privados estão a emergir e a influenciar a tomada de decisão internacional. A globalização levou a um aumento da interdependência entre os Estados, bem como ao surgimento de conflitos, sejam eles locais ou não, que se generalizaram na medida em que afetam diretamente os interesses regionais e se expandem para dimensões internacionais.

Sob essa perspetiva globalista, destaca-se o significado da integração do ponto de vista económico, o que provoca uma conceituação da mesma como um processo histórico cuja emergência está intimamente ligada ao desenvolvimento das forças produtivas e que implica a interligação das economias nacionais por meio da redução e eliminação das barreiras que limitam o estabelecimento de laços de cooperação mútua destinados a obter benefícios de acordo com os interesses dos agentes económicos dominantes. Tal desenvolvimento, por sua própria natureza, envolve um fortalecimento do carácter social da produção, que, quando contrastado em muitos aspetos com as limitações do Estado para o crescimento, dá origem à internacionalização do trabalho, bem como à especialização e cooperação entre as economias nacionais (Neves, 2018).

No entanto, os processos de integração e cooperação económica internacional desenvolvidos até agora se baseiam na natureza contraditória do processo de globalização,

evidenciada em dois fenômenos: “um mundo globalizado que achata e exclui os não eleitos”; e o outro, “a necessidade de ter suas próprias bases de apoio, como as que estão na base dos processos integracionistas da região em questão” (Neves, 2018, p. 3).

No entanto, Madeiros (2008), citado por Neves (2018), aponta que uma singularidade do processo de integração econômica é que ele envolve a existência de uma precisa vontade política prévia de realização entre os Estados, traduzida no fato de permitir que o grau de consciência coletiva seja elevado na busca da eliminação gradual das desigualdades econômicas, sociais e culturais que separam esses Estados; constituindo um requisito indispensável, a homogeneização dos interesses políticos para sua consolidação. Consequentemente, a integração econômica e política são áreas de interdependência cuja subsistência é exclusiva (a subsistência de uma depende da outra) e que condicionam simbioticamente o seu sucesso mútuo.

Mais especificamente, Sanchez (2009) aponta que a integração econômica pode ser entendida como o processo de associação crescente das economias nacionais que é gerado a partir da minimização ou eliminação de condições que impedem o desenvolvimento de laços mútuos, com a finalidade de obter benefícios comuns baseados nos interesses dos agentes econômicos dominantes. No entanto, todo o processo de integração regional depende da evolução econômica e política dos países membros (Mistry, 2003, citado por Söderbaum e Shaw, 2003).

Atualmente, os projetos de integração econômica que têm sido desenvolvidos ao nível global e que são realizados nos países em desenvolvimento, fazem notável a presença de sólidas bases protecionistas e discriminatórias sobre as quais se baseiam as políticas comerciais, agrícolas e financeiras de integração dos países desenvolvidos. Como resultado, Neves (2018) indica que há um atraso nos resultados da integração abordada a partir de uma dimensão econômica, devido aos seguintes fatores:

1. O poder ainda detido pelo imperialismo, pelo mercado, pelas oligarquias e pela doutrina neoliberal.
2. Desenvolvimento insuficiente da complementaridade econômica.
3. A existência de um sector privado da economia, com uma elevada capacidade de acumulação, que não integra processos de integração fiscal.
4. O sector público em crescimento.
5. Presença de modelos econômicos heterogêneos e diferentes marcos legais.
6. Validade limitada para integração física.

7. Derivações negativas da crise económica global.

No entanto, na década de 90, o clima de desenvolvimento da integração e interdependência económica, tanto a nível regional como internacional, caracterizou-se pelo estabelecimento de vários acordos de integração regional, pela emergência de novas organizações, pelo reforço e consolidação das existentes em resposta às insuficiências de organizações e acordos anteriores, bem como pela presença do incentivo à liberalização da economia através do alinhamento das políticas económicas e da eliminação de barreiras ao livre investimento (Fragoso, 2010, citado por Neves, 2018). Acordos de parceria entre organizações regionais como os estabelecidos entre a União Europeia e a África, as Caraíbas e o Pacífico, a União Aduaneira da África Austral (SACU), o Mercado Comum da América do Sul (MERCOSUL), entre outros, têm demonstrado que, numa base regional, é mais fácil resolver problemas e encontrar o caminho para o crescimento (Cunha, 2010, citado por Neves, 2018), desde que exista um mínimo de coesão política entre os Estados que reduza as tensões deste tipo entre eles.

Particularmente no continente africano, os países estão a tentar alcançar a sua autonomia e independência, bem como a assumir o direito já estipulado de definir o seu rumo e traçar o caminho que querem seguir para si próprios. No entanto, a incapacidade das organizações existentes de responder à nova situação aumenta a necessidade de criar novos vínculos, métodos e formas de aliança entre os povos para enfrentar positivamente as novas realidades. Apesar do conhecimento de possíveis soluções, a falta de coesão política entre os Estados africanos tem dificultado notoriamente os esforços de integração (Fragoso, 2010, citado por Neves, 2018).

Capítulo 2

Regionalismo e microrregionalismo no continente africano e em Angola

Neste capítulo, faz-se uma introdução alargada ao tema principal abordado na pesquisa, começando com uma visão panorâmica da situação e do contexto em que se desenvolve mundialmente, para depois expor os elementos concretos e relevantes do contexto estudado que aludem aos objetivos propostos da pesquisa e introduzir o marco teórico do estudo.

Com isso, inclui uma análise das dimensões gerais do regionalismo transfronteiriço no contexto africano que atuam como argumento de significado e contraste para a posterior geração de reflexões aos níveis mais específicos ligados ao caso da fronteira sul de Angola. Este capítulo tem por objetivo descrever o regionalismo e microrregionalismo no continente africano e, em particular, em Angola tendo em conta os conceitos do antigo e novo regionalismo.

2.1. Regionalismo em África

A contextualização do regionalismo no continente africano deve ser analisada de acordo com o grupo de países pertencentes a áreas geográficas circunscritas. Assim, é possível referir as regiões da África Austral, África Central, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), entre outras regiões e entidades importantes. Segundo Joveta (2011), o regionalismo é uma iniciativa que reforça as políticas e economias dos países envolvidos, uma vez que a conceptualização da região sob um esquema de adoção de políticas de integração acrescenta relevância e competitividade em nível internacional.

A análise teórica e prática do regionalismo necessita atualmente de um maior aprofundamento e desenvolvimento, apesar do significativo esforço académico que vem sendo realizado desde o final da Segunda Guerra Mundial, para tentar chegar a um consenso sobre padrões cientificamente coletivos, no que diz respeito à definição de regiões e regionalismo. Atualmente, o trabalho intelectual dedicado a este tema não tem sido inteiramente bem-sucedido, pois os termos região e regionalismo permanecem muito ambíguos na literatura que a eles se refere (Fawcett e Hurrell, 1995). Particularmente, aludindo ao conceito de região, que poderia ser interpretado como o elemento que está na

base da compreensão de quais são os processos de regionalização e regionalismo, ainda não há consenso na retórica das relações internacionais quanto à definição do termo.

A nível prático, na busca de elucidar os aspetos gerais ligados ao regionalismo, Joveta (2001) afirma que, durante mais de três décadas, a Europa se tornou o laboratório formador do regionalismo no mundo. Parece, pois, que o regionalismo é uma invenção europeia, concebida ao longo de um processo de integração de mais de meio século. Os princípios da União Europeia baseiam-se na conceção de um grande mercado; na harmonização das regras que interferem com a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais; bem como na solidariedade através da implementação de mecanismos financeiros e políticas comuns, em particular os relacionados com o comércio e a concorrência. O processo de integração no continente europeu desenvolveu-se a um tal nível que foi adotada a utilização de uma moeda única, o Euro.

As vantagens da integração regional europeia têm sido significativas, desde a formação de um forte e enorme mercado até à obtenção de um maior poder de negociação no contexto internacional. No entanto, a irreversibilidade do processo requer, ao mesmo tempo, um quadro institucional bem definido que permita o exercício comum da soberania regional a um grau suficiente de convergência das políticas económicas, especialmente no que respeita à estabilidade monetária.

A experiência política da União Europeia, na opinião de Quermonne (2001), evidencia uma tendência regionalista que vem sendo adotada nos cinco continentes, desde meados do século passado até o presente, funcionando como um autêntico laboratório, onde novos formatos e esquemas político-administrativos estão sendo concebidos (Fawcett e Hurrell, 1995), sob a observância de dois fenómenos importantes: integração e cooperação. O primeiro é essencialmente caracterizado pela busca de instituições supranacionais e processos de tomada de decisão por maioria qualificada, enquanto o segundo cultiva instituições intergovernamentais e opta por processos de tomada de decisão por consenso (Quermonne, 2001; Jones e Keating, 1995).

Os sucessivos tratados constitutivos e reformadores da União Europeia (Roma, Maastricht, Amesterdão, Nice e Lisboa) procuram refletir as necessidades político-administrativas dos países no processo de integração, procurando também criar mecanismos supranacionais capazes de combinar a velocidade de decisão com a práxis democrática regional (Cardoso, et al., 2005). Neste sentido, o reconhecimento de duas

fontes inquestionáveis de legitimidade democrática, os Estados-Nação⁴⁵ e os cidadãos europeus (Quermonne, 1995), é notável no Tratado de Lisboa⁴⁶.

Partindo da diferença clássica entre federação e confederação, Quermonne e Croisat (1996) estudam o federalismo europeu⁴⁷ apontando que este se realiza em dois níveis sobrepostos: estruturas supranacionais, com a lenta emergência de um governo autónomo à escala europeia; e uma conceção intergovernamental de políticas comuns assente em negociações entre os chefes do executivo nacional, que melhora a integração comunitária ao estimular a intersecção das políticas europeias e nacionais, bem como das administrações públicas⁴⁸.

Atualmente, os projetos de integração que foram desenvolvidos e moldados nos países em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África e, em certa medida, Ásia, coincidem no fato de que os seus objetivos integrais, e especialmente os comerciais, tomaram como referência a experiência integracionista do regionalismo da União Europeia (Neves, 2018). Em particular, à semelhança do fenómeno de integração que tem sido promovido na Europa, África também tem sido orientada para o início da integração regional (Joveta, 2011). Foram criadas organizações regionais africanas que adotaram, após os processos problemáticos de descolonização, uma estratégia de crescimento e reafirmação institucional que lhes garantiu o reconhecimento da comunidade internacional, como resultado das políticas assertivas que têm sido aplicadas no contexto africano e no mundo (Cardoso et al., 2005).

No entanto, Mistry (2000) assinala que desde que os países africanos começaram a tornar-se independentes na década de 1950, duas considerações conflitantes influenciaram os seus esforços de cooperação e integração regional. O primeiro é o facto de aderirem rigidamente às fronteiras coloniais traçadas pelas capitais imperiais europeias. A segunda é representada pela acentuada ênfase pós-independência na

⁴⁵ O conceito de Estado-Nação surge com as mudanças geopolíticas do século XIX, aludindo a “uma organização política de uma população homogênea que compartilha cultura, língua e um governo que serve seus interesses” (Córcoles, 2009, p. 1).

⁴⁶ O Tratado de Lisboa é um texto jurídico assinado pela União Europeia (UE) em Lisboa, em 13 de dezembro de 2007, que lhe confere personalidade jurídica para assinar acordos internacionais a nível comunitário (Deutsche Welle, 2007).

⁴⁷ O federalismo europeu, também chamado de europeísmo, é um movimento político e social que defende uma estreita coordenação entre os países europeus, através da partilha das suas soberanias nacionais e perseguindo a criação de um modelo europeu de Estado Federal (Morante, 2018).

⁴⁸ O Parlamento está limitado pelo mecanismo de codecisão que lhe dá a possibilidade de vetar certas questões, demonstrando muito abaixo da competência das legislaturas nacionais, que sem dúvida atuam como verdadeiros guardiães da legitimidade democrática (Quermonne e Croisat, 1996).

indispensabilidade da integração económica nas sub-regiões de África e no continente em geral.

Em retrospectiva, se o regionalismo teve um grande desenvolvimento no contexto europeu, África permanece entre duas tendências principais, ou seja, continuar política e economicamente separada e, ao mesmo tempo, reconhecendo gradualmente a necessidade de alcançar uma fusão económica de nível regional. Apesar dos seus recursos naturais consideráveis, a maioria dos Estados nacionais em África tem-se revelado economicamente inviável enquanto entidades soberanas independentes há mais de cinquenta anos e o regionalismo tem sido visto como potencial meio de ultrapassar estes constrangimentos.

2.1.1. Contexto histórico do regionalismo em África

A análise do regionalismo em África parte da descrição do processo de ocupação colonial, bem como da construção de novos Estados-nação. Segundo Mballa (2008, p. 4), “a partir do século XIX, a maior parte do continente africano foi incorporada no fluxo da história global em apenas três gerações”; isto porque a ocupação europeia foi extraordinariamente acelerada, a tal ponto que, em 1879, 90% do território ainda ser governado por africanos e, em 1900, a proporção ter sido invertida. Em 1914, as consequências da ocupação já tinham afetado a maioria dos africanos.

Note-se que a Conferência de Berlim, cujo objetivo era resolver os problemas da expansão colonial em África e resolver a sua distribuição, não contou com a participação de representantes do continente. Foi convocado conjuntamente pela França e pela Alemanha e realizado entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, com a ajuda das seguintes nações: Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Portugal, Espanha, Suécia, Noruega, Turquia, EUA.

Durante o seu discurso, Bismarck⁴⁹, que presidiu à Conferência, afirmou que o objetivo desta “era promover a civilização dos africanos abrindo o interior do continente ao comércio”; também definiu os objetivos específicos da chamada: “liberdade de comércio no Congo e no Níger e acordo sobre as formalidades para uma anexação válida de territórios no futuro” e indicou que aspetos alusivos à soberania não seriam abordados. Concluiu sua intervenção, gerando incerteza e ambiguidade, mas não antes de insistir que a Conferência “serviria à causa da paz e da humanidade” (Mballa, 2008, p. 4).

⁴⁹ Otto von Bismarck, Chanceler da Alemanha e organizador da Conferência de Berlim.

Ao longo da celebração desta conferência, foram concretizados três projetos de ocupação no continente africano: França, com o eixo leste-oeste, entre Senegal e Gabão pelo Saara e Sudão em direção à Somália; Portugal, na África ao sul do Equador, entre Angola e Moçambique; e Grã-Bretanha, com o eixo norte-sul, entre Cairo e Cabo pela África Oriental, Central e Austral; sendo este o eixo que será imposto após os confrontos da crise do ultimato⁵⁰ (1890) entre Inglaterra e Portugal, e o incidente de Fashoda⁵¹ (1898) entre Inglaterra e França, que foram resolvidos com duas vitórias britânicas (Mballa, 2008, p. 4).

A Alemanha aderiu à divisão colonial relativamente tarde, como resultado da política europeia mantida por Bismark, que tentou resistir, tanto quanto possível, às pressões dos grupos económicos em favor da expansão. No ano 1882, é instituída uma Sociedade Colonial Alemã, numa época em que os melhores territórios já eram limitados, gerando a ocupação por parte da Alemanha dos territórios menos atraentes: Togo, Camarões, África do Sudoeste (atual Namíbia) e África Oriental Alemã (Tanzânia). Por volta do ano 1904, em termos práticos, pode-se afirmar que toda a África já tinha sido distribuída e consequentemente submetida ao regime colonial europeu, com exceção de algumas zonas limitadas que mais tarde foram incorporadas ao seu domínio durante os primeiros anos do século XX. Apenas dois Estados africanos mantiveram a sua independência: tradicionalmente, a Etiópia e um recente, a República da Libéria.

⁵⁰ O Ultimato Britânico de 1890 foi um ultimato do governo britânico presidido por Lord Salisbury, entregue ao governo português em 11 de Janeiro de 1890 através de um “Memorando”, ordenando-lhe a retirada das suas forças militares existentes no território entre as colónias de Moçambique e Angola, na atual Zâmbia e Zimbabué, sob o pretexto de um incidente entre portugueses e macololos, mas realmente por instigação do magnata diamante sul-africano. A zona foi reivindicada por Portugal, reivindicando da Conferência de Berlim uma faixa de território que passou de Angola para a contracosta, ou seja, para Moçambique.

A impossibilidade de resistência a um país tradicionalmente aliado e protetor de Portugal levou ao desencadeamento de graves motins, incluindo manifestações em frente ao Palácio do Miradouro de Santa Catarina em Lisboa, a residência do Ministro dos Negócios Estrangeiros Henrique de Barros Gomes e a queda imediata do governo de José Luciano de Castro, sendo nomeado a 14 de janeiro um novo ministério chefiado por António de Serpa Pimentel. Este facto inspirou a letra do hino nacional português e foi considerado pelos historiadores e políticos portugueses da época a ação mais escandalosa e infame do Reino Unido contra o seu mais antigo aliado (Ferreira, 2000).

⁵¹ O Incidente de Fachoda é o nome dado aos episódios que ocorreram em 1898, quando a França e o Reino Unido decidiram construir linhas de comunicação para conectar suas respectivas colónias africanas sem interrupção. A França ansiava pela ligação das suas colónias por uma linha terrestre contínua ao longo do Norte de África, atravessando o deserto do Saara e ligando o porto de Djibuti (a posse da França nas margens do Oceano Índico) com os portos de Brazaville e Douala, possessões francesas nas margens do Oceano Atlântico. Por seu lado, a Grã-Bretanha queria levar a cabo o projeto de Cecil Rhodes e construir uma linha contínua de possessões coloniais britânicas do Egipto à África do Sul, ou *Do Cabo ao Cairo*, como comentam os círculos britânicos mais expansionistas. A pequena cidade de Fachoda, nas margens do Nilo, localizada no cruzamento das duas linhas, torna-se o cenário do confronto (Trujillo, 2017).

As metrópoles europeias, na prática, monopolizaram quase inteiramente os territórios africanos, onde estabeleceram instituições governamentais que estabeleceram um domínio que se tornou notável em todos os aspetos e atividades. Esta ação europeia sobre as colónias africanas é evidente sob três perspetivas (Mballa, 2008):

- A nível político, graças à manutenção e ao estabelecimento (com certas variantes) de uma administração fragmentada e de um regime colonial sob domínio e/ou controlo direto europeu.
- Na esfera socioeconómica, assente no facto de a dependência e articulação dos recursos africanos com o sistema capitalista europeu ter introduzido um novo paradigma de atividade económica (diferente do que existia anteriormente em África), sujeitando-o à iniciativa e aos interesses da economia europeia, bem como à estruturação de certas realidades sociais.
- No aspeto ideológico-cultural, através de uma notória falta de adaptação entre dois grupos de valores culturais contrastantes, caracterizados pela submissão do africano ao europeu, que mais tarde foi marcado por um sentimento e movimento de oposição e resistência à Europa, tendendo à reafirmação dos valores africanos.

Da mesma forma, as concepções e tendências ligadas ao estado ocidental foram transferidas para África, ou seja, o paradigma do estado vestefaliano⁵² foi imposto aos modelos pré-coloniais; a ideia de um estado unitário totalmente centralizado em todas as suas colónias foi imposta pela França, e os territórios coloniais britânicos foram subjugados à tradição de autogoverno com uma administração indireta que enraizou a concepção de um estado federal, comparativamente descentralizada no que diz respeito ao âmbito administrativo.

Por seu lado, a colonização belga⁵³ redefiniu a organização social da atual República Democrática do Congo (RDC), Ruanda e Burundi para uma estrutura neo-feudal⁵⁴,

⁵² O Estado da Vestefália é um esquema que moldou o sistema internacional moderno. Desde a assinatura dos tratados de 1648 na região alemã de Vestefália, que puseram fim a uma longa sequência de guerras europeias, o conceito de nações soberanas com jurisdição própria e sem o direito de intervir nos assuntos de outros Estados (Saavedra, 2011) prevaleceu, até hoje.

⁵³ O império colonial belga foi o resultado da introdução da Bélgica na distribuição da África durante o último terço do século XIX, onde o rei Leopoldo II conseguiu obter a maior parte da região do Congo que lhe foi concedida (Deutsche Welle, 2006).

⁵⁴ Neo-feudalismo, ou novo feudalismo, refere-se a qualquer grupo separatista que busque, através de uma nação fracionada, conformar um novo Estado baseado em premissas étnico-culturais e que busque em

caracterizada por uma crescente tutsificação do poder e da organização social. As restantes administrações coloniais mantiveram a mesma lógica fiscal de um modelo de administração de acordo com os seus próprios interesses, o que trouxe como consequência negativa a emergência da etnicidade como fator político dominante.

Na realidade, a análise errónea das potências coloniais (que pensavam trazer “civilização” aos africanos), bem como o etnocentrismo das⁵⁵ administrações estabelecidas, provocaram manipulações e desvios. Da mesma forma, na época da independência, o Estado apareceu formalmente como produto de uma técnica de governo herdada exclusivamente da antiga metrópole, embora as autoridades que tinham que fazê-lo funcionar ou seguir suas diretrizes permanecessem amplamente influenciadas pelos princípios que prevaleciam antes da implantação dos europeus. É precisamente neste contexto de dominação que se formaram os novos e frágeis Estados africanos, dominação essa unida pelo princípio da territorialidade⁵⁶ (Mballa, 2008, p. 5).

Tendo em conta este contexto colonial que pouco espaço deixava às regiões – e que inclusive dissociou algumas pré-existentes e preveniu a formação de outras – a ideologia política mais influente para a construção da África como região até à data é o pan-africanismo, cujas raízes intelectuais remontam à primeira metade do século XX (Geiss, 1974). O pan-africanismo surgiu inicialmente como um movimento de construção de identidade para criar um sentimento de pertença entre as crianças escravizadas.

O pan-africanismo é um movimento político, social, cultural e filosófico que procura a união de todos os países africanos e diásporas, especialmente na América inicialmente, mas também na Europa, sob a mesma identidade. O movimento enraizou-se no final do século XIX, quando alguns pensadores, em oposição à colonização europeia, defenderam

contextos históricos anteriores à racionalização por meio da holização das sociedades políticas do Antigo Regime que as transformou em modernas Nações Políticas (Espanha, França, Itália, Alemanha, Venezuela, Argentina, Uruguai, Brasil, etc.) sua justificativa de opressão. Com o desenvolvimento do capitalismo moderno, os grupos neo-feudalistas têm sido capazes de incorporar elementos ideológicos característicos das ideologias democráticas e de esquerda em alguns casos (Armesilla, 2008).

⁵⁵ O etnocentrismo como conceito teórico tem sua origem no estudo de comportamentos e formas de relacionamento entre grupos (Sumner, 1906). É um fenómeno social que pode se manifestar em qualquer grupo de indivíduos e implica a distinção entre pertencer ou não ao próprio grupo, a consideração como superior do modo de vida do grupo e a discriminação entre grupos (Sharma, Shimp e Shimp). Shin, 1995). Por sua vez, Aguilera (2002) define etnocentrismo como a atitude de um grupo que consiste em considerar que tem uma posição central em relação a outros grupos, valorizando de forma mais positiva as suas próprias realizações e particularidades do que as dos diferentes grupos. Este autor também indica que todos os grupos sociais e culturais são, até certo ponto, etnocêntricos; neste sentido, o etnocentrismo seria um sociocentrismo cultural referido a um grupo humano, pela sua cultura ou área cultural.

⁵⁶ O princípio da territorialidade assume que o poder político é exercido não só através do controlo direto dos homens e dos grupos sociais, mas também através do controlo do território (Bertrand, 1995). Nesta perspetiva, o território adquire uma dimensão instrumental, uma vez que representa um meio de definição, delimitação e enclausuramento de uma comunidade específica (Mballa, 2008).

o direito à liberdade e a necessidade de permanecer unidos para alcançar este objetivo (Toasijé, 2013). Portanto, essa união, embora baseada na língua, cultura ou religião, foi baseada principalmente no racismo contemporâneo e no território de origem. Aqui, tanto a experiência da escravidão como o desenraizamento tiveram um papel tão importante quanto a colonização e a resistência fracassada contra ela.

Como a discriminação continuou na América do Norte, Brasil, Caribe e Europa após a libertação dos escravos, as esperanças dos seus descendentes surgiram em uma “pátria” africana e romântica. Os centros do movimento independentista estavam, portanto, inicialmente longe de África.

Nos Estados Unidos, mas também em Londres e Paris, formaram-se correntes de elites intelectuais, que pensavam na África como um ponto de referência. Desta forma, o conflito entre a assimilação europeia e americana, a autonomia cultural ou a vida política seria ultrapassado. No entanto, a desejada integração em África deparou-se com o isolamento e a alienação notável de uma geração que tinha adotado não só as línguas coloniais, mas também os valores da democracia e da modernização. Na própria África colonial, os movimentos independentes foram inicialmente raros e limitados à África Ocidental (Mattheis, 2017).

Os objetivos do pan-africanismo centraram-se em África, bem como na autoimagem das futuras gerações de colaboradores na América e na Europa. O núcleo era a modernização social e económica da África, a emancipação cultural e a autodeterminação política. Para além destes valores gerais, surgiram diferentes variantes do pan-africanismo, representando diferentes crenças grupais. Sob a ideia de “Homeland Africa”, os afro-americanos, em particular, procuraram estreitar os laços com os africanos. O termo “África para os Africanos” incorpora a busca anticolonial pela unidade cultural e independência política. A “Negritude”⁵⁷ surge principalmente pela luta contra a colonização e sua cultura dentro do sistema colonial francês. Emergiram identidades raciais, bem como demarcações territoriais que restringiam o pan-africanismo ao próprio continente. Isto aconteceu em parte na ausência do Norte de África, onde o Pan-Arabismo cultural-religioso foi ecoado (Stetter, 2017).

⁵⁷ A negritude (em francês *Négritude*) corresponde ao movimento político, ideológico e literário caribenho desenvolvido durante a primeira metade do século XX; reuniu escritores e intelectuais para levantar “um projeto que tentou definir uma identidade cultural e social de origem afro-francesa para as Caraíbas, recolhendo a tradição negra e, simultaneamente, apropriando-se das linguagens estéticas da vanguarda para se manifestar” (Ferrada, 2001, p. 90).

Finalmente, Mattheis (2017) observa que houve também uma solidariedade global com a Ásia e, em parte, com a América Latina no sentido de um movimento pós-colonial, que encontrou sua expressão política na Aliança de Bandung⁵⁸ em 1955. Nos anos 50 e 60, a ordem mundial global mudou tão fundamentalmente que a ideologia do pan-africanismo, que até então existia predominantemente como um ideal, pôde ser subitamente traduzida em realidades políticas. Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o antirracismo e a autodeterminação como modelos, enquanto as potências coloniais se engajaram na reconstrução europeia. Assim, na década de 1960, a independência política da maioria das colônias africanas foi alcançada.

À medida que o pan-africanismo se aproximava cada vez mais de um dos seus principais objetivos – a independência política – novas fissuras desenvolveram-se em África. Quanto mais desaparecia a imagem do inimigo colonial comum, mais se destacavam os interesses das elites locais. Embora a luta pela liberdade fosse caracterizada pela solidariedade transfronteiriça, a demarcação colonial, apesar da sua arbitrariedade, permaneceu intacta na maioria dos casos.

A construção pós-colonial do poder político foi baseada em Estados-nação independentes, enquanto as federações ou uma reorganização territorial foram vistas como uma ameaça à estabilidade e aos interesses privados. As primeiras organizações regionais pós-coloniais na África do Norte e Ocidental, que foram fundadas na sequência da independência política no sentido pan-africano, falharam rapidamente devido ao crescente nacionalismo⁵⁹. Mesmo estruturas regionais coloniais anteriores, como a África equatorial francesa⁶⁰, desintegrou-se em seus estados individuais atuais (Mattheis, 2017).

Outra falha nas tentativas de integração entre o Norte e a África subsariana foi a emergência do Cairo e de Acra como centros intelectuais para projetos regionais independentes. Isto levou, por um lado, à união a curto prazo da Síria e do Egito num Estado pan-árabe e, por outro, à continuação da adesão das antigas colônias britânicas à

⁵⁸ A conferência de Bandung foi uma reunião de estados asiáticos e africanos, a maioria dos quais tinha acabado de ganhar independência. Foi realizada de 18 a 24 de abril de 1955, em Bandung, Indonésia, com o objetivo de promover a cooperação económica e cultural afro-asiática em oposição ao colonialismo e ao neocolonialismo das antigas metrópoles e dos Estados Unidos, bem como sua inclusão na área de influência exclusiva da União Soviética. O principal objetivo da conferência foi o estabelecimento de uma aliança de Estados independentes e o estabelecimento de uma corrente neutra e não alinhada com a política internacional das duas grandes potências (Martin De La Escalera, 1955).

⁵⁹ O nacionalismo, segundo Wabgou (2010), é uma força que conseguiu a transformação da ordem mundial, porque graças a ele, houve o declínio do paradigma dominante das nações.

⁶⁰ A África Equatorial Francesa foi a federação das possessões coloniais francesas na África Central, estendendo-se desde o rio Congo até ao deserto do Saara.

*Comunidade das Nações*⁶¹. Embora o pan-africanismo tenha passado de um movimento de emancipação extra-africano para uma ideologia política na África pós-colonial, os principais atores também mudaram. A nível intelectual, houve uma europeização⁶². As elites africanas, que tinham adotado discursos de liberalismo e modernidade, opuseram-se aos defensores de uma cultura africana tradicional.

No espaço político, foram negociados compromissos e adaptados conceitos europeus ao contexto local, gerando interpretações africanas de socialismo, nacionalismo e, por fim, regionalismo. No socialismo africano, o imperialismo e o capitalismo foram equiparados e a luta de classes e o ateísmo foram abandonados.

O nacionalismo africano adotou elementos centrais como a formação de partidos ou o simbolismo nacional, mas sem transcender o governo tribal e as linhas divisórias étnicas. Da mesma forma, o regionalismo africano foi institucionalmente baseado num conceito de integração regional da Europa do pós-guerra, que foi adaptado a objetivos políticos independentes, baseados tanto no socialismo africano como no nacionalismo. Uma vez que o comércio livre e a divisão neocolonial do trabalho sustentaram a desigualdade do sistema económico global, o desenvolvimento industrial regional teve de ser estimulado através do protecionismo⁶³ e da substituição de importações. Além disso, o regionalismo apoiou a consolidação de Estados soberanos.

Durante a Guerra Fria, surgiu um quadro complexo de regionalismos políticos em África. Em 1963, foi fundada a Organização de Unidade Africana (OUA)⁶⁴, concebida

⁶¹ A *Commonwealth of Nations*, antiga *Commonwealth of Nations britânica*, é uma organização composta por 53 países soberanos independentes e semi-independentes que, com exceção de Moçambique e do Ruanda, partilham laços históricos com o Reino Unido. O seu principal objetivo é a cooperação internacional nos domínios político e económico e, desde 1950, a adesão não implica qualquer submissão à Coroa britânica, embora a figura da Rainha do Reino Unido seja respeitada. As organizações *da Commonwealth* estão envolvidas em uma série de atividades, desde ajudar os países com negociações comerciais até promover a liderança das mulheres, desenvolver o setor de pequenas empresas, apoiar a participação de jovens em todos os níveis da sociedade e fornecer especialistas para elaborar leis (*The Commonwealth*, 2019).

⁶² A europeização ou europeização faz alusão a uma série de fenómenos sociais e culturais ligados a uma mudança num processo de assimilação cultural que tem como centro a cultura europeia como padrão dominante. Fora do domínio das ciências sociais, o termo também se refere ao crescimento de uma identidade continental na própria Europa, que está acima das identidades nacionais e políticas. Neste caso, a europeização tem a ver com o processo pelo qual a Comunidade Europeia em sua dinâmica política e económica dá uma lógica à sua organização (Harmsen e Wilson, 2000).

⁶³ Na economia, o protecionismo é uma doutrina que busca proteger a agricultura e a indústria de um país, tributando e condicionando a importação de produtos estrangeiros e favorecendo por outros meios (como subsídios ou créditos) os próprios nacionais. Este termo também se aplica ao regime aduaneiro baseado nessa doutrina (Expansión, 2019).

⁶⁴ A OUA era uma organização regional que reunia os países do continente africano. Fundada em 25 de maio de 1963, substituída em 9 de julho de 2002 pela União Africana (UA) (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees, 2019b).

no sentido pan-africano para apoiar as lutas de libertação nas restantes colónias (Van Walraven, 1999). Sob o paradigma unificador do anticolonialismo, todos os estados independentes do continente foram incluídos desde o início. Isto abrangeu toda a fragmentação entre o Norte e a África Subsaariana, entre os Estados francófonos e anglófonos, bem como entre os defensores de uma federação africana e os nacionalistas. No entanto, o progresso da integração foi, por conseguinte, prejudicado pelo princípio do consenso. A forte ênfase na não-interferência e na soberania nacional beneficiou todos os governantes autoritários e, assim, frustrou a verdadeira ideia de unidade.

No âmbito da OUA, outras organizações foram formadas no espírito do regionalismo africano, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou a Comunidade da África Oriental (EAC). A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é um grupo regional de quinze países da África Ocidental. Fundada em 28 de maio de 1975 com a assinatura do Tratado de Lagos, a sua missão é promover a integração económica da região.

Considerada um dos pilares da Comunidade Económica Africana, a organização foi fundada com o objetivo de alcançar a “auto-suficiênciacoletiva” dos seus Estados-membros através da criação de um único grande bloco comercial através de um sindicato e económico; serve também como uma força de paz na região (Adeyemi, 2003).

A Comunidade da África Oriental (CAO), também conhecida por Comunidade da África Oriental (CAO), é uma união aduaneira da África Oriental, constituída pelo Quênia, Uganda, Tanzânia, Burundi, Ruanda e Sudão do Sul. Foi fundada em Janeiro de 2001 numa cerimónia realizada na cidade de Arusha, Tanzânia, onde se situa a sua sede, revivendo um projeto semelhante abandonado em 1977. A CAO é um dos pilares da Comunidade Económica Africana; tem uma união aduaneira desde 2005 e um mercado comum desde 2010 (El Mundo, 2013).

A OUA seguiu ainda uma estratégia de autonomia económica que permitiria aos países membros tornarem-se mais independentes dos antigos centros coloniais e do apartheid da África do Sul através do protecionismo e da industrialização liderada pelo Estado. Ao mesmo tempo, certos regionalismos estrangeiros ainda existiam, como a Zona do Franco CFA⁶⁵, cuja moeda comum foi implementada mesmo após a independência

⁶⁵ O franco CFA é uma moeda transfronteiriça utilizada na África Ocidental e Central francófona desde os anos 60. Teve origem numa herança das colónias francesas e foi dividida em duas áreas monetárias separadas, mas funcionalmente comparáveis na África Ocidental e Central. Os dois bancos centrais estão estreitamente ligados ao Ministério das Finanças francês, que assegura a estabilidade da moeda. A razão é, portanto, mais política do que económica, tanto mais que não existe um mercado comum que possa

política da França. Na África Austral, por outro lado, o regionalismo imperial foi de certa forma consolidado. A União Aduaneira Sul-Africana (SACU)⁶⁶ foi utilizada pela África do Sul para controlar política e economicamente os seus vizinhos.

Muitos países africanos experimentaram uma crise da dívida na década de 1980 que levou a uma mudança no paradigma económico. A liberalização económica deveria combater a marginalização em nível global. Também a nível político, um modelo democrático prevaleceu com o fim da Guerra Fria, o que se refletiu na substituição de numerosos governos de partido único e do apartheid.

Como resultado, as organizações regionais existentes também sofreram mudanças paradigmáticas e institucionais na década de 1990. No entanto, as ambições económicas de criar zonas de comércio livre que conduzam a um mercado interno africano continuam em grande parte por realizar. Até à data, a maioria dos projetos está muito aquém dos seus objetivos. O mesmo se aplica às instituições participativas, como os parlamentos regionais ou os tribunais.

Por sua vez, numerosos regionalismos em África têm sido intensamente dedicados à paz e à segurança, muitas vezes em resposta a guerras e agitação civil (Francis, 2006). Foram desenvolvidos sistemas regionais de alerta rápido, bem como forças regionais de intervenção e mecanismos de controlo, embora muitos países continuem a destacar-se. O ideal de encontrar soluções africanas para os conflitos africanos foi antes encarnado por organizações regionais fechadas. Os Estados da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), por exemplo, afirmaram gerir as crises políticas no Lesoto, Madagáscar e Zimbabué nos anos 90 e 2000, minimizando assim a influência de atores externos.

De uma forma geral, o regionalismo não estatal é marginal na maior parte de África. A formação e o desenvolvimento de grupos de interesse são principalmente limitados ao nível nacional, enquanto uma grande parte das atividades transnacionais, desde a migração ao comércio, tem lugar de forma informal. Os parceiros financeiros e os

explicar a necessidade de uma moeda transfronteiriça. Com a adesão da França à União Europeia, o título foi transferido do franco francês para o euro, colocando assim em perspetiva a posição de monopólio da França. Apesar de várias desvalorizações, o franco CFA provou ser uma construção estável e, portanto, raramente é seriamente desafiado pelo lado africano, em parte devido às ambições da zona monetária de superar seu legado colonial (Mattheis, 2017).

⁶⁶ A *União Aduaneira da África Austral (SACU)* é uma união aduaneira que reúne cinco países da África Austral: Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia. É a união aduaneira mais antiga do mundo; foi estabelecida em 29 de junho de 1910 como um Acordo de União Aduaneira entre a União Sul-Africana e o Alto Comissariado dos Territórios da Basutlândia e Suazilândia, e o Protetorado de Bechuanaland (SACU, 2019).

principais parceiros das organizações da sociedade civil estão frequentemente localizados na Europa, na América do Norte ou a nível mundial, pelo que as redes regionais são, por vezes, geradas apenas por influência estrangeira. No entanto, nos últimos anos tem havido um crescimento destas redes, tanto intelectual como politicamente, o que pode desempenhar um papel importante na emergência de novos regionalismos no futuro.

O desenvolvimento múltiplo dos regionalismos leva à conclusão de que a África pode ser catalogada como uma região globalmente separada. Para além da categorização puramente topográfica de África como um continente, existem muitas outras interpretações baseadas em identidades, ideias políticas ou redes económicas. O facto de não haver unificação em África ao nível regional é também evidente quando olhamos para as instituições já existentes. Mesmo que a União Africana (UA) seja um projeto integral, o continente é caracterizado por numerosas fragmentações. As zonas de fratura estendem-se ao longo de organizações sobrepostas, a incongruência entre instituições e a regionalização informal, o dogma da soberania nacional e o papel ambivalente de potenciais potências regionais (Mattheis, 2017).

2.1.2 Estado atual do regionalismo em África

O regionalismo em África está, portanto, em transição a muitos níveis, especialmente em termos de financiamento e consolidação das muitas iniciativas. Ao mesmo tempo, há uma expansão além das fronteiras territoriais, tanto no domínio marítimo como na interação com outras regiões do mundo (Koschut, 2017). Sob a lente imparcial e objetiva de Mistry (2000), o compromisso da África com a integração sugere que ela tem sido mais visceral do que racional, mais retórica do que real. Os ideais de integração africanos têm sido historicamente baseados em ambições transcontinentais, slogans políticos evocativos, uma série de tratados e instituições regionais, princípios de alto nível e tendências protecionistas.

Sobretudo, as noções africanas de integração económica não se basearam nas realidades práticas quotidianas da economia ou da vida política do continente. Por conseguinte, os esforços de integração não permitiram nem o crescimento da produção nem o desenvolvimento industrial nos estados-membros. Pior ainda, não se verificou qualquer aumento da convergência económica, da competitividade ou da mobilidade dos fatores a nível sub-regional ou em toda a África. Não foram atingidos níveis perceptíveis de economias de escala; não houve redução dos custos de investimento e de exploração de grandes projetos de infraestruturas (energia, telecomunicações, transportes e

abastecimento de água), nem investimentos regionais na indústria mineira e na indústria transformadora. A África nem sequer capturou os benefícios da integração em áreas como o ensino superior ou os cuidados médicos. Os seus esforços de integração carecem de harmonização e coordenação de leis, políticas, regras e regulamentos, ou instituições encarregadas de controlar a interação económica; não têm ajudado os governos africanos a assegurar a estabilidade fiscal e monetária (Kabunda, 2009; Mballa, 2008; Mistry, 2000).

Até há pouco tempo, a integração também não tinha sido interpretada como uma estratégia que a África deve assumir para enfrentar os desafios emergentes de um mundo em rápida globalização que exige uma competitividade cada vez maior. Joveta (2011) também aponta que a regionalização africana pode ser um fator gerador de estabilidade no continente, mas isso será viável na medida em que as organizações regionais e sub-regionais assumam maior preponderância na resolução de conflitos internos e na afirmação das economias regionais, dependendo do papel que desempenham como entidades de ligação entre os Estados africanos e os interesses de outros países e organizações deste continente. No âmbito económico-financeiro, as organizações sub-regionais africanas geraram uma ampla, mas nem sempre eficiente, estrutura em rede, que funciona de acordo com afinidades culturais, linguísticas e até mesmo afins e influenciada pelos conselhos dos países colonizadores.

De um ponto de vista geral, pode dizer-se que a integração africana apresenta grandes desafios que devem ser superados para se tornar um instrumento útil para alcançar o desenvolvimento económico desejado. A este respeito, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (citado por Bartesaghi e Pereira, 2015) identifica o seguinte como os principais obstáculos à integração regional no continente:

- Múltiplos Estados-membros em vários processos de integração;
- Falta de credibilidade nas instituições;
- Compromisso insuficiente por parte dos membros;
- Fraca harmonização das políticas regionais e nacionais.

A constatação de tais fragilidades evidencia a presença de um cenário complexo para a integração africana, muito semelhante ao observado em alguns processos de integração latino-americanos. Em primeiro lugar, porque a falta de estabilidade política dos estados dificulta o trabalho dos organismos regionais que inexoravelmente coexistem com a

instabilidade política sobre o controlo cidadão, o que certamente prejudica a legitimidade dos processos levados a cabo pelos organismos regionais e internacionais que compõem os países. A este elemento deve ser acrescentada a incapacidade de prevenir e atuar sobre os conflitos presentes no continente africano, o que evita a formação de lideranças africanas e provoca, conseqüentemente, a intervenção estrangeira (Kabunda, 2009).

A participação múltipla em mais de um bloco simultaneamente, o que também está a começar a ocorrer na América Latina, e mesmo na região Ásia-Pacífico, faz com que as economias estatais sejam obrigadas a contribuir financeiramente para vários processos, o que constitui um problema agregado. As economias com desvantagens habituais, como as africanas, incentivam assim a coexistência de normas técnicas diferentes (desarmonizadas entre si) que não contribuem para um desenvolvimento integral da região. A duplicação de recursos e esforços acaba por ser uma limitação para a consolidação da integração económica, ainda mais quando esta pode resultar em conflito de normas e interesses entre os blocos (AFDB, 2011).

A falta de infraestrutura adequada, apontam Bartesaghi e Pereira (2015), prejudica os custos associados ao comércio internacional dos países, além de desencorajar suas práticas integracionistas ao impedir a mobilidade de serviços e bens entre seus parceiros, que geralmente carecem de canais físicos e digitais adequados. A este inconveniente há que acrescentar os problemas relacionados com a presença permanente de instabilidades sociopolíticas, como, por exemplo, as emergências sanitárias declaradas numa grande parte dos países africanos, que têm certamente uma influência negativa no progresso dos processos de integração. Estas dificuldades significam que os países africanos têm matrizes produtivas pouco desenvolvidas, com algumas exceções, como a África do Sul.

Os níveis de comércio intra-regional, que atingiram os seus valores mais baixos em termos internacionais, são consideravelmente afetados por esta realidade. Conseqüentemente, há dependência de importações fora da região⁶⁷ e um monopólio na exportação de recursos naturais que geralmente são explorados por outras potências, muitas vezes beneficiando-se dos níveis de corrupção e flexibilidades nas exigências ambientais e trabalhistas que normalmente estão em vigor nos países africanos.

Por outro lado, a África não está ligada às chamadas mega negociações comerciais e participa nas negociações multilaterais de forma muito limitada, com algumas exceções. Esta situação provoca um isolamento da maioria dos países do continente em relação aos

⁶⁷ Isso não é abrangido pelos acordos aduaneiros de uma zona de comércio.

ambientes onde se tomam decisões comerciais. Por isso, os países acabam por adotar as normas e regulamentos aprovados em contextos diferentes e não próximos, nos quais as suas necessidades não são necessariamente consideradas.

No entanto, apesar de todos os aspetos negativos destacados acima, Bartesaghi e Pereira (2015) mencionam que as iniciativas inovadoras propostas no continente africano, tais como o Acordo Tripartido, a Visão 2020 da CEDEAO ou o Programa Económico Regional da CEMAC, revitalizam em grande medida as aspirações integracionistas de uma região com acordos estagnados, e “mostram um sinal político da necessidade de continuar a avançar no caminho do desenvolvimento no quadro da integração regional” (p. 26).

O progresso esperado nesta nova etapa, como evidenciado em alguns dos processos de integração na África, deve incluir a implementação de políticas que priorizem a superação das deficiências estruturais do continente, as quais servirão de base para a aprovação e aplicação de instrumentos de política comercial destinados a favorecer a interação de países localizados "em uma região destinada a desempenhar outro papel no cenário internacional" (p. 26). As recentes transformações que alguns países africanos têm demonstrado, dão um sinal claro neste sentido.

Espera-se que este processo seja promovido pelas potências internacionais, não só pelos Estados Unidos e pela União Europeia, mas também pelas potências emergentes com uma presença importante na região, como a China, a Índia e o Brasil, atuando de forma responsável na promoção institucional dos países da região, especialmente nos países onde o fenómeno da exploração dos recursos naturais e todos os seus efeitos associados podem gerar armadilhas para o desenvolvimento económico e social. Neste cenário, o papel da comunidade internacional, das organizações internacionais e regionais, bem como dos processos de integração, será fundamental, pois, devem garantir que os países africanos superem algumas restrições que impedem o desenvolvimento económico sustentável para o continente. (Bartesaghi e Pereira, 2015, p. 27)

Sob a consideração de tais premissas, Mballa (2008) afirma que os obstáculos à integração africana são substanciais, mas não intransponíveis. Para isso, a análise deve levar em conta a reconsideração do potencial do seu passado, bem como a participação das pessoas em cada projeto de desenvolvimento construtivo, o que implica um olhar sobre a história, cultura e idiosincrasia dos povos em todo o território. A complexidade da realidade endógena do continente levanta horizontes novos e profundos para a análise e o estudo.

Além disso, Kabunda (2009) assinala que a integração regional em África só é viável

(...) Através da superação dos egoísmos nacionais, a coordenação de projetos industriais a nível regional e continental para evitar a duplicação, em vez de projetos extrovertidos, a redução das desigualdades de desenvolvimento, a preocupação dos Estados com os objetivos regionais nacionais e não com os interesses nacionais a longo prazo e não a curto prazo, a orientação interna das infraestruturas de transporte e económicas para promover o comércio inter-africano e a resolução de conflitos e guerras civis (p. 108).

2.2. Regionalismo em Angola

Angola participa em várias iniciativas regionais, incluindo a Comissão do Golfo da Guiné (2001) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (1986), no domínio da segurança marítima; na Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (1994) de segurança terrestre; na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007), em referência à gestão dos recursos petrolíferos; na Comunidade Económica dos Estados da África Central (1999-presente) e na Comunidade da África Austral (2000), no domínio da integração regional; no Fórum da África Lusófona (2014), no domínio da diplomacia.

No entanto, o regionalismo na sua forma macro não é o único tipo em que Angola está envolvida. Uma forma mais modesta de regionalismo com provavelmente maior impacto direto na vida das comunidades locais ganhou visibilidade nas últimas décadas: o processo que envolve as zonas fronteiriças. Alguns exemplos de microrregionalismo transfronteiriço em que Angola participa ativamente são:

- A Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango – OKACOM, uma iniciativa criada em 1994 pela Namíbia, Botsuana e Angola, com o objetivo de promover o desenvolvimento coordenado e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos regionais, procurando responder às necessidades económicas e sociais legítimas de cada um dos países ribeirinhos (OKACOM 2005).
- A futura Barragem de Baynes, cujo acordo foi assinado para a construção e exploração de uma Unidade de Desenvolvimento Hidroelétrico no Baixo Cunene

como fonte de energia hidroelétrica para satisfazer as futuras necessidades de Angola e Namíbia⁶⁸.

Por outro lado, a região caracteriza-se sobretudo por um conjunto complexo e vasto de redes comerciais entre comunidades locais de ambos os lados da fronteira, resultantes principalmente de restrições significativas à mobilidade entre as províncias do Sul e o resto de Angola durante a guerra civil (1975-2002). O isolamento das províncias fronteiriças das principais fontes de fornecimento de bens e serviços levou a uma maior interação entre as populações das províncias fronteiriças de Angola e as populações das províncias fronteiriças do norte da Namíbia.

As populações angolanas recorrem, até à atualidade à Namíbia não só para a compra de produtos de sobrevivência e/ou comercialização, mas também para o acesso à educação e aos serviços de saúde. Esta interação tem promovido o desenvolvimento de certos territórios fronteiriços (Crush, 2005; Rodrigues, 2007; Zeller, 2009).

Perante o volume de travessias, os governos de Angola e da Namíbia assinaram vários acordos para facilitar a integração regional entre os dois países. Em Abril de 1996, assinaram um acordo relativo à circulação de pessoas e mercadorias ao longo da fronteira comum, com o objetivo de facilitar a circulação de cidadãos de ambos os países residentes nas zonas fronteiriças ao longo de uma faixa que se estende até 30 km de profundidade do território de cada uma das partes e, durante um período de tempo não superior a 72 horas, sem lhes permitir exercer qualquer atividade remunerada ou estabelecer residência.

Dois anos mais tarde, o Conselho de Ministros de Angola aprovou o modelo de *laissez-passer* provisório para cidadãos estrangeiros residentes num dos territórios, para que estes pudessem entrar no território da outra parte e realizar o seu trabalho em empreendimentos económicos localizados ao longo da região de origem comum entre a República de Angola e a República da Namíbia (Decreto n.º 4/98 de 3 de Abril).

Após oito anos, Angola e a Namíbia aprovaram o acordo de isenção de visto para os cidadãos dos respetivos países titulares de passaportes diplomáticos, de serviço e ordinários com o objetivo de entrar e permanecer no território durante 30 dias, o qual foi assinado em 7 de outubro de 2005 (Resolução n.º 76/06 de 25 de setembro). Foi assinada

⁶⁸ Esta iniciativa tem sido objeto de intensa controvérsia por parte dos grupos Himas e Zembes, que se manifestaram publicamente, a ponto de submeter seus protestos às Nações Unidas no marco da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (sugere-se rever as razões do desafio na Declaração dos mais afetados e diretamente OvahimbaOvatwa, Ovtjimba, Ovazemba contra a barragem Orokawe nas montanhas de Baynes (Earth Peoples, 2012).

nas proximidades uma adenda ao acordo de 2005 relativo à circulação de mercadorias e pessoas ao longo da fronteira, que altera a definição de zona fronteiriça.

A zona fronteiriça passa a ser a porção de terra que vai da fronteira até 60 km dentro do território de cada parte (Artigo No. 1). Além disso, qualquer residente na faixa fronteiriça comum pode entrar no território de cada uma das Partes mediante a apresentação do cartão de residente fronteiriço e do passe de passagem, para aí permanecer até 10 dias (artigo n.º 2, Resolução n.º 75/06, de 25 de setembro).

Finalmente, em 22 de setembro de 2014, os governadores do Banco Nacional de Angola e do Banco Central da Namíbia assinaram “um acordo bilateral de conversão cambial com o objetivo de facilitar e ceder maior segurança às transações comerciais entre os dois países” (Angop, 2014), que entrará em vigor em 2015 e será limitado às zonas fronteiriças.

As iniciativas microrregionais acima mencionadas são por vezes enquadradas no âmbito de outros instrumentos de integração regional e, como tal, devem ser articuladas com eles para uma compreensão adequada. Por exemplo, as redes comerciais estabelecidas entre a província do Cunene e a região de Ohangwena dependem de produtos provenientes principalmente da África do Sul. O acesso a estes produtos é facilitado pela participação da Namíbia na *União Aduaneira da África Austral* (SACU), um acordo entre Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Swazilândia que isenta de direitos aduaneiros e restrições quantitativas os bens produzidos na área aduaneira comum (Artigo 18.º, *União Aduaneira da África Austral*, 2002).

O acima exposto evidencia que o regionalismo é um fenómeno multifacetado e complexo de largo espectro no continente africano; particularmente, uma análise das iniciativas orientadas para a integração regional, que podem ocorrer de três formas, será feita ao longo desta pesquisa:

(i) integração económica, que consiste na eliminação das barreiras à livre circulação de bens, serviços de capitais e pessoas entre dois ou mais Estados;

(ii) cooperação regional, que consiste na contribuição recíproca entre dois ou mais Estados com interesses semelhantes (por exemplo, económicos, políticos, sociais e culturais);

(iii) integração para o desenvolvimento, que consiste na interação entre Estados para promover o desenvolvimento económico e social (Lee, 2003).

2.2.1. Aspetos-chave do regionalismo em Angola na atualidade

Ao longo desta secção são apresentados alguns aspetos geográficos, históricos, económicos e políticos, bem como outros elementos de interesse que caracterizam Angola e que têm implicações na área regional estudada. Começa-se por uma breve descrição das dinâmicas regionais ao nível do continente com implicações regionais – dinâmicas étnicas, divisão colonial, entre outros – para prosseguir para a análise das economias locais e do seu enquadramento no contexto económico-financeiro do país dos últimos tempos.

No quadro das perspetivas económicas dinâmicas em rápida mutação de África, o sistema financeiro angolano é uma componente crítica na narrativa económica da região e daí a necessidade de enfatizar o conhecimento da estruturação do seu sistema financeiro e a identificação da sua política monetária, a fim de analisar a posteriori a sua influência no regionalismo transfronteiriço e, em geral, em todas as iniciativas de integração regional.

Ao longo da história, o continente africano sofreu mudanças eloquentes em vários aspetos, que são evidentes na situação atual de cada um dos estados que o compõem. Principalmente no plano sociocultural, foram introduzidas mudanças importantes durante o longo período de colonização e ao nível espacial e das relações político-económicas este sistema de longa duração implicou reestruturações profundas, nomeadamente em termos de unificação no mesmo território administrativo de populações que eram em muitos casos inimigas, por outro, de separação de populações. Na esfera social e política, a colonização do continente propiciou a emergência de novas institucionalidade que, por um lado, acentuaram as diferenças entre países e regiões e, por outro, fundiram sociedades, culturas, economias.

Depois das independências, multiplicaram-se esforços para rever as condições causadas pela separação dos povos e pela união de outros totalmente diferentes através das fronteiras coloniais. Muitos destes esforços ainda continuam ativos. Por exemplo, em 29 de Novembro de 2013, com o objetivo de apoiar o programa 2007 da União Africana “facilitar a delimitação e demarcação das fronteiras africanas e incentivar a cooperação transfronteiriça para a consolidação dessas fronteiras”, foram entregues pela França cópias digitais dos arquivos franceses relativos às fronteiras africanas, contendo 45 tratados e cartas de países da África Ocidental, Norte e Leste, abrangendo o período 1845-1956. Esta iniciativa procurou contribuir para a paz, segurança e desenvolvimento no continente (Amado, 2018).

Alguns estudiosos do assunto têm considerado as fronteiras atuais como “uma das piores heranças coloniais” (Inieta, 2007, p. 236; Boahen, 2010; Hernández, 2005; Fage e Thordoff, 2010; Oliver, 1972). As fronteiras atuais africanas são, pois, um reflexo de transformações históricas que mostram uma delimitação arbitrária, produto da expansão imperial europeia, tradicionalmente desrespeitosa da prevalência de antigas fronteiras naturais, geográficas e étnicas.

Segundo Amado (2018, p. 114) na Conferência de Berlim (1884-1885) e nos primeiros anos da Primeira Guerra Mundial, os impérios coloniais dividiram desordenadamente entre si o território correspondente ao continente africano. Devido a esta anarquia, o Reino do Congo foi dividido, “anteriormente um estado situado no que é hoje o norte de Angola (o enclave de Cabinda), a República do Congo e a parte ocidental da República Democrática do Congo”. Contudo, as fronteiras coloniais africanas mantêm-se inalteradas na generalidade enquanto que grande parte das dinâmicas pré-coloniais e anteriores às fronteiras se foram transformando ao longo dos tempos.

Paralelamente, uma evidente multiplicidade étnica (Figura 0.1.) caracteriza o continente. Esta diversidade atravessa as fronteiras estabelecidas e configura, em alguns casos, as dinâmicas regionais de carácter sociocultural, económico, político.

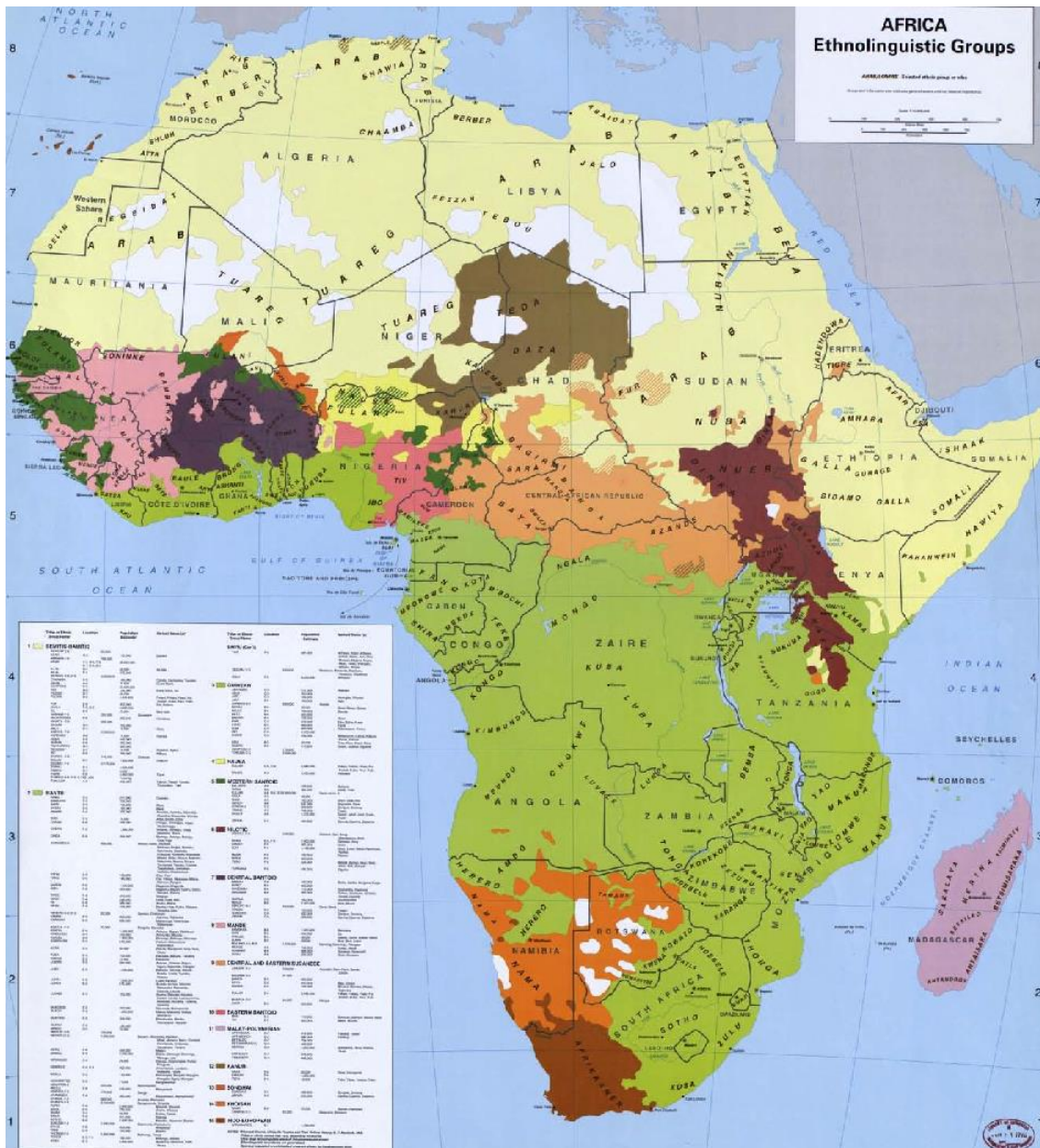


Figura 0.1: Grupos étnicos em África (Agência Central de Informações – CIA –, 2019)

2.2.2. Política territorial

Quanto à divisão político-territorial, o continente apresenta grandes variações regionais, com alguma importância em termos económicos e sociopolíticos. A Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2019) indica que o continente africano está principalmente dividido em duas regiões, a África do Norte e a África Subsaariana (Figura 0.2).

O Norte de África é composto pelos seguintes países: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão e Sara Ocidental; inclui também a República do Sara, que não é membro da ONU, e outros territórios que dependem de países fora da sub-região: Ilhas

Canárias, Ceuta e Melilha, que dependem de Espanha, Madeira de Portugal e Lampedusa e Linosa, Itália. Esta sub-região faz fronteira com o Mar Mediterrâneo a norte, o Mar Vermelho a leste, a África Oriental, a África Central e Ocidental e o Oceano Atlântico a oeste. É a única região do continente africano que não faz parte da África Subsariana.

A África Subsariana abrange todos os países africanos que não fazem fronteira com o Mediterrâneo. Também toma o nome da África negra devido à origem racial dos seus habitantes, uma vez que esta é a forma mais comum de se referir a países africanos que não têm raízes árabes. Inclui um total de 49 países a sul do deserto do Sara. Em 2015, era o lar de metade da população mais pobre do mundo, bem como dos dez (10) países com o nível de pobreza mais elevado do planeta. Esta região tem, ela própria, quatro sub-regiões principais (Figura 0.2.).

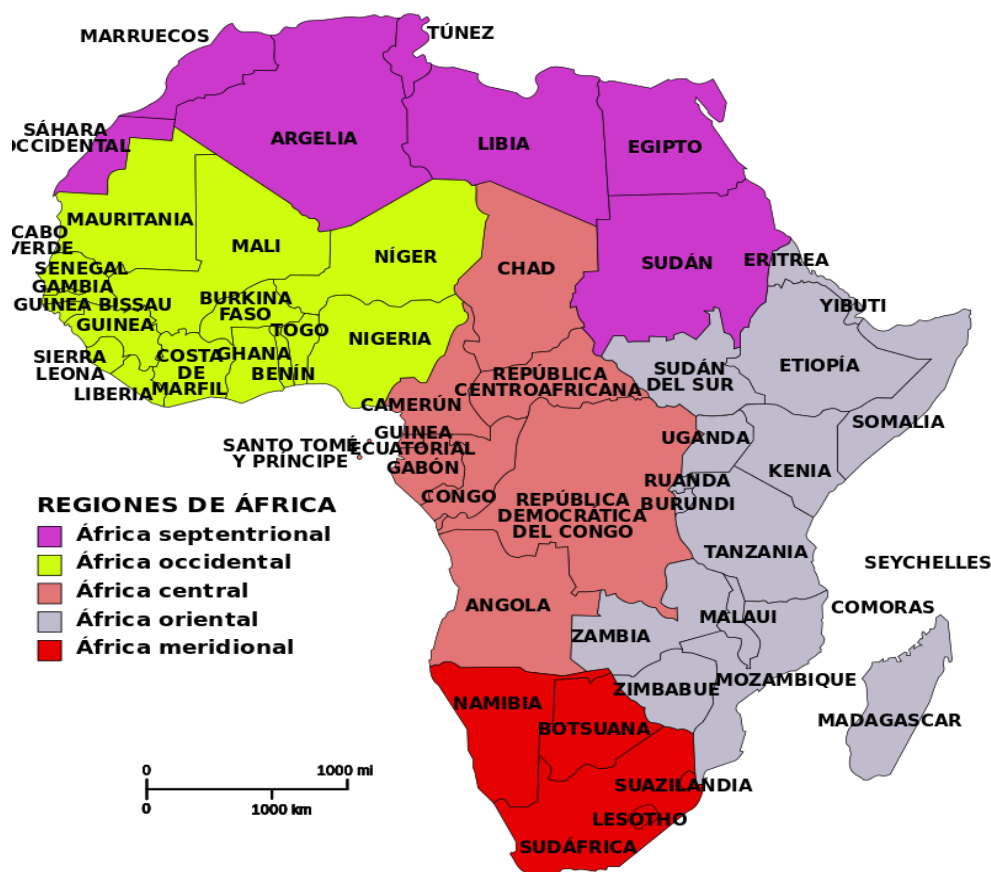


Figura 0.2: Divisão de África em regiões de acordo com as Nações Unidas (Wikimedia, 2019)

- África Ocidental ou África Ocidental – Esta sub-região compreende os países situados no chamado “ventre de África”, que se estende desde o Sara marroquino

e a Mauritânia até à Nigéria e ao Níger. Mais especificamente, inclui dezasseis países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e Mauritânia. Inclui, também, Santa Helena. Faz fronteira com o Norte de África, com a África Central, a leste, e com o Oceano Atlântico, a sul e a oeste.

- África Central – É a região central do continente africano situada no deserto do Sara Sul e é composta pela República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Angola, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe e Zâmbia. Faz fronteira com o Norte de África, a Norte, o Leste de África, a Leste, o Sul de África, a Sul, com o Oceano Atlântico e o Oeste de África.
- África Oriental ou África Oriental – Está situada entre 21.º de latitude norte e 11.º de latitude sul. O Trópico de Câncer atravessa o sul do Egito perto da sua fronteira com o Sudão. Esta sub-região compreende dezoito países: Etiópia, Eritreia, Jibuti, Somália, Madagáscar, Maurícia, Comores, Seicheles, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Tanzânia, Sul do Sudão, Moçambique, Malavi, Zâmbia e Zimbabué. A sub-região é delimitada a leste pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico.
- África Austral ou África do Sul – É constituída por cinco países: Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia e África do Sul. Faz fronteira com a África Central a norte, a África Oriental a nordeste, o Oceano Índico, a leste e a sul, e o Oceano Atlântico a oeste.



Figura 0.3: Mapa de Angola (Amado, 2015)

No contexto da África Subsariana e da região da África Austral, Angola partilha fronteiras com a Namíbia, a Zâmbia, o Congo e a República Democrática do Congo num total de 4.837 quilómetros de fronteiras terrestres, diferenciadas da seguinte forma (Embaixada da República de Angola no Reino de Espanha, 2019) (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**):

- Fronteira entre Angola e a República do Congo – a fronteira terrestre entre Angola e o seu enclave de Cabinda e a República do Congo, localizado no norte da República do Congo. O seu prolongamento vai desde a fronteira tripla, onde se encontram as fronteiras de Angola, do Congo e da República Democrática do Congo. Este ponto situa-se no extremo oriental da província de Cabinda, no curso

de água do Luango (rio Shiloango, em Angola)⁶⁹. A fronteira segue uma direção geral noroeste durante menos de quarenta quilómetros antes de se dirigir para sudoeste e para o Oceano Atlântico, que fica a cerca de vinte quilómetros a sudeste da cidade congoleza de Ponta-Negra e a uma distância semelhante da cidade de Landana, a noroeste de Angola.

- Fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo: trata-se de uma fronteira terrestre internacional descontínua de 2.511 quilómetros de comprimento, que separa o território de Angola do território da República Democrática do Congo na África Central. A fronteira entre os dois países é constituída por dois segmentos diferentes:
 - 1) O segmento principal está localizado no sudoeste da República Democrática do Congo. Começa a leste, na tríplice fronteira que forma a fronteira entre Angola e a Zâmbia, e entre a Zâmbia e a República Democrática do Congo. Segue uma rota irregular marcada por vários ângulos retos antes de chegar ao porto congolês de Matadi, situado no rio Congo, que desagua no Oceano Atlântico a noroeste.
 - 2) A parte mais pequena da fronteira entre o enclave angolano de Cabinda e a República Democrática do Congo não fica longe: situa-se a cerca de 20 km a norte da foz do Congo e estende-se até à tripla fronteira que forma a entre os dois Congo, bem como entre Angola e o Congo-Brazzaville.
- Fronteira Angola-Zâmbia: representa uma fronteira terrestre internacional de 1.110 km de comprimento que separa o território de Angola do da Zâmbia na África Ocidental. De norte a sul, esta fronteira começa no ponto de encontro das fronteiras entre Angola e a República Democrática do Congo, e entre a Zâmbia e a República Democrática do Congo, prosseguindo para sul e atravessando o rio Zambeze através das cataratas de Chavuma. Termina a norte da faixa de Caprivi, na fronteira tripla de Angola, Zâmbia e Namíbia (Brownlie, 1979).
- Fronteira entre Angola e a Namíbia (fronteira sul): é a fronteira que separa Angola da Namíbia, a oeste da África Austral. No lado namibiano, as cidades de Eenhana, Rundu, Nkurenkuru, Ruacana e Oshikango estão situadas perto da fronteira. A

⁶⁹ Luango faz parte da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo.

leste de Rundu, a fronteira segue o curso do rio Okavango, que o atravessa para formar o Delta do Okavango no Botsuana.

Na sua extremidade ocidental, a fronteira segue o curso do rio Cunene (escrito em Angola) ou do rio Kunene (escrito na Namíbia) até ao Oceano Atlântico através das Cataratas de Epupa. Esta fronteira foi palco de combates durante a guerra civil em Angola. O Cunene é o foco de vários projetos entre Angola e a Namíbia, incluindo projetos transfronteiriços de energia hidroelétrica e de armazenamento de água, entre outros (Brownlie, 1979; Lord, 2008; Steenkamp, 2006).

Das 18 províncias de Angola (Quadro 0.1.), destacam-se as estudadas para efeito do presente estudo: Namibe, Cunene e Cuando-Cubango.

Quadro 0.1: Províncias da República de Angola (Embaixada da República de Angola no Reino de Espanha, 2019)

Província	Extensão	Capital
Bengo	33.016	Caxito
Benguela	39.826	Benguela
Bié	70.314	Cuito
Cabinda	7.270	Cabinda
Quando-Cubando	199.049	Menongue
Cuanza Norte	24.110	N'dalatando
Cuanza Sul	55.600	Sumbe
Cunene	87.342	Ondjiva
Huambo	34.270	Huambo
Hulla	79.022	Lubango
Luanda	2.417	Luanda
Luanda Norte	103.000	Dundo
Luanda Sul	77.367	Saurimo
Malanje	97.602	Malanje
Moxico	223.023	Luena
Namibe	57.091	Namibe
Uíge	58.698	Uíge
Zaire	40.130	M'Banza Congo

Em termos de dinâmica populacional, e muito brevemente, destaca-se o povoamento pré-colonial de povos não Bantu. No início do século VI, grande parte do território foi ocupada por povos Bantu que migraram do norte do continente. A colonização do povo Bantu ocorreu ao longo de muitos séculos, gerando vários grupos que se estabilizariam em grupos étnicos que persistem até aos dias de hoje. Em 1484, os portugueses desembarcaram no Zaire e, a partir deste marco, começaram a conquistar não só Angola, mas também outras regiões de África.

A Colónia Portuguesa de Angola foi formada em 1575 com a chegada de Paulo Dias de Novais, com cem (100) famílias de colonos e quatrocentos (400) soldados. A partir de 1764, uma sociedade de escravos evoluiu gradualmente para uma sociedade preocupada em produzir o que consumia. Entretanto, em 1836, o comércio de escravos foi abolido e em 1844 os portos angolanos foram abertos aos navios estrangeiros. Com a conferência de Berlim, Portugal viu-se obrigado a proceder imediatamente à ocupação territorial das suas colónias. Na economia, a estratégia colonial baseava-se na agricultura e na exportação de matérias-primas.

Na segunda metade do século XX, a aparente tranquilidade e estabilidade da colónia ficaria comprometida com o surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas. Neste processo destacam-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), revelada em 1961; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966. Após muitos anos de confrontos, o país alcançou a independência em 11 de novembro de 1975. Após vinte e sete (27) anos de independência e 41 anos desde o início da “Luta Armada”, a paz foi finalmente estabelecida em 4 de abril de 2002 pelos acordos assinados em Luena, Moxico.

Assim, tal como a grande maioria dos países africanos independentes, Angola é um Estado caracterizado pela sua natureza multicultural e transcultural, com uma história política e económica de grandes mudanças com implicações demográficas e espaciais.

Atualmente, embora 85% dos angolanos se dediquem à agricultura, apenas 10,2% do Produto Interno Bruto (PIB) provém da agricultura, uma vez que cerca de metade da população pratica agricultura de subsistência em pequena escala, cultivando produtos tropicais tradicionais como o milho, a mandioca e o inhame (Magnaplus, 2019).

Note-se que o petróleo, após a descoberta do segundo maior campo petrolífero em África (depois da Nigéria) no final dos anos 60, se tornou o verdadeiro motor da economia angolana, representando os combustíveis fósseis noventa por cento (90%) das

exportações e cerca de metade do PIB do país. Segundo o Gabinete de Informação Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação do Governo Espanhol (2019), a economia de Angola posicionou-se como a que mais rapidamente cresceu entre as economias emergentes do mundo entre 2002 e 2008, devido ao facto de ter partido de níveis extremamente baixos após a guerra civil. No entanto, atualmente e como consequência da queda acentuada dos preços do petróleo desde o final de 2014, o país está a atravessar uma intensa crise económica que o levou a fazer uma série de ajustamentos na despesa pública.

Além disso, a enorme redução dos rendimentos conduziu também a uma crise financeira e monetária, na qual o Kwanza foi desvalorizado em mais de 65% em 18 meses. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), pode dizer-se que, devido à queda dos preços do petróleo, o crescimento em Angola tem abrandado desde 2014. Neste contexto, o crescimento do PIB foi de 4,8% em 2014, 3,0% em 2015, um crescimento negativo de -0,8% em 2016 e 1,0% em 2017; a estimativa do FMI para 2018 indicava um decréscimo de -0,1%, prevendo um crescimento de 3% para 2019.

Note-se que o petróleo bruto contribui com 23,7% do PIB (2017), bem como com a grande maioria das receitas públicas e das divisas. A este respeito, é de salientar a queda acentuada das receitas fiscais do petróleo, que no período 2013-2016 foi de cerca de 70% (Gabinete de Informação Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação do Governo de Espanha, 2019) (Quadro 0.2.).

Quadro 0.2: Principais indicadores macroeconómicos

(FMI, Economist Intelligence Unit, Ministério das Finanças, Ministério da Economia e da Competitividade Espanha, Banco Nacional de Angola, Comissão Europeia, Banco Mundial, UNCTAD, OCDE, citado pelo Gabinete de Informação Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação do Governo de Espanha, 2019):

Dados económicos	2016	2017	2018	2019 (P)
Evolução do PIB (%)	-0,8	-0,1	-0,1	3,05
PIB por habitante	3 485	4 418	3 924	3 666
PIB absoluto (M\$ correntes)	101 459	119 426	114 504 (p)	110 186
IPC* (variação últimos 12 meses) (%)	41,9	26,3	20 006	12,0

Tipo de juro de referência	20,17	20	16,5 (ago)	16,5 (ago)
Desemprego	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Exportações (M€)	31 100	34 800	42 700 (p)	37 072 (p)
Exportações da UE (M€)	3 397	3 858	3055 (jan-nov)	3055 (jan-nov)
Importações (M€)	19 200	19 500	24 200 (p)	24 200 (p)
Importações da UE (M€)	4 181	2 338	3 429 (jan-nov)	3 429 (jan-nov)
Investimento Estrangeiro Direto (IED) recebido (M\$)	N.D.	1 419,3 (III Tri.)	1 904,2 (III Tri.)	1 904,2 (III Tri.)
Investimento Estrangeiro Direto (IED) emitido (M\$)	N.D.	3 195,8(III Tri.)	3 058,8 (III Tri.)	3 058,8 (III Tri.)
Saldo por CC (% PIB)	-5,1	-4,5	-3,5 (p)	-1,9 (p)
Reservas externas, excluindo ouro (M\$)	22 208	13 299,71	15 759 (III Tri.)	15 759 (III Tri.)
Saldo orçamental (% PIB)	-6,8	-6,9	-6,4 (p)	1,3 (p)
Dívida externa (% PIB)	43,1	35,2	49,2 (p)	40,5
Tipo de cambio (\$/Kw)	165 (dez)	165 (dez)	253,617 (jul)	311,57 (fev)
% serviço da dívida/exportações	31,8	30,3	21,0 (III Tri.)	21,0 (III Tri.)
Tamanho setor público (% receita orçamento/ PIB)	28,8	30,3 (p.)	32,7 (p.)	32,7 (p.)

* Índice dos preços de consumo

Até 2019, a recuperação deveria atingir 1,9%, devido ao aumento dos preços do petróleo no ano passado. O saldo negativo da balança corrente gerou fortes pressões sobre a taxa de câmbio, bem como uma tendência decrescente das reservas internacionais líquidas, que atingiram 13,3 mil milhões de dólares em junho de 2017, menos 30,6% do que em junho de 2016 e menos 16,7% do que em dezembro de 2013.

Com implicações muito precisas para a região sul de Angola nos últimos anos, segue-se uma descrição muito breve do sistema financeiro angolano. O sistema financeiro de um país, em sentido geral, é constituído pelo conjunto de mediadores entre aforradores e investidores, cujo objetivo é proporcionar aos aforradores condições satisfatórias de segurança, liquidez e rentabilidade para que a poupança possa ser canalizada através do sistema e oferecida aos candidatos a recursos em condições adequadas de quantidade,

prazo e preço; para que possam ser aplicados de forma rentável no processo de produção e distribuição de bens e serviços (Parejo, Bernadino e Gutiérrez, 1993).

No sistema financeiro angolano, segundo Jesús (2008), podem distinguir-se três níveis principais, embora nem sempre claramente definidos, que são as autoridades políticas de decisão; as autoridades executivas, consultivas, de controlo e supervisão; e o conjunto de instituições financeiras, como se pode ver na Figura 0.4.

A estrutura do sistema financeiro angolano é basicamente determinada pelas seguintes regras:

- Lei 13/05 relativa às instituições financeiras;
- Lei 1/00, de 8 de fevereiro, Lei Geral da Atividade Seguradora;
- Decreto 25/98, de 7 de agosto de 1998, que cria o Fundo de Pensões e aprova o seu regulamento;
- Decreto-Lei 4/98, de 30 de janeiro de 1998, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças Diário de la República No. 4, 1.º grau;
- Lei 6/97, Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola;
- Aviso 8/95, de 8 de agosto, do BNA, sobre a atividade das Bolsas;
- Decreto 50/80, que cria a Companhia Nacional da Lotaria de Angola, UEE.

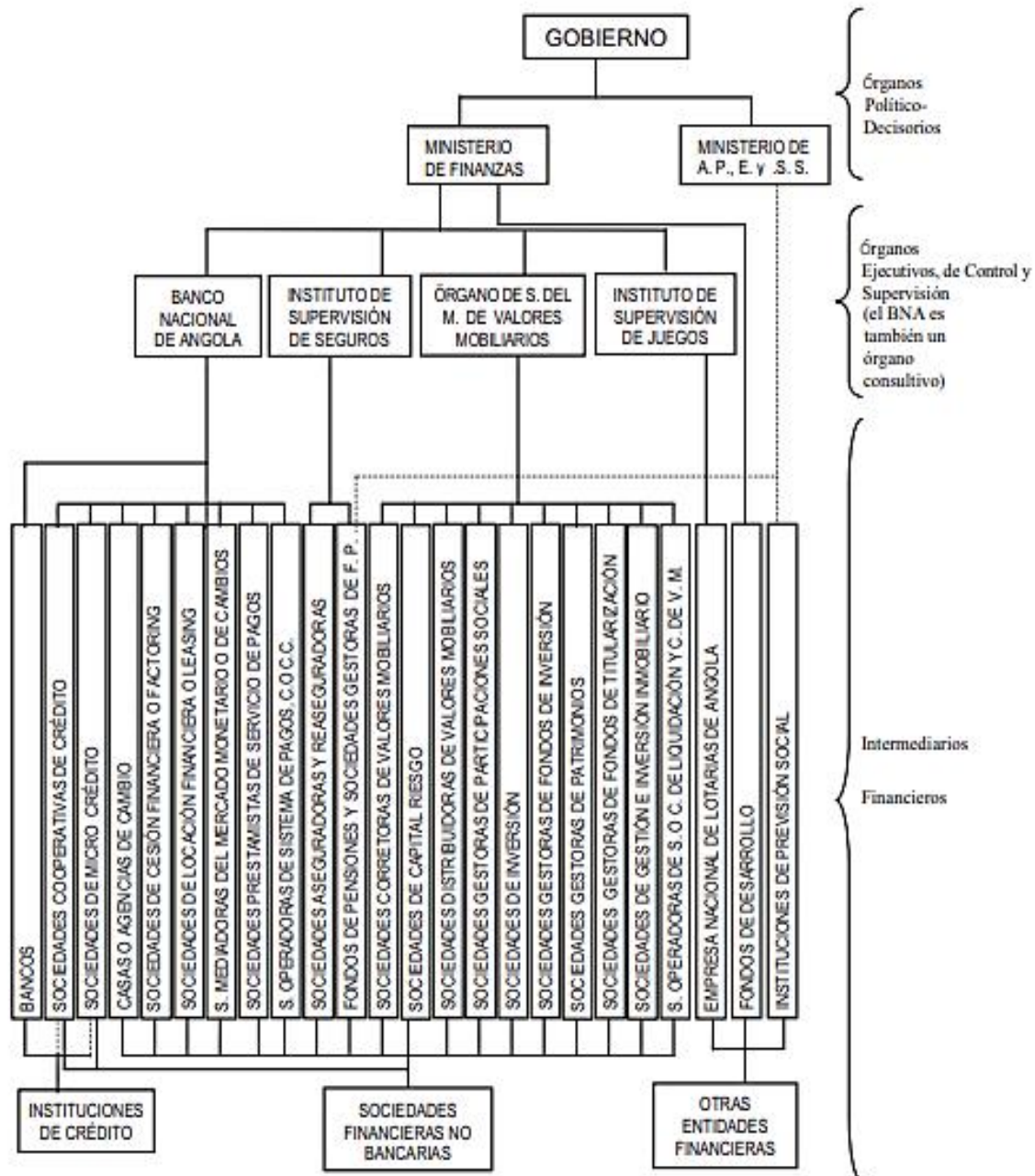


Figura 0.4: Estrutura do sistema financeiro angolano (Casanovas e Fortes, 2009)

Os responsáveis políticos são o Governo, o Ministério das Finanças (FM) e o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), aos quais as instituições de segurança social e os fundos de pensões estão ligados, especialmente no âmbito do Ministério das Finanças.

A autoridade monetária máxima do sistema financeiro angolano é o Ministério das Finanças, que exerce as suas funções através do mais importante órgão executivo, o Banco Nacional de Angola (BNA), que é responsável pelo exercício de funções

consultivas, de controlo e de supervisão. Os órgãos executivos de controlo e supervisão são, para além do BNA, o Instituto de Supervisão de Seguros, o Instituto de Supervisão de Jogos e a Agência de Supervisão do Mercado de Valores.

As instituições financeiras bancárias e não bancárias ligadas à moeda e ao crédito estão sujeitas à jurisdição do BNP. Estas entidades são agências de câmbio, cooperativas de crédito, “sociedades de factoring, sociedades de locação financeira, empresas de intermediação” no mercado monetário ou cambial, empresas de microcrédito, empresas prestadoras de serviços de pagamento e empresas administradoras de sistemas de pagamento, compensação ou liquidação.

O Instituto de Supervisão de Seguros é um organismo de direito público com personalidade jurídica e capacidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, responsável pela supervisão dos seguros, resseguros, fundos de pensões e mediação de seguros.

O Instituto de Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários é o órgão responsável pela supervisão da atividade das seguintes instituições financeiras não bancárias: corretores de valores mobiliários, sociedades de capital de risco, sociedades de distribuição de valores mobiliários, sociedades gestoras de investimentos, sociedades gestoras de patrimónios, sociedades gestoras de fundos de investimento, sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos, sociedades gestoras de patrimónios imobiliários e de investimentos e sociedades gestoras de sistemas de compensação e liquidação de valores mobiliários (Casanovas e Jesús, 2009).

Estes institutos são supervisionados pelo Ministério das Finanças e têm a organização, atribuições e funcionamento que consistem nos respetivos estatutos orgânicos, os quais devem ser aprovados pelo Conselho de Ministros ou pelos órgãos com tal competência, nos termos da legislação em vigor. Em geral, o sistema financeiro angolano é composto por:

- Banco Nacional de Angola (Banco Central);
- Instituições financeiras bancárias;
- Instituições financeiras não bancárias;
- Outras entidades financeiras.

No que respeita à política monetária, de acordo com a Lei do Banco Nacional de Angola, Lei 16/10, de 15 de Julho, o Banco Nacional de Angola (BNA), na sua qualidade

de banco central e emissor, tem como principal objetivo assegurar a preservação do valor da moeda nacional (Kwanza), ou seja, contribuir para a criação de um ambiente propício ao crescimento económico, culminando num maior bem-estar económico e na criação de emprego. Para o efeito, deve procurar manter um equilíbrio entre a oferta de meios de pagamento e o crescimento da atividade económica.

Assim, a variação dos agregados monetários, indicadores que medem a quantidade de moeda em circulação na economia, deve ser consistente com o nível de atividade económica para evitar pressões inflacionistas (BNA, 2018). A este respeito, de acordo com a Lei Orgânica do BNA, são atribuídas à economia nacional diversas responsabilidades, incluindo a implementação, acompanhamento e controlo das políticas monetária, cambial e de crédito, a gestão do sistema de pagamentos e a administração do ambiente circulante.

As reservas obrigatórias, a negociação de divisas, a colocação de títulos do Estado e as operações de mercado aberto são todos instrumentos que contribuem para a implementação das atuais políticas monetárias, cuja eficácia depende da garantia do crescimento do sector financeiro angolano. Assim, o BNF introduz o quadro operacional da política monetária, que terá um impacto na preservação da estabilidade dos preços na economia, tendo em conta que o reforço da posição externa da economia angolana depende da variabilidade dos preços do petróleo. Para além de orientar a política monetária, a taxa de juro da SNF deve também servir de referência para as taxas aplicadas nas instituições financeiras, no mercado monetário interbancário, na maioria das operações intermediadas pelos bancos nacionais.

Existe um Comité de Política Monetária (CPM), cujo objetivo consiste em estabelecer as orientações de política monetária e definir a Taxa de Juro Básica,⁷⁰ criado em agosto de 2011. É composto pelo Governo do BNA, presidido pelos respetivos vice-governadores e diretores. Os Administradores dos Departamentos de Estudos Económicos, Mercados de Ativos e Estatística do Banco Central participam também nas reuniões e promovem informação abrangente sobre inflação, agregados macroeconómicos, mercados e expectativas que apoiam a tomada de decisões.

Estas reuniões realizam-se pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocadas pelo Governador do BNA. A decisão sobre a taxa de base (taxa BNT)

⁷⁰ A taxa de juro do BNA e as taxas de juro das facilidades de crédito e absorção, de forma a cumprir a meta de inflação contida no Plano Nacional (Simão da Cunha, 2014).

é tomada por consenso. No final de cada reunião, o Comité emite um comunicado oficial centrado na evolução recente e futura da inflação, nos mercados financeiros, nas medidas de política monetária e na decisão sobre a taxa de crescimento anual da balança de pagamentos para o próximo período (Simão da Cunha, 2014).

Apesar do quadro regulamentar e institucional, existem dinâmicas a nível regional - especialmente as ligadas ao intercâmbio e aos mercados financeiros - que vão além das linhas definidas a nível macro institucional. Tendo em conta este contexto institucional e o enquadramento regional de Angola, a análise que se segue pretende destacar não só aspetos do multilateralismo existente, mas também aspetos ligados a um “microrregionalismo” que se está a desenvolver neste cenário.

2.3. Microrregionalismo: Criação e dinâmicas locais

A primeira parte deste capítulo é o resultado de uma revisão exaustiva das fontes bibliográficas e da consulta da literatura científica. Tendo em vista o objetivo de analisar o regionalismo, foram identificados os materiais gerais e específicos relacionados com o tema, a fim de escolher os de maior relevância e significado para o tema abordado no presente documento.

Várias etapas envolvidas na análise da documentação foram tidas em conta, iniciando-se a mesma com a leitura e registo da informação, sua posterior organização lógica e metódica, sistemática e sequencial, como inferido a partir de Chunga, Parraguez et al (2017).

2.3.1. Fronteira sul de Angola: Regiões e relações locais

Tendo em conta o que foi dito anteriormente em termos de regionalismo, na área geográfica abrangida pela província do Cunene em Angola e Ohangwena na Namíbia, áreas objeto do presente estudo, tem vindo a decorrer, sobretudo desde o fim da guerra civil angolana, um processo formal que visa construir um espaço económico que facilite a diversificação da produção regional, a par da realização de investimentos variados para responder à procura de produtos e serviços de ambos os lados da fronteira que estimulem a integração económica.

Este ponto pretende analisar, a partir da documentação existente, aspetos sobre a região fronteiriça em estudo, incluindo localização, referências demográficas, económicas, sociais, políticas e culturais.

As áreas em estudo das duas nações envolvidas no processo de integração regional entendido como microrregionalismo neste trabalho incluem na província do Cunene, sobretudo o município de Namacunde e a aldeia de Santa Clara do lado angolano da fronteira. Na Namíbia, incluem a região de Ohangwena, onde se encontram as vilas Helao Nafidi e Oshikango.

2.3.2. Organizações regionais

De referir em primeiro lugar que ambas as nações, Angola e Namíbia, fazem parte de um programa de regionalização mais amplo denominado Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que visa a integração regional de 16 países para promover o desenvolvimento, promovendo o combate à pobreza e melhorando a qualidade de vida dos povos.

A organização visa contribuir para um desenvolvimento sustentável, autónomo e interdependente entre os estados, criar instituições políticas comuns e programas complementares que estimulem o emprego, a utilização racional de recursos, a consolidação dos povos e a implementação de estratégias nacionais e regionais (Mutti, 2011).

Um dos objetivos centrais da SADC é harmonizar as políticas económicas de integração regional, o que inclui uma zona de comércio livre, a criação de políticas setoriais e um plano de ação em que cada estado é responsável pelo processo de coordenação de cada setor especializado, constituído por um conjunto de protocolos sobre questões de segurança, sociais, económicas e políticas (Mutti, 2011).

No caso da República de Angola, o país tem estado também envolvido em várias outras iniciativas de integração regional. Desde 1991, tem estado envolvido no Tratado de Abuja, com o objetivo de criar a Comunidade Económica Africana visando conseguir a paz na região e contribuir para melhorar as condições de vida da população. O objetivo desta comunidade para 2025 é alcançar uma integração regional e a qualidade de ligação entre países irmãos em termos geográficos, históricos e culturais (Gomes, 2017, p. 15).

Contudo, ambos os modelos de integração não produziram os resultados esperados pelos países participantes uma vez que não permitiram a inversão da economia adotada desde a época colonial, continuando a economia africana a estar subordinada à economia mundial e os desequilíbrios comerciais, financeiros e económicos da maioria destas nações. Também não permitiu a distribuição adequada dos benefícios, uma vez que as elites continuaram a manter o seu poder em detrimento dos setores social e

economicamente desfavorecidos (Mutti, 2011). Verificou-se que ambas as tentativas de integração não conseguiram ter um impacto nos territórios e na região, como previsto, dada a deficiente preparação das partes para conseguir um desenvolvimento sustentável adequado e eficaz.

De igual maneira, no caso da Namíbia, os acordos regionais em que tem estado envolvida têm também tido como objetivo promover uma maior integração na zona de influência. Por conseguinte, faz parte da União Aduaneira da África Austral (SACU). Este acordo, datado de 2002, prevê a criação de um Conselho de Comércio da Namíbia, que atuará como órgão nacional de relações, cuja entrada em vigor foi o ano de 2010.

Adicionalmente, está integrada nos seguintes comités: Comissão da Agricultura, Comissão da Ajuda ao Comércio, Comissão do Comércio de Serviços, Comissão do Acesso aos Mercados Não Agrícolas, Comissão das Pescas e da Aquicultura. O Comité de Acesso ao Mercado Não Agrícola inclui também a Câmara de Comércio e Indústria da Namíbia (NCCI), o Fórum Empresarial dos Povos Indígenas (IPDF), o Comité de Comércio Agrícola que funciona no Fórum de Comércio Agrícola (AFT), o Comité das Pescas e da Aquicultura e a Associação Industrial Namibiana (NMA).

Na Namíbia, como se pode verificar através do Gabinete Económico e Comercial de Espanha em Joanesburgo (2018), existe um grande impulso ao comércio e ao investimento no âmbito de uma política de desenvolvimento económico. O seu objetivo é a liberalização do comércio, o aumento das exportações, a diversificação dos mercados e dos produtos; a adoção de medidas pautais que favoreçam os investimentos. Com isto, aspira-se à conformação de um ambiente favorável para a melhoria da economia nacional.

2.3.3. Microrregionalismo: Perspetivas e prática

A este respeito, os resultados da investigação mostram que existem fragilidades no regionalismo que foram confirmadas pelo trabalho de campo realizado, pelos resultados das entrevistas e análises documentais efetuadas. Várias perspetivas têm vindo a ser desenvolvidas em relação ao termo microrregionalismo, todas com o objetivo de dar uma visão clara sobre o seu significado e sobre a sua expressão como regionalismo em setores localizados de certas nações.

Para decompor o conceito, foram considerados contributos como o de Jiménez e Pereira (2011), que assumem que no contexto de regionalismo surge esse processo de nível micro que tem lugar nas regiões fronteiriças, que são exemplos típicos de onde se constrói uma zona económica, política e social que emerge para articular novos

mecanismos de coordenação entre os países envolvidos. Assim, o microrregionalismo através da integração económica leva muitas vezes à criação de esquemas de cooperação internacional (Rodríguez, 2014).

Neste sentido, o microrregionalismo desenvolvido no sul de Angola, na fronteira com a Namíbia, implica a formação de um cenário territorial onde se entrelaçam relações sociais e económicas que tiveram um desenvolvimento num momento histórico, com delimitações territoriais reconhecíveis, com certa homogeneidade, potencial e limitações institucionais, ecológicas, produtivas e sociais em geral (Rodríguez, 2007).

Nestas regiões, os projetos são realizados de acordo com recursos naturais estratégicos, reforçando as capacidades produtivas locais e concorrendo para o desenvolvimento regional. Em consonância com os autores acima referidos, a região é interpretada não como um território económico natural, mas sim como um território emergente e socialmente constituído por diversos atores, forças sociais em disputa, migrantes económicos, empresas legais e ilegais, organizações governamentais, bem como as de natureza privada, onde a dinâmica responde a uma necessidade do Estado de redefinir o seu papel de entidade reguladora, através da adoção de estratégias de regulação e governação.

Isto vem juntar-se à abordagem anterior referida por Morales (2007), que considera que o regionalismo e, neste caso, o microrregionalismo, é um projeto político próprio da regionalização, que é o resultado da interação entre os atores estatais intergovernamentais e os atores não governamentais estatais e transnacionais. Assim, é interpretado como um processo emergente de organização económica e/ou política entre diferentes países que possibilita a integração na atual tendência para a globalização ou contra esta tendência, para fins protecionistas.

De acordo com a visão do referido autor, existem cinco níveis onde a regionalização pode ser observada: o primeiro define-se como estando inscrito numa unidade geográfica e ecológica e é definido por barreiras de tipo natural. No segundo, é possível mencionar os sistemas sociais que compõem a região e que incluem as relações trans-locais nos contextos económico, social, cultural e político.

No terceiro nível, a região pode ser mencionada como membro da organização regional, onde as relações de cooperação se entrelaçam. Num quarto nível, surge a sociedade civil regional, produto da organização, que promove a comunicação e a convergência de valores dentro da região. Por último, num quinto nível, o desempenho

da região enquanto sujeito com identidade, capacidade, legitimidade e aparato próprios para elaborar as suas próprias políticas pode ser constituída.

Assim, este regionalismo desenvolve-se a partir duma microrregião, onde convergem poderes políticos e económicos que competem entre si mas que estão inter-relacionados entre as próprias regiões e microrregiões e dentro da mesma região. Aí são criadas as bases para a cooperação até se conseguir a integração (Rodríguez, 2014).

Desta forma, surgem novas formas de cooperação política para o início dos projetos, sob parâmetros de equidade e equilíbrio nas relações entre os membros, o incremento das relações comerciais e o planeamento industrial. Neste âmbito, o estado desempenha um papel ativo, onde racionaliza a produção, construção de infraestruturas e promoção de intercâmbios. As limitações e potencialidades residem nas ligações que estabelece com a sociedade civil (Morales, 2007).

Abrindo-se um panorama de cooperação e assistência, o microrregionalismo pode dar lugar à definição de relações de cooperação e assistência, em que os laços de vizinhança forçam uma constante cooperação, assistência e coordenação mútua entre as partes, de forma permanente e obrigatória em questões tão importantes como a saúde, as catástrofes naturais ou aquelas que são causadas pela ação da mão do homem.

No domínio judiciário, está ligado ao reconhecimento das penas, ao repatriamento dos reclusos, à remissão de provas, entre outros tipos de procedimentos. Assim, a cooperação técnica e científica garante realizações partilhadas entre as agências envolvidas, e a cooperação binacional permite localizar e recuperar veículos roubados do território (Morales, 2007).

Nesta mesma ordem de ideias, Oddone (2008), ratifica a exposição do já referido autor, em relação à temática. Tendo em conta a sua perspetiva, o microrregionalismo implica a união de regiões geográficas que estão para além das fronteiras e a definição de pontos de união de economias, finanças e tecnologias. Ao mesmo tempo, isto traduz-se no desenvolvimento da legislação, das jurisdições e dos poderes judiciais dentro de cada nação a que a microrregião pertence, no que diz respeito à livre circulação de pessoas, ao controlo das fronteiras externas, ao asilo, à imigração e à cooperação judiciária em matéria civil.

Na mesma linha, integra aspetos relacionados com o controlo das entradas e saídas de ambos os lados da fronteira, a circulação de pessoas e mercadorias. Assim, como é exposto por Oddone (2008), está a consolidar-se um espaço económico comum, sobre determinantes territoriais cristalizados numa fronteira comum, onde estão a ser geradas

iniciativas de cooperação e integração económica para ajustar as estratégias nacionais de produção às exigências do novo paradigma competitivo em matéria comercial, financeira, de intercâmbios científicos e tecnológicos, entre outros. Assim, são várias as áreas de intervenção e desenvolvimento ao nível de políticas que impulsionam a consolidação de microrregiões.

No que diz respeito às fronteiras, incluirá a criação de um eixo rodoviário composto por serviços de migração, alfândegas, polícia, saúde animal, telecomunicações, câmbio de divisas, informação turística, seguros, inteligência e tudo mais que possa estimular o desenvolvimento da microrregião.

A este respeito, ambos os países dispõem atualmente de uma infraestrutura que não tem respondido às necessidades de integração entre estes dois países, especificamente no sul, uma vez que as relações que foram estabelecidas se limitaram a aspetos como o controlo policial, a aduna e o câmbio de divisas, para destacar medidas que têm sido maioritariamente aplicadas. De resto, não houve a formação de uma microrregião em que as duas nações vejam a sua economia reforçada em benefício dos habitantes que vivem na fronteira.

Como refere Cesarin (2014), o microrregionalismo visa a consolidação de espaços económicos, em certos territórios ou fronteiras comuns a dois ou mais países, como é o caso de Angola – Namíbia/Cunene – Ohangwena. Assim, em atenção a González (2015), estão a produzir-se fenómenos sociais, como as comunidades étnicas, linguísticas e culturais, separadas por fronteiras estatais, onde os acontecimentos políticos serão de grande utilidade, para dar sentido a outras realidades da região, a partir de agora compreendidas pelas suas complexidades microrregionais ou, como lhe chamam Alba e Aziz (2000), condições micro-locais, erigidas com as suas próprias particularidades, que influenciam certos comportamentos sociais, políticos e económicos.

Na economia, especificamente no que respeita ao comércio bilateral, isto implica a procura de instalações, a eliminação de obstáculos, a abertura de novas passagens fronteiriças, a disponibilização de infraestruturas modernas, a expansão da passagem de pessoas, veículos particulares e carga, a simplificação dos procedimentos, a adoção de um formato comum para os documentos, ou mecanismos de redução do custo de vida dos habitantes da área fronteiriça em ambos os lados de cada país envolvido.

Do ponto de vista de Ali (2014), este comércio entre dois países contribui para gerar um dinamismo integracionista nos diferentes setores da economia, que não se limita apenas à parte comercial, mas aborda aspetos como a banca, as finanças, os seguros, a

indústria, entre outros, de acordo com as condições e características da região. Por conseguinte, o comércio internacional centrado na promoção do crescimento económico deve ser incentivado. Nestas economias nacionais existe uma tendência para o estreitamento dos laços entre os diferentes setores.

Para promover o comércio, o microrregionalismo tem a opção de planificação escalonada de mercados populares e feiras para promover o intercâmbio de produtos e com livre circulação de divisas, o que contribuirá para o início de uma fase de entendimento para os reforçar e diversificar através de uma coordenação adequada com a indústria, o artesanato, a alimentação, entre outros, a formação de zonas francas e parques industriais binacionais, com regulamentações claramente estabelecidas, com incentivos fiscais, criação e expansão de várias fontes de emprego para os habitantes de cada uma das nações envolvidas neste processo de integração.

As empresas binacionais representam outra atividade fundamental que o microrregionalismo deve abordar para promover a integração. Segundo este modelo, as pequenas indústrias são estimuladas com incentivos tarifários, assistência técnica e jurídica e mesmo financeira, de modo a associarem-se e transformarem-se em empresas binacionais que possam melhorar satisfatoriamente o serviço, modernizar-se, expandir-se e aumentar os lucros, em benefício destas organizações de ambos os lados da fronteira. Nestas companhias binacionais, são desejáveis as que se dedicam ao transporte de passageiros, carga e turistas, tanto por estrada como por via aérea. Isto pode aplicar-se, da mesma forma, às atividades comerciais, bancárias e de serviços. A eliminação da dupla tributação e das isenções fiscais constitui um estímulo.

Até agora, na fronteira entre o sul de Angola e o norte da Namíbia, a integração e a configuração da microrregião não teve o impacto desejado na formação de uma verdadeira economia comum que permitisse construir uma infraestrutura comercial e de serviços que proporcionasse vantagens competitivas para ambos os setores. Pelo contrário, não tem havido criação de pequenas e médias empresas, apesar de este ter sido um dos objetivos perseguidos e de aumentar as várias fontes de emprego para modernizar a economia fronteiriça.

Bonilla e Álvarez (2014), por seu lado, consideram que este microrregionalismo que é evidente a nível fronteiriço implica a formulação e implementação de políticas de segurança para construir a soberania e partilhá-la sob forças interdependentes, tanto as consideradas positivas como as consideradas negativas entre países vizinhos que abordam

com êxito a dinâmica fronteiriça. Por conseguinte, a construção de políticas concertadas é a forma de abordar os fenómenos vividos na fronteira.

Por esta razão, os governos centrais de cada país devem admitir o nível de cooperação fronteiriça que envolve diferentes níveis de governo e diferentes setores, onde o Estado deve assumir o reconhecimento de tais situações, estimular num quadro jurídico, bem como através da criação de condições materiais adequadas para o seu reforço. Assim, é delineada uma política de segurança fronteiriça, não só como uma questão local, mas também como uma questão governamental, envolvendo agências militares, órgãos políticos, câmaras de comércio, congressos, associações profissionais, entre outros (Sanahuja, 2014).

O microrregionalismo estimula a cooperação no domínio da segurança e da defesa, todos produtos do diálogo, onde se estabelecem visões e abordagens comuns, graças aos espaços de socialização e a uma dinâmica de aprendizagem, destinada a unir esforços em benefício da proteção das fronteiras (Sanahuja, 2014).

Na mesma linha, Linares (2019) assume que estas zonas fronteiriças, permeáveis à integração, onde a mobilidade das pessoas, das mercadorias e dos capitais faz parte da vida quotidiana, conduzem a uma política estatal de salvaguarda da segurança como mecanismo de proteção dos países membros, face às ameaças a que estes estão expostos. Deve ser concebido como um espaço para a prevenção de atividades ilícitas, como o contrabando, o tráfico ilícito de pessoas, mercadorias, armas, explosivos, entre outras.

Neste sentido, surgem os esforços para controlar as relações na região fronteiriça, onde a segurança se torna um fator chave na defesa da soberania e dos direitos humanos, a fim de garantir a coexistência. Em seguida, manifesta-se no controlo militar dos postos fronteiriços, onde a regulação do Estado deve estar presente nos diferentes mecanismos onde existe um fluxo de pessoas, de modo a que as relações sejam reguladas, de acordo com a política estabelecida, tendo em conta a série de ações empreendidas pelas autoridades competentes dentro dos limites territoriais.

Trata-se de uma tarefa estratégica ligada à política de Estado, adequada à noção de soberania tendo em conta o controlo militar, em que as agências militares são responsáveis por serem os garantes da segurança na fronteira e no território nacional. Desta forma, o Estado e as suas agências envolverão as instituições internacionais e os governos regionais ou locais, os meios de comunicação social e a opinião pública, a fim de reconhecer os diferentes fatores na execução de uma política coordenada de fronteiras,

no âmbito de esquemas de cooperação e descentralização entre os Estados envolvidos e de apoio na região de uma forma mais eficaz.

A segurança pública é um fator chave para a qualidade de vida e por isso a integração fronteiriça, a nível microrregional, favorece um maior fluxo de pessoas, carga, veículos, navios e aviões. Por esta razão, as questões da criminalidade devem ser abordadas através de planos binacionais para enfrentar o crime organizado, as máfias, os assassinos, o tráfico de droga, os bandos, os paramilitares, os terroristas, o tráfico de seres humanos, os raptos, os branqueadores de dinheiro, os contrabandistas, entre outros.

Existe a necessidade de compreender a relevância da cooperação interestatal como um processo de negociação diplomática e formalização institucional, para prevenir conflitos como o crime, facilitar a análise da situação local e promover políticas binacionais de fronteira e formas de ação conjunta (Mellado, 2013).

Mesmo assim, não houve uma profunda integração de esforços, existe apenas cooperação para lidar com casos de criminalidade na zona fronteiriça do sul de Angola e norte da Namíbia, o que leva à manutenção de centros de criminalidade que afetam a segurança e a propriedade de locais e estranhos, dos aldeões ou residentes das comunidades vizinhas, bem como daqueles que fazem deste espaço um local de trânsito para as suas diversas atividades, sejam elas comerciais, educativas, de saúde ou turísticas.

No que diz respeito às migrações, num contexto microrregional as partes deverão assumir orientações gerais destinadas a conceber um modelo de tratado binacional, acordando, entre outros, um regime para os trabalhadores temporários ou permanentes na zona de integração. Quanto à passagem das fronteiras, as partes têm a responsabilidade de criar postos fronteiriços, construir, melhorar e expandir pontes binacionais e outras passagens possíveis, de acordo com as características e necessidades de cada região. Do mesmo modo, as estradas binacionais, devem incorporar serviços públicos de acordo com as exigências que estas etapas implicam.

No processo de formação de uma microrregião em Angola – Namíbia/ Cunene - Ohangwena, devem ser considerados alguns fatores que conduzem ao desenvolvimento deste processo. Para tal, implica a integração a nível fronteiriço de uma zona, onde os países vizinhos estabelecem circunscrições de contacto político na linha de fronteira (províncias, departamentos, estados, entre outros), onde ambas as partes exercem ações que são comuns.

Considera-se ainda que os habitantes das nações envolvidas, dentro da zona fronteiriça, têm a possibilidade de se deslocarem facilmente, livremente e com todas as

garantias, como se se deslocassem dentro do mesmo território, mesmo depois de terem atravessado a linha de fronteira. Daí decorre que a orientação jurídica permite que a jurisdição de cada parte se estenda e avance até ao limite externo da zona, o que contribui para a justa posição dos esforços e da gestão nacional em benefício de zonas que, por exemplo, foram abandonadas pelo Estado.

Por este motivo, as taxas de saída, vistos, passaportes, documentos de identidade, taxas de transporte, despesas postais e telefónicas, entre outras, são eliminadas. O microrregionalismo como processo é acompanhado por uma cooperação pública intergovernamental e inter-organizacional para responder às exigências das partes (Díaz, 2010).

Quando se considera a realidade vivida na zona fronteiriça do sul de Angola e do norte da Namíbia, pode-se ver a existência de um espaço onde se pode transitar apenas com os documentos legais necessários para se deslocar de um lugar para outro. Contudo, de acordo com os acordos alcançados, o trânsito de pessoas de ambos os lados da fronteira deve ocupar uma distância até 60 quilómetros, o que implica um certo grau de flexibilidade e garantias na passagem da fronteira.

Por conseguinte, no caso da investigação para esta tese de doutoramento, existem características de cooperação intergovernamental que também se devem traduzir numa cooperação entre as organizações envolvidas.

A um nível mais avançado, a formação da microrregião deve induzir a constituição de uma comissão de maturidade, em que cada país designa os membros da subcomissão nacional de vizinhança para fazer um trabalho conjunto e gerir tudo o que diz respeito à integração fronteiriça. Esta comissão é criada como um mecanismo de relações binacionais, em que estão envolvidos organismos governamentais, instituições privadas, cidadãos estrangeiros e liderados pelos ministérios dos negócios estrangeiros (Ardila, 2012).

Esta comissão será responsável pela criação dos comités técnicos para cada plano ou projeto binacional, numa base permanente ou limitada a um período de tempo específico. Tem também o poder de criar os comités operacionais para a gestão de planos especializados do ponto de vista técnico, sob a supervisão permanente do secretariado (Sanahuja, 2017).

Deste ponto de vista, no caso do sul de Angola e do norte da Namíbia, relativamente aos processos de criação de comités técnicos, os acordos que têm sido implementados não têm sido suficientemente fortes para promover uma microrregião que torne possível

a integração económica, cultural e política, entre outras. Assim, a realização dos objetivos para os quais o microrregionalismo foi adotado não satisfaz as expectativas e aspirações dos países envolvidos.

No que respeita ao ambiente, esta questão é especialmente relevante quando se trata de acordos e projetos destinados à formação de uma microrregião a nível fronteiriço, dado o impacto que isso tem na regulamentação dos países envolvidos. Neste sentido, qualquer trabalho que se pretenda realizar na fronteira deve ser submetido a discussão por um comité técnico binacional, a fim de fazer uma análise exaustiva de aspetos como: efeitos, soluções, características do trabalho, localização, prioridade, conveniência (Ramírez, 2005).

No caso das bacias hidrográficas internacionais, como o rio Cunene, que corre ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, estas podem ser geridas e controladas por uma comissão binacional responsável. O tratamento dos resíduos sólidos, por exemplo, é mais barato quando realizado em conjunto. A gestão dos parques naturais e das reservas binacionais no contexto das microrregiões carece igualmente da constituição de comissões designadas para o efeito (Sánchez, 2019).

Sobre este mesmo assunto, Sánchez (2019) explica que, no regionalismo, a ideia ambiental ganha força através da recuperação da sabedoria ecológica de modo a que as ações realizadas no espaço geográfico estejam em consonância com as formas admissíveis e toleráveis de exploração do ambiente natural, de cuja reprodução depende a sobrevivência da população. Neste sentido, tendo em conta as contribuições do autor, os esquemas ao abrigo dos quais são realizados acordos binacionais em relação à utilização do ambiente e à sua exploração devem responder ao cumprimento de responsabilidades comuns, na perspetiva de uma noção de justiça, para erradicar as desigualdades e promover o desenvolvimento.

Nesta linha, a intenção do regionalismo não se restringe à integração económica, cultural e política para a criação de uma política, economia e fronteira comum no sul de Angola e norte da Namíbia, mas engloba também aspetos associados à utilização dos recursos naturais em benefício da população residente em ambas as nações. É o caso dos projetos de construção de barragens hidroelétricas para o abastecimento das populações da referida zona de influência.

Quanto à formação, este é um dos processos fundamentais de um processo de integração a nível microrregional, especialmente quando se trata de funcionários públicos que trabalham na fronteira com uma nova abordagem e também com uma nova forma de

desempenharem as suas funções. Inclui também formação para aqueles que irão trabalhar nos novos nichos que vão ser criados e expandidos. A formação de grupos de trabalhadores que têm profissões que desaparecerão com o microrregionalismo, por como por exemplo, naqueles em que não existem táxis, transportes ou autocarros, é uma ação primordial.

Assim, a formação e a educação serão estratégias para alcançar os objetivos do microrregionalismo e da integração, uma vez que facilita a redução das barreiras culturais e enfatiza a união (Morales, Morales e Paz, 2014).

Além disso, os professores que trabalham na zona fronteiriça devem receber cursos sobre como utilizar os textos binacionais, o currículo; assim, a comissão criada para facilitar a integração na microrregião desenvolverá programas de formação de professores em cada organização educativa localizada na fronteira, para que possam cumprir eficazmente as suas novas responsabilidades e formar aqueles que irão alternar constantemente nos postos de controlo fronteiriço (Sistema Económico Latino-Americano e das Caraíbas, 2012).

A educação, a cultura e o desporto são áreas-chave para promover a integração na microrregião, uma vez que a educação está empenhada no reconhecimento das qualificações na área aos diferentes níveis do sistema educativo, sem outro requisito que não seja a certificação das qualificações pelas autoridades competentes do respetivo país. Ao mesmo tempo, é relevante equiparar graus e diplomas que qualificam para a prática técnica ou profissional na zona de integração fronteiriça.

A este respeito, existem agências de ambos os lados da fronteira sul de Angola e do norte da Namíbia, em resultado dos acordos celebrados, como o processo de controlo fronteiriço que dá origem a ações a favor do trânsito de pessoas que muitas vezes se deslocam de um local para outro, uma vez que muitas das pessoas que vivem em cada setor da fronteira têm de se deslocar para o outro lado, quer para trabalhar, quer para cuidados de saúde ou educação.

Entre eles está a formação do capital humano necessário para ter a massa de trabalhadores necessária para promover o microrregionalismo. Apesar disso, a realidade que é evidente mostra que muitos angolanos procuram a oportunidade de estudar no país vizinho, mas quando obtêm algum tipo de diploma encontram obstáculos no seu reconhecimento. Portanto, é evidente que não houve uma equalização dos diplomas.

Outro aspeto importante é a formação de eixos rodoviários. Valdés e Parimbelli (2014) referem que estes eixos são as estradas ao longo da região. Esta é uma das ações

dedicadas à construção de infraestruturas rodoviárias, que facilita a comunicação a partir do interior de cada país. Para o efeito, para a criação e desenvolvimento de uma microrregião as partes acordarão na execução das obras que devem ser realizadas para melhorar a interligação das cidades, o que torna o comércio mais dinâmico, produz novas fontes de rendimento, encurta distâncias e contribui para a melhoria da qualidade de vida. Estes são construídos com a modalidade de trabalho binacional.

Nesta linha, no sul de Angola, em conjunto com a Namíbia, promoveu-se a construção da rede ferroviária com o objetivo de se tornar uma força motriz para o transporte de matérias-primas, a fim de responder às necessidades do microrregionalismo atual. No entanto, à luz da realidade, o trabalho realizado até agora é mais um projeto do que uma ação real que permitiu consolidar ações que favorecem ambos os países no domínio dos transportes.

Em matéria de energia, para Carruci e Schutt (2008), a cooperação energética é um elemento chave em si mesma, bem como na capacidade de um mercado comum. Os dois países têm um plano de obras binacionais na zona fronteiriça, que contempla o fornecimento de energia indispensável para melhorar as condições e a qualidade de vida das populações e, ao mesmo tempo, para promover o desenvolvimento industrial e comercial da zona. Isto implica a otimização das fontes de energia existentes na zona, sejam elas hidroelétricas, eólicas, termoelétricas ou geotérmicas.

Ao interligar os sistemas nacionais, as tarifas serão preferenciais para favorecer a instalação de indústrias transformadoras na zona, criar e aumentar as fontes de trabalho existentes que incentivarão a permanência dos habitantes na zona e evitarão a migração para outros locais.

Até agora, a fronteira sul de Angola e a fronteira norte da Namíbia não tiveram um desenvolvimento binacional adequado no setor industrial, em sentido estrito, uma vez que a predominância que existe nesta área é a do setor comercial e as casas de câmbio para aqueles que desejam fazer uma conversão monetária. Contudo, a exploração prevista dos recursos existentes na zona fronteiriça para fins industriais ainda não foi concretizada, reduzindo assim as oportunidades de beneficiar ambas as nações neste aspeto do desenvolvimento económico previsto.

Na área da saúde, diz Scotti (2013) que a formação de uma microrregião através da integração económica deverá contribuir para o posicionamento da saúde nas agendas de desenvolvimento da região, ao mais alto nível político. Nesta linha, é necessária assistência às populações economicamente menos favorecidas e em situação de pobreza,

incluindo a criação de programas de saneamento e prevenção em matéria de saúde humana, vegetal e animal de ambos os lados da fronteira, postos fixos, clínicas ambulatoriais, campanhas contra epidemias e pandemias e centros populares para a venda de medicamentos básicos.

Este aspeto, ligado à melhoria das condições de vida da população, tanto no sul de Angola como no norte da Namíbia, não foi conseguido até agora, pelo que não foi possível agir em conjunto para proporcionar o maior número de benefícios à população, a fim de melhorar a sua qualidade de vida.

2.3.4. Relações Locais: Políticas e programas regionais

As relações fronteiriças locais têm sido um tema quente em qualquer parte do mundo, nomeadamente no continente africano, em particular no sul de Angola e no norte da Namíbia. Neste ponto, aborda-se a questão das relações diplomáticas internacionais mas também as de natureza política e económica que constituem o conjunto do complexo processo de integração. Este processo na prática tende a sofrer variações, nomeadamente no que diz respeito à formulação e implementação de acordos de integração fronteiriça e regional.

O sul de Angola partilha com o norte da Namíbia uma faixa de 1.400 quilómetros, especificamente na província do Cunene é o posto fronteiriço de Santa Clara (Namacunde), que tem sido considerado o posto mais movimentado da nação angolana. Também nesta área tem sido considerada relevante a salvaguarda da segurança e proteção fronteiriça para evitar o roubo de veículos, gado, contrabando de mercadorias ou quaisquer outros atos criminosos. Por outro lado, as relações económicas e comerciais desenvolveram-se de forma muito acelerada no final da guerra civil angolana.

Como consequência, foi necessário ao longo das últimas décadas desenvolver ações destinadas a promover um maior dinamismo nas relações entre os dois países, a fim de reforçar os laços locais e a cooperação, sobretudo na zona de Santa Clara – Oshikango. Esta regulação foi desenvolvida em áreas tão diversas das relações locais como o ambiente, a agricultura, a indústria, o comércio, entre outras.

Atualmente, Angola representa 10% das exportações totais da Namíbia, embora esta percentagem esteja a aumentar à medida que mais oportunidades se abrem e os dois governos melhoram as áreas de cooperação bilateral.

É importante notar que os acordos existentes entre Angola e a Namíbia incluem os domínios do comércio, da saúde e da prevenção da criminalidade. Angola é também o

terceiro destino de exportação mais importante para a Namíbia, a seguir à África do Sul e ao Reino Unido.

Em Santa Clara, província do Cunene, em Angola, e Oshikango, na Namíbia, existem acordos para a consolidação do comércio (Imprensa, 2014, p. 1). Esta é uma prova da existência de laços comerciais destinados a melhorar as condições de vida social, económica e política dos seus habitantes. A este respeito, foi assinado um acordo bilateral de conversão cambial (Imprensa, 2014, p. 1).

Na visão da Jonas (2019), este acordo visa dar maior segurança às transações comerciais fronteiriças, ao câmbio direto de moedas angolanas e namibianas nas casas de câmbio e agentes autorizados; levanta também a possibilidade de novos negócios de pequenos e médios comerciantes (Angola, 2014, p. 1). Este acordo foi celebrado por José Pedro de Morais Júnior, nesta altura, Governador do Banco Nacional de Angola; este evento teve lugar na zona fronteiriça de Oshikango; Hipumbu Shimi participou também como representante do Banco Central da Namíbia.

Na sua fase inicial Angop, 2015, p. 1)., a sua intenção era facilitar a troca de divisas para estimular o câmbio comercial entre Santa Clara e Oshikango; o que se traduz em melhorias na autonomia económica, na aquisição de bens e serviços em ambos os lados da fronteira (Agência Angola Press, 2015: 1); contudo, o Acordo de Cobertura Monetária foi suspenso porque as partes não tinham estabelecido claramente os seus termos (Angop, 2015, p. 1).

A nível microrregional, importa referir que, enquanto processo de integração, implica o desenvolvimento de projetos conjuntos entre as partes envolvidas na realização das metas e objetivos das partes envolvidas. Assim, os planos binacionais estão a ser concebidos para responder às exigências que foram formuladas com o mesmo objetivo, o que nos leva a pensar na possibilidade de utilizar o planeamento do desenvolvimento para uma determinada região, atendendo às exigências de cada setor de uma forma equitativa.

Sobre este tema, Briceño e Ruiz (2006), contribuem que sob a nova visão de regionalismo e integração, existem numerosos projetos que devem ser implementados com o objetivo de mobilizar o potencial endógeno, bem como a utilização de recursos locais e externos, para favorecer a gestão local do progresso; na perspetiva deste mesmo autor, os agentes envolvidos são: a administração pública, as microempresas, os atores sociais locais, as organizações intermediárias, entre outros.

No que respeita aos tipos de projetos, Urrutia (2011), refere-se a projetos de infraestruturas, que compensam as disparidades nos serviços públicos, investimentos na indústria regional, desenvolvimento social, reconversão e proteção ambiental. Para reforçar este aspeto, Bermúdez (2011) afirma que estes projetos devem envolver áreas como a energia, o financiamento, as infraestruturas, as políticas sociais e a educação, entre outras.

A este respeito, os projetos realizados na zona fronteiriça entre Angola e a Namíbia, nomeadamente no setor geográfico descrito neste capítulo, nomeadamente no Cunene - Ohangwena, são os seguintes: o acordo de conversão monetária, a Barragem do Calueque, o corredor de WalvisBay, o projeto Okacom e a Barragem de Baynes.

2.3.4.1. Conversão monetária

Entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia, em 2015, foi realizado um acordo de conversão monetária (Agência Angola Press, 2015), que entrou em vigor nesse mesmo ano, com a intenção de facilitar a conversão recíproca das moedas dos dois países, nas cidades fronteiriças de Oshikango e Santa Clara, uma ação que pode ser realizada em bancos comerciais e casas de câmbio. O objetivo final seria melhorar as atividades comerciais e, por conseguinte, as ligações económicas binacionais.

Este acordo de conversão monetária pretendia tornar-se um veículo para a união das zonas fronteiriças, não só para a conversão recíproca das moedas nacionais, mas também para contribuir para a redução da pressão monetária e para a simplificação das transações comerciais entre as populações do sul de Angola e do norte da Namíbia; de igual modo, tem sido sua aspiração gerar mais equilíbrio e ser uma fonte de desenvolvimento económico, associando o sistema financeiro às transformações que a economia e a sociedade angolanas enfrentam.

Na perspetiva de Romão (1991), este tipo de intercâmbio além fronteiras internacionais é considerado comércio internacional, pois permite o contacto com diferentes nacionalidades e entidades para dar oportunidade e conhecimento a novos produtos e serviços, permitindo-lhes adquirir bens e serviços que não existem nos seus mercados nacionais com preços altamente competitivos e por vezes mais atrativos, favorecendo uma multiplicidade de oportunidades. Em si mesmo, é um acordo para reforçar os laços entre os cidadãos das duas nações, ao mesmo tempo que aspira a estimular o investimento dos empresários namibianos na área angolana e manter um equilíbrio nas relações comerciais.

Neste sentido, o referido acordo de conversão cambial prevê a possibilidade de cada cidadão poder viajar para o país vizinho para realizar transações com valores estimados entre 150.000 kwanzas (1.100 euros) e 500.000 kwanzas (3.600 euros), valores que são fixados pelos bancos centrais e que são permitidos, para efeitos cambiais, nas casas de câmbio e instituições bancárias de ambos os países. Os cidadãos com mais de 18 anos podem trocar até 500.000 kwanzas e os com menos de 18 anos cerca de 150.

Sobre este acordo, foi criada uma estrutura interna para apresentar os recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento das regras de funcionamento e à regularização da conversão monetária; esta foi formada como um comité que definiria as condições para assegurar a sustentabilidade deste acordo a médio e longo prazo, a fim de alcançar um equilíbrio e resultados satisfatórios para ambos os países.

Ao mesmo tempo, este acordo de conversão monetária tentou promover o comércio entre os dois países e aproximá-los dos seus povos, já que se sabe que a cidade de Santa Clara é um importante posto aduaneiro angolano, que consiste num mercado muito frequentado pelos seus vizinhos, a cerca de cinco quilómetros de Oshikango, do outro lado da fronteira.

Outros resultados desejados estão ligados aos setores social, educativo e da saúde, facilidade de deslocação, pagamento e assistência nas clínicas e universidades dos países vizinhos. Isto porque, como afirma Calangui Nteka (2011), um dos problemas em Angola é a falta de recursos humanos qualificados, uma realidade que leva os cidadãos a procurar apoio noutros locais. A entrada de novos atores e instrumentos levaria inevitavelmente a uma maior concorrência na oferta de produtos e serviços financeiros, reduzindo os custos e preços no mercado e aumentando a taxa de “bancarização” da população, a emissão de títulos, trazendo consigo uma redução do peso do mercado informal na economia.

Do mesmo modo, o referido autor considera que o acordo traz resultados económicos, refletidos na redução da exposição à taxa de câmbio, que se acredita ser uma maior fonte de contribuição para o volume de negócios entre países vizinhos, bem como para a transparência e o funcionamento eficiente do mercado cambial, a fim de visar a estabilidade e a eficácia do mercado cambial, tal como acima referido.

Contudo, após a entrada em vigor do acordo, as regras não eram suficientemente claras e não foram seguidas como previsto. Além disso, os controlos cambiais na Namíbia não eram suficientemente rígidos, entre outros fatores, o que resultava num desequilíbrio financeiro.

Nteka (2011) descreve que em Angola existem 3 entidades diferentes que exercem a função de supervisão, acompanhamento e controlo do sistema financeiro. Em primeiro lugar, o Banco Nacional de Angola, que desde 1978 é o banco central do país e é atualmente a entidade que supervisiona a área monetária e de crédito.

O Instituto de Supervisão dos Seguros é responsável pela área dos seguros e da segurança social e a Comissão do Mercado de Capitais, que supervisiona o mercado de capitais e os investimentos. Como medida de execução, foi igualmente acordado que de ambos os lados da fronteira existiriam agentes autorizados para o câmbio de moeda estrangeira, tais como bancos ou casas de câmbio e outros responsáveis pela segurança e supervisão desse câmbio além fronteiras. O efeito disto tem sido aumentar o custo de vida, aumentar os preços, abrandar o crescimento económico, aumentar os combustíveis e desvalorizar a moeda angolana em 15 por cento (Portal de Angola, 2016).

Desde fevereiro de 2016, a zona fronteiriça de Santa Clara tem um posto fiscal, construído como parte da reforma fiscal que está a ser implementada em todo o país. A nova infraestrutura facilita aos empresários da região o pagamento de impostos, o que ajudará a gerar mais receitas para o Tesouro do Estado (Jornal de Angola Online, 2016a).

O porto seco de Santa Clara regista um fluxo diário médio de cem camiões com mercadorias e equipamentos, cujo destino são os países vizinhos: República Democrática do Congo, Congo Brazzaville e Zâmbia; por conseguinte, torna-se uma “ponte” para outros países, com os benefícios desta posição para a cobrança de taxas de serviço, o que se traduz em mais receitas para os cofres do Estado.

2.3.4.2. Barragem do Calueque

O rio Cunene, que se estende ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, até chegar ao Oceano Atlântico, com um comprimento de 1.050 km, uma área de 106.560 km² e um caudal de 174 m³/s na sua foz, foi o cenário para a construção da Barragem do Calueque, sendo o seu objetivo tornar-se uma fonte de apoio à agricultura na Província do Cunene.

Borges (2017), concebeu esta infraestrutura como um projeto de relevância estratégica para o abastecimento de água nos setores mencionados dos referidos países, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população que vive de ambos os lados da fronteira.

Além disso, outros objetivos são a promoção da reabilitação das zonas agrícolas de Calueque, a regularização fluvial para a otimização da produção hidroelétrica do Ruacana; o armazenamento de água abastece não só a província do Cunene, mas também

a zona norte da Namíbia, com a utilização de três condutas de bombagem, no âmbito da cooperação entre ambos os países.

Este projeto, do ponto de vista de Tjonneland (2011), é ampliado com a barragem de Gove no topo do Cunene; enquanto a barragem de Calueque está no meio; regulam o fluxo de água para facilitar a produção de energia a jusante da central elétrica de Ruacana. Assim, o vertedouro e as estruturas de admissão encontram-se na fronteira de Angola, enquanto a central elétrica se encontra na Namíbia.

Segundo a Embaixada da República de Angola (2016), como projeto da microrregião em estudo, a água da albufeira irrigará milhares de hectares para a produção de espécies vegetais, a fim de garantir a segurança alimentar da população. A sua reabilitação começou em 2012, com um investimento de mais de 200 milhões de euros, gerando 300 empregos diretos, onde a população jovem da região foi incorporada.

Uma vez concluído este processo, a Zona Económica Especial de Calueque (ZEEC) e a Namíbia serão bombeadas para fora. Este tipo de projetos, segundo o Gabinete Económico e Comercial espanhol em Luanda (2013), faz parte do compromisso do Banco Mundial de financiar a reconstrução e expansão das infraestruturas em Angola, com vista a melhorar o abastecimento de água e eletricidade.

2.3.4.3. Corredor de WalvisBay

Em termos de transporte, Tjonneland (2011) refere-se ao corredor que liga o porto de WalvisBay com o sul de Angola ao Lubango, a uma distância de 1.600 km; também faz a ligação com o porto do Namibe. Inclui também uma linha ferroviária de WalvisBay, prolongada por Tsumeb até Ondangwa, no norte da Namíbia. Envolve também a construção da linha que liga Ondangwa à fronteira (Oshikango-Namíbia / Santa Clara-Angola), o que levou, do lado angolano, à reabilitação em curso do troço Lubango - Santa Clara, com fundos do Governo angolano e da União Europeia.

2.3.4.4. Okacom

Okacom é um acordo bilateral entre Angola, Botsuana e Namíbia que remonta a 1994. O seu objetivo é a criação de uma Comissão Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango. A consulta, o diálogo, o planeamento, a confiança, a criação de associações académicas e de pessoas envolvidas na proteção da bacia foram realizados durante o período de 1994-2004.

Entre as suas responsabilidades, pode ser mencionada a sua ação como consultor técnico das Partes Contratantes em matérias relacionadas com a conservação, desenvolvimento e utilização dos recursos hídricos de interesse comum na bacia do Cubango-Okavango; promoção de uma gestão coordenada e sustentável dos recursos hídricos da bacia, dando simultaneamente resposta às necessidades sociais e económicas legítimas das zonas ribeirinhas; bem como ações sobre como enfrentar da melhor forma os desafios de equilíbrio entre os diferentes desenvolvimentos, satisfazendo as prioridades de três nações em diferentes desenvolvimentos políticos e socioeconómicos (OKACOM, 2020). Dentre os seus objetivos, contam-se os seguintes:

- Determinar o rendimento seguro a longo prazo das águas fluviais disponíveis;
- Avaliar a procura razoável por parte dos consumidores;
- Preparar critérios para a conservação, repartição equitativa e utilização sustentável da água;
- Realizar investigação relacionada com o desenvolvimento dos recursos hídricos através de investimentos em infraestruturas;
- Recomendar medidas de controlo da poluição;
- Desenvolver medidas para o alívio de dificuldades a curto prazo, tais como inundações e secas (OKACOM, 2020).

Em 1994 foi feita uma abordagem a este acordo, que envolveu: Programa Quadro de Ação Estratégico para o Programa de Trabalho OKACOM, Plano OKACOM (3 anos, 5 anos), Planos Anuais e orçamentos associados, executados pelo Secretariado com a implementação do projeto, apoio financeiro, contribuições dos Estados-membros (financeiras e em espécie), parceiros de cooperação internacional (OKACOM, 2020).

Os benefícios esperados deste acordo centraram-se nos domínios ambiental, social e económico, cristalizaram-se na conformação de um clima de paz e segurança para a integração regional das nações envolvidas. Para o efeito, a conservação da bacia foi melhorada, foram utilizados recursos que de outra forma não teriam sido possíveis, a confiança e o conhecimento entre as partes foram fomentados, as relações entre nações melhoraram e foi criada uma plataforma de diálogo (OKACOM, 2020).

2.3.4.5. Barragem de Baynes

A barragem, pretende-se que seja construída através do desenvolvimento do acordo entre Angola e a Namíbia; o Estado angolano terá 1,2 milhões de dólares para iniciar as obras; será construída no Dia do Cunene para produzir 600 megawatts (MW) de eletricidade; a eletricidade será partilhada entre os dois países, mas também poderá ser exportada para outros países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), através da interligação de e estima-se que a sua construção demore 7 anos.

Isto foi concebido como um exemplo de integração regional. Entre os seus possíveis efeitos adversos está a alteração do ambiente a tal ponto que pode pôr em perigo o ecossistema local e a subsistência das tribos Himba, um dos povos pastoris do continente, durante séculos. Foi calculado que poderia ter uma evaporação equivalente ao dobro da água utilizada pelo país num ano (Africa South Foundation, 2015).

2.3.4.6. Bacia do Cuvelai

Esta bacia cobre uma área de 160.000 km² na zona fronteiriça do sul de Angola e norte da Namíbia; embora os seus canais estejam fechados a maior parte do ano, na estação chuvosa tendem a inundar graças à sua geografia plana; os seus canais fluem das terras altas do sul do país para a cadeia montanhosa de Etosha, no lado namibiano.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2016) afirma que isto é de grande importância para os dois países, porque debaixo dela, em solo subterrâneo, existem reservas significativas que ainda não foram quantificadas e que são uma fonte vital para os habitantes dos setores da sua influência.

A este respeito, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2016) declara que foi estabelecido um acordo entre Angola e a Namíbia para partilhar os escassos recursos hídricos do curso de água do Cuvelai: o Conselho de Ministros; o Comité Técnico; o Secretariado, com os seus respetivos objetivos, funções e poderes; bem como os seus órgãos; estabelece as obrigações das Partes; prevê a resolução de litígios.

A Comissão deve, como princípio fundamental, fornecer o aconselhamento exigido pelas partes envolvidas para a utilização equitativa e razoável, o desenvolvimento sustentável e a gestão eficaz dos recursos hídricos do curso de água CUVECOM; do mesmo modo, será responsável pela criação de um sistema conjunto de alerta precoce contra fenómenos extremos (inundações, secas), desenvolvendo ações para prevenir a sua poluição e alcançar um melhor desempenho.

Capítulo 3

Análise do multilateralismo: Angola e Namíbia

Angola é um país cuja política externa não se limita a uma região, nem a uma dimensão. É um Estado Africano que, como tal, dá uma valiosa contribuição para a ordem regional, baseada na legalidade e nos princípios essenciais do multilateralismo, sob a consciência da sua influência em diferentes contextos: territorial, económico, cultural e democrático. Este capítulo consiste em compreender as dinâmicas de construção da microrregião que engloba a área da fronteira sul de Angola e a sua articulação com as macrorregiões.

3.1. Multilateralismo

Tendo em vista a presença inquestionável da nova ordem internacional surgida desde 1991, Rostow (2008) coloca o dilema de saber se a diversificação do poder internacional em múltiplos atores conduzirá a uma maior estabilidade ou se, pelo contrário, acabará por gerar uma maior instabilidade. Na perspetiva desta análise do autor, a multiplicidade de poderes, bem como a proliferação de regionalismos, são promotores de estabilidade, além de contribuírem para o fortalecimento do multilateralismo em detrimento da hegemonia das grandes superpotências.

De fato, desde sua conceituação inicial, como considerado por Zambrano (2013), o multilateralismo tem sido sobrecarregado por algumas contradições de origem, sendo descrito como um conceito não geográfico ou, melhor, inclusivo, de carácter universal, apesar de a sua aplicação ter sido influenciada por aspetos geopolíticos e geoestratégicos, particularmente porque desde seu início tem sido considerado como “uma forma de validar ou legitimar internacionalmente as políticas de certos países” (p. 47).

Em termos simples, poderia dizer-se que o multilateralismo “é uma forma de tomada de decisões onde o consenso e a negociação com várias partes são essenciais” (p. 47). Para Keohane (1990, p. 731), “o multilateralismo é a prática de coordenar políticas nacionais em grupos de três ou mais Estados”; o que o distingue “não é apenas a sua capacidade de coordenar políticas nacionais entre três ou mais países, o que é algo que outras formas organizacionais fazem, mas o faz com base em certos princípios de relacionamento entre Estados” (Ruggie, 1992; p. 566).

Rodríguez e Ochoa (2014) indicam que um elemento importante para compreender a natureza do multilateralismo e dos regionalismos no século XXI “é que os interesses

económicos têm mais peso do que os interesses políticos, o que na realidade conota um antecedente em relação aos regionalismos do século XX” (p. 85).

A este respeito, cabe assinalar que os interesses da cooperação inter-regional estão atualmente centrados no aproveitamento dos benefícios que se referem à proximidade geográfica e à acessibilidade dos mercados regionais, bem como na maximização das vantagens competitivas que as economias regionais possuem; o que “a médio e longo prazo trará paz, estabilidade e prosperidade à região em causa, tal como sustentado pela complexa teoria da segurança da Escola de Copenhaga⁷¹” (p. 85).

Para os autores acima mencionados, os Estados que atualmente procuram instituir a integração regional com os seus vizinhos mais próximos fazem-no geralmente com base nos seguintes aspetos:

- Para maximizar a sua competitividade e o seu peso na cena internacional;
- Aproveitar ao máximo as vantagens competitivas para atrair mais e melhores investimentos. Neste contexto, a proximidade geográfica, as semelhanças culturais e os gostos dos consumidores regionais desempenham um papel fundamental;
- Promover as condições económicas adequadas que permitam a melhoria da qualidade de vida local, através de mais e melhores empregos, bem como o livre trânsito de capitais, bens e serviços e, em alguns casos, de pessoas.

A este respeito, Tamames (2010, p. 35) assinala também que, nas últimas décadas, as seguintes variáveis foram essenciais para a institucionalização dos regionalismos no século XXI:

- A formação de economias como resultado da produção em larga escala;
- A intensificação da concorrência no âmbito do mercado alargado;
- A possibilidade de aumentar a competitividade e outras atividades que seriam difíceis para os países individualmente, devido à fraqueza dos seus mercados, ao

⁷¹ A Escola de Copenhaga revela-se um paradigma original e abrangente, distinguindo-se como um centro de pensamento que deu um impulso renovado aos estudos de segurança e que permite seguir um programa de investigação sobre os novos problemas e desafios da segurança na globalização (Orozco, 2015).

insuficiente desenvolvimento científico e tecnológico e à baixa capacidade económica:

- Maior poder de negociação em relação a países terceiros ou outros blocos regionais;
- A aceleração do desenvolvimento e não apenas do crescimento económico.

Sob esta perspetiva, “a tradicional categorização dos regionalismos evidencia sua viabilidade, mas também suas limitações, tudo isso à luz da reflexão sobre a primeira década do século XXI” (Rodríguez e Ochoa, 2014, p. 85). Em particular, autores como Baldwin (1997) e Pizarro (1999) sustentam que a expansão do regionalismo nos anos 90 parece ter sido uma resposta simples à combinação de uma variedade de circunstâncias históricas, amplificadas por um efeito dominó, face às negociações multilaterais.

Por outro lado, outra corrente de autores como Krugman (1991, 1993), Frankel et al., (1995) afirmam que

a abordagem de regionalização é um processo que substitui o paradigma multilateralista do comércio internacional, que também limita o seu desenvolvimento, escondendo realidades muito prejudiciais para o bem-estar dos agentes económicos e cortando os lucros derivados do próprio comércio internacional (Artal, 2002, p. 4).

Segundo esta perspetiva,

o regionalismo pode levar a um aumento do protecionismo a nível internacional, degenerando na formação de forças comerciais com os consequentes efeitos no comércio com países terceiros (Artal, 2002, p. 5).

Além disso, Bond e Syropoulos (1996) argumentam que é possível que a disseminação dos processos de regionalização possa levar a uma redução do incentivo ao avanço do multilateralismo, sendo, portanto, neste caso, um processo limitativo do mesmo. Contudo, independentemente das posições tomadas, não há dúvida de que a integração regional em África e a inserção das economias africanas no espaço global

através do multilateralismo são questões centrais e de particular interesse para o continente africano.

Da mesma forma, de uma visão funcional-estrutural, o regionalismo poderia ser interpretado como uma manifestação do multilateralismo, bem como do grande número de atores atualmente envolvidos nas interações internacionais, como Estados, empresas transnacionais, sociedade civil, universidades e governos locais, fenómeno que alguns especialistas chamam de *paradiplomacy* (Donahue, 2000; Blindenbacher e Koller, 2003; Dávila, Schiavon e Velázquez, 2008).

Os regionalismos desempenham um papel relevante nas relações internacionais do século XXI e, em alguns casos, podem tornar-se uma *condição sine qua non* para o desenvolvimento e crescimento dos Estados-membros, desde que sejam construídos com instituições sólidas e com uma ampla cooperação inter-regional, porque procuram eliminar a exclusão, promover o desenvolvimento, aprofundar as relações de cooperação inter-regional e aumentar o peso político da região na comunidade internacional (Rodríguez e Ochoa, 2014, p. 96).

Especificamente, em relação aos processos multilaterais realizados em Angola, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, através dos seus porta-vozes, salienta que o Estado defende a mediação e o multilateralismo na resolução de disputas internacionais e junta-se a outros países com as mesmas ideias, acrescentando que os órgãos deliberativos multilaterais das Nações Unidas, das organizações regionais e das organizações não-governamentais da sociedade civil, com base no direito internacional, têm atualmente um papel indispensável para garantir o equilíbrio e a justiça nas relações globais e no comércio internacional (Quiroz, 2019).

3.1.1. Comunidades políticas: As Nações Unidas e a União Africana

Não há dúvida de que o cenário estratégico global passou por mudanças significativas nas últimas décadas. Assim, Zambrabo (2013) compreende que a unipolaridade atualmente aplicada pelo sistema americano tem sido posta em causa pelas potências económicas emergentes, bem como pelas associadas à esfera militar. Não há dúvida de que o cenário estratégico global passou por mudanças significativas nas últimas décadas.

Atualmente, no quadro das disposições das NU e da UA, as principais implicações para a região no âmbito dos acordos são:

- Criação de acordos e apoio à luta contra o terrorismo e à criação de espaços de paz, prosperidade e respeito pelos direitos humanos, espalhados por todo o continente africano.
- Criação de espaços para o reforço da solidariedade entre as nações, para enfrentar o extremismo e o terrorismo, bem como os grandes flagelos que afetam o continente e Angola; pretende-se, assim, apelar à mobilização de recursos internacionais para os combater e, por conseguinte, ao financiamento de contribuições para fazer face à responsabilidade internacional.
- Um impulso ao desenvolvimento da agenda do desenvolvimento sustentável para todo o continente, mas em particular para os países envolvidos, nomeadamente Angola e Namíbia. Ou seja, inserir África num processo de globalização mais justo e equilibrado, com regras e acordos financeiros mais equilibrados, onde as barreiras ao comércio sejam reduzidas e possam ser construídas economias orientadas para o progresso e o bem-estar coletivo.

3.1.2. Organizações de defesa e segurança: NATO, CGG e Atlântico Sul

A teoria da segurança complexa promovida pela Escola de Copenhaga “sustenta que a integração regional inspirada no tema da segurança ilustra as transformações no equilíbrio de poder do sistema internacional” (Rodríguez e Ochoa, 2014, p. 93). Certamente, é empiricamente observável que um grupo de Estados da vizinhança reconheceu que as suas preocupações fundamentais de segurança estão intimamente ligadas e ligadas, o que implica que a segurança no século XXI é percebida a partir de uma visão regional de colaboração mútua (Buzan e Weaver, 2003).

O significado desta afirmação faz sentido quando se considera que os problemas de segurança são de facto coletivos, e que as ameaças à segurança transnacional das nações, atualmente, tendem a vir dos Estados com os quais têm fronteiras territoriais comuns e não de um inimigo distante (Kaplan, 2012). Sob estas premissas, as contribuições do construtivismo são reforçadas, ampliando a perspetiva da compreensão da segurança fora da exclusividade da esfera territorial, como o realismo e o neorealismo fariam (Orozco, 2006). A segurança dos Estados no século XXI é abordada em termos mais amplos, incluindo indivíduos, coletividades ou quadros culturais e civilizacionais (Rodríguez e Ochoa, 2014).

A *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (NATO) é uma organização política e militar internacional cujo objetivo é garantir a liberdade e a segurança dos seus membros através de meios políticos e militares (Governo de Espanha, 2020a).

Atualmente, a NATO tem vinte e nove (29) países membros (Albânia, Bélgica, Bulgária, Canadá, República Checa, Croácia, Dinamarca, Estónia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Montenegro, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos) (Governo de Espanha, 2020b). Na Cimeira de Lisboa, em 2010, foi aprovado o Conceito Estratégico, que é o documento que indica as três tarefas essenciais ou três pilares básicos que a NATO deve desenvolver para garantir a segurança dos seus membros: defesa coletiva, gestão de crises e segurança cooperativa.

Se os esforços diplomáticos da OTAN de contribuir para a paz e segurança na cena internacional, promovendo os valores democráticos e comprometendo-se com a resolução pacífica de conflitos falharem, a OTAN tem capacidade militar para empreender uma operação de gestão de crises, quer sozinha quer em cooperação com outros países ou organizações internacionais.

Atualmente, a OTAN tem operações ativas no Afeganistão (Missão de Apoio Resoluto), no Kosovo (KFOR) e no Mediterrâneo (Guardião do Mar). Além disso, a NATO apoia a União Africana na missão desta última na Somália (AMISOM) e a Missão da Polícia Aérea do Báltico, reforçada após a intervenção ilegal da Rússia na Ucrânia em 2014, para assegurar o espaço aéreo dos aliados mais expostos (Governo de Espanha, 2020a).

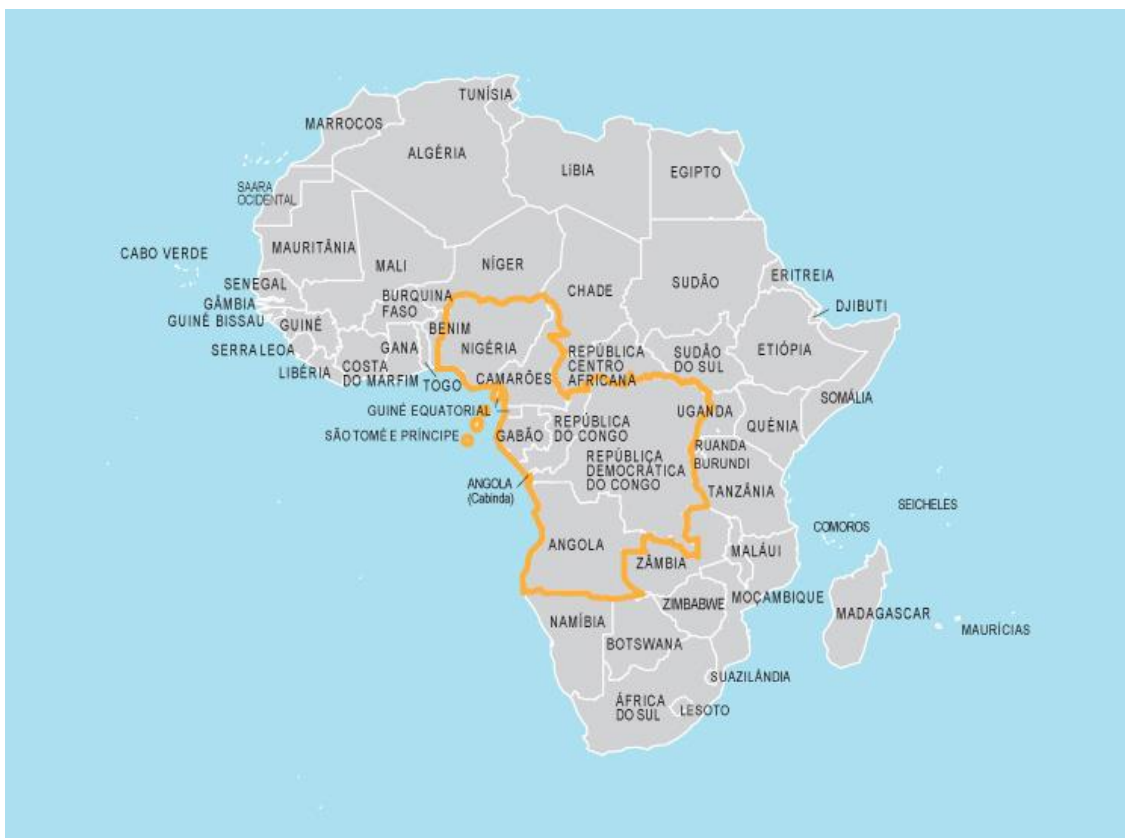


Figura 0.1: Países membros da Comissão do Golfo da Guiné (Comissão do Golfo da Guiné, 2020)

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi criada em outubro de 2006 em Libreville, Gabão, na sequência de uma proposta da Nigéria em 1999. É composto por oito países, a saber: Angola, os dois Congos, Gabão, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Camarões (Figura 0.1.); decorrentes da necessidade de promover a estabilidade nesta área rica em recursos naturais, entre os quais o petróleo é o mais importante. Assim, de forma específica poder-se-ia afirmar que a resolução de conflitos, a definição de estratégias de desenvolvimento e a gestão da riqueza mineral, especialmente do petróleo, são alguns dos objetivos prosseguidos com a criação deste organismo (Joveta, 2011).

A CGG foi criada como um instrumento institucional permanente de cooperação entre os Estados ribeirinhos do Golfo da Guiné, com o objetivo de defender os seus interesses comuns e promover a paz, bem como o desenvolvimento socioeconómico baseado no diálogo e no consenso, baseado nos laços de amizade, solidariedade e fraternidade que os unem; está aberta à adesão de outros Estados da costa do Golfo da Guiné, para transformar a sub-região numa zona de paz e segurança (Comissão do Golfo da Guiné, 2020). Os objetivos do CGG são os seguintes:

- a) Reforçar os laços de cooperação e solidariedade existentes entre os Estados-membros;
- b) Criar condições de confiança mútua, paz e segurança conducentes ao desenvolvimento harmonioso dos Estados;
- c) Promover uma estreita cooperação na exploração dos recursos naturais do Golfo, a fim de assegurar o desenvolvimento económico dos Estados-membros e o bem-estar dos seus povos;
- d) Promover a cooperação sectorial no âmbito das disposições do Tratado que institui a Comunidade Económica Africana e a União Africana, contribuindo assim para o desenvolvimento do continente;
- e) Harmonizar as políticas respetivas dos Estados-membros em matérias de interesse comum, em especial no que respeita aos recursos naturais;
- f) Proteger, preservar e melhorar o ambiente natural do Golfo da Guiné e cooperar em caso de catástrofes naturais;
- g) Reforçar a cooperação no domínio das telecomunicações, em especial das telecomunicações marítimas, com vista a facilitar as relações e as trocas comerciais entre os Estados-membros e os seus povos (Comissão do Golfo da Guiné, s/d., p. 5)

Os países da Comissão estão empenhados em resolver todos os conflitos através de consultas permanentes e ações conjuntas, garantindo a manutenção da paz na área geográfica que ocupam. As relações diplomáticas angolo-brasileiras são um dos fatores na criação do CGG, porque Angola, ao assumir a presidência da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), aproveitou a metodologia da organização para a criação desta entidade. Angola estava pronta para acolher a sede da Comissão do Golfo da Guiné e foi responsável pelo seu orçamento para um ano, na primeira cimeira da instituição a 25 de agosto de 2006 (Joveta, 2011).

Angola é um dos países mais poderosos da região, graças ao seu elevado potencial económico militar, e exerce grande influência política. De facto, desde o fim da guerra civil em 2002, o país tornou-se o principal arquiteto da ordem regional, sendo diretamente responsável pela criação de organizações como a CGG, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) e as forças de segurança da SADC; para além da reafirmação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Tem sido capaz de demonstrar uma capacidade única de articulação e mobilização a nível internacional e tem-se estabelecido como um ator global. Os principais problemas do país estão atualmente centrados mais nas suas necessidades sociais internas e fraturas do que nos padrões das suas relações externas. A nação angolana está consciente de que o desenvolvimento é, fundamentalmente, uma tarefa nacional que deve ser enfrentada com os seus próprios recursos. Esta perceção é predominante em outros países com níveis de desenvolvimento semelhantes na região da África Subsaariana.

Segundo Joveta (2011), desta análise é possível inferir o significado estratégico que Angola dá à relação com os países africanos do Golfo da Guiné e o que ela pode representar na manutenção ou ascensão das potências mundiais. Ao mesmo tempo em que a África Subsaariana aparece como uma região atraente, ao mesmo tempo que tenta resolver o complexo desequilíbrio energético global, ela também é alvo de novas disputas entre as grandes potências.

A construção do gasoduto Chade-Camarões e a sua possível extensão reforçou a dimensão geoestratégica desta parte do continente africano. A criação de um bloco regional coerente com um projeto energético comum foi um meio para os países do Golfo da Guiné preservarem o poder de decisão e a autogestão dos recursos petrolíferos. As crises político-militares na República Democrática do Congo têm sido uma das questões destacadas nas cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, e os oito países são chamados a contribuir para uma solução que ponha fim aos conflitos sangrentos na região.

Esta é a importância do Golfo da Guiné dentro da nova configuração geopolítica do petróleo. A relevância desta região tem sido comparada à do Médio Oriente, tendo em conta o crescente interesse pelo petróleo africano. Para Angola, a CGG visa garantir os interesses dos Estados-membros, bem como a manutenção da paz, como forma de defesa contra interesses hegemónicos. Angola teve de ultrapassar uma disputa diplomática com a Nigéria para acolher a sede, mas a presidência está nas mãos dos oito chefes de Estado. Em geral, a CGG pretende estar o mais equidistante possível dos problemas regionais e internacionais.

Assim, tal como a OTAN está no Atlântico Norte, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS, ou também ZPCAS) surge no Atlântico Sul; que, para além de repetir o modelo do clube militar da OTAN, tem como objetivo a cooperação em matéria de segurança e defesa, mas também a colaboração para o desenvolvimento endógeno da região (Palacios, 2018).

ZOPACAS é uma organização consultiva transcontinental criada em 1986 pela resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, como uma iniciativa brasileira que recebeu o voto favorável de 120 países. Todos os países do Atlântico Sul fizeram parte deste fórum, exceto a Namíbia e a África do Sul; o primeiro, sob ocupação sul-africana, e o segundo, governado pelo regime do Apartheid.

O Presidente brasileiro José Sarney (que tinha visitado Cabo Verde, Angola e Moçambique e ficou alarmado com a intervenção das superpotências na guerra civil angolana) mostrou a sua preocupação em assegurar a presença do Brasil no Atlântico Sul, procurando o apoio político do continente africano para o transformar numa Zona de Paz e Cooperação (em detrimento da representação dos Estados Unidos, que votaram contra o projeto) (Joveta, 2011).



Figura 2: Países membros do Espaço de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Palácios, 2018).

Atualmente, compreende vinte e quatro países de ambos os lados do Atlântico (Figura 2.): Angola, Argentina, Benim, Brasil, Camarões, Cabo Verde, República do Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Togo, Uruguai.

ZOPACAS é um regime de coordenação política que norteou a estratégia brasileira de colaboração na busca da paz em Angola e no continente africano; seu sucesso foi demonstrado pela instituição da área como código de operações para todos os países membros (Joveta, 2011).

A organização foi formada na reta final da Guerra Fria, uma época em que alguns países buscavam formas de cooperar fora da divisão do poder bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética. Nasceu também numa altura em que Angola e o Brasil se estavam a tornar atores regionais importantes devido à elevada presença de hidrocarbonetos nos seus territórios. Daí a necessidade de criar maiores condições de segurança na área para que as operações económicas por mar possam ser realizadas com o mínimo de incerteza possível (Palacios, 2018).

A organização ajudou a aproximar os países de ambos os lados do Atlântico Sul, uma região que se tornou ainda mais importante com a emergência de uma África do Sul democrática, uma Namíbia livre e uma Angola pacífica. O seu estabelecimento responde à necessidade de assegurar a estabilidade política de Angola e a melhoria do bem-estar, como um conceito de segurança nacional. Individualmente, nenhum país está em condições de caminhar sozinho diante dos problemas latentes da humanidade. A consulta política e diplomática dos países do Atlântico Sul fortalece a voz de todos os povos, garantindo-lhes um maior espaço de negociação no sistema político internacional.

O Atlântico Sul é considerado um espaço estratégico do ponto de vista da segurança dos países da África Subsaariana e da América do Sul, tendo uma importância marcada do ponto de vista das relações internacionais: como zona geográfica marítima; como região de intensos fluxos comerciais cuja intensidade denota o grau de interação entre países; e um significado geopolítico, em que a ação dos Estados costeiros e as suas projeções de poder no mar envolvem necessariamente certos níveis de conflito e também a formação de alianças com vista à cooperação regional (Joveta, 2011).

Atualmente, no quadro das disposições destas organizações, as principais implicações para a região em análise centram-se na formação de uma ideia de segurança nos países envolvidos, para fazer face às ameaças que possam existir no movimento e nas relações entre Angola e a Namíbia; facilitaria uma zona de paz, adequada à coexistência para resolver conjuntamente situações em que é necessário o respeito pelos direitos humanos e pela democracia, para fazer face a ameaças de situações que afetam a segurança e a estabilidade das nações e das suas fronteiras.

Neste sentido, um reforço da vontade política de combater todos os acontecimentos possíveis que possam alterar a estabilidade das relações, reforçando a transparência de todas as instituições do Estado, onde são desenvolvidas em conjunto medidas de ação em prol da paz.

3.1.3. Comunidades económicas, financeiras e comerciais

As comunidades económicas referem-se às organizações e instituições internacionais e globais que estão envolvidas ou são responsáveis pela política económica global e que desempenham um papel importante nas relações económicas mundiais.

Em meados do século XX, houve um movimento dinâmico para criar agências e instituições destinadas a coordenar a economia internacional, a fim de evitar reproduzir as tensões que haviam levado a duas terríveis guerras mundiais durante a primeira metade do século. Mais de cinquenta anos depois, é possível avaliar positivamente esse processo de institucionalização da economia mundial; já que não só a intensidade e a amplitude dos conflitos armados foi notavelmente reduzida, como foi possível construir com bases firmes um sistema de colaboração internacional sem precedentes na história da humanidade.

Poder-se-ia dizer, de fato, que hoje a humanidade está cada vez mais consciente do grau de inter-relação global que alcançou na economia. Sob esta perspectiva, é importante considerar que a globalização tem defensores e detratores, graças ao facto de os seus benefícios, desvantagens e desafios se terem tornado evidentes em diferentes contextos: “a globalização impulsiona o crescimento e o desenvolvimento económico, mas, ao mesmo tempo, provoca tensões e desequilíbrios cada vez mais graves”.

Portanto, a necessidade e a relevância da institucionalização de agências internacionais fortes, com capacidade para impor uma nova ordem económica mundial e comprometidas com a redistribuição global dos benefícios do desenvolvimento humano, é indiscutível. A este respeito, convém fazer uma distinção entre organismos de cooperação, que se limitam à formulação de recomendações e propostas, sem qualquer redução significativa da soberania dos Estados-membros; e organismos de integração, com objetivos mais ambiciosos (Martínez, 2020).

Ao nível das organizações financeiras, há a destacar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento. O sistema financeiro global representa o quadro global baseado em acordos legais, instituições e agentes económicos, tanto formais como informais, que juntos tendem a facilitar a circulação dos fluxos de capital financeiro internacional para o financiamento do investimento e do comércio.

Desde seu surgimento no final do século XIX, durante a primeira onda moderna de globalização económica, mostrou uma evolução histórica definida pelo estabelecimento de bancos centrais, tratados multilaterais e organizações internacionais destinadas a

melhorar a transparência, a regulação e a eficiência dos mercados internacionais (James, 2007; Cassis, 2006; Flandreau, Holfreierich e James, 2003), entre as quais se destacam o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Existem também organizações financeiras regionais, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com os mesmos objetivos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização de 189 países que trabalha para fomentar a cooperação monetária global, assegurar a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover o alto emprego e o crescimento económico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. Criado em 1945, o FMI é governado e responsável perante os 189 países que constituem a sua quase totalidade; o seu principal objetivo é assegurar a estabilidade do sistema monetário internacional: o sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais que permite que os países (e os seus cidadãos) transacionem entre si.

O mandato do Fundo foi atualizado em 2012 para incluir todas as questões macroeconómicas e do sector financeiro que afetam a estabilidade global; contudo, a missão principal do FMI é assegurar a estabilidade do sistema monetário internacional, o que faz através de três ações específicas: monitorizar a economia global e as economias dos países membros, conceder empréstimos a países com dificuldades na balança de pagamentos e prestar assistência prática aos membros. Algumas das suas funções são as seguintes (FMI, 2020):

- **Supervisão económica:** O FMI monitoriza o sistema monetário internacional e revê as políticas económicas e financeiras de todos os seus países membros. Como parte deste processo, que ocorre tanto globalmente como em países individuais, o FMI destaca os riscos potenciais para a estabilidade e aconselha sobre os ajustes políticos necessários.
- **Empréstimos:** O FMI concede empréstimos aos países membros com problemas reais ou potenciais na balança de pagamentos a fim de ajudá-los a reconstruir suas reservas internacionais, estabilizar suas moedas, continuar a pagar pelas importações e restaurar as condições para um forte crescimento económico; enquanto corrige os problemas subjacentes.
- **Capacitação Económica:** O FMI trabalha com governos de todo o mundo para modernizar as suas políticas e instituições económicas e formar o seu talento

humano; isto ajuda os países a fortalecer as suas economias, a melhorar o crescimento e a criar empregos.

Os seus objetivos estão definidos no artigo 1.º do seu Contrato Social (Fundo Monetário Internacional, 1947; citado por Jaraiz, 2015):

- Encorajar a cooperação monetária internacional.
- Facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional.
- Incentivar a estabilidade da taxa de câmbio.
- Contribuir para o estabelecimento de um sistema de pagamento multilateral para as transações correntes entre os países membros.
- Disponibilizar aos países membros em dificuldades de balança de pagamentos, temporariamente e sob garantias adequadas, os recursos do fundo.
- Reduzir a duração e diminuir o grau de desequilíbrio da balança de pagamentos entre os países membros.

Segundo Jaraiz (2015), inúmeras críticas têm sido feitas ao FMI em relação ao papel que tem desempenhado em África, sendo a mais repetida a de que, apesar de anos de intervenção neste continente, considerado o mais empobrecido do mundo, ele não tem conseguido gerar melhorias nas suas economias. No entanto, como uma das suas ações para responder às necessidades, o FMI aprovou recentemente em Dezembro de 2019 a segunda revisão do seu maior programa na África Subsaariana, dando continuidade ao apoio dado a Angola no âmbito do chamado “Fundo Alargado”, que se traduz no investimento de cerca de 1,5 mil milhões de dólares desembolsados de um total de 3,7 mil milhões de dólares (FMI, 2020b).

O programa visa estabilizar a economia angolana, que tem sido negativamente afetada pela volatilidade dos preços do petróleo e por graves desequilíbrios macroeconómicos. Destina-se a ajudar a preparar o país rico em petróleo do Sudoeste Africano para um crescimento sustentado e inclusivo.

De acordo com o programa, Angola começou a reduzir a sua excessiva dependência do petróleo e a diversificar a sua economia. As medidas para alcançar este objetivo incluem a resolução dos desequilíbrios orçamentais e, em particular, o aumento das

receitas provenientes de fontes não petrolíferas, bem como a liberalização do regime cambial e a gestão cautelosa da dívida.

Além disso, assim que o atual governo ganhasse as eleições em setembro de 2017, enfatizou que o combate à corrupção seria uma pedra angular de suas políticas. Neste contexto, publicou um Plano Anticorrupção e reforçou as diversas agências responsáveis pelo combate à corrupção. Hoje, essa luta já produziu resultados, por exemplo, no *Fundo de Riqueza Soberana*, onde o governo conseguiu recuperar o controle de uma grande parte dos ativos do Fundo.

Além disso, com a assistência técnica do FMI, uma nova lei contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo está prestes a ser promulgada; e também, o sistema judicial já condenou vários altos funcionários por desvio de fundos. No entanto, apesar dos notáveis progressos, há grandes desafios pela frente. Na opinião do FMI (2020b), a estabilização da economia angolana deve ser prosseguida sem descanso. Para isso, o governo terá de encontrar formas de atenuar o impacto da transição sobre os mais vulneráveis. Outros desafios incluem a redução da dívida e a criação de um ambiente de negócios favorável, que incentivará o investimento privado, um dos motores do crescimento futuro.

Em relação ao Banco Mundial, o Grupo Banco Mundial é uma organização multinacional especializada em finanças e assistência, criada em 1944, com sede em Washington. Com 189 países membros, pessoal em mais de 170 países e escritórios em mais de 130 locais, é o maior e mais famoso banco de desenvolvimento do mundo, um observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas.

O Grupo Banco Mundial, uma das mais importantes fontes de financiamento e conhecimento para os países em desenvolvimento, é composto por cinco instituições empenhadas em reduzir a pobreza, aumentar a prosperidade partilhada e promover o desenvolvimento sustentável (Banco Mundial, 2020a):

- O *Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento* (BIRD) foi criado ao mesmo tempo que o Fundo Monetário Internacional para enfrentar o problema do investimento internacional; e tem 189 países membros. Opera como uma instituição auto-sustentável que oferece empréstimos e aconselhamento a países de renda média e nações com capacidade para pagar.

O BIRD, através de sua parceria com países de renda média e países pobres com capacidade de crédito, oferece soluções financeiras inovadoras, tais como produtos financeiros (empréstimos, garantias e produtos de gestão de risco) e conhecimento e serviços de consultoria (incluindo serviços reembolsáveis) aos governos a nível nacional e subnacional. Financia investimentos em todos os sectores e fornece assistência e especialização em todas as fases dos projetos.

Os recursos do BIRD não se destinam apenas a fornecer financiamento aos países mutuários necessitados, mas servem também como veículo para a transferência de conhecimento global e assistência técnica.

Os serviços de consultoria sobre gestão da dívida pública e gestão de ativos ajudam governos, agências governamentais e organizações de desenvolvimento a fortalecer a capacidade institucional para proteger e melhorar os recursos financeiros. O BIRD apoia os esforços dos governos para fortalecer a gestão das finanças públicas, bem como para melhorar o clima de investimento, resolver estrangulamentos na prestação de serviços e fortalecer políticas e instituições (BIRD, 2020).

- A *Associação Internacional de Desenvolvimento* (IDA) é a entidade do Banco Mundial que fornece ajuda aos países mais pobres. Criado em 1960 e supervisionado por 173 nações acionistas, o IDA busca reduzir a pobreza através de empréstimos (chamados créditos) e doações para programas que ajudam a promover o crescimento económico, reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população.

Ele complementa o trabalho do financiador original do Banco Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Além de ser uma das maiores fontes de assistência para os 76 países mais pobres, 39 dos quais se encontram em África, a IDA é o maior doador de fundos para serviços sociais básicos nestas nações (AFI, 2020).

- A *Sociedade Financeira Internacional* (SFI) foi criada em 1956 e é composta por 185 países membros; a sua missão é promover o desenvolvimento económico dos países através do sector privado. Os parceiros comerciais investem capital através de empresas privadas em países em desenvolvimento. Entre as suas funções está a de fornecer empréstimos de longo prazo, garantias e serviços de gestão de risco aos seus clientes e investidores. O IFC também desempenha um papel catalisador, mobilizando capital adicional através da sindicância de empréstimos e reduzindo

o risco político para os investidores, permitindo-lhes participar num determinado projeto (IFC, 2020).

- A *Agência Multilateral de Garantia de Investimentos* (MIGA) é uma instituição financeira internacional que oferece seguro contra riscos políticos e garantias de aumento de crédito, que ajudam os investidores a proteger o investimento estrangeiro direto contra riscos políticos e não-comerciais nos países em desenvolvimento. Foi estabelecido em 1988 como um mecanismo de seguro de investimento para incentivar investimentos confiáveis nos países em desenvolvimento.
- O Centro Internacional de Resolução de Litígios de Investimento (ICSID): é a instituição líder mundial dedicada à resolução de litígios de investimento internacional; possui uma vasta experiência neste campo, tendo administrado a maior parte de todos os casos de investimento internacional. Criada em 1966, esta organização tem como objetivo promover o investimento estrangeiro em países subdesenvolvidos, encarregando-se de garantir os investidores contra perdas causadas por riscos não comerciais, tais como: expropriação, inconvertibilidade cambial, restrições de transferências, guerra ou motins. Os Estados concordaram com o ICSID como o fórum para a resolução de disputas investidor-estado na maioria dos tratados internacionais de investimento e em numerosas leis e contratos de investimento (ICSID, 2020).

Em geral, embora as cinco instituições que compõem o Grupo Banco Mundial certamente tenham seus próprios países membros, órgãos dirigentes e acordos constituintes, todas elas trabalham incansavelmente em uníssono para prestar serviços aos países seus clientes. Não há dúvida de que os desafios de desenvolvimento atuais só podem ser enfrentados com a participação conjunta do setor privado; mas o setor público fornece a base para facilitar o investimento do setor privado e permitir que o setor privado floresça.

Os papéis complementares das cinco instituições dão ao Grupo Banco Mundial uma capacidade única de ligar os recursos financeiros internacionais às necessidades dos países em desenvolvimento (Banco Mundial, 2020a). Atualmente, existe um total de catorze (14) projetos ativos financiados pelo Banco Mundial em Angola, dos quais os seguintes poderiam ser descritos entre os mais recentes (Banco Mundial, 2020b):

- Projeto de Garantia de Abastecimento de Água a Luanda Bita: aprovado a 16 de julho de 2019 num montante de 1,09 mil milhões de dólares. O objetivo de desenvolvimento do projeto é melhorar o acesso ao serviço de água potável em áreas selecionadas de Luanda, através da mobilização de financiamento comercial para o Governo de Angola. O projeto consiste numa componente, a primeira fase do Projeto Bita, que irá desenvolver infraestruturas de abastecimento de água para abastecer as zonas urbanizadas e ainda não urbanizadas do sul de Luanda, Atualmente não servidas.
- Projeto Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Social (Transferência de Dinheiro): aprovado em 16 de julho de 2019 por um montante de US\$ 320 milhões.
- Crescimento e Inclusão de Angola DPF: aprovado a 16 de julho de 2019 por 250 milhões de dólares. Os objetivos de desenvolvimento do Projeto de Financiamento de Políticas de Desenvolvimento para o Crescimento e Inclusão de Angola são apoiar o governo de Angola a alcançar um crescimento mais sustentável e inclusivo, através de: um ambiente macrofinanceiro e institucional conducente ao crescimento liderado pelo sector privado; inclusão financeira e social.
- Expansão da Saúde Infantil em Angola: aprovado em 31 de maio de 2019 por um montante de 9,70 milhões de dólares.
- Financiamento adicional - Segundo Projeto de Desenvolvimento Institucional da Água: aprovado em 21 de junho de 2018, no valor de US\$ 150 milhões. O objetivo de desenvolvimento do projeto é fortalecer a capacidade institucional de agências selecionadas do sector da água e aumentar a cobertura dos serviços de água nas cidades-alvo. O financiamento adicional irá preencher uma lacuna de financiamento, substituindo o co-financiamento de contrapartida existente para assegurar a implementação atempada, que foi ameaçada por uma mudança imprevista no governo de Angola.
- Angola – Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: Aprovado em 29 de maio de 2018, no valor de 130 milhões de dólares. Visa aumentar a produtividade e o acesso ao mercado dos beneficiários selecionados nas áreas do projeto. Tem quatro componentes, sendo o primeiro a promoção e o apoio ao

desenvolvimento do agronegócio, que apoiará os agricultores elegíveis e as PME agro-industriais.

- Projeto de Reforço do Desempenho do Sistema de Saúde de Angola: aprovado em 29 de maio de 2018, no valor de 110 milhões de dólares. O objetivo do projeto é aumentar a utilização e a qualidade dos serviços de saúde nas províncias e municípios alvo. O projeto tem quatro componentes; o primeiro está focado na melhoria da qualidade dos serviços de saúde na área geográfica selecionada.
- AO – Local Development Project – AF: Aprovado em 25 de julho de 2017 por um montante de US \$ 70 milhões O seu objetivo é melhorar o acesso das famílias pobres aos serviços básicos e às oportunidades económicas, bem como reforçar as capacidades institucionais locais entre os municípios angolanos.
- Segundo Projeto de Desenvolvimento Institucional no Sector da Água: aprovado em 10 de março de 2017, no valor de 545 milhões de dólares. Através do seu desenvolvimento, procura fortalecer a capacidade institucional de agências selecionadas do sector da água e aumentar a cobertura dos serviços de água nas cidades-alvo.

Em relação ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), é uma instituição financeira multilateral de desenvolvimento cuja missão consiste em promover o crescimento económico sustentável e a redução da pobreza em África. Foi criada em 1964 e é atualmente composta por oitenta (80) países membros: 54 regionais e 26 não-regionais. O objetivo geral do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento⁷² é estimular o desenvolvimento económico sustentável e o progresso social nos seus países membros regionais, contribuindo assim para a redução da pobreza, através da mobilização e afetação de recursos para o investimento, da prestação de aconselhamento político e assistência técnica para apoiar os esforços de desenvolvimento (Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, 2020a).

O BAD “financia programas e projetos de desenvolvimento sob a forma de empréstimos dos setores público e privado, investimentos de capital, assistência técnica,

⁷² O Grupo BAFD é composto por três (03) instituições distintas: o Banco Africano de Desenvolvimento (BAFD), que concede empréstimos em condições ligeiramente mais favoráveis do que as do mercado a países de rendimento médio solventes; o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), que concede donativos e empréstimos concessionais a países de baixo rendimento; e o Fundo Especial Nigeriano, que complementa o financiamento de projetos em países africanos de baixo rendimento (Governo de Espanha, 2020c).

bem como doações para assistência humanitária de emergência. Os seus fundos provêm dos honorários dos seus membros, do financiamento que obtém no mercado internacional de capitais e dos lucros obtidos com as suas operações, tanto em termos de empréstimos como de colocação no mercado de capitais” (Governo de Espanha, 2020c).

Desde que retomou as operações no país em 2001, no final da guerra civil, o Grupo Banco tem prestado regularmente um apoio diversificado aos esforços de desenvolvimento de Angola, caracterizado pela seguinte distribuição sectorial: agricultura, desenvolvimento rural e ambiente (49%); social, incluindo saúde e educação (27%); água e saneamento (16%); e multisectorial (8%). Até à data, o Grupo BAFD concedeu oito empréstimos avaliados num total de US\$ 122,4 mil milhões. O desempenho da carteira é fraco e existe um Plano de Melhoria da Carteira do País para orientar o diálogo com o Governo de Angola (Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, 2020b).

No entanto, o BAD também se comprometeu com um programa de não crédito que resultou em trabalho económico e social em questões que vão desde o género, educação, desenvolvimento do sector privado, microfinanças, entre outras. Para acelerar os esforços de redução da pobreza, as autoridades angolanas desenvolveram uma nova visão para o país que procura promover e acelerar o crescimento e a competitividade através da diversificação económica; redução da pobreza através do desenvolvimento do capital humano e intervenções direcionadas, especificamente através da criação de emprego no sector privado; crescimento equilibrado e desenvolvimento harmonizado juntamente com a proteção dos recursos naturais; eficiência e responsabilização na gestão das políticas públicas, com ênfase no fortalecimento institucional e no desenvolvimento da capacidade humana.

O Banco tem implementado estratégias alinhadas com as prioridades de desenvolvimento do Governo de Angola, centradas no estímulo à competitividade da economia; bem como no apoio ao desenvolvimento das infraestruturas económicas. Em geral, persegue como objetivos (Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, 2020b):

- A promoção e aceleração do crescimento e da competitividade através da diversificação económica;
- Redução da pobreza através do desenvolvimento do capital humano e intervenções específicas, especificamente através da criação de emprego no sector privado;

- Crescimento equilibrado e desenvolvimento harmonioso juntamente com a proteção dos recursos naturais;
- Eficiência e responsabilidade na gestão de políticas públicas, com ênfase no fortalecimento institucional e no desenvolvimento da capacidade humana.

A categorização de Angola como “País de Rendimento Médio”, um mutuário de categoria C, irá inaugurar uma fase completamente nova da sua parceria com o BAD, com um aumento de 460 por cento na sua carteira prospetiva. Isto permitirá ao Banco estabelecer parcerias com o governo em projetos de infraestruturas de grande escala, que representarão 87,5% da carteira. A nova estratégia também marcará o início das operações do sector privado no país, com um projeto de 156 milhões de dólares identificado no sector financeiro.

Para além dos novos projetos, o Banco tem planos para desenvolver relatórios sobre a integração regional e o seu impacto na diversificação económica, na intermediação financeira e no financiamento do desenvolvimento a médio prazo em Angola (Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, 2020b). A estratégia proposta foi concebida para abordar os desafios específicos previamente identificados que o país enfrentou, em particular: fraca produtividade agrícola, falta de competências adequadas, existência de sistemas fracos de Facilitação do Comércio e Apoio à Exportação, infraestrutura inadequada e, ambiente empresarial complexo (Banco Africano de Desenvolvimento, 2017).

No domínio do comércio internacional, os organismos internacionais tornaram-se predominantes após o fim da Segunda Guerra Mundial; as suas consequências exigiram a necessidade de encontrar soluções conjuntas, não só dentro de cada país, mas também de encontrar formas de propor soluções em larga escala. É por esta razão que existem organismos globais cujo objetivo é precisamente regular e assegurar o cumprimento das funções e regras estabelecidas no comércio, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A nível continental, Atualmente, segundo Nonell e Acunha (2016), há também uma variedade de blocos regionais africanos, conhecidos como Comunidades Económicas Regionais, muitos dos quais se disfarçam (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento [UNCTAD], 2013); Estes incluem, entre outros, a Comunidade dos Estados do Sahel e do Saara (CEN-SAD), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC), a Comunidade

Económica dos Estados da África Central (ECCAS), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União do Magrebe Árabe (UMA), Zona Monetária da África Ocidental (ZMO), etc; Algumas delas serão abordadas em detalhe mais tarde.

Além disso, os autores acima mencionados afirmam que os quatro pilares da integração regional africana que lidam com factos e números no continente são:

- Integração do Comércio e do Mercado;
- Harmonização de Políticas Setoriais;
- Integração Macroeconómica, Política, Financeira e Monetária Convergência;
- Paz, Segurança, Estabilidade e Governança

Neste sentido, é, igualmente, importante salientar que o objetivo final da União Africana e da Comissão Económica para África é a criação de um mercado comum africano, baseado no desenvolvimento das Comunidades Económicas Regionais (CER), que demonstraram ser o instrumento mais adequado para promover o desenvolvimento do comércio externo e a integração do mercado africano. As Comunidades Económicas Regionais são os principais clientes a nível sub-regional da Comissão Económica para África.

Como tal, a Comissão e os seus gabinetes sub-regionais trabalham em estreita colaboração para alcançar a harmonização das políticas dos vários países e para reforçar a capacidade técnica para o desenvolvimento da integração regional. Por outro lado, o Ato Constitutivo da União Africana (UA, 2001) deixa claro que o principal objetivo da União é estabelecer uma Comunidade Económica Africana e atribui a responsabilidade primária de alcançar este objetivo às Comunidades Económicas Regionais. Um passo intermédio neste esforço é a transição das Comunidades Económicas Regionais para uma União Aduaneira, onde foram feitos progressos significativos

De acordo com a União Africana (2020b), as Comunidades Económicas Regionais (CERs) são agrupamentos regionais de estados africanos; desenvolveram-se individualmente e têm papéis e estruturas diferentes. Em geral, o objetivo das CER é facilitar a integração económica regional entre os membros de cada região e através da

Comunidade Económica Africana (ACS), que foi estabelecida ao abrigo do Tratado de Abuja (1991).

O Plano de Ação para o Desenvolvimento Africano de Lagos de 1980 e o Tratado de Abuja propuseram a criação de CERs como base para uma integração africana mais ampla, com vista à integração regional e eventual continental; elas estão cada vez mais envolvidas na coordenação dos interesses dos Estados-membros da UA em áreas mais amplas como a paz e segurança, desenvolvimento e governação.

As CERs estão estreitamente integradas no trabalho da UA e servem como blocos de construção; a relação entre as duas é mandatada pelo Tratado de Abuja e pelo Ato Constitutivo da UA, e é ainda orientada pelo Protocolo de 2008 sobre as Relações entre as CERs e a UA, e pelo Memorando de Entendimento (MdE) sobre a Cooperação na Área da Paz e Segurança entre a UA, as CERs e os Mecanismos Regionais de Coordenação das Brigadas de Reserva no Leste e Norte de África. A União Africana, reconhece oito (08) Comunidades Económicas Regionais:

- União do Magrebe Árabe (AMU)
- Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)
- Comunidade dos Estados do Sahel e do Saara (CEN-SAD)
- Comunidade da África Oriental (EAC)
- Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS)
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)
- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Além disso, o Mecanismo de Coordenação das Forças de Reserva da África Oriental (EASFCOM) e a Capacidade Regional Norte-Africana (NARC) têm escritórios de ligação na UA.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização internacional, responsável a nível mundial pelas regras que regem o comércio entre países; é a base do sistema comercial multilateral. Os acordos da OMC representam os pilares sobre os quais assenta a instituição, tendo sido negociados e assinados pela grande maioria dos países participantes no comércio mundial e ratificados pelos seus respetivos parlamentos. O seu propósito essencial é ajudar os produtores de bens e serviços, exportadores e importadores

a realizar suas atividades (OMC, 2020a). Foi estabelecido em 1 de janeiro de 1995 como sucessor do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) após a conclusão das negociações da Rodada Uruguai⁷³; sua sede é em Genebra e suas línguas de trabalho são inglês, espanhol e francês.

Basicamente, a OMC é um órgão ao qual os Estados-membros vão para tentar resolver os problemas comerciais que têm uns com os outros. De diferentes perspectivas, pode ser considerada como uma organização para a abertura do comércio; como um fórum para incentivar a negociação pelos governos de seus acordos comerciais e no qual eles podem resolver suas diferenças nesta área, uma vez que aplica regras comerciais para a padronização das operações.

A OMC serve como um fórum para a negociação de acordos destinados a reduzir as barreiras ao comércio internacional e assegurar condições equitativas para todos, contribuindo assim para o crescimento econômico e o desenvolvimento. A OMC também fornece um quadro jurídico e institucional para a implementação e monitorização destes acordos, bem como para a resolução de litígios que possam surgir a partir da sua interpretação e aplicação. Atualmente, o órgão de acordos comerciais da OMC compreende 16 acordos multilaterais diferentes (dos quais todos os Membros da OMC são partes) e dois acordos plurilaterais diferentes (dos quais apenas alguns Membros da OMC são partes).

Em particular, as principais atividades da OMC são:

- negociar a redução ou eliminação de barreiras ao comércio (tarifas de importação ou outras barreiras comerciais) e acordos sobre as regras que regem o comércio internacional (por exemplo, nas áreas de medidas antidumping, subsídios, normas de produtos, etc.);
- a administração e acompanhamento da implementação das regras acordadas da OMC que regem o comércio de bens e serviços e os aspetos dos direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio;
- monitorizar e rever as políticas comerciais dos seus Membros e assegurar a transparência dos acordos comerciais regionais e bilaterais;

⁷³ A Rodada Uruguai foi a oitava rodada de negociações comerciais no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), estendendo suas regras comerciais a áreas anteriormente consideradas muito difíceis de liberalizar (agricultura, têxteis) e novas áreas cada vez mais importantes não incluídas anteriormente (comércio de serviços, propriedade intelectual, política de investimentos e distorções comerciais) (Cline, 1995).

- a resolução de litígios entre os Membros relativos à interpretação e aplicação dos Acordos;
- o reforço da capacidade dos funcionários públicos dos países em desenvolvimento em assuntos relacionados com o comércio internacional;
- a prestação de assistência no processo de adesão a cerca de 30 países ainda não membros da Organização;
- realização de estudos económicos e recolha e divulgação de dados comerciais em apoio às outras atividades principais da OMC;
- a explicação e divulgação ao público de informações sobre a OMC, sua missão e atividades (OMC, 2020b).

A OMC não faz parte do sistema das Nações Unidas, nem das agências de BrettonWoods, como o Banco Mundial ou o FMI. Após a adesão da Libéria e do Afeganistão em 2016, a OMC conta. Atualmente com 164 países membros e 20 nações observadoras. Angola é membro da OMC desde 23 de novembro de 1996 e membro do GATT desde 8 de abril de 1994 (OMC, 2020c); não é parte dos Acordos Plurilaterais sobre Compras Governamentais ou sobre o Comércio de Aeronaves Civis.

O país concede pelo menos o tratamento da nação mais favorecida a todos os seus parceiros comerciais. Embora tenha estado ativamente envolvida nas negociações do Acordo de Facilitação do Comércio, Angola ainda não o ratificou, nem notificou os seus compromissos na categoria A.

Além disso, Angola pertence a duas das oito comunidades económicas regionais reconhecidas pela União Africana: a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), embora não tenha ratificado o Protocolo Comercial nem assinado o projeto do Protocolo da SADC sobre o Comércio de Serviços. Angola deixou de ser membro do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) em 2007.

O país concluiu a sua rede de acordos comerciais bilaterais, que cresceu de 30 para 38 acordos-quadro ou de cooperação. Participou no quadro do grupo SADC nas negociações de um Acordo de Parceria Económica (APE), mas não rubricou o acordo que a União Europeia concluiu em julho de 2014 com seis outros membros do grupo.

Angola é um país beneficiário da Lei de Crescimento e Oportunidade Africana dos Estados Unidos (AGOA) e, como país menos desenvolvido, dos regimes do Sistema

Global de Preferências Comerciais (GSTP) de outros países. No âmbito do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (GSTP), Angola tem vindo a negociar com Moçambique e Cuba; contudo, até ao momento, não foram concedidas preferências comerciais.

Uma lei de 2011 garante a igualdade de tratamento para investidores nacionais e estrangeiros. Os sectores do petróleo e gás, diamantes e instituições financeiras estão sujeitos a regimes especiais, incluindo vantagens fiscais e aduaneiras. Angola assinou acordos de promoção e proteção recíproca de investimentos com 13 Estados. É também parte das várias convenções das Nações Unidas que garantem os direitos dos investidores estrangeiros e é membro da MIGA (Agência Multilateral de Garantia de Investimentos), mas não do International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID).

Os investidores podem beneficiar de vantagens fiscais, aduaneiras e cambiais, negociadas caso a caso com as autoridades por contrato, dentro dos limites previstos na lei, de acordo com vários critérios, principalmente geográficos e sectoriais. Em troca destas várias vantagens, as empresas e empresas criadas para fins de investimento privado devem empregar trabalhadores angolanos, garantir-lhes formação profissional básica e proporcionar-lhes salários e benefícios sociais proporcionais às suas competências.

Além disso, o Mecanismo de Coordenação das Forças de Reserva da África Oriental (EASFCOM) e a Capacidade Regional Norte-Africana (NARC) têm escritórios de ligação na UA. É importante salientar que entre as oito Comunidades Económicas Regionais mencionadas, Angola é membro de duas delas: ECCAS e SADC, para além de integrar o ICGLR que não faz parte das CERs.

A União do Magrebe Árabe (UMA) foi criada pelo Tratado de Marraquexe em 1989 com os principais objetivos de reforçar os laços entre os cinco Estados-membros (Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Tunísia) para promover a prosperidade; defender os direitos nacionais; e adotar políticas comuns que promovam a livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais na região (União Africana, 2020b). Contudo, foi em 1964 que foi criado o Conselho Permanente do Magrebe para coordenar e harmonizar os planos de desenvolvimento (Solange, 2017).

O artigo 3.º do Tratado estabelece que os objetivos da União são (União Africana, 2020b):

- Reforço dos laços diplomáticos e do diálogo entre os Estados-Membros, salvaguardando a sua independência.

- Estabelecer mecanismos para o desenvolvimento industrial, comercial e social dos Estados-Membros, nomeadamente através de programas sectoriais comuns.
- Ação de apoio aos valores islâmicos e à salvaguarda da identidade nacional árabe através de estratégias como o intercâmbio cultural, a investigação e os programas de educação.

O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), considerado um dos maiores grupos económicos do continente, é uma organização económica e de integração para a África Central, África Oriental e Austral, criada pelo tratado de Kampala (Uganda) em 5 de Novembro de 1993, ratificado em 8 de Dezembro de 1994, com o objetivo principal de criar uma região de comércio livre (Solange, 2017).

Esta organização começou como uma zona de comércio preferencial em 1984, mudando-se para uma zona de comércio livre em 2000, e depois progrediu para se tornar uma união aduaneira do Tratado estabelece que as metas e objetivos do COMESA são: alcançar o crescimento e desenvolvimento sustentável dos Estados-membros; promover o desenvolvimento conjunto em todos os domínios da atividade económica; cooperar na criação de um ambiente favorável ao investimento estrangeiro, transfronteiriço e interno; promover a paz, segurança e estabilidade entre os Estados-membros; e cooperar no reforço das relações entre o Mercado Comum e o resto do mundo (União Africana, 2020b).

É composto por dezanove (19) Estados-membros: Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Maurícia, Quénia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Ruanda, Seicheles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué.

A Comunidade dos Estados do Sahel-Sahariana (CEN-SAD) foi criada a 4 de Fevereiro de 1998, na sequência da Conferência de Líderes e Chefes de Estado realizada em Trípoli (GrandJahamiriya), pelo Tratado sobre o estabelecimento da Comunidade assinado pelo Líder da Grande Revolução de El-Fateh, e pelos Chefes de Estado do Burkina Faso, Mali, Níger, Chade e Sudão, com o objetivo de estabelecer a união económica global com base na estratégia de um plano de desenvolvimento económico e social global, que inclui investimentos nos sectores agrícola, industrial, energético, social e cultural e, juntamente com as outras comunidades económicas regionais e a Organização da Unidade Africana, para reforçar a paz, a segurança e a estabilidade

(Solange, 2017). O artigo 1.º do Tratado que institui a Comunidade estabelece que as metas e objetivos do CEN-SAD são (União Africana, 2020b):

- Estabelecer uma união económica integral com especial incidência nos domínios agrícola, industrial, social, cultural e energético.
- Tomar medidas para promover a livre circulação de pessoas e capitais.
- Promover medidas de incentivo ao comércio externo, aos transportes e às telecomunicações entre os Estados-Membros.
- Promover medidas para coordenar os sistemas educativos.
- Promover a cooperação nos campos cultural, científico e técnico.

Existem vinte e nove (29) Estados-membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Comores, Costa do Marfim, Jibuti, Egipto, Eritreia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Tunísia.

A Comunidade da África Oriental (EAC) foi lançada em 1999 como uma organização intergovernamental regional de cinco países da África Oriental: Burundi, Quênia, Ruanda, Uganda, Tanzânia e Uganda. No entanto, o Sul do Sudão recebeu o estatuto de observador em novembro de 2012, e continua a aguardar a análise do seu pedido de admissão completo. do Tratado que institui a Comunidade da África Oriental estabelece que o objetivo da Comunidade é desenvolver políticas e programas destinados a alargar e aprofundar a cooperação entre os Estados parceiros nos domínios político, económico, social e cultural, da investigação e tecnologia, da defesa, da segurança e das questões jurídicas e judiciais, em benefício mútuo. Os países EAC estabeleceram uma União Aduaneira em 2005 e um Mercado Comum em 2010. A EAC pretende criar uma união monetária como o próximo passo na integração e, em última análise, tornar-se uma federação política de Estados da África Oriental.

A Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) é uma organização económica que reúne vários países da África Central, fundada pelo Tratado que institui a Comunidade Económica dos Estados da África Central em 1983, em Libreville (Gabão), onde se encontra a sua sede permanente, com o objetivo de promover a integração econômica da região e fomentar o desenvolvimento sustentável que elevará

o nível de vida de sua população, bem como a harmonização de suas políticas nacionais nos campos económico e social (indústria, agricultura, tecnologia, educação) e a eliminação da forte dependência técnico-científica dos países estrangeiros (Solange, 2017).

Com um total de dez (10) países membros: Angola (que se tornou membro pleno em 1999), Burundi, Camerón, República Centro Africana, Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe, a ECCAS tinha como objetivo assumir o diálogo político na região, criar uma União Aduaneira e estabelecer políticas sectoriais comuns; assume também a responsabilidade pelo desenvolvimento de capacidades para a manutenção da paz, segurança e estabilidade na região (Benavides, 2007):

- Alcançar a autonomia coletiva
- Aumentar o nível de vida das suas populações
- Manter a estabilidade económica através de uma cooperação harmoniosa.

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Malabo de 1999 estabeleceu quatro áreas prioritárias para a organização: desenvolver capacidades para manter a paz, a segurança e a estabilidade como pré-requisitos essenciais para o desenvolvimento económico e social; desenvolver a integração física, económica e monetária; desenvolver uma cultura de integração humana; e estabelecer um mecanismo de financiamento autónomo para a ECCAS (União Africana, 2020b).

Embora não existam economias dominantes na região, Angola tem uma das economias mais representativas, ocupando um lugar privilegiado entre elas. Devido à diversidade de conflitos em que os países que o conformam foram envolvidos, o CEEAC tenta evitar intervir nos problemas internos dos seus Estados-membros, mantendo o seu foco na prospeção de recursos externos para investimento em infraestruturas, fundamentalmente nos sectores da energia e das telecomunicações a nível regional. Em particular, pode dizer-se que o conflito em Angola tem sido um dos mais instáveis da região, principalmente devido ao grau de intensidade, e devido à dimensão externa, envolvendo países como a República Democrática do Congo, África do Sul, Cuba, Rússia e Estados Unidos da América, em 1990. Como resultado, a paz em Angola representou uma grande oportunidade para a região reafirmar os seus projetos de integração, com a implementação de políticas de cooperação jurídica (Solange, 2018).

Para alcançar as metas propostas, foram definidas as áreas de desenvolvimento, que são: agricultura, indústria, recursos minerais, recursos hídricos, comunicação e

transporte, turismo e cultura. Angola tem desempenhado um papel predominante na região, graças à manutenção de uma política externa de não ingerência nos assuntos internos dos países, procurando sempre resolver os conflitos por meios pacíficos e através do diálogo. O Estado angolano favorece os intercâmbios e as reuniões político-diplomáticas bilaterais, a fim de partilhar coletivamente informações e experiências de interesse comum, bem como afinidades que possam envolver o apoio militar à formação e segurança do pessoal. Certamente, sem dúvida, o CEEAC constitui uma região estratégica para a política externa, segurança e potencial económico de Angola (Solange, 2018).

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi criada pelo Tratado da CEDEAO em maio de 1975 com o objetivo principal de promover a integração económica em todos os domínios da atividade económica, nomeadamente a indústria, os transportes, as telecomunicações, a energia, a agricultura, os recursos naturais, o comércio, as questões monetárias e financeiras e os assuntos sociais e culturais. O artigo 3 (1) do Tratado da CEDEAO estabelece que os objetivos da Comunidade são (União Africana, 2020b):

- Promover a cooperação e a integração na região, levando ao estabelecimento de uma união económica na África Ocidental para elevar o nível de vida dos seus povos.
- Manter e melhorar a estabilidade económica, fomentar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano.

A Comunidade é Atualmente composta por quinze (15) Estados-Membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) foi criada em 1996 para substituir a Autoridade Intergovernamental para a Seca e o Desenvolvimento (IGADD) de 1986, no interesse de representar os interesses dos países da região da África Oriental e com um mandato para assistir e complementar os esforços dos seus Estados-membros para alcançar, através de uma cooperação reforçada, a segurança alimentar e a proteção ambiental, a manutenção da paz e da segurança, bem como a cooperação e a integração económica (Solange, 2017).

De acordo com o artigo 7.º do Acordo que estabelece a IGAD, as suas metas e objetivos incluem a promoção de estratégias conjuntas de desenvolvimento; a harmonização das políticas dos Estados-membros; a consecução da segurança alimentar regional; a promoção do desenvolvimento sustentável dos recursos naturais; a promoção da paz e estabilidade na sub-região; e a mobilização de recursos para a implementação de programas no âmbito da cooperação sub-regional. Atualmente é composta por oito (08) Estados-Membros: Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, Uganda, Djibuti, Eritreia e Sul do Sudão (União Africana, 2020b).

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi formada a 17 de agosto de 1992. É o sucessor da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que foi criada em 1980 em Lusaka, Zâmbia. A transformação da SADCC em SADC em 1992 redefiniu a base de cooperação entre os Estados-membros de uma parceria flexível para um acordo legalmente vinculativo e formalizou a intenção de liderar a integração económica da região da África do Sul.

De acordo com o Artigo 5 do Tratado que institui a SADC, emendado em 2001, os seus objetivos incluem a promoção do crescimento económico e desenvolvimento sustentável e equitativo; promoção de valores e sistemas políticos comuns; consolidação da democracia, paz, segurança e estabilidade; alcançar complementaridade entre estratégias nacionais e regionais; maximizar o emprego produtivo e o uso de recursos; alcançar o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção efetiva do ambiente; e combater o HIV/SIDA e outras doenças (União Africana, 2020b).

É composto por quinze (15) Estados-membros: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué A sua missão está focada em

(...) construir uma região com um alto grau de harmonização e racionalização que permita reunir recursos para alcançar a auto-suficiência coletiva a fim de melhorar o nível de vida dos povos da região; isto inclui a redução da pobreza, o crescimento económico e o desenvolvimento, a promoção da paz, da segurança, da complementaridade e do uso racional dos recursos, bem como a consolidação dos laços históricos, sociais e culturais entre os povos da região (SADC, 2001; citado por Benavides de la Vega, 2007, p. 96).

Atualmente, a SADC é considerada a organização sub-regional que reúne um extenso conjunto de programas destinados a apoiar o desenvolvimento e o aspeto da segurança e defesa, e que também tornou possível, graças à integração entre as estratégias de segurança e as que apoiam o desenvolvimento sustentável, bem como o sucesso económico e financeiro da República da África do Sul e Angola, alcançar um crescimento económico sólido, consistente e equilibrado, bem como uma melhoria dos índices de segurança regionais; ações que a posicionaram como organização de referência no continente africano (Bras, 2015).

Abordando outro aspeto importante, Solange (2018) afirma que a SADC é uma zona de comércio livre na qual Angola desempenha um papel importante, uma vez que representa a segunda maior parte dos fluxos de IDE com uma média de 14%, depois da África do Sul, que ocupa o primeiro lugar com mais de 62% dos fluxos; além disso, é a segunda maior economia da sub-região que mais cresceu nos últimos dez anos. É também relevante notar que Angola assumiu a presidência rotativa da SADC em outubro de 2002. Dentro das suas responsabilidades para com a organização, a nação angolana assumiu a responsabilidade do sector energético, porque o país possui grandes e importantes reservas de petróleo e recursos hídricos capazes de gerar e garantir energia para esta vasta região; definiu mesmo como prioridade a integração económica e as infraestruturas.

Atualmente, no quadro das disposições destas organizações, as principais implicações para a região em estudo são o estímulo ao desenvolvimento de acordos comerciais que beneficiem as nações envolvidas, que para efeitos desta tese de doutoramento são Angola e Namíbia, através do intercâmbio de bens entre estas nações; ao mesmo tempo, espera-se que o desenvolvimento económico sustentável seja promovido como medida para melhorar as condições e a qualidade de vida dos que vivem neste sector, estimulando a paz e a convivência, a cooperação económica e política e, no domínio aduaneiro, a unificação das taxas de importações e exportações nas relações comerciais entre os países membros.

3.1.4. Organizações de desenvolvimento

O regionalismo sempre ocupou uma importância relevante em relação à controvérsia ligada às diferentes formas de alcançar o desenvolvimento no continente africano. Para uma melhor compreensão da situação no continente, destaque-se

(...) a importância da cultura como força motriz do desenvolvimento; analisar os elementos endógenos envolvidos na compreensão do desenvolvimento da África negra e vislumbrar algumas alternativas geradas nas suas próprias sociedades para a solução ou, em qualquer caso, para a mitigação de problemas urgentes de desenvolvimento (Espinoza e Adonon, 2008, p. 6).

Da visão pan-africanista de presidentes como Nkrumah (Gana) e Nyerere (Tanzânia), para mencionar alguns, “a integração regional foi concebida como um instrumento de uma estratégia de desenvolvimento endógeno e autocentrado” (Bidaurratzaga e Herriko, 2005, p. 91). De facto, “parece haver algum consenso sobre o papel benéfico que a integração económica pode desempenhar para as economias em desenvolvimento, e para as economias africanas em particular, como alternativa a esse ambiente multicultural” (p. 92).

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) encarna a visão e o quadro estratégico adotados pelos líderes africanos para combater a pobreza e o subdesenvolvimento em todo o continente na 37.^a Cimeira da Organização da Unidade Africana (OUA), realizada em Lusaka, Zâmbia, em Julho de 2001 (Gabinete do Conselheiro Especial das Nações Unidas para África, 2020), após o que

compromete os Estados africanos a instituir governos claros e abertos, o respeito pelos direitos humanos e o fim das guerras em troca de mais ajuda externa e de um levantamento das barreiras comerciais que entravam as exportações africanas (Sanchez, 2013, p. 142).

Partilha a opinião de que a NEPAD oferece oportunidades únicas para a África enfrentar os desafios críticos que o continente enfrenta, incluindo a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e outros objetivos acordados a nível continental e internacional, através do reforço do Programa Africano de Desenvolvimento de Infraestruturas (AIDP) como o elemento estratégico e sectorial único de África para a promoção da integração e dos ODM. (Solange, 2018, p. 163)

A NEPAD é a agência de desenvolvimento da União Africana, que coordena e implementa projetos prioritários de desenvolvimento regional e continental para promover a integração regional com vista à realização acelerada da Agenda 2063 – Visão

e Plano de Ação de África. Tem um mandato para reforçar a capacidade dos Estados-Membros e dos organismos regionais.

Atualmente, existem pouco mais de quarenta (40) programas e projetos que a Agência NEPAD está a implementar; a qual, agora com uma presença em 53 dos 55 Estados-membros da União Africana, adotou uma abordagem baseada em resultados e alinhou as suas intervenções com o Plano de Implementação do Primeiro decénio da Agenda 2063 (NEPAD, 2020a).

A estratégia desta organização visa enfrentar com sucesso os grandes desafios que o continente africano enfrenta. Atualmente (Gabinete do Conselheiro Especial para África, Nações Unidas, 2020), para os quais estabelece objetivos em diversas áreas (NEPAD, 2020b):

- Governança dos recursos naturais e segurança alimentar: A NEPAD se concentra no fortalecimento da agricultura, na promoção da segurança alimentar e nutricional, na promoção da economia azul, na⁷⁴ melhoria da governança ambiental, na facilitação da adoção de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e na promoção da mineração sustentável nos níveis nacional, regional e continental. O objetivo do programa é proporcionar aos Estados-membros da União Africana capacidades inovadoras de desenvolvimento e implementação para uma gestão viável dos recursos naturais e colocá-los no caminho do crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável.
- Integração regional, infraestruturas e comércio: o programa dá prioridade à integração continental e ao desenvolvimento de infraestruturas para incentivar a mobilidade, aumentando os níveis de emprego, bem como o comércio e o desenvolvimento socioeconómico. O seu quadro prioritário é o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA), que aborda o défice de infraestruturas que afetam a industrialização do continente e a competitividade internacional. Os resultados concentram-se na facilitação do comércio, bem como na implantação de infraestruturas de energia, transportes, água e TIC.

⁷⁴ A economia azul é uma abordagem económica que procura aproveitar ao máximo os recursos disponíveis, tendo também em conta que o desperdício também deve ser utilizado. A ideia fundamental destas abordagens é que as empresas devem ser eficientes na produção de bens e serviços (López, 2020).

- Industrialização, ciência, tecnologia e inovação: Um ponto-chave do programa é a harmonização das políticas de industrialização a nível nacional e regional para assegurar sinergias com os quadros políticos continentais. A melhoria da capacidade em ciência, tecnologia, inovação, saúde e educação é essencial para apoiar uma revolução nas competências e capacidades científicas, tecnológicas e de inovação.
- Desenvolvimento do capital humano: África é muitas vezes descrita como o continente mais jovem do mundo; de facto, 220 milhões de africanos têm entre 15 e 25 anos de idade e espera-se que haja cerca de 350 milhões até 2030. A crescente população jovem africana representa o maior trunfo do continente e determinará a trajetória de desenvolvimento da África nas próximas décadas. O programa visa acelerar e diversificar a transformação económica nas zonas rurais. Também se concentra na melhoria das perspectivas de emprego dos jovens em comunidades marginalizadas para se juntarem à corrente dominante e assegurar a sua contribuição para um continente próspero.

Em relação às ações realizadas na região, a NEPAD (2020c) afirma que o Fundo Espanhol NEPAD (NSF) para o Empoderamento das Mulheres Africanas desembolsou 1.276.559,21 euros na República de Angola para apoiar projetos sobre vítimas de violência de género, desenvolvimento económico social, direitos das mulheres e empoderamento das mulheres empresárias; especificamente 37.318 mulheres e homens foram assistidos através do apoio do NSF. Além disso, espera-se que Angola beneficie do projeto de Interconexão da África Central, que é uma linha de 3.800 km da República Democrática do Congo para a África do Sul, atravessando Angola, Gabão, Namíbia e também ligando através dos Camarões, Chade e Guiné Equatorial.

Angola assinou o Pacto do Programa Abrangente para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) a 5 de agosto de 2014, comprometendo-se a dar prioridade à produtividade e ao desenvolvimento da agricultura. De acordo com o Relatório de Revisão Bienal do CAADP, o país fez progressos evidenciados por 39% na qualidade da coordenação multisectorial e multi-stakeholder; 14,8% dos gastos públicos na agricultura como parte dos gastos públicos totais; 56% dos agricultores têm acesso a serviços de aconselhamento agrícola; e um aumento de 21% nos rendimentos dos produtos agrícolas prioritários do país.

Também foi concluído um mapeamento dos programas de alimentação escolar existentes (tanto os programas de alimentação escolar regular como os programas de alimentação escolar⁷⁵ domiciliar (modelos HGSF) na África), mostrando que quase noventa por cento (90%) dos países, incluindo Angola, implementaram programas de alimentação escolar, e um número crescente está adotando o modelo HGSF.

Em outro sentido, vale mencionar que há maior consciência e concorrência entre os principais atores nas negociações contratuais e políticas fiscais relacionadas à indústria extrativa e de mineração em onze (11) países. Os países selecionados para o projeto dos Recursos Minerais incluem Angola, Botsuana, Camarões, RDC, Jibuti, Etiópia, Guiné, Quênia, Malawi, Sudão e Tanzânia. Finalmente, a organização também desenvolveu uma base de dados abrangente sobre o estado da inovação em Angola, com foco em produtos e processos (NEPAD, 2020c).

Atualmente, no quadro destas organizações, as principais implicações para a região em estudo são a emergência de acordos e a integração económica na região, para garantir e proteger os interesses políticos e militares de ambas as nações, como Angola e Namíbia, gerando assim a procura de soluções para os problemas de segurança nacional e os conflitos locais; do mesmo modo, traz efeitos favoráveis em termos de promoção do emprego, expansão dos mercados, melhoria e expansão das infraestruturas destinadas à difusão tecnológica na zona de integração económica regional, com os seus benefícios no desempenho económico.

3.2. Relações Bilaterais entre Angola e a Namíbia

Como mencionado anteriormente, a fronteira entre Angola e a Namíbia separa os dois países formalmente, mas as relações entre os dois são históricas (Figura 0.3). Na formação da Namíbia como país independente, a fronteira teve um papel crucial, no contexto da ação do movimento da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO). De facto, a maior e mais longa batalha em Angola depois da Segunda Guerra Mundial e depois da independência ocorreu em Cuíto Cuanavale, uma região localizada no sudeste de Angola, na província do Cuando-Cubango, e estava relacionada com a independência da Namíbia.

⁷⁵ Os programas HGSF (e nutrição) são concebidos para estimular a produção local: ao comprar os alimentos necessários aos pequenos produtores e processadores locais, criam uma procura estável de alimentos seguros e de qualidade, estimulam a produção local, apoiam o desenvolvimento de competências locais e combatem a desnutrição (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e o Programa Mundial de Alimentação, 2018).

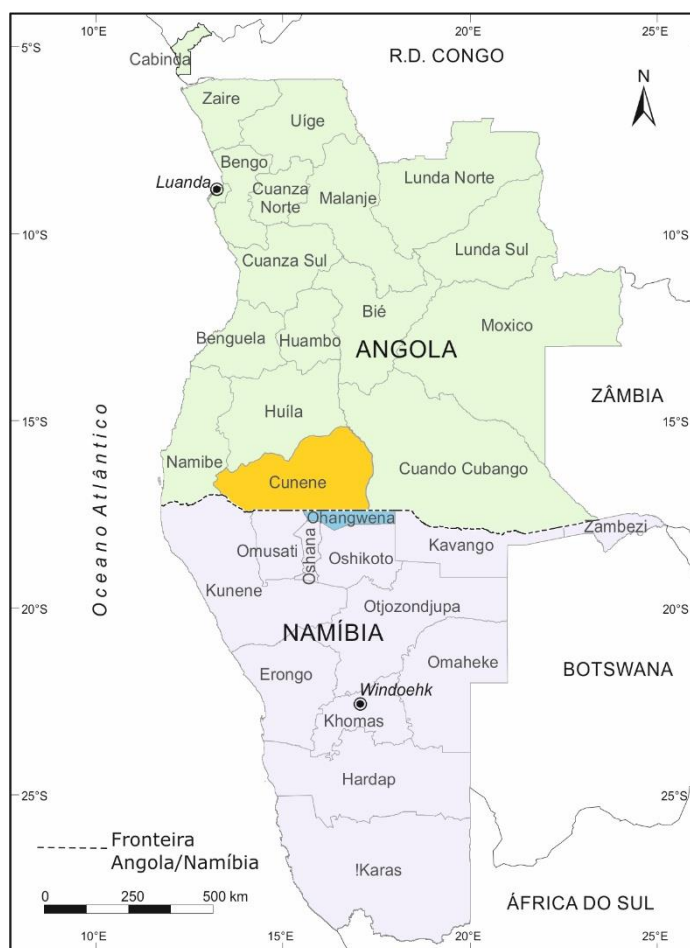


Figura 0.3: Fronteira Angola/Namíbia (Elaboração própria, 2018)

Entre 15 de novembro de 1987 e 23 de março de 1988, a região foi o cenário de grandes confrontos entre as forças armadas do Apartheid da África do Sul e o exército cubano juntamente com as forças armadas angolanas, terminando com a derrota definitiva dos sul-africanos, dando origem à independência da Namíbia e pondo fim ao regime do Apartheid na África do Sul. A independência de Angola serviu de base de operações para a guerrilha da vizinha África do Sudoeste para finalmente lhes permitir obter a sua independência da África do Sul em 1990, passando o país a chamar-se Namíbia (Iliffe, 1998).

A relação política entre a Namíbia e Angola tornou-se também muito intensa durante o conflito civil angolano. Os esforços de pacificação da Namíbia em Angola sublinharam a sua crença de que a pacificação é imperativa para a manutenção da segurança na região da SADC. Para uma comunidade regional, a pacificação é uma necessidade, um bem comum e um ingrediente para promover, manter e garantir a segurança nessa comunidade

(Hamutenya, 2014). Nos processos de integração africana, Angola e Namíbia são países de participação comum na União Africana (UA), na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), no Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), entre os mais importantes.

Angola e a Namíbia têm, portanto, laços culturais, políticos, sociais, económicos e históricos de longa data. De acordo com Hamutenya (2014), Angola é um estado geograficamente estratégico para a Namíbia, e vice-versa. Os partidos políticos no poder em ambos os países são vistos como aliados que, em determinado momento, partilharam uma plataforma ideológica e uma abordagem comum às suas respetivas lutas de libertação. Com a Namíbia finalmente alcançando a independência em 1990, ambos os estados estabeleceram de imediato representações diplomáticas e melhoraram as relações mútuas.

No que diz respeito às relações económicas, também aqui se evidencia a forte ligação entre os dois países, mais acentuada na região fronteiriça. Depois de emergir de décadas de guerra, Angola é agora um dos maiores mercados para o comércio na África Austral, graças também aos seus programas de reconstrução em vários campos. Isto oferece à Namíbia uma gama ampla de possibilidades de exportação.

Em 2014, Angola representava dez por cento (10%) do total das exportações da Namíbia, o terceiro maior destino de exportação e este valor tinha vindo a aumentar à medida que mais oportunidades se abriam e os dois governos melhoravam as áreas de cooperação bilateral. É relevante mencionar que os atuais acordos entre Angola e a Namíbia incluem áreas associadas ao comércio: acordo bilateral sobre comércio e economia (Bate, 2005; citado por Hamutenya, 2014) e acordo bilateral sobre promoção e proteção recíproca de investimentos (Barppi, 2006; citado por Hamutenya, 2014).

Além disso, Angola e Namíbia são membros comuns de organizações regionais e internacionais, onde, além das já mencionadas, se destaca a Organização Mundial do Comércio (OMC). Isto demonstra a sua visão comum de trabalhar em conjunto para alcançar objetivos comuns ao nível das plataformas regionais e globais. Estes objetivos incluem, a nível regional, o desenvolvimento de melhores infraestruturas, as quais Angola precisa desesperadamente, a integração e o crescimento económico e, mais importante, a paz e a segurança bem como o alcance da estabilidade política. A parceria entre os dois países é, portanto, estrategicamente significativa (Hamutenya, 2014).

Outras áreas se destacam igualmente no âmbito das relações bilaterais e da cooperação. Na área da saúde, por exemplo, ambos os países fazem parte da iniciativa

sub-regional para eliminar a malária, integrando o Trans-Kunene (TKMI) como uma parceria estratégica entre os dois países para trabalhar no controlo da malária ao longo da sua fronteira comum. Na área da prevenção da criminalidade, os dois países trabalham em conjunto através da Comissão Conjunta de Defesa e Segurança Angola-Namíbia, que discute questões relativas à segurança, livre circulação de pessoas na fronteira, especialmente no que diz respeito aos residentes fronteiriços.

O conflito civil em Angola, que se estendeu por doze anos após a independência da Namíbia em 1990, de certa forma atrasou a formalização das relações entre os dois países a nível diplomático, económico e social. No entanto, mesmo em setembro de 1990, foram tomadas medidas para criar uma comissão conjunta de cooperação, a *Comissão Mista de Cooperação* (CCM), para analisar a consideração de áreas de interesse económico para ambos os países. Esta comissão lançou as bases e promoveu instrumentos que mais tarde se traduziram em acordos conjuntos sobre aspetos comerciais e económicos.

A sua ampla abordagem e perspetiva de desenvolvimento significou também o estabelecimento de uma cooperação bilateral formal em áreas associadas ao turismo e à energia. No entanto, devido a uma série de fatores, Hamutenya (2014) aponta que levou muito tempo para concluir e assinar acordos bilaterais após a formação do CCM. Os fatores mais salientes incluem o facto de Angola estar na altura a emergir de uma guerra longa e devastadora e, portanto, enfrentava as suas próprias prioridades e desafios competitivos.

Por outro lado, após a restauração da paz em Angola em 2002, os desafios económicos e outros desafios no país exigiram atenção urgente, deixando pouco tempo para considerar a menor pressão bilateral infringida pelos acordos económicos. A falta de infraestruturas, bem como as deficiências nas telecomunicações em Angola, causaram atrasos nas comunicações e, por exemplo, a barreira linguística e outros aspetos técnicos desempenharam um papel importante no prolongamento da conclusão de acordos bilaterais.

Apesar destas deficiências, em maio de 2003, a Namíbia e Angola materializaram um Acordo sobre Proteção Mútua e Promoção de Investimentos, que foi ratificado em 2005. O acordo procurou proteger os investimentos e criar condições favoráveis para os negócios em ambos os países. Em março de 2004, os dois Estados assinaram ainda um Acordo de Cooperação Comercial e Económica, ratificado em 2005. O Centro de Investimento da Namíbia e a Agência Nacional de Investimento de Angola estabeleceram

em 2008 um Acordo Conjunto de Cooperação, que visava promover a geração de estratégias de investimento para a implementação de programas e projetos conjuntos.

Em 2009, a Namíbia e Angola assinaram também um Acordo de Parceria Económica que encorajou e facilitou o comércio bilateral transfronteiriço. Além disso, até 2014, a Namíbia e Angola estavam a trabalhar num Memorando de Entendimento (MOU) sobre a promoção do desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

São, portanto, diversos os quadros de cooperação entre Angola e a Namíbia, em prática ou planeados (Hamutenya, 2014). Entre outros mais representativos destaca-se a Comissão da Corrente de Benguela, um organismo tripartido que representa Angola, Namíbia e África do Sul. É uma iniciativa intergovernamental multisectorial para promover a gestão integrada, o desenvolvimento sustentável e a proteção da Corrente de Benguela, um grande ecossistema marinho. Ainda, acordos relacionados com refugiados angolanos na Namíbia e a sua recente repatriação.

Outro âmbito diz respeito ao Comboio Olubido e o Corredor Trans-Cunene. Em 1997, Namíbia e Angola concordaram formalmente em melhorar o sistema de transporte no Corredor Trans-Cunene através da construção da linha férrea Olubindo. Existem também múltiplos acordos de cooperação no domínio da água, destacando-se a Bacia do Rio Okavango, um acordo de cooperação entre Angola, Botswana e Namíbia relativamente à utilização do Rio Okavango e o acordo sobre a bacia do rio Cunene para a gestão dos recursos nesta região.

O objetivo dos diversos acordos e organizações conjuntas acima mencionados é facilitar as relações e potenciar os esforços articulados entre os dois países vizinhos. Apesar da existência de dificuldades técnicas e outros problemas que têm dificultado o rápido progresso da integração regional, existe de facto um contexto que formaliza de forma muito concreta a região transfronteiriça. As relações bilaterais efetivas – comerciais, de investimento, ou de desenvolvimento regional – consubstanciam-se em diretrizes formais que reforçam a existência de um regionalismo específico na área estudada.

Capítulo 4

Metodologia

Este capítulo consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos adotados nas diferentes etapas da pesquisa. Deste modo, reflete a estrutura lógica e o rigor científico do processo de investigação, desde a escolha da abordagem metodológica utilizada até à forma como os resultados foram analisados, interpretados e apresentados; é a base para o planeamento de todas as atividades exigidas pela investigação, permitindo assim estabelecer a respetiva logística de trabalho, os recursos humanos e financeiros necessários, instrumentos de recolha de dados, procedimentos e considerações éticas.

4.1. Caracterização do campo de investigação: Províncias e municipalidades fronteiriças

O estudo vai abordar sobre a realidade das regiões fronteiriças do sul de Angola e do Norte da Namíbia. Deste modo, a fronteira sul de Angola existem três províncias que estão relacionadas no âmbito da dinâmica regional e das relações locais, a saber: Namibe, Cuando-Cubango e Cunene (Figura 0.1). A faixa fronteiriça com a República da Namíbia possui uma extensão de 1.376 km de fronteira, sendo: 682 km de fronteira terrestre e 649 km de fronteira fluvial e limitada por 70 marcos fronteiriços. Destes 68 encontram-se em bom estado e 02 destruídos ou danificados.



Figura 0.1: Província Sul de Angola e Região Norte da Namíbia (Elaboração própria, 2018)

4.1.1. Namibe – Angola

O Namibe é uma das 18 províncias da República de Angola, tem uma área de 57.091 km², segundo o censo nacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (2014), os resultados finais mostram que em 16 de maio de 2014, a população residente no Namibe era de 495.326 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, Resultados Finais do Censo 2014, 2016). O município do Namibe tem 292.535 habitantes, sendo o município com o maior número de habitantes em toda a província. Moçâmedes é a sua capital.

A principal fonte de rendimento desta província é a agricultura; dentro da sua produção destacam-se os citrinos, as azeitonas, a goiaba, o painço e o gado bovino; do mesmo modo, acrescenta-se a criação de ovinos e caprinos. A pesca é outro meio de sustento da população, especialmente no mercado do Tômbua. Em relação às reservas minerais podemos citar: ouro, cobre, manganês, cromo, estanho, lignite e mármore.

O Aeroporto Yuri Gagarin e o Porto Comercial de Moçambede são os dois principais centros de transporte a partir dos quais são ativadas as atividades de importação e exportação de mercadorias (Governo de Angola, 2018). Esta província possui terras aptas para a criação de gado, possui pastagens consideráveis e nutritivas, o efetivo excede as 500 mil cabeças e mais de 1.500.000 cabeças de cabras detidas pelo setor tradicional. A pesca, por outro lado, constitui também uma importante fonte de rendimento, ao longo de 420 km de fronteira marítima (Santos, 2015).

O setor industrial é essencial para a promoção do desenvolvimento, dado o seu potencial nos domínios da pesca, do turismo, comercial e industrial, das minas e da pecuária. A atividade comercial é caracterizada pelo setor formal, informal e de venda ambulante, com 1098 estabelecimentos e 2.362 agentes comerciais. Cerca de 90% dos estabelecimentos estão sediados nas cidades do Namibe e Tombwa. Existem (2) dois hotéis em funcionamento com uma capacidade de 101 quartos e 101 camas (Santos, 2015).

O porto comercial, ligado à rede ferroviária, está localizado no sul da província. No norte, encontra-se o porto mineral da cidade de Saco Mar. Este último encontra-se inativo. Possui uma rede ferroviária que começa no Namibe, atravessa a província da Huíla e termina em Cuando Cubango, com uma distância percorrida de 747 km. Aos percursos de Jamba e Tchamutete somam-se os percursos de Jamba e Tchamutete, com um comprimento total de 907 km, dos quais 211 km correspondem à jurisdição exclusiva da província do Namibe (Santos, 2015). Tem um aeroporto, com categoria A, segundo a

Organização da Aviação Civil Internacional; recebe tráfego nacional, mas com capacidade para receber tráfego internacional (Santos, 2015).

A Província do Namibe, tem uma extensão 638 km de fronteiras sendo; 218 Km de fronteira fluvial através do rio Cunene, com a República da Namíbia e 420 km de fronteira marítima com Oceano Atlântico.

A população fronteiriça no geral é de 64.074 habitantes, concentrados maioritariamente nas localidades de monte negro e garota nova limite com a República da Namíbia, cujo território desértica acidental com uma sucessão de cordilheiras e bastante pedregosas. A população esta distribuídos da seguinte forma:

- Monte negro, existem (04) aldeias, com uma população estimada em (889) habitantes de ambos sexos, cuja atividade principal que desenvolvem é a criação de gado bovino;
- Garota nova, existem (03) aldeias, com uma população estimada com (487) habitantes, todos são criadores de gado bovino;

Estas populações comunicam-se através das línguas, português, Inglês, Africaner, Alemão, Hereró, Oshiwambo, Nhaneka.

Importa salientar, que os fatores que concorrem para a degradação dos marcos da fronteira entre Angola e Namíbia são:

1. Existência de aglomerados populacionais na linha de base da fronteira (quimbos, curais de animais, kefes (locais de venda sobretudo de bebidas alcoólicas);
2. Movimento intenso de animais na fase de transumância;
3. Usos e costumes comuns entre a população;
4. Furto e roubo de gado bovino e caprino;
5. Contrabando de combustível, madeira e trafico de drogas e canábis(liamba);
6. Caça furtivo sobretudo o abate de elefantes;
7. Fuga ao fisco;
8. Ausência de força policial com meios e equipamentos que permitem o patrulhamento ao longo da fronteira.

4.1.2. Cuando-Cubango – Angola

A província de Cuando-Cubango situa-se no leste de Angola, a sua capital é a cidade e o município de Menongue. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2014), tinha 534.002 habitantes nesse ano de recenseamento e, até 2018, previa-se que tivesse um total de 601.454 habitantes; a sua dimensão é de 199.049 km². É delimitado a norte pelas províncias do Bié e do Moxico, a leste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia e a oeste pelas províncias do Cunene e da Huíla. O clima subtropical húmido prevalece em Cuando-Cubango, enquanto que o clima semiárido quente é típico do extremo sul da província. A sua população é composta por bandos, chocues e grupos xindongas; ovambos e coissãs. A sua densidade demográfica é muito baixa, mas com uma mobilidade geográfica notável (Governo de Angola, 2018).

É uma província com recursos minerais variados, tais como ferro, quartzo, prata, diamante, mercúrio, ouro, cobre, urânio e borracha (Agência Angola Press, 2020). É também rica em recursos naturais, favoráveis ao desenvolvimento do turismo. Tem três zonas de grande vegetação, composta na sua maioria por uma floresta densa e seca, savana com árvores e arbustos na sua metade norte, savana arbustiva, florestas e pântanos na faixa sul e savana arbustiva no quadrante noroeste (Governo de Angola, 2018).

Na Província do Cuando Cubango, no território da fronteira com a República da Namíbia, tem a extensão de 675 km de fronteira dos quais; 350 km de Fronteira terrestres e 350 km de fronteira fluvial com o rio Cubango. Neste território. Quanto a população compreende 61.965 habitantes, localizados em 03 Municípios, (Cuangar, Calai e Dirico), 06 comunas e 83 Aldeias, igual número de seculos, 03 Reis e 03 Rainhas, perfazendo 89 autoridades tradicionais.

A comunicação é feita através das línguas, Português, Nganguela, Nhemba, Bucusso, Tchidirico, Cuangari, Umbundo, Tchokwe e Português.

Os habitantes acima mencionados, estão concentrados principalmente nas seguintes localidades: Katuitui, Caíla, Mapandato, bairros 17 de setembro, Missão, Cuangar, Kandjimbi, Sofe, Ndamu-ndamu, Calai, Sambio, Tuni, Dirico, Mbambi e Mucusso.

Relativamente os dados populacionais das Regiões limítrofe na fronteira ou território da República da Namíbia, a maior concentração populacional, encontra-se no Caprivi (Zambezi), com 22.694 habitantes e Okavango Leste, e Oeste com 44.413 totalizando 67.107 habitantes.

Esta população comunicam-se através das línguas, Inglês, Africaner, Alemão, Damara/nama, Hereró, Cwangali, Oshiwambo ,Silosi e Setswana

No território da região do Rivungo, que faz fronteira com a República da Zâmbia, com 295 km de fronteira terrestre e com uma população estimada em 30.375 habitantes, distribuídos em 138 aldeias e as línguas faladas, são Ngangela, Umbundo, Tchikuakuando, Bucusso e português.

Entretanto, no território vizinho, na Zâmbia existem 08 comunidades populacionais, nomeadamente Shangombo, Kaunga Machi-1 e 2, Thipuma, Likuluxito, Kadiana, Tchingambela e Imuchu. Estas comunidades expressam-se em; Tchifue, Lozi, Tonga, Nhanza e Inglês.

Nesta Província encontramos rios importantes na vida das populações, nomeadamente rio Cuando, Cubango e Cuíto, com grandes extensões navegáveis e ricas em peixe e utilizado por vários animais para o consumo da água e repouso nos ilhotes e junto das árvores frondosas.

4.1.3. Cunene – Angola

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (2014), o Cunene é uma das 18 províncias que compõem a divisão administrativa de Angola. A capital desta província é Ondjiva. Os resultados finais do censo de 2014 mostram que, a 16 de maio de 2014, a população residente do Cunene era de 990.087 (Instituto Nacional de Estatística, Resultados Definitivos do Censo 2014, 2016).

Assim, para Murillo (2014), a solidez dos processos de integração e regionalização ao nível micro, ao considerar a população, considera que a interação mútua ao nível da fronteira gera uma identidade regional, como uma comunidade instalada num determinado espaço geográfico. Uma grande parte da população pertence a diferentes grupos de Ovambos, sendo o Kwanyama, o que se destaca pela sua contribuição demográfica. Outros agrupamentos na área são os Humpback, com um estilo de vida semelhante ao dos Ovambos. Outros grupos mais diversos nesta área geográfica são os Chocués, que se dedicam exclusivamente à agricultura. Habitam também os grupos residuais de Coissans, cuja atividade económica é a caça e a recolha; estes são a exceção em termos de pertença aos grupos étnicos bantu.

O Cunene tem uma população etnicamente e linguisticamente heterogénea: dois grupos não-Bantus, nomeadamente o Bushiman (vulgar Camussequeles) e o Vatwa, ambos com predominância do subgrupo Cuanhama; Herero, com predominância do subgrupo Dimba; Nhaneca-Humbe, com predominância do subgrupo Humbe (Jonas, 2019); este último subgrupo é dedicado às atividades agrícolas; constituem os nativos

mais antigos localizados nesta região, depois das nhanecas e quipungos (Governo Provincial do Cunene, 2014: 12). A principal atividade na cidade do Cunene é a agropastorícia, desenvolvida pelas etnias estabelecidas na província; é composta por uma agricultura de subsistência.

Em relação à atividade pecuária, os rebanhos são criados e mantidos através de um regime de transumância, caracterizado por migrações frequentes, de acordo com a disponibilidade de pastagens em cada setor, que é escassa em grande parte do território (Cunene, 2020).

As atividades agrícolas e pecuárias de pastoreio oferecem um contributo pouco significativo para a vida económica da população. Aí, dada a sua característica de zona fronteiriça, os serviços e o comércio representam as principais fontes de rendimento em moeda estrangeira, especialmente em Ondijiva, por ser a maior cidade provincial (Cunene, 2020). Outra atividade ligada ao setor económico é a pesca artesanal, sendo praticada em condições rudimentares, utilizando predominantemente técnicas de arrasto, tarrafa, armamento, spot e muzua.

Adicionalmente, uma das fontes de rendimento mais significativas para esta província é a produção hidroelétrica da Central Hidroelétrica de Ruacaná, que não só fornece eletricidade a este território, mas também a outros territórios vizinhos, incluindo a Namíbia (Governo de Angola, 2018). Em relação à área de serviços, existe a indústria de entretenimento e os serviços financeiro, centros hospitalares e a educação. Nesta última, destaca-se o papel da Universidade Cuíto Cuanavale. Outros serviços ligados à atividade turística incluem restaurantes, hotéis, agências de viagens, lojas especializadas em ecoturismo (ao longo do Rio Cunene, Parque Nacional da Mupa e Cataratas do Ruacaná) (Agência de Imprensa de Angola, 2018).

Relaciona-se com a República da Namíbia e os Municípios de Cuanhama e Ombadja porque, em conjunto, recuperaram áreas florestais. Nos municípios de Cuvelai (Mupa) e Namacunde (Shiede), existe exploração de madeira e a sua transformação é efetuada em algumas cadeias de montanhas, de Ondjiva e Cuvelai (Governo Provincial do Cunene, 2014: 34). Existe a indústria extrativa de granito, burgala, cal hidráulica e pedra para brita. Na Evale, Município de Cuanhama e na Mupa, Município de Cuvelai, no local de exploração de duas unidades de extração e produção de inertes, existem 24 organizações legais dedicadas à extração de inertes e minerais, como areia e granito.

Além disso, é o município com maior quantidade de empresas com títulos de exploração, num total de 10 unidades; seguido de Ombadja com 6 e Cahama com 4. De

referir que os centros industriais da província estão localizados em Ondjiva, e as áreas de produção são: alimentação e bebidas, bem como construção. Em Ombadja, conhecida como Santa Clara de Cunene, destaca-se a indústria de transformação de diamantes e o agronegócio (Stead e Rorison, 2010).

O setor comercial é uma das principais fontes de emprego. No Cunene existe um comércio formal, ligado à economia legal, com empresas que satisfazem as obrigações de registo e cumprem com os seus encargos fiscais. Dentro deste grupo estão os grossistas, retalhistas, grupos comerciais de serviços e o comércio precário. O ramo retalhista é maior do que o ramo grossista, uma vez que compreende 61,2% do total do setor (Governo Provincial do Cunene, 2014: 43).

A rede de lojas da província distribui-se pela estrada Ondjiva-Santa Clara, resultado do efeito da fronteira, e da sua interseção com a Namíbia, assim como da elevada circulação de pessoas e mercadorias entre os dois países. Existem dois centros de trocas comerciais, um de cada lado da fronteira. No lado namibiano, em Oshikango, há comércio com Angola e do lado angolano há revenda de produtos comprados na fronteira do país vizinho (Governo Provincial do Cunene, 2014: 48). Esta província é um dos pontos de entrada em Angola, por terra, para turistas da Namíbia e África do Sul (Governo Provincial do Cunene, 2014: 48).

No que diz respeito aos diferentes serviços relacionados com o turismo, conta-se com a presença do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Angolano de Investimento (BAI), Banco de Comércio e Indústria (BCI), Banco Internacional de Crédito (BIC), Banco Comercial Angolano (BCA), Banco Sol e Banco Millennium Angola, que são responsáveis pela garantia das operações financeiras. Existem recursos naturais e culturais na província, bem como do outro lado da fronteira com a Namíbia, sendo evidente a debilidade na prática do turismo, do lazer e da recreação.

Em torno da posição estratégica que o Cunene tem no sul de Angola, pode-se considerar que esta província representa uma plataforma logística para o país, bem como para a Namíbia, com elevadas taxas de juro e retorno económico, através do porto do Namibe, no oeste do país. Apesar disso, as rotas de transporte, com mais de 1300 km de comprimento, encontram-se deterioradas (Governo Provincial do Cunene, 2014: 32).

Em termos educativos, existe uma concentração da rede escolar em Ondjiva, Município de Cuanhama e Município de Ombadja, bem como nas principais vias de acesso às capitais dos municípios. Curoca e Namacunde são os municípios com a oferta educacional mais fraca. A população rural tem muitas limitações nesta área. Apenas 3

escolas privadas estão localizadas em Ondjiva (ensino primário até ao 1º e 2º ciclos do ensino secundário) (Governo Provincial do Cunene, 2014: 75-76; Avaliação das Necessidades Pós-Desastre, 2016: 18).

Em relação à saúde, existem 156 estações de serviço, distribuídas por 7 hospitais, 42 centros e 107 postos de saúde. O hospital geral está localizado em Ondjiva e os outros 6 são hospitais municipais de referência. Esta rede é composta por 69% de cuidados primários, 27% de centros de saúde e 4% de hospitais (Ministério de Saúde, 2010: 18-19). No Cunene, o desemprego é elevado, com um elevado nível de subutilização da força de trabalho, o que se traduz na insatisfação de um setor da população que tem limitações na entrada no mercado de trabalho (Governo Provincial do Cunene, 2014: 96).

A província do Cunene, tem uma extensão de fronteira com a República da Namíbia, através de três regiões, nomeadamente Kunene, Omusati e Ohangwena, numa extensão de 455 km, dos quais 120 km fluviais pelo curso do rio Cunene, (marco 1/Ruacaná ao Nhende) e 335 km terrestres desde marco 1 ao marco 34.

Ao longo da fronteira os principais concentrados populacionais se encontram nas localidades fronteiriças de marco 33 (Okabulukwena), marco 25 (Milunga), marco 22 (Ehengue), marco 20 (Okatele), marco 19 (Santa Clara), marco 5 (Mahenene), marco 1 (Ruacaná) e Chimuaca.

A população comunica-se através dos idiomas: Português, Inglês, Africaner, Alemão, Hereró, Oshiwambo e Nhaneca Humbe.

Neste sector, estão registados e catálogos 34 marcos de fronteira, dos quais 01 destruído na totalidade, 03 danificados parcialmente e 30 no estado regulares.

Quando as aldeias e população residente ao longo da fronteira, existem 1.555 aldeias (Quimbos) e uma população estimada em 80.445 habitantes, dos quais 35.418 destes 18.507 do sexo masculino e 16.911 do sexo feminino, 45.027 crianças, (23.131 de sexo masculino e 21.896 do sexo feminino), 40 Sobas e 86 Seculos. Enquanto que no país vizinho entestem 1.545 aldeias e uma população estimada em 79.134 habitantes.

Dentro desta província encontra-se Namacunde, uma cidade fronteiriça situada no sudeste, perto do rio Cunene, na fronteira com a Namíbia. Esta cidade está localizada a 25 km a sudeste de Ondjiva, no sul de Angola e faz parte da zona fronteiriça portuguesa, fazendo fronteira com a África do Sudoeste Britânico. Trata-se de uma zona de grande circulação de pessoas, de muita pobreza, apesar de fazer parte dos setores que deveriam beneficiar das suas relações com os municípios e localidades limítrofes.

4.1.3.1. Namacunde

Namacunde é um município da província do Cunene, localizado no sudeste de Angola, ao longo do território do rio Cunene e da fronteira com a Namíbia. Faz parte da rota do caminho-de-ferro para unir esta nação com a sua vizinha Namíbia do sul. Em julho de 2018 tinha uma população estimada de 160 992 habitantes; está localizada no rio Cunene, na fronteira com a Namíbia, tem um elevado tráfego de pessoas, porque está localizada em Santa Clara, zona fronteiriça (Rodrigues, 2007: 43).

A sua população, na sua maioria, pertence à tribo Ovambo. Os seus habitantes falam português; no entanto, há falantes de inglês, dada a sua proximidade com a Namíbia, onde a língua oficial é o inglês. A maioria das pessoas fala Kwanyama, uma língua bantu (Rodrigues, 2007: 44).

Devido à sua localização, é importante do ponto de vista comercial e tem um grande potencial para a utilização da conformação de uma microrregião para a troca de mercadorias. É uma área de intercâmbio económico, devido ao seu elevado trânsito de pessoas.

Ali encontra-se a Estrada Nacional 105, que liga a Província de Benguela à Província do Cunene, atravessa a Província da Huíla e os municípios de Cahama, Xangongo, Ondjiva e Namacunde da Província do Cunene; termina a sua viagem na zona fronteiriça da República da Namíbia. Dada a sua localização na zona fronteiriça, mantém relações constantes com municípios da faixa sul de Angola e do norte da Namíbia (Governo de Angola, 2018).

4.1.3.1.1. Santa Clara

Santa Clara é uma cidade do município de Namacunde, e a cidade mais populosa e desenvolvida graças ao facto de um grande número de agências governamentais se encontrarem ali sediadas. Está situada 45 quilómetros a sul da capital provincial, Ondjiva, e faz parte da fronteira com Helao Nafidi, na Namíbia. Pode ser acedida pela autoestrada Trans-Africana 3 / EN-120 e a sua população atinge os 290.077 habitantes, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2014).

Ondjiva, Santa Clara, Oihole, Missao da Omupanda, Calueque, e os municípios de Chitado e Naulila, obtêm energia elétrica e água potável da Namíbia, dadas as debilidades existentes em Angola em termos de satisfação da crescente procura de consumo; existem também limitações nos serviços prestados pelas Estações de Tratamento de Águas (ETAR) e Estações de Tratamento de Águas Residuais.

Aqui está localizado o Posto Fronteiriço de Santa Clara, município de Namacunde, de especial importância económica nacional, porque promove a cobrança de impostos e aumenta a receita fiscal. Santa Clara é o ponto de entrada comercial mais importante em Angola e é uma porta de entrada para outros países da África Austral. Através deste posto, as mercadorias são importadas por terra, mais frequentemente do que através de outros pontos importantes em Angola, onde o processo é mais lento (Figura 0.2).

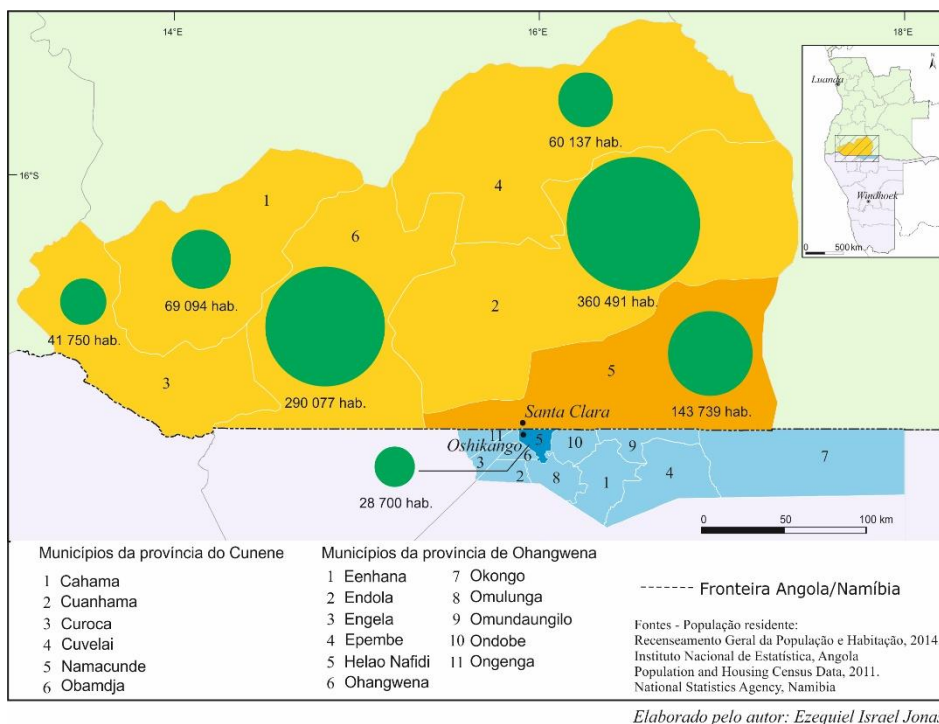


Figura 0.2 - Santa Clara - Posto Fronteiriços de Oshikango(Elaboração própria, 2018)

4.1.4. Ohangwena – Namíbia

Ohangwena é uma das catorze regiões da Namíbia e a sua capital é Eenhana. Os seus setores mais povoados são as zonas ocidental e setentrional, uma vez que as comunidades são as mais densamente povoadas. Aí predomina a agricultura de subsistência, onde o mahangu é o principal produto da pequena agricultura; além disso, dedicam-se à criação de gado (Namibia, 2019). Existem importantes povoações ao longo da fronteira angolana. Possui terrenos aptos para pastagem; no entanto, a sua utilidade é diminuída pela escassez de água e por condições inadequadas das estradas.

No setor do turismo, a atração cultural de Kwanyama destaca-se pela visita à cidade de Helao Nafidi, que acolhe também uma feira anual (Namibia, 2019). A economia de Ohangwena é uma agricultura de subsistência; 80% da população dedica-se ao cultivo de

culturas e à criação de animais, a taxa de desemprego é de 36% (Mussaba, 2009, p. 2). O apoio económico da população consiste nas atividades relacionadas com a utilização dos recursos ambientais, uma vez que a pecuária, a agricultura de subsistência, a recolha de produtos florestais, a lenha, os frutos, são as fontes de sustento económico e de manutenção das famílias.

Esta região da Namíbia, situa-se no Norte e Oeste, com uma grande população, economicamente dedicada à atividade agrícola e pecuária, sendo o principal meio de subsistência para os habitantes locais, as suas estradas pavimentadas ao longo da fronteira com Angola são adequadas para o comércio, com uma série de estabelecimentos espalhados pelo caminho, o que se deve também à sua localização como zona de fronteira, de elevado trânsito de pessoas.

4.1.4.1. Helao Nafidi

Helao Nafidi é uma cidade localizada na região de Ohangwena; foi criada através da fusão de várias aldeias e povoações ao longo da estrada entre Oshikango e Ohangwena. A sua população totaliza 19.375 habitantes; as suas três zonas urbanas são Oshikango, no norte, atravessadas pela fronteira entre a Namíbia e Angola e Omafo e Ohangwena, no sul, também com aldeias e povoados agrícolas. Politicamente, é uma cidade que foi afetada pela guerra fronteiriça sul-africana de 1966 a 1989 entre a África do Sul e as suas forças aliadas e o governo de Angola e a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) (Republica of Namibia, 2011).

O posto fronteiriço de Oshikango, comunica a Namíbia e Angola; após a independência da Namíbia nos anos 90, no século XX, tornou-se um cenário propício que impulsionou o comércio entre as duas nações; hoje, mais de 500 pessoas atravessam diariamente, o que favoreceu o intercâmbio comercial entre os dois territórios (Republica of Namibia, 2011).

Com o apoio da União Europeia, foi possível estabelecer uma zona favorável à exportação; 14 armazéns residem aí. Existe, no entanto, um comboio que ainda se encontra em construção (Nações Unidas, 2015 e Dobler, 2007, pp. 116-117).

Os habitantes ou aldeões têm a propriedade do terreno; tem a nova linha férrea do Norte. Em 2006, teve o comboio Omugulugwombashe Star, que efectuou viagens semanais até se deteriorar devido às condições inadequadas da rede ferroviária da Namíbia. Em 2007, a extensão ferroviária para Ohangwena e Oshikango iniciou o seu

processo de construção. A sua forma de governo é a da Câmara Municipal, com sete lugares (Dobler, 2007, pp. 116-117).

4.1.4.2. Oshikango

Oshikango é uma pequena cidade na região de Ohangwena, na Namíbia, localizada na fronteira com Angola. Possui uma rede ferroviária, que gere a linha numa base semanal.

Apesar de ter várias aldeias por perto, esta cidade tornou-se o centro do comércio com a fronteira do país vizinho; existem atualmente projetos de desenvolvimento de centros de lazer, tais como casinos, clubes, piscinas, complexo comercial, edifícios modernos cuja construção está em curso (Figura 0.3). Apesar de a economia estar a crescer, a pobreza é bastante elevada, pois muitos habitantes estão em situação de sobrevivência (Niikondo, 2010).



Figura 0.3: Oshikango (©Google Earth, ©2016 CNES/Astrium, elaboração própria em 2018)

A vida económica em Oshikango gira em torno de práticas de intercâmbio com Santa Clara. Observa-se a presença de vendedores informais de Angola, enquanto a atividade comercial formal recai sobre a empresa namibiana; as exportações de Angola estão limitadas à venda de pequenas quantidades de gado (Gonçalves, 1995).

4.1.5. Omusati – Namíbia

Como mostra a OnePlanetNations Online 2020, Omusati é uma das 14 regiões da Namíbia, está localizada no noroeste desta nação. A sua atividade principal é a agricultura, predominantemente o cultivo do painço de pérolas (mahangu), com um enorme potencial para a exploração desta atividade. Esta região é atravessada por um percurso de tronco que proporciona uma linha direta com as regiões adjacentes, bem como com o resto da nação. As vias comunais são de qualidade insuficiente. Os centros de saúde não estão devidamente equipados, apenas podem prestar serviços básicos; do mesmo modo, as escolas não estão adequadamente equipadas.

A região de Omusati é delimitada a norte pela província do Cunene, em Angola; no entanto, a nível nacional, os seus limites são, noroeste: Ohangwena; leste: Oshana; sul e oeste: Kunene, com o qual está relacionada, dada a circulação permanente de pessoas que transitam por esta região (One Planet Nations Online, 2020).

4.1.5. Okavango Oriental – Namíbia

O Okavango Oriental, resultante da divisão da antiga região do Okavango, é uma das 14 regiões da Namíbia, a sua capital é Rundu, com um enorme potencial agrícola para a nação, uma vez que a sua precipitação anual é superior à da maioria das regiões do país (Nakale, 2013). Mantém contacto constante com as comunidades vizinhas; os seus limites são: Norte: Quando Cubango em Angola; sul: Distrito Noroeste do Botsuana; este: Zambeze e sudoeste por Otjozondjupa y oeste: Kavangodel Oeste.

4.1.6. Okavango Ocidental – Namíbia

Representa hoje em dia para a Namíbia uma das 14 regiões do país, cuja capital é Nkurenkuru. Foi criada em 2013, quando houve a divisão com a Okavango do Leste. Diz respeito às comunidades que fazem parte das suas fronteiras: Norte: Província de Cuando Cubango em Angola, sul: Otjozondjupa, nordeste. Ohangwena e oeste: Oshikoto (Nakale, 2013).

4.1.7. Kaprivi, hoje Zambeze – Namíbia

Kaprivi, hoje Zambeze, está localizado na Namíbia, é um dos seus 14, que era o nome que tinha até 2013. O seu comprimento é de aproximadamente 450 km; a sul está o Botsuana, a norte Angola e Zâmbia; a oeste faz fronteira com a região do Kavango

Oriental. O seu capital é Katima Mulilo. Na bacia hidrográfica desta região está localizada no rio Cuando; no ponto mais oriental da região, juntam-se o rio Cuando com o rio Zambeze. Os distritos eleitorais em que esta região se encontra dividida são os seguintes: Kongola, Judea Lyaboloma, Linyanti, Sibinda, Katima Mulilo Rural, Katima Mulilo Urban, Kabe e Kabe South.

4.1.8. Kunene (Kaokoland) – Namíbia

O Kunene, também conhecido como Kaolandia, é também uma das 14 regiões da Namíbia, os seus principais habitantes pertencem ao grupo étnico Himba. Trata-se de um território árido, que limita a sua utilização para atividades agrícolas, com uma geografia montanhosa, de difícil acesso. Tem poucas infraestruturas. É considerada uma das regiões do Sul de África, com uma vida selvagem vasta e variada.

A maior cidade é Opuwo, com uma população de mais de 5.000 habitantes. O seu nome deve-se ao facto de o rio Kunene estar localizado no norte, fazendo fronteira com Angola. Os seus limites com: no norte com a província do Namibe e com a província do Cunene, ambas em Angola (Wikipedia, Região do Kunene, 2019). Dentro dos limites do país, os seus limites são: Nordeste: Omusati, oeste: Oshana, nordeste: Oshana, entre Oshana e Oshikoto, nordeste. Oshikoto, a leste de Oshikoto, leste: Otjozondjupa, sul: Erongo.

A este respeito, importa referir que os municípios fronteiriços das proclamações do sul de Angola (Nambibe, Cunene e Cuando Cubando) que fazem fronteira com as seis regiões da Namíbia são Namibe: É aqui que se situa Tombua (antigo Porto Alexandre); esta província faz uma fonte com a região de Kunene. Do mesmo modo, no Cunene: Ombadja, Namacune e Cuvelai; é de notar que esta província faz fronteira com as regiões do Kunene, Omusati e Ohangwena. Do lado do Cuando Cubango: Cuangar, Calai, Dirico e Rivungo; esta província limita com as regiões de Ohangwena, Okavango Ocidental, Okavango Oriental e Zambeze.

No lado Santa Clara – Namacunde, a extensão geográfica das zonas fronteiriças entre Angola e a Namíbia é de aproximadamente 10 km por 30 km no interior, pelo que foram calculados 300 km² por localidade.

Dentro da comuna de Chiedi encontram-se as seguintes áreas: A zona de travessia de Oshauhalua, no município de Chiedi (Marco 23), limítrofe com a população namibiana de Ondwi, tem 1093 habitantes; a densidade populacional é de 3,6 habitantes por km². Dispõe das seguintes infraestruturas sociais: Duas escolas primárias, uma em Onamaibi

e outra em Oheyoka, ambas construídas de raiz; existem também três comités de ação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Eenghuiyu / Onandao (Marco 24), localizada em Chiedi, na fronteira com Okuyaoufuko (Namíbia), tem 643 habitantes, a densidade populacional é de 2,1 pessoas por km².

Okapingwena (Marco 25), onde está localizado o comité de ação do MPLA, uma escola e um posto de saúde em Omulunga-wa-Shikongo está situado na comuna de Chiedi, fronteira com a Namíbia, com a população de Epinga, tem aproximadamente 2.733 habitantes, uma densidade populacional de 9,11 habitantes por km².

A zona de passagem de Eehonge (Marco 26), limítrofe de Eehonge (Namíbia), tem aproximadamente 341 habitantes, com uma densidade de 1,13 habitantes por km².

Zona de travessia de Ohakaonde II / Omalapapa (Marco 27), limítrofe de Omundaungilo, a sua população é de aproximadamente 1.789 habitantes, tem uma densidade de 5 habitantes por km², existe uma escola, um posto de saúde e um comité de ação do MPLA localizado em Enyombwi.

Chamado Marco 28, em Ohauwanga, tem uma densidade estimada de 234 habitantes, a densidade é de 0,78 habitantes por km²; faz fronteira com Ohamunhanga;

O Marco 29, está situado em Naimbungu, na fronteira com Onaimbungu; tem 191 habitantes e uma densidade de 0,63 habitantes por km².

Marco 30, situa-se em Naimbungu, município de Chiedi, tem cerca de 247 habitantes, faz fronteira com Oshikunde, a sua densidade populacional é de 0,82 habitantes por km². Tem uma escola primária em Hambongo Um comité de ação do MPLA

Marco 31, está localizado em Otokote, tem 99 habitantes; faz fronteira com Oshambada;

Marco 32, aldeia de Otokote, tem 127 habitantes e faz fronteira com Oshambada;

Marco 33, está localizado em Otyishola, a população estimada é de 223 habitantes, está localizado na Namíbia, na fronteira com Odila;

Mark 34, Otyishola II, tem 27 habitantes e faz fronteira com Odila (Ndinoulenga, 2015:1).

Do lado da Namacunde, estão:

1. Ounonge (Marco 16), com uma população estimada em 14.715 habitantes, a sua densidade populacional é de 49 habitantes por km², existem: Um posto policial; uma administração da população; um centro de saúde; 50 casas; uma comissão do MPLA.

2. Santa-Clara, (Marco 19.5), fronteira com Elao Nafidi, tem aproximadamente 25.489 habitantes, uma densidade populacional de 84 habitantes por km². Em termos de infraestruturas existem: administração da população; centro de saúde, duas escolas, esquadrão policial, uma comissão MPLA, porto, onze bancos.

3. Ehenge (Marco 22), tem aproximadamente 2.198 habitantes, a sua densidade populacional é de 7 habitantes por km², existem: 1 administração populacional, 1 centro de saúde, 1 escola, 1 esquadra de polícia e um comité de ação do MPLA.

4. Ofenda, com 673 habitantes, tem: 1 Escola do Segundo Ciclo; 1 Escola Primária; 1 Centro de Saúde; 1 Esquadra de Polícia (Ndinoulenga, 2015:2).

4.2. Paradigma epistemológico

Como referido na Introdução, o objeto de estudo desta tese de doutoramento refere-se à análise do microrregionalismo existente na fronteira sul de Angola, na perspetiva da integração regional. Para realizar a investigação, foi escolhida uma abordagem qualitativa, baseada em duas razões principais: as vantagens da sua aplicação e as possíveis dificuldades logísticas.

Além disso, é pertinente notar que a importância do paradigma qualitativo para a compreensão de fenómenos pouco estudados e altamente complexos envolvendo seres humanos ganhou terreno ao longo das últimas décadas. De acordo com os defensores desta perspetiva, os fenómenos podem ser melhor compreendidos no contexto em que ocorrem e do qual fazem parte, de forma integrada. O investigador captura o fenómeno em estudo do ponto de vista dos diferentes intervenientes (Godoy 1995; Países Baixos, 2006).

Entre as principais particularidades da investigação qualitativa, a localização natural da mesma, o significado e perspetivas das histórias contadas, bem como a sua compreensão (Parrilla, 2000) e a ênfase na compreensão do processo em que estas foram realizadas, interpretando papéis, políticas sociais, etc. (Ameigeiras, 2006; Flick, 2007; Sandin, 2003; Parrilla, 2000; Pujadas, 2002; Taylor e Bogdan, 2010; Valles, 1999).

A investigação qualitativa caracteriza-se, desde a sua origem, pela deslocação para o contexto natural onde as experiências ocorrem, onde as pessoas vivem e onde as situações podem ser recolhidas, ou seja, o investigador concentra-se em registar todos os momentos das situações vividas pelos participantes dentro da sua localização natural; no entanto, para tal, deve dissociar-se dos preconceitos e evitar contentar-se com as primeiras perceções.

No que respeita ao significado, perspetivas e compreensão das histórias contadas, o investigador deve descobrir e identificar o significado que os participantes atribuem aos acontecimentos e comportamentos, determinando como interpretam as situações e quais são as suas apreciações pessoais; por isso, deve descobrir e interpretar os acontecimentos, libertando-se de qualquer tipo de conceito ou indicador preconcebido (Moriña, 2003; Simons, 1996), a fim de perceber e compreender o que deve ser investigado a partir da sua essência (Sandoval, 1996). Para além destas características, é relevante mencionar autores como Taylor e Bogdan (2010), que assinalam as seguintes características como marcos principais na investigação qualitativa:

- É indutivo: uma vez que se concentra em encontrar e descobrir, em vez de verificar ou verificar.
- É holístico: porque o pesquisador vê as pessoas e grupos como um todo que engloba os processos de organização, funcionamento e significado; eles não estão fragmentados em variáveis.
- É interativo e reflexivo: porque os investigadores são sensíveis aos efeitos que causam nos participantes no seu estudo (Sandoval, 1996).
- É naturalista: como indicado acima, os investigadores concentram-se em conhecer as pessoas e as situações que lhes acontecem no seu contexto natural.
- Ele não tem ideias preconcebidas.
- É aberta: não exclui cenários ou visões na recolha de dados.
- Todas as perspetivas são válidas.
- É humanista: engloba o lado privado e pessoal das experiências, centrando-se nas perceções, conceções e significados dos protagonistas.

Um aspeto a salientar é que na investigação qualitativa a experiência subjetiva dos indivíduos na construção do mundo social tem uma importância significativa; a realidade é concebida como múltipla e divergente (Parrilla, 2000). Esta metodologia está empenhada na análise e estudo do mundo a partir da perspetiva dos participantes (Ameigeiras, 2006; Parrilla, 2000; Pujadas, 2002; Sandín, 2003; Taylor e Bogdan, 2010; Valles, 1999).

Assim, Miles e Huberman (1994a), sugerem que a investigação qualitativa deve ser realizada através de um contacto prolongado e intenso com o campo de estudo e os

protagonistas, permitindo assim ao investigador, o alcance de uma visão holística e a captação das percepções dos atores através de um processo de compreensão empática e suspensão ou quebra dos preconceitos anteriores (Rodríguez, Gil e García, 1996).

Em geral, pode dizer-se que, na abordagem qualitativa, a fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituído pelo investigador e o principal instrumento; a investigação está centrada nos locais do objeto em estudo. Existe um contacto direto entre o investigador e o objeto, ou com o contexto do objeto em estudo; presume-se que esse contacto é fundamental para uma melhor compreensão do objeto.

Outra característica deste tipo de abordagem é que os dados recolhidos são essencialmente descritivos e tendem a concentrar-se em processos, em detrimento dos resultados; a análise dos dados é feita de forma indutiva e o interesse é principalmente centrado na tentativa de compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências (Bogdan e Biklen, 1994).

A abordagem qualitativa tem, contudo, algumas desvantagens; em especial, a tendência para interpretar os resultados sob a influência do investigador e a impossibilidade de generalizar os resultados da análise de um caso particular. Estas limitações são ultrapassadas pela combinação de uma abordagem quantitativa, geralmente referida como uma abordagem mista. Para tal, foi necessário um trabalho intenso e exaustivo para estabelecer contacto com os principais agentes envolvidos no tema do microrregionalismo, a fim de cumprir esta exigência e os objetivos definidos no estudo, o que levou à utilização de uma abordagem privilegiada como método misto.

Sobre esta metodologia mista, Núñez (2017) diz que são estudos em que são utilizados métodos ou estratégias diferentes, combinando métodos qualitativos e quantitativos. É considerada uma metodologia emergente aplicável no domínio das ciências humanas, como é o caso da sociologia e da antropologia, mas com o passar do tempo generalizou-se a outras ciências sociais como a economia, a educação, as ciências da saúde, entre outras disciplinas. Baseia-se na utilização da triangulação, entendida como um procedimento múltiplo de convergência, corroboração e correspondência de resultados; este processo confere maior rigor científico às contribuições da investigação qualitativa (Muñoz, 2013).

A este respeito, Castro e Godino (2011), alargam esta abordagem indicando que a recolha de dados e a respetiva análise qualitativa e quantitativa oferece maiores oportunidades para a compreensão do problema, recorrendo a entrevistas e questionários,

como técnicas e instrumentos de recolha de informação, para integrar a informação em fases posteriores que contribuam para responder às perguntas da investigação.

Sobre as etapas do método misto de investigação, Hamui (2013), explica o seguinte:

- Localização e seleção da literatura necessária ao desenvolvimento da investigação, que para efeitos do presente foi constituída pela revisão da documentação científica relacionada com a questão do regionalismo e da integração regional. Esta fase foi realizada com o objetivo de dispor de uma referência informativa e teórica suficiente para apoiar o estudo e as suas conclusões.
- Desenvolvimento de estratégias de amostragem, a fim de dispor de atoreschaves suficientes para a aplicação de entrevistas e questionários destinados a cumprir a recolha da informação necessária; neste caso, para conhecer os problemas existentes relacionados com o microrregionalismo entre as fronteiras de Angola e da Namíbia.
- Recolha de informação de forma rigorosa para garantir a sua fiabilidade, o que implica o contacto com os principais intervenientes seleccionados, a aplicação de entrevistas e/ou questionários, bem como o registo das contribuições dos consultados.
- Análise e interpretação da informação, correspondente à organização dos dados recolhidos, após aplicação das técnicas e instrumentos seleccionados e administrados aos sujeitos participantes no processo; o seu processamento lógico e ordenado, atendendo a unidades temáticas, no caso da análise qualitativa, considerando as categorias e subcategorias; depois, para a análise quantitativa, a aplicação de programas estatísticos de análise. Em seguida, a interpretação e a obtenção de resultados, através da triangulação, para formular as conclusões a que o trabalho dá origem, de acordo com os objetivos inicialmente formulados.
- Escrita do relatório de investigação, que se confirma, neste caso de investigação, com a redação da tese de doutoramento, para a sua revisão e apresentação, a fim de se proceder à respetiva avaliação.

4.3. Estratégia de investigação utilizada no presente estudo

A perspetiva qualitativa pode ser aplicada através da execução de vários procedimentos. Godoy (1995) destaca três deles: a investigação documental, que reside no estudo de todo o material escrito, tanto áudio como visual; os estudos de caso, que consistem numa análise aprofundada de um “caso” (que pode ser uma situação, um fenómeno, um tema, etc.); e a etnografia, que consiste na descrição de uma cultura ou de um grupo.

Nesta investigação, foram utilizados os dois primeiros procedimentos. A análise documental foi utilizada para recolher dados que permitiram construir uma imagem das várias iniciativas regionais em curso na fronteira sul; e, por sua vez, o estudo de caso foi utilizado para recolher dados sobre iniciativas regionais especificamente destinadas à integração regional entre a Namíbia e Angola.

O método do estudo de caso é adequado e relevante para este trabalho, uma vez que um fenómeno foi analisado em profundidade e num contexto real, o que implica uma multiplicidade de perspetivas. Os estudos de caso “contribuem para uma compreensão profunda e pormenorizada das interações e processos complexos da vida real. O que distingue os estudos de caso é o facto de serem holísticos, prestando especial atenção ao contexto e ao enquadramento” (Comissão Europeia, 2004a, p. 1).

Os estudos de caso são utilizados para obter uma compreensão aprofundada de uma situação e do seu significado para os envolvidos; centrando-se no processo e não no produto, no contexto e não numa variável específica, na descoberta e não na confirmação. Os estudos de caso são descrições e análises intensivas de unidades simples ou sistemas delimitados (Smith, 1978) como um indivíduo, um programa, um evento, um grupo, uma intervenção ou uma comunidade.

A característica que define mais claramente o estudo de caso é o tema, ou seja, o “caso” (Merriam, 1998). Smith (1978), define o caso como um sistema delimitado; enquanto a Stake (1994) acrescenta que o caso é um sistema integrado; consequentemente, poder-se-ia assumir que o caso é uma entidade simples, uma unidade em torno da qual existem limites (Merriam, 1998). Miles e Huberman (1994b), por outro lado, indicam que o caso é um tipo de fenómeno que ocorre num contexto delimitado.

Para Cronbach (1975), a estratégia do estudo de caso baseia-se na interpretação do fenómeno no contexto em que ocorre, centrando-se em descrições e explicações holísticas; é um processo que visa descrever, analisar e interpretar uma entidade em termos qualitativos, complexos e abrangentes (Wilson, 1979). Além disso, as

características especiais do estudo de caso são que ele é particularista, descritivo e heurístico.

Segundo Canedo (2009), o estudo de caso é particularista porque se concentra numa situação, evento ou fenómeno específico; o caso em si é importante, graças ao que revela sobre o fenómeno e o que representa. É descritivo, uma vez que o produto final é uma descrição rica e densa do fenómeno em estudo; inclui tantas variáveis quanto possível e retrata as suas interações, geralmente ao longo de um período de tempo. E, finalmente, é heurístico, porque facilita a compreensão do fenómeno em estudo pelo investigador, o que pode favorecer a descoberta de novos significados, alargar a experiência do investigador ou confirmar o que já é conhecido.

Inicialmente, estimou-se que seriam comparados três estudos de casos, cada um representando uma província diferente: Namibe, Cunene e Cuando Cubango. Contudo, dado que a fronteira sul de Angola se estende por cerca de 1.400 quilómetros na direção oeste-leste e devido às consideráveis dificuldades logísticas a ela associadas, a investigação limitou-se aos microrregionalismo em curso na província do Cunene. A escolha da província do Cunene justifica-se pelo facto de o investigador aí viver e trabalhar, o que minimizou os custos adicionais de viagem, alimentação e alojamento.

Por outro lado, vale a pena referir que, dado o carácter misto do método utilizado na investigação, se lhe acrescenta um processo de trabalho *in situ*, através da consulta dos sujeitos residentes na região sul de Angola, na Província do Cunene e em Oshikango (Namíbia). Isto envolveu a seleção de atores chave relacionados com a atividade económica e comercial na região, membros de organismos oficiais e não oficiais de ambos os lados da fronteira, bem como trabalhadores e habitantes da região, a fim de recolher informação suficiente e fiável, rigorosa e sistematicamente, para a interpretar de acordo com as finalidades e objetivos da investigação.

Além disso, a fim de cumprir a estratégia de análise quantitativa, foram recolhidas informações de um certo número de pessoas para análise e para dispor de uma referência suficientemente fiável para descrever a realidade do microrregionalismo existente no sector escolhido para o desenvolvimento do estudo. Tendo em conta tanto a informação qualitativa como quantitativa, foram cumpridos os objetivos da tese de doutoramento em termos de análise do regionalismo transfronteiriço: Cunene (Angola) e Oshikango (Namíbia).

4.4. Características da amostra

A amostra utilizada baseia-se numa escolha aleatória de agentes económicos, comerciantes de ambos os lados, funcionários de instituições fronteiriças e outros utilizadores do espaço transfronteiriço, construída através de contactos informais e de um sistema “bola de neve” em que inquiridos e entrevistados vão sucessivamente fornecendo sugestões de pessoas interessantes e relevantes para as entrevistas/questionários.

Por outro lado, recorre também a uma amostra baseada em critérios específicos – como sejam chefes de instituições e organismos oficiais – que foi constituída através da seleção préviade instituições públicas e privadas envolvidas nas dinâmicas regionais e com atividades na fronteira.

Esta seleção justificou-se pela necessidade de conhecer mais aprofundadamente as estruturas organizacionais, as dependências das instituições de controlo na fronteira, as ações levadas a cabo para minimizar as atividades ilegais, as políticas de controlo, os projetos comerciais, o emprego a nível regional, a cobrança de impostos, as operações das instituições financeiras e o seu funcionamento, entre outros.

Cada um dos questionários/guiões aplicados foi desenhado tendo em conta as características dos inquiridos. No geral, referiam-se a questões comuns relativas à fronteira e à região, mas em relação a determinados tipos de entrevistados foram aprofundadas questões específicas.

Questionário 1, dirigido aos funcionários responsáveis pelos organismos públicos localizados na fronteira.

Questionário 2, aplicado aos funcionários responsáveis pela instituição que controla a fronteira.

Questionário 3, dirigido a agentes económicos oficiais, instituições financeiras, bancos comerciais e casas de câmbio.

Questionário 4, dirigido a despachantes, transitários, oficiais de alfândegas.

Questionário 5, respondido por kinguileiros (cambistas informais).

Questionário 6, aplicado aos transportadores (não oficiais): motoqueiros(moto-táxis), guias, roboteirios (transportadores com carrinho-de-mão), entre outros.

Questionário 7, dirigido a autoridades tradicionais e pessoas familiarizadas (fontes orais) com a região sul de Angola e norte da Namíbia há longa data.

Do total de questionários realizados, alguns não puderam ser utilizados devido ao facto de não terem sido integralmente preenchidos, ou seja, não conterem informação

sobre mais de 50% das perguntas. Nestes casos, foi decidido não os contar para efeitos do estudo.

Em relação às características gerais dos entrevistados há a salientar que são na sua maioria homens – apenas 60 mulheres – com idades compreendidas entre os 16 e os 81 anos. Quanto às qualificações/educação, estas são tão diversas que vão desde indivíduos com formação básica a outros com formação académica superior.

Deste modo, segue-se uma desagregação da análise dos diferentes questionários aplicados nesta investigação, alguns dos quais foram analisados qualitativamente e outros quantitativamente (utilizando o programa estatístico SPSS, já mencionado).

Em primeiro lugar, antes de entrar na análise de cada instrumento, é apresentada a caracterização da amostra (Quadro 0.1).

Quadro 0.1 – Distribuição dos inquiridos (Angola-Namíbia) por género, segundo o país

Sexo	Angola		Namíbia		Total	
	N	%	N	%	N	%
F	48	45,3	12	41,4	60	44,4
M	58	54,7	17	58,6	75	55,6
Total	106	100	29	100	135	100

Este quadro mostra que 45,3% dos entrevistados do lado angolano são mulheres; por outro lado, 54,7% são homens. Para os consultados do lado namibiano, verificou-se que 41,4% são mulheres e 58,6% são homens.

Em suma, foram entrevistadas no total menos mulheres do que homens. Assim, 44,4 por cento são mulheres e 55,6 por cento são homens.

Quadro 0.2 – Medições de tendência central segundo idade (Angola – Namíbia)

Medida	Resultado
Média	31,5
Mediana	29
Moda	27

No anterior quadro de resultados (Quadro 0.2), em que são referidas as idades dos inquiridos tanto de Angola como da Namíbia, verificou-se que a idade média é de 31,5 anos, a idade que se repete com mais frequência ou moda é de 27 anos e a idade tendência central entre as idades superiores e as inferiores ou mediana é de 29 anos.

Quadro 0.3 – Distribuição dos inquiridos (Angola – Namíbia) segundo idade

Idade	Angola		Namíbia		Total	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 20 anos	5	4,7	0	0	5	3,7
20 a 39 anos	72	67,9	7	24,1	79	58,5
40 a 59 anos	20	18,8	21	72,4	41	30,3
60 anos ou mais	9	8,4	1	3,4	10	7,4
Total	106	100	29	100	135	100

No Quadro 0.3 mostra-se que, no caso dos entrevistados em Angola, predomina a faixa etária entre os 20 e os 39 anos (67,9%), seguida dos que têm entre 40 e 59 anos com 18,8%, 8,4% têm 60 anos ou mais e 4,7% têm menos de 20 anos.

No lado namibiano, 72,4% têm entre 40 e 59 anos; 24,1% têm entre 20 e 39 anos e os restantes 3,4% têm 60 anos ou mais.

Em relação à amostra total, 58,5% têm entre 20 e 39 anos de idade; 30,3% têm entre 40 e 59 anos de idade; 7,4% têm 60 anos ou mais; e 3,7% indicam que têm menos de 20 anos de idade.

Quadro 0.4 – Distribuição dos inquiridos (Angola-Namíbia) segundo a localização geográfica

Localidade geográfica	Angola		Namíbia		Total	
	N	%	N	%	N	%
Namacunde	7	6,6	0	0	7	5,1
Ondjiva	1	0,9	0	0	1	0,7

Santa Clara	98	92,4	0	0	98	72,5
Oshikango	0	0	29	100	29	21,4
Total	106	100	29	100	135	100

No que diz respeito à localização geográfica de origem da amostra, foi possível verificar do lado angolano que 92,4% são de Santa Clara, 6,6% de Namacunde e 0,9% de Ondjiva. No caso dos que vivem no lado namibiano da fronteira, 100% são originários de Oshikango (Quadro 0.4).

Em suma, verificou-se que 72,5% dos entrevistados são de Santa Clara, 21,4% de Oshikango, 5,1% de Namacunde e 0,7% de Namacunde (Quadro 0.4).

Quadro 0.5 – Distribuição dos inquiridos (Angola) por sexo segundo a atividade (Cargo/Função /Ocupação)

Atividade	F		M		Total	
	N	%	N	%	N	%
Militar	0	0	2	3,4	2	1,8
Vendedor ambulante - zungueiro	0	0	4	6,8	4	3,7
Polícia de fronteira	1	2,8	1	1,7	2	1,8
Vendedor na praça	1	2,8	0	0	1	0,9
Ancião	0	0	7	12	7	12
Despachante Autoridade tributária	2	4,1	1	1,7	3	2,8
Guia	0	0	1	1,7	1	0,9
Kinguileiro (cambista)	3	6,2	8	13,7	11	10,3

Moto-taxista	14	29,1	0	0	14	24,1
Roboteiro (estivador)	2	4,1	26	44,8	28	26,4
Subgerente	1	2,8	4	6,8	5	4,7
Transportadora	24	50	4	6,8	28	26,4
Total	48	100	58	100	106	100

Ao analisar os dados da amostra de investigação em termos de atividade, posição ou função, de acordo com o sexo, foi possível verificar que as mulheres predominam no trabalho como transportadores (50%), moto-taxista (29,1%) e como kinguileiro (6,2%). Por sua vez, os homens predominam em atividades como o Roboteiro (44,8%), kinguileiro (cambista, 13,7%), vendedor ambulante – zungueiro (6,8%), subgerente (6,8%) e transportador (6,8%). Estas são as profissões com maior predominância na amostra geral selecionada para efeitos de recolha de dados (Quadro 0.5).

No leque de inquiridos realizados em Angola, destaca-se a inclusão de elementos fundamentais para o fornecimento de informações sobre a fronteira e sobre a região como por exemplo responsáveis da Administração Geral tributaria (AGT), localizada em Ondjiva; elementos de graus superiores do Comando Geral da Polícia Nacional e da Defesa Civil localizados em Namacunde; assistentes comerciais, sub-gestores de bancos como o Banco BNI, Banco Sol, Banco BFA e Banco KEVE; despachantes oficiais das alfândegas; ou sobas, como o Soba de Epolo ou o Soba Omwandi, localizados em Namacunde.

No que diz respeito às características dos entrevistados do lado namibiano da fronteira, está disponível a tabela seguinte (Quadro 0.6).

Quadro 0.6 – Distribuição dos inquiridos (Namíbia) por sexo segundo a atividade

Atividade	F		M		Total	
	N	%	N	%	N	%
Agent	1	8,3	0	0	1	3,44
Assistant Store Manager	0	0	0	0	0	0
Banker	1	8,3	1	5,8	2	6,8

Bussines Woman /man	1	8,3	1	5,8	2	6,8
Changing	0	0	0	0	0	0
Clearing Agent/Merchant	0	0	1	5,8	1	3,4
Clearng Agent	1	8,3	1	5,8	2	6,8
Consultant	1	8,3	1	5,8	2	6,8
Cross Border Collector	1	8,3	0	0	1	3,4
Cusions Official	0	0	0	0	0	0
Director Manager	1	8,3	1	5,8	2	6,8
Engineer	0	0	0	0	0	0
Forex Clearic	1	8,3	1	5,8	2	6,8
Glass Cutting	0	0	0	0	0	0
Imigração	0	0	1	5,8	1	3,4
Import and Export	0	0	2	11,7	2	6,8
Import and Export, Wholesale and Retail	0	0	1	5,8	1	3,4
Manager	1	8,3	1	5,8	2	6,8
Service Advisor	0	0	4	23,5	4	13,7
Store Manager	2	16,6	1	5,8	3	10,3
Style Manager	1	8,3	0	0	1	3,4
Total	12	100	17	100	29	100

Do lado namibiano, é de salientar que os entrevistados ocupam cargos ou desempenham funções como Gestor de Loja (16,6%), Gestor de Estilo (8,3%), Clearic Forex (8,3%), Gestor Diretor (8,3%), Agente (8,3%), Mulher de Negócios (8,3%), Gestor Diretor (8,3%).

Os homens, em contrapartida, desempenham funções de gestão (23,5), Importação e Exportação (11,7%), Imigração (5,8). As restantes percentagens estão distribuídas de forma quase equitativa entre outras posições e funções.

4.5. Entrevista com os participantes

De acordo com os objetivos específicos propostos nesta investigação, o estudo de caso foi realizado com base na recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas, organizadas em formato de questionário ou guião, aplicadas a um grupo de intervenientes estatais e não estatais na província do Cunene.

A amostragem foi seletiva, julgadora ou intencional, porque o interesse fundamental não era a medição, mas a compreensão dos fenómenos e processos sociais em toda a sua complexidade. Para tal, foram colocadas uma série de questões que giram em torno do significado que estas têm para os sujeitos protagonistas, tendo em consideração a importância primordial do lugar que os participantes ocupam no contexto social, cultural e histórico do qual fazem parte.

Em termos de dimensão da amostra, a literatura não estipula um número exato de inquiridos para a representatividade, ou como afirma Ruquoy (2011), os estudos qualitativos não questionam um número limitado de participantes, pelo que a questão da representatividade no sentido estatístico do termo não se coloca. O critério que determina o valor da amostra é a sua adaptação aos objetivos da investigação, tendo como princípio a diversificação dos temas entrevistados, tendo especial cuidado para que nenhuma situação ou informação importante seja descurada.

De facto, na investigação qualitativa, a dimensão da amostra não é decisiva, mas sim a riqueza dos dados fornecidos pelos participantes e a capacidade de observação e análise do investigador. Sob esta premissa, o autor deste trabalho de doutorado, investigado por sugestão de Mayán (2009), até o momento em que considerou poder dizer algo importante e novo sobre o fenómeno que o ocupava.

Assim, foram aplicados um total de cento e trinta e cinco (135) questionários ao estudo das principais infraestruturas e atividades realizadas nas proximidades da fronteira sul de Angola (a cidade de Santa Clara em Angola) e em Oshikango (do lado namibiano); especificamente, foram aplicados cento e seis (106) questionários em Angola e vinte e nove (29) na Namíbia.

No total, foram concebidos sete (07) diferentes formatos ou roteiros de entrevista, como questionários, definidos por Muñoz (2019), como uma forma de perguntas referentes a um determinado tema de investigação; para tal, nesta tese de doutoramento, estas são dirigidas a diferentes atores envolvidos no fenómeno estudado:

- Questionário 1: foi dirigido aos representantes das instituições públicas e privadas existentes na fronteira sul de Angola; com quatro (04) perguntas. O objetivo deste questionário era saber quantas instituições operam na fronteira sul de Angola, em que tipo de atividades participam, bem como as políticas que adotaram para responder às necessidades da região fronteiriça; e se existe colaboração em diferentes áreas entre as instituições públicas e as outras.
- Questionário 2: foi respondido pelos chefes das instituições de controlo fronteiriço; com doze (12) perguntas. O objetivo era determinar as estruturas organizacionais destas instituições e a sua dependência dos organismos provinciais e centrais; há quanto tempo operam na fronteira sul de Angola e as mudanças significativas que têm sofrido até à data; as suas atividades de rotina e as suas principais limitações; a sua relação com outras instituições semelhantes na Namíbia que desenvolvem as mesmas atividades; as medidas que têm sido tomadas para mitigar as ações ilegais realizadas nesta região, bem como as políticas que têm sido desenvolvidas para as controlar; a contribuição dos governos locais e centrais no exercício das suas funções.

Igualmente, a atual política de modernização e registo da população residente para facilitar a sua mobilidade; projetos atrativos em termos de comércio, emprego e cobrança de receitas; políticas de inclusão da população residente e estatuto da população não residente, com referência ao equilíbrio de culturas e línguas; dados estatísticos sobre o acompanhamento dos residentes que se deslocam à Namíbia para formação.

- Questionário 3: para comerciantes, agentes económicos e financeiros, bancos comerciais e casas de câmbio oficiais; com (11) perguntas. Através deste questionário, foram investigados: a data de início das operações financeiras; as principais moedas utilizadas; o volume de depósitos, levantamentos e transferências da população residente e não residente; os benefícios e limitações do acordo de conversão cambial assinado entre o Banco Nacional de Angola e o Banco Central da Namíbia em 18 de Junho de 2015, bem como os clientes que recorrem à instituição e o impacto da taxa de câmbio; as condições para garantir este acordo; a avaliação sobre o comércio ilegal de moeda estrangeira e a posição institucional face a tal situação.

- Questionário 4: para agentes comerciais e expedidores oficiais (comerciantes, homens de negócios e similares); com oito (08) perguntas Com ele, foram investigados os seguintes aspetos: o momento das operações comerciais; as transformações verificadas na zona fronteiriça; o mercado que apoia a importação de produtos; a posição antes do acordo cambial e o seu impacto; a contribuição individual para o crescimento económico da região e da província em geral; as dificuldades no exercício das atividades.
- Questionário 5: para os kinguileiros; com nove (09) questões destinadas a determinar: o tempo na atividade comercial; a instituição que fornece divisas; os principais clientes; como é gerida a ilegalidade da sua situação; as alterações na atividade devido ao acordo de câmbio; os riscos deste tipo de comércio; a posição pessoal em relação ao mesmo.
- Questionário 6: para⁷⁶ roboteiros/ambulantes e pessoas que exercem a atividade de transporte artesanal (ilegal) na fronteira; com dez (10) perguntas. O objetivo deste questionário era saber há quanto tempo trabalham nesta área; as razões que justificam a sua atividade; chegadas e partidas diárias; principais clientes; alterações no comércio transfronteiriço e nas divisas; satisfação com a atividade; perceção dos riscos; posição relativamente ao abandono deste tipo de comércio; dificuldades na realização destas atividades ilegais.
- Questionário 7: para as autoridades tradicionais e conhecedoras da evolução da história da fronteira de Santa Clara; com treze (13) perguntas O objetivo era utilizar este instrumento para conhecer a dinâmica da fronteira Santa Clara - Oshikango; os documentos necessários à passagem com a Namíbia; as transformações sociais e comerciais na fronteira; o modo de sobrevivência da comunidade local; as características da coexistência entre as comunidades da região; as condições de troca de bens e serviços; as particularidades da mobilidade das pessoas entre Angola e a Namíbia; os benefícios e restrições do acordo de conversão cambial; as oportunidades de emprego local; os riscos enfrentados pelos residentes; a situação escolar dos menores; as recomendações sobre políticas públicas em benefício das comunidades transfronteiriças.

⁷⁶ Pessoas que transportam mercadorias ou materiais empurrando um veículo, geralmente de madeira, com apenas uma roda (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2019)

4.6. Conceção metodológica da investigação

Quando se faz referência a métodos ou estratégias de investigação, pode afirmar-se que uma das particularidades da investigação qualitativa é a diversidade de estratégias que nela são implantadas, em função dos pressupostos teóricos e das formas de percepção da realidade nas diferentes tradições (Branda e Pereira, sem data). A investigação qualitativa é, portanto, multimetódica; nas palavras de Patton (2002, p. 272), “não é, portanto, uma abordagem monolítica, mas um esplêndido e variado mosaico de perspectivas de investigação”.

A este respeito, foi concebido um plano de investigação, constituído por quatro grandes fases: a primeira, relativa à conceção dos instrumentos de recolha e tratamento de dados; a segunda fase, correspondente à realização dos trabalhos de campo; a terceira, ligada à análise e tratamento dos dados; e, por último, a quarta fase, associada à apresentação dos resultados:

- A primeira fase consistiu na investigação de fontes e estudos que permitiram identificar os principais indicadores a seguir nos guiões e instrumentos de recolha de dados; adaptar os indicadores utilizados noutras investigações ao objeto de estudo. Além disso, foi incluída a compilação de uma lista de potenciais intervenientes a contactar durante a recolha de dados na província do Cunene. Estes agentes foram subdivididos em duas (02) categorias: agentes estatais e agentes não estatais. Na primeira categoria, foram incluídos representantes do governo da província, tais como a administração local, os serviços aduaneiros e o serviço de migração. O segundo grupo abrange um leque mais vasto de intervenientes, incluindo empregadores (formais e informais), sindicatos e autoridades tradicionais. As atividades que se seguem limitam-se a esta fase:

- 1.2. Revisão e pesquisa de literatura especializada. Incluiu a investigação de todos os postulados que alimentaram o quadro teórico, bem como o levantamento de textos sobre regionalismo em zonas fronteiriças, especificamente nas províncias do sul de Angola e nas regiões do norte da Namíbia. Para tal, pesquisámos bases de dados de revistas indexadas e com informação sobre publicações académicas, bem como a utilização de motores de busca (como o Google Scholar e o Google Books).

Algumas dificuldades surgiram nesta tarefa, associadas ao facto de o investigador residir em Angola, onde o acesso à Internet não é contínuo, o processamento em linha é mais lento e os centros de documentação e bibliotecas não estão equipados com documentação especializada. Devido a esta situação desfavorável, o autor deste artigo teve de ter os seus próprios recursos financeiros para adquirir literatura no estrangeiro (o que implicou um considerável período de espera) e subscrever bases de dados para descarregar artigos de revistas científicas.

1.3. Recolha de informações sobre iniciativas de integração regional na fronteira sul de Angola. Devido à falta de informação organizada e acessível ao público sobre iniciativas de regionalismo a nível microeconómico, foram passados aproximadamente seis meses a pesquisar dados sobre legislação, portais de notícias (por exemplo, Angop) e contactos informais para desenvolver um enquadramento para este tópico. Se, por um lado, o facto de o investigador ter vivido e trabalhado numa das províncias do sul de Angola facilitou a observação de iniciativas *in situ*⁷⁷, por outro, o acesso às fontes foi difícil, uma vez que não existe uma cultura de partilha “espontânea” de informação. Em regra, só após várias tentativas é que os “guardiões” da informação concordam em partilhá-la com pessoas da mesma área.

1.3.1. Desenvolvimento de instrumentos de recolha de dados. Uma vez estabelecido o quadro teórico, os guiões das entrevistas foram estruturados, sob a forma de questionários, dirigidos a representantes do governo, sindicatos, trabalhadores da área, entre outros, de acordo com o sector, atividade ou ator chave a entrevistar, que foram constituídos como sujeitos do estudo. Estes questionários foram depois testados antes da sua aplicação, selecionando um tema de cada um dos grupos a entrevistar e realizando uma entrevista piloto para determinar possíveis lacunas, erros e mal-entendidos, a fim de refinar os guiões. Para além da estruturação das entrevistas, foram elaborados quadros de observação para captar o contexto, o comportamento e as interações que tiveram lugar nos municípios da província do Cunene, situados na fronteira sul.

⁷⁷Em ciência, *in situ* significa a análise de um fenómeno exatamente no local e nas condições em que se desenvolve (sem se deslocar para um ambiente ou local especial e sem alterar as condições habituais ou naturais).

1.3.2. Palestras sobre o tema da investigação. Com o objetivo de fomentar a investigação, o autor deste trabalho participou em várias conferências sobre regionalismo em África, o que lhe permitiu investigar as abordagens mais atuais do objeto de estudo e estabelecer contactos para futuros intercâmbios.

- A segunda fase da investigação dizia respeito à execução dos trabalhos de campo. Foram realizadas entrevistas, sob a forma de questionários ou guiões de entrevista, com os atores acima mencionados e, ao mesmo tempo, foi efetuada uma observação direta dos comportamentos e interações nos territórios dos municípios limítrofes da fronteira internacional. Esta técnica de entrevista foi utilizada, graças à sua flexibilidade, elemento perfeitamente aplicável ao contexto de estudo, uma vez que incentivou o surgimento de temas importantes não incluídos no guião e/ou o aprofundamento de outros temas de interesse, mantendo sempre, o fio condutor do mesmo.

As entrevistas permitem recolher o máximo de informação; assim, "dados descritivos na própria língua do sujeito, o que permite ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a forma como os sujeitos interpretam aspetos do mundo" (Bogdan e Biklen, 1994, p. 134). Por seu lado, a utilização da técnica de observação direta facilita a captura dos fenómenos nos seus contextos de ocorrência natural (ou seja, no local e no momento atual).

Quando corretamente aplicada, esta técnica é útil para analisar o comportamento ou a interação espontânea de sujeitos que normalmente teriam dificuldade em fornecer informações fiáveis de outra forma. Para tal, é necessário construir um quadro de observação com indicadores adequados para obter dados cientificamente significativos. Esta observação deve ocorrer "despercebida" "para que a presença de um elemento externo não tenha uma influência direta nos fenómenos em estudo" (Comissão Europeia, 2004b, p.1). Como atividades, temos, nesta fase:

- Estabelecimento de contactos com os atores acima mencionados. Isto com o objetivo de acordar com os potenciais inquiridos a data da nomeação para a aplicação do questionário.
- Implementação da aplicação de guiões de entrevista, formato ou tipo de questionário, e aplicação da técnica de observação direta. Antes de realizar a

entrevista, foram apresentados ao participante os objetivos do estudo, bem como a duração estimada para responder às perguntas em questão. Além disso, foi garantido o anonimato, o cuidado e o tratamento rigoroso da informação fornecida. Para que o investigador omitisse o processo correspondente à realização do registo escrito e prestasse a máxima atenção ao entrevistado e ao meio envolvente, em cada caso, o entrevistado foi consultado sobre a possibilidade de gravar a entrevista.

Além disso, as características do tráfego ao longo da fronteira e o comportamento dos sujeitos, bem como as interações nos territórios fronteiriços, foram diretamente observados.

- A terceira fase estava relacionada com o tratamento e análise dos dados. Foi elaborado um quadro para a análise do conteúdo das entrevistas e observações. Esta informação foi organizada e sistematizada, com o objetivo de obter elementos (tópicos, no caso específico), “suficientemente constantes, evidentes e homogêneos para estabelecer um inventário” (Janeira, 1972, p. 372), que foram utilizados individualmente de acordo com as necessidades levantadas na redação da presente tese de doutoramento.

Esta organização e sistematização dos dados recolhidos durante a pesquisa de campo, em combinação com as informações recolhidas na pesquisa documental, teve como objetivo último permitir a descrição das iniciativas regionais em vigor nas províncias limítrofes da fronteira sul, bem como gerar uma narrativa sobre a construção, reconfiguração e/ou desconstrução da fronteira sul e sua articulação com as iniciativas regionais em vigor na província do Cunene e as orientações da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A organização e processamento das entrevistas foi cuidadosamente realizada à mão.

A esta fase estão associadas as seguintes atividades:

- Processamento de dados. Para tal, primeiro foram transcritas as entrevistas e construídas tabelas de análise com os indicadores mais reveladores. Em seguida, os conteúdos da entrevista e da observação direta foram organizados de acordo

com a grelha de análise; isto facilitou a comparação das respostas dos vários participantes para identificar semelhanças e diferenças.

- Análise dos dados. Ao contrastar a informação obtida a partir da observação direta e da investigação documental, obteve-se uma visão mais integrada do objeto em estudo para a geração de postulados teóricos com base nas hipóteses inicialmente apresentadas. Foi concebido um modelo de análise que facilitou o aprofundamento do conhecimento das relações entre Angola e a Namíbia; especificamente, as que surgem na fronteira entre os dois países, uma área com potencial para uma microrregião (informal). Este modelo foi centrado na descrição dos aspetos políticos, económicos e sociais que caracterizam as relações entre estes dois países africanos, com base nas premissas e perspetivas delineadas no quadro teórico.

Nesta fase, foi também realizada a análise qualitativa, que consistiu numa síntese dos resultados obtidos através da utilização dos questionários de entrevista 1, 2, 3, 4 e 7, a fim de encontrar os aspetos essenciais que contribuíram para o esclarecimento dos problemas detetados. Da mesma forma, procedemos à organização das questões colocadas a cada interveniente-chave envolvido neste estudo, numa sequência lógica.

Por outro lado, para os questionários 5 e 6, foi feita uma análise quantitativa utilizando o Programa Estatístico das Ciências Sociais (SPSS 20); a sua utilização facilitou a categorização das respostas oferecidas nos questionários; o tipo de análise foi uni-variada, através do cálculo das frequências absolutas e da análise percentual; esta informação foi apresentada em tabelas de distribuição de frequências; depois a interpretação foi feita de acordo com os resultados obtidos.

- A quarta fase, referente à apresentação dos resultados obtidos a partir da análise dos dados, serviu de base para a elaboração dos capítulos relacionados com o trabalho empírico e foram interpretados tendo em conta o quadro teórico de referência da tese. Estão incluídos nesta fase como atividades específicas:
 - a) Escrever o corpo da tese. Isto foi feito após a discussão e aprovação da estrutura com o orientador académico deste trabalho de Doutoramento.

b) Divulgação dos resultados. Após tratamento e análise dos dados, o investigador enviou propostas para conferências e reuniões acadêmicas, a fim de receber feedback dos seus pares sobre o trabalho e avaliar a sua possível publicação.

4.7. A fiabilidade da investigação

Considerando que a perspetiva metodológica utilizada neste estudo tem sido a qualitativa, descreve-se a seguir como foi determinada a fiabilidade da investigação.

O paradigma qualitativo estabelece o valor da verdade, através da credibilidade; da aplicabilidade, através da transferibilidade; da coerência, em relação à dependência; e da neutralidade, sujeita a confirmação (Denzin e Lincoln, 1994; Guba e Lincoln, 1994). O objetivo da credibilidade é demonstrar que a investigação foi realizada de forma relevante, com a garantia de que o assunto foi corretamente identificado e descrito.

As estratégias utilizadas para assegurar a credibilidade incluíram a observação persistente, o trabalho prolongado no local da investigação, a triangulação da informação, o julgamento crítico por parte dos colegas, a recolha de material de referência e verificações com os intervenientes participantes.

No que diz respeito à transferibilidade, trata-se da medida em que as conclusões de um estudo podem ser aplicadas a outros, da possibilidade de aplicar os resultados noutros contextos. No entanto, a transferibilidade de um estudo para outro depende mais do investigador transferido do que do investigador original. Em geral, foram utilizadas as seguintes estratégias para alcançar a transferibilidade: amostragem teórica, descrições densas do trabalho de campo, recolha de um manancial de informação com a presença ativa do investigador como parte do processo.

A dependência da investigação está ligada ao grau de repetição dos resultados, se a investigação fosse replicada; esta é uma limitação importante a considerar em qualquer estudo qualitativo, uma vez que é impossível replicar pessoas, lugares e acontecimentos sob este paradigma.

Para garantir o cumprimento do critério de dependência, foi útil estabelecer pistas de revisão (identificação do estatuto e do papel do investigador, descrições detalhadas dos informadores, identificação e descrição das técnicas de análise e obtenção de informação, delimitação do contexto físico, social e interpessoal), a auditoria da dependência, a replicação passo a passo:

- Rastreios de revisão onde as fontes de dados, os processos de análise e os esquemas de codificação podem ser replicados.
- Auditoria da unidade, em que o processo de controlo seguido pelo investigador foi examinado por peritos externos que determinaram se os processos de investigação seguidos eram aceitáveis.
- Replicação passo a passo, que consistiu em rever os procedimentos seguidos com as circunstâncias específicas do contexto e dos fenómenos estudados.

Finalmente, a confirmação consistiu em verificar a informação, interpretar os significados e gerar conclusões. Em geral, são utilizadas estratégias tais como: auditoria de confirmação, descritores de baixa inferência, verificações com os participantes, recolha de dados mecânicos, triangulação, exercício de reflexão para garantir a confirmação. Neste estudo, a triangulação foi utilizada principalmente. Segundo Jick (1979), a triangulação é a utilização de múltiplos pontos de referência para interpretar dados; o que permite esta recorrência a técnicas heterogéneas é o desenvolvimento de um método de verificação cruzada. Ou seja, um controlo interno da investigação onde a fragilidade de cada método individual é compensada, uma vez que cada um deles comporta preconceitos e fraquezas que são neutralizados pelas potencialidades dos outros.

Por outro lado, cada um dos caminhos metodológicos postos em marcha pressupõe que algumas técnicas captam aspetos da realidade, o que as outras não são capazes de fazer. É uma ótica holística e complexa onde o pressuposto básico é que com este repertório de métodos que emergem das dimensões mais profundas orientados para enriquecer a explicação dos dados empíricos no decurso da criação teórica. Neste estudo, foi também utilizada a estratégia do exercício de reflexão, dando a conhecer explicitamente os pressupostos epistemológicos subjacentes que levaram o autor a propor e orientar a investigação, cujas fases metodológicas foram descritas em pormenor.

4.8. Procedimentos de recolha de dados

Após a pesquisa bibliográfica, seguiu-se a recolha de dados, que foi constantemente relacionada aos objectivos previamente estabelecidos, pois conforme Cervo citado em Marconi & Lakatos (2007, p.43) “os objectivos podem definir o material a recolha, o tipo de problema e a natureza do trabalho”.

Para tal, num primeiro momento, procedeu-se a uma exploração documental da legislação, dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento a longo prazo das províncias da fronteira sul de Angola e norte da Namíbia . Revisitou-se Acordo da União Aduaneira da África Meridional (SACU) de 2002, Acordo de conversão de moeda entre Angola e Namíbia o documento do Banco Nacional de Angola (BNA) de 2018) de Política monetária , tratado da Comissão do Golfo da Guiné entre outros.

Deste maneira, a pesquisa de fontes documentais foi crucial pelo facto de serem primárias e não ter interpretação de nenhum autor. Num Segundo momento, procedeu-se a uma revisão bibliográfica sobre o regionalismo transfronteiriço no continente africano e em Angola em particular, recorrendo à documentação disponível em várias bibliotecas, mormente do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), da Biblioteca Nacional de Luanda, da Universidade Katiavala Buila (UKB), da Universidade Nova de Lisboa, e da Universidade da Namíbia (UNAM). Finalmente, a pesquisa foi efetuada no campo de pesquisa ora mencionado com a recolha de dados a partir do inquérito aos intervenientes selecionados.

Do mesmo modo, para se definir o instrumento de pesquisa, levou-se em conta os desígnios metodológicos delimitados por Rosa (2008, p. 16) quanto à “complexidade do tema que reside num profundo conhecimento do pesquisador, a definição dos objectivos contidos no problema e a capacidade de explicação do referencial teórico”.

Assim sendo, a construção dos instrumentos adotados para esta tese estão em correspondência com os objetivos do estudo que ajudou a responder o problema. Como pré-requisitos essenciais a autora defende que qualquer medida de recolha de dados deve atender a dois requisitos essenciais: “*confiabilidade e validade.*” A confiabilidade de um instrumento de medição se refere “ao grau que a sua aplicação repetida para mesmo assunto ou objecto, produz os mesmos resultados”.

4.8.1. Instrumentos e processo de recolha de dados

Para recolha de dados foram utilizados instrumentos fundamentais da pesquisa em ciências sociais, tais como o questionário e guião de entrevistas. A recolha de dados foi feita essencialmente através da realização de entrevistas, para as quais foi desenvolvido um guião e questionários, aplicados quer pelo investigador quer por colaboradores. Em relação aos questionários (Anexo A: Questionários 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7), foram elaborados previamente ao trabalho de terreno, sendo construídos em função dos principais atores a entrevistar:

- Responsáveis das instituições públicas do Cunene (Angola) e Ohangwena (Namíbia);
- Diferentes atores da sociedade civil e residentes em Ondjiva e Namacunde (Angola) e em Oshikango (Namíbia).

A seleção deste tipo de entrevistados justifica-se porque trabalham em instituições públicas na fronteira, em Postos de controlo de fronteiras, instituições económicas e financeiras ou casas de câmbio, funcionários aduaneiros e despachantes, assim como em autoridades tradicionais de ambos os lados da fronteira. A utilização de inquéritos para recolha de informação junto destes atores kinguleiros e transportadores, guias, motoqueiros, roboteiros entre outros justifica-se por residirem na fronteira a mais de 5 anos.

Em relação aos guiões de entrevista, a pesquisa baseou-se num conjunto selecionado de questões colocadas sobretudo a responsáveis de instituições locais, na mesma linha das questões do questionário. Foram feitas entrevistas a este tipo de atores porque conhecer a realidade que se vive na região, em torno da fronteira, da política e da economia comum. Sendo mais abertas, as questões colocadas através desta metodologia permitiram maior flexibilidade nas respostas e, conseqüentemente, a recolha de informações mais abrangentes, para além das previstas pelo guião.

O processo inicial de recolha de informações baseou-se na utilização de documentação sobre a região. Neste passo, foram consultados mapas, acordos, legislação, relatórios, entre outra documentação. Esta etapa permitiu selecionar, antes da pesquisa no terreno, elementos de análise da região em estudo bem como a informação necessária a recolher no local.

A observação direta foi utilizada como uma técnica que permitiu compreender a dinâmica da passagem da fronteira entre os países envolvidos enquanto a realização de entrevistas e questionários permitiu recolher detalhes mais aprofundados sobre as dinâmicas regionais a diversos níveis

A recolha de dados através de inquérito e entrevistas foi feita através da aplicação de 135 questionários/guiões a atores institucionais diversos – instituições governamentais, empresas, associações – e também a atores selecionados da comunidade local, como sejam comerciantes e outros atores económicos. Os questionários foram distribuídos e aplicados em Ondjiva, Namacunde e Santa Clara (Angola) entre novembro de 2015 e janeiro de

2016. Do lado da República da Namíbia, em Oshikango, o processo de recolha de informação teve início em 7 de abril de 2016.

Note-se que na realização desta fase do inquérito, houve limitações para a recolha de dados devido quer à disponibilidade de alguns funcionários, tanto de entidades públicas como privadas, quer de agentes em áreas “sensíveis”. Por exemplo, dois chefes de kinguileiros (cambistas informais), considerados localmente os “proprietários” do mercado ilegal de conversão de moeda, foram relutantes em responder ao questionário. Para lidar com estas limitações, o investigador recorreu a contactos informais e à explicação clara dos objetivos do estudo e da informação a recolher. A prolongada permanência do pesquisador no ambiente do campo em estudo, as deslocações e estadias frequentes permitiram conquistar a confiança dos entrevistados e a realização de um número bastante satisfatório de questionários.

Tendo em conta, contudo, que nem sempre a informação recolhida foi completa e que subsistiram ainda muitas resistências da parte do inquiridos e entrevistados para fornecer todos os dados solicitados, a pesquisa envolveu uma triangulação de dados que permitiu ao pesquisador, por exemplo, fazer uma comparação das instituições de um e do outro lado da fronteira comum através da confrontação dos dados recolhidos no terreno, a literatura e a documentação. Esta técnica surge no estudo pioneiro de Campbell & Fiske (1959) e desenvolvido por Denzin (1978) e Patton (1990) como técnica usada para se referir ao uso de mais de uma fonte de recolha de dados para apoiar as conclusões do investigador e aumentar a confiança dos resultados obtidos.

4.8.2. Estudo piloto e questões éticas

Importa realçar que, antes de apurar o questionário e o o guião da entrevista para a validação do mesmo, aplicou-se um pré-teste que, entretanto, não obedeceu a um tratamento estatístico propriamente dito, para se obter informações com maior clareza das perguntas formuladas e, de acordo com os objetivos pretendidos com as mesmas, ou seja, avaliar o grau da complexidade das questões, os pontos fracos das mesmas, a quantidade de perguntas para responder, o tempo necessário ao inquirido para respondê-las.

Assim, os participantes do pré-questionário, aplicado a 10 kinguilas e 6 gestores bancários, 7 funcionários da alfândigas de Angola e da Namíbia e 10 motoristas. Importa realçar que estes não fizeram parte da amostra para melhor imparcialidade.

Portanto, foi possível planificar os procedimentos a serem adoptados e estimar o tempo necessário para a realização de todo o processo de recolha de informações. Após esta etapa, foi necessário efectuar alguns acertos e alteração de algumas perguntas bem como a eliminação de outras e tornar o instrumento mais preciso e compreensível para os inquiridos. A realização do pré-teste segundo Marconi e Lakatos (2007) reforça a necessidade da sua realização, a fim de localizar e corrigir possíveis falhas, inconsistências, ambiguidades, linguagem inacessível, complexidade ou perguntas supérfluas, verificando assim, a fidedignidade, validade e operatividade do questionário a ser respondido.

Sendo assim, para dar cumprimento aos objetivos estabelecidos na investigação, e respeitando as questões de ordem ética, a principal preocupação do investigador foi inquirir as pessoas de forma imparcial, natural e espontânea, na expectativa de se garantirem respostas reais durante o preenchimento do questionário e da entrevista.

Capítulo 5

Apresentação, análise e discussão dos resultados

Depois da recolha dos dados junto da microrregião que engloba o sul de Angola e o norte da Namíbia, na zona fronteiriça, fez-se a análise e interpretação dos resultados de modo, a analisar as dinâmicas de construção dos microrregionalismos na fronteira sul de Angola com vista à integração regional e à sua articulação com as macrorregiões que cobrem directamente essa área geográfica.

Foram efetuadas análises univariadas e bivariadas, de acordo com a natureza dos dados disponíveis e com os objetivos deste estudo. Portanto, o tratamento estatístico dos dados foi efetuado através da utilização do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e análise de conteúdo para as entrevistas.

5.1. Análise dos dados: tipos de ator e questões específicas

Para desenvolver a análise dos dados, o material recolhido foi sistematicamente organizado de modo a facilitar a sua compreensão, de acordo com os objetivos definidos na investigação. Depois, a informação recolhida foi analisada para aumentar a compreensão do fenómeno em estudo, o que envolveu a organização em unidades que poderiam ser facilmente manipuladas pelo investigador para depois definir padrões de coincidência e identificar os aspetos mais relevantes para a sua respetiva comunicação (Bogdan e Biklen, 1994: 205).

Para o efeito, tal como referido por Bogdan e Bliklen (1994) e por Bardin (2004) e Guerra (2006), foram tidas em conta orientações sobre a técnica ou conjunto de técnicas para transformar os dados recolhidos através da aplicação dos questionários num corpus de informação significativa a interpretar racionalmente.

É de referir que os questionários 1, 2, 3, 4 e 7 foram analisados de forma qualitativa, o que Bardin (2004) indica como sendo análise de conteúdo. A informação oferecida pelos atores chave que fazem a vida na zona fronteiriça do sul de Angola e norte da Namíbia foi interpretada através da descrição do conteúdo das mensagens, do estabelecimento de indicadores para fazer inferências em relação ao conhecimento sobre as condições de produção / receção e as variáveis inferidas oferecidas nas mensagens.

Assim, foi feita uma transcrição da informação fornecida nos questionários previamente identificados e de seguida foi feita uma leitura geral inicial para analisar e conhecer o texto, mas também para deixar as impressões e orientações sobre o fluxo de informação, que foi organizada de acordo com a sequência de cada uma das perguntas, para cada um dos questionários.

Bardin (2004), define esta fase como "leitura flutuante", em que o investigador se apropria gradualmente do conteúdo do texto, organizando as coincidências entre o documento analisado e as suas próprias notas, até que surjam as frases ou uma sequência de parágrafos, tal como fornecidos pelos inquiridos (Bogdan e Biklen, 1994: 233). Para efeitos dos questionários acima referidos, as unidades de análise foram de natureza semântica ou temática, uma vez que o significado da palavra ou palavras na mensagem foi tido como central.

Na fase de análise quantitativa, para os questionários 5 e 6, a análise dos dados foi orientada pela teoria de Bardin's Content Analysis (2006) e como ferramenta tecnológica de suporte ao software SPSS 20, o que levou à criação, codificação, edição e organização dos dados para cumprir os objetivos propostos. Assim, a informação foi classificada em categorias de análise, apresentada em tabelas de distribuição de frequências, sendo ainda extraídas percentagens. Foi preparada uma tabela para cada uma das questões em cada um dos questionários, que depois foram analisadas e interpretadas.

5.1.1. Análise entrevista 1: Funcionários responsáveis pelos organismos públicos localizados na fronteira sul de Angola e norte da Namíbia

Os respondentes a este questionário confirmaram que são responsáveis pela implementação de políticas na área do comércio formal em Angola e na Namíbia, pertencendo a agências que são responsáveis pela implementação de políticas relativas ao comércio formal e pela implementação dos aspetos legislativos do intercâmbio comercial.

Neste âmbito, observou-se a partir da entrevista realizada com a Administração Geral Tributária em Ondjiva, na província de Cunene, criada em abril de 2015, que são várias as instituições que operam na fronteira sul de Angola. Essas instituições exercem atividades como serviços de medicina veterinária, de saúde pública, segurança, gestão, despachantes e serviços laboratoriais.

Para o cumprimento das suas atividades, foi relatado que as instituições passaram a adaptar as suas políticas ao comércio regional, sobretudo aquelas que visam a facilitação do comércio formal, para fazer face às exigências da região fronteiriça. Foi observado

também, através dos dados obtidos junto à Administração Geral Tributária que há uma colaboração entre as instituições públicas e as restantes, em distintas áreas, através por exemplo da partilha conjunta de instalações, implementação da legislação e partilha de informações. Existe uma colaboração notória entre a instituição pública entrevistada e as outras instituições, nomeadamente através da oferta de cursos de formação e negócios rentáveis. Tal foi referido na entrevista, “oferecem cursos sobre negócios, administração, computadores e ciência”.

Em relação à entrevista realizada do lado namibiano, os inquiridos expressaram, em relação ao número de instituições que trabalham ao longo da fronteira, que existem três tipos de instituições, nomeadamente empresas, serviços postais entre Angola e a Namíbia, formação linguística e formação informática. No que diz respeito às políticas aplicadas por estas instituições, mencionaram oferecerem um serviço de qualidade com vista a melhorar os negócios e aumentar os lucros.

Relativamente à cooperação entre instituições públicas angolanas e namibianas, os entrevistados relataram que há negócios em conjunto, consulta de ideias sobre como evoluir com os negócios e a existência de trabalho comum entre o serviço aduaneiro e os Ministérios das Finanças.

Em suma, as entrevistas/questionário revelaram que existe uma região que não se caracteriza apenas por ter um espaço específico, onde existem conjuntos de circunstâncias geográficas, climáticas e culturais que unem ambos os lados da fronteira; ao mesmo tempo, portanto, dentro desta região, são as instituições que têm a responsabilidade de criar um trabalho comum marcado pela cooperação, colaboração e integração em prol da microrregião.

5.1.2. Análise da entrevista 2: Funcionários responsáveis pela instituição que controla a fronteira

Esta entrevista foi aplicado a funcionários do lado angolano da fronteira e funcionários do lado norte da Namíbia.

Do lado angolano, foi aplicado um questionário aos funcionários responsáveis pela instituição que controla a fronteira, tendo sido inquiridos o chefe de posto e o segundo chefe de comando, adstritos ao Ministério da Administração Interna e da Defesa Civil de Namacunde, província do Cunene. Ambos com mais de 45 anos de idade, são, portanto, funcionários de organizações governamentais dependentes de agências e delegações provinciais e centrais. No caso da Defesa Civil, a sua função é colaborar com a polícia na

deteção de violadores da lei e criminosos, nomeadamente aqueles que se dedicam a roubar gado e outros bens na fronteira. Promovem igualmente o controlo fiscal na zona fronteiriça. Estes organismos mantêm-se em funcionamento desde 1976, quando na altura foi criada a denominada Organização de Defesa Popular (ODP). Desde aí passaram depois a pertencer às tropas territoriais para recentemente se tornarem num grupo de vigilância sem porte de armas.

Nas repúblicas de Angola e da Namíbia, salientam os entrevistados, houve várias transformações em relação à reabertura das infraestruturas de comunicações e tecnologias de informação, entre outras. Entre as principais atividades realizadas pelas agências acima referidas ao longo da fronteira contam-se o controlo de entrada e saída de nacionais e estrangeiros e a vigilância a nível municipal. No caso da defesa civil, são responsáveis pelo controlo de atos irregulares, como roubos e furtos na fronteira, e pela vigilância do público em geral e dos importadores.

Os principais desafios referidos nas tarefas diárias ao longo da fronteira são as limitações resultantes da utilização ineficaz dos meios técnicos para o exercício das suas atividades. Referem também os baixos salários dos funcionários, a interferência com a polícia em ambos os lados da fronteira que afeta a aplicação da lei quando se trata de roubo de gado.

Os entrevistados referiram ainda que utilizam medidas de informação para que a polícia esteja ciente das ações que realizame possa aplicar a lei. No que respeita às orientações no seio da instituição em termos de controlar quaisquer violações que ocorram ao longo do posto fronteiriço, expressaram que mantêm um estado de alerta com todos os cidadãos residentes no município para informar as autoridades quando é, por exemplo, observada a presença de estranhos. Para o efeito, formam grupos de vigilância que fornecem as informações relevantes aos organismos competentes.

Sobre a forma como o governo local e central apoiou ou está a apoiar a sua instituição no desempenho das suas funções, foi salientado que existe um intercâmbio comum programa de desenvolvimento de infraestruturas sobre meios técnicos para melhorar o funcionamento de todos os organismos. Ao mesmo tempo, realizam ações de formação para os diferentes membros dos grupos de acompanhamento.

Assim, dado o grande número de atividades e o trânsito de pessoas residentes e não residentes que entram e saem no país, bem como de bens, as políticas existentes vão sobretudo no sentido da modernização e normalização (registo) da população residente. Estas visam proporcionar melhores serviços e facilidades, para uma mobilidade mais

eficiente e incluem instrumentos como o acordo bilateral entre Angola e a Namíbia de abril de 1996.

Ao solicitar informações aos entrevistados sobre o facto de a microrregião se ter tornado uma zona de promessas e oportunidades de intercâmbio, com um impacto positivo significativo no desenvolvimento da comunidade local e nos planos/projetos a realizar com a intenção de criar uma maior atratividade em termos de comércio/empresa, emprego e rendimento, foi salientado que o desenvolvimento das infraestruturas é relevante para um melhor controlo do comércio de uma forma prudente, promovendo o emprego e a implementação de políticas públicas de concorrência. Foi ainda indicado que para facilitar a comunicação entre grupos locais, nomeadamente para assegurar a vigilância local, deve haver controlo da população da fronteira do lado namibiano e da frota de transporte entre os dois países, num raio de 60 km (Quadro 0.1).

Quadro 0.1 – Extratos das entrevistas a organismos públicos e responsáveis das instituições que controlam a fronteira

Categories	Q1	Q2
1. Qual é a estrutura orgânica desta instituição do estado e qual a sua dependência em relação aos órgãos provinciais?	“A defesa civil na fronteira tem como missão ajudar a polícia a detetar os violadores e os marginais...”	“A fronteira desta instituição é orgânica, é o Ministério do Interior e a sua dependência...”
2. Há quanto tempo funciona este organismo na fronteira sul de Angola e quais as transformações notáveis até à data de hoje?	“Começou em 1976, chamava-se de ODP, depois passou para as tropas territoriais.”	“Estes organismos existem desde o acordo entre as duas partes...”
3. Sendo uma Instituição do Estado que exerce atividades na Fronteira Sul de Angola, quais são as principais atividades de rotina da vossa instituição?	“A defesa civil utiliza os grupos de vigilância para controlar todas as malícias nas fronteiras.”	“As principais atividades da nossa instituição é controlar as entradas e saídas de mercadorias estrangeiras.”

4. Quais os principais constrangimentos decorrentes das atividades que exerce junto da fronteira?	“Não têm salários, quando roubam o gado são interrompidos pelas plicas dos dois lados.”	“Fracos meios para os especialistas realizarem as suas atividades com gelo...”
5. Como tem sido a relação de intercâmbio das atividades que exerce junto das instituições namibianas que exercem as mesmas atividades?	“Existir boas relações principalmente quando ocorrem os rubos de gado.”	“Nunca tivemos problemas com as trocas de experiências.”
6. Com vista a manter o cumprimento e a legalidade da atividade exercida na fronteira sul de Angola, que medidas são postas em prática com vista a mitigar toda a ação ilegal exercida nesta região?	“Elabora-se uma informação à polícia para a tomada de medidas que se impõem.”	“As medidas a tomar.”
7. Dentro do plano diretor da instituição que dirige, que políticas foram traçadas para conter/controlar as infrações que ocorrem na fronteira sul de Angola?	“Formam-se grupos de vigilância em cada lugar que fornecem informações.”	“Políticas traçadas, ficar alerta, e que todos os cidadãos fiquem amigos do município para passar informações.”
8. Qual tem sido o contributo quer do Governo local quer do Governo central no exercício das tarefas por vocês levadas a cabo?	“Formação dos grupos de vigilância.”	“Contribuição do governo local e central...”
9. A sua atividade e experiência reconhecem o volume de entradas e saídas de pessoas residentes e não-residentes, e de mercadorias de comerciantes e importadores residentes e não-	“Existem casos em que alguém é cadastrado na Namíbia e em Angola.”	“Criar mais condições para que a população se sintam bem...”

<p>residentes. Qual é a política existente em termos de modernização e estandardização (cadastramento) da população residente, com vista a prestar os melhores serviços e facilidade na mobilidade destes, no que diz respeito à necessidade de travessia, baseando-se no acordo firmado entre Angola e Namíbia em abril de 1996 (Decreto n.º 4/98, de 03 de abril)?</p>		
<p>9.1. Antes, como funcionava o comércio transfronteiriço e a troca de divisas? O que é que mudou?</p>	<p>“Antes, o comércio era livre, não tinha moeda.”</p>	<p>“Fortes hoje, antes não tínhamos facilidade.”</p>
<p>10. No ponto de vista de vários especialistas em questões de Fronteiras, ela não serve apenas para exercer o poder de proibição ou controlo das violações que possam decorrer, mas trata-se de uma zona de oportunidades em termos de trocas e que tem influências significativas no desenvolvimento de uma comunidade. Neste contexto, quais são os planos/projetos estruturantes desenvolvidos com vista a criar uma maior</p>	<p>“Desde sempre houve trocas comerciais, a Namíbia fornece produtos diversos e a parte angolana igualmente.”</p>	<p>“Melhoramento de infraestruturas para melhor controlo.”</p>

atração em termos de comércio, emprego e arrecadação de receitas?		
11. Em termos de empregabilidade nesta instituição, qual é a política de inclusão da população residente com vista a assegurar e facilitar a comunicação? E, no que diz respeito à população não-residente, em termos de equilíbrio de culturas e línguas?	“Empregar os grupos de vigilância e os jovens locais para controlo de informações.”	
12. Qual tem sido a forma de controlo das populações residentes que recorrem à Namíbia (Oshikango) em busca de formação no raio de 30 Km ou mais? Existe um mapa estatístico com os referidos dados?	“Através de autorizações as pessoas têm sido controladas por registos.”	“A forma de controlo ao longo da fronteira.”

No que diz respeito às relações com os seus homólogos namibianos, elas foram objeto de uma avaliação positiva, referindo os entrevistados que efetuaram intercâmbios com instituições na Namíbia, tendo-se constatado que as relações, até à data, têm sido harmoniosas, sem quaisquer problemas. Entende-se, portanto, que têm havido boas relações de cooperação, principalmente quando se trata do controlo do roubo de gado.

Do lado da Namíbia, foram consultados três funcionários namibianos que trabalham na agência de logística e no Ministério das Finanças, com um tempo de trabalho que varia entre 10 e 26 anos. A respeito do funcionamento da fronteira, referiram que houve uma mudança com a instalação do novo sistema e que as suas relações com os seus parceiros angolanos são boas. Verificou-se que as políticas de ambos os governos estão de acordo com a modernização e normalização da população residente em ambos os países. Concordam também com os entrevistados em Angola relativamente à livre circulação da população local até 60 km em ambos os lados da fronteira.

Referiram ainda que houve mudanças recentes que afetaram a atividade na região fronteiriça, sobretudo relacionadas com as taxas de câmbio: antes as moedas tinham uma taxa estável, mas recentemente as variações do Kwanza são muito irregulares. Indicaram ainda ser necessário promover a formação linguística a nível regional a fim de assegurar a política de emprego para a população local. Por outro lado, foi possível saber que a população de Santa Clara frequentemente se muda para a Namíbia para estudar e realizar a sua formação académica, embora não exista informação estatística precisa sobre as pessoas que fazem este tipo de mudança para o outro lado da fronteira.

Nesta entrevista pode ver-se como, a partir dos atores sociais que fizeram parte desta investigação, se concentraram em especificar o esforço que foi feito para construir uma região, onde foram experimentadas transformações em torno da constituição de uma infraestrutura mais moderna que favorece o trânsito ao longo da zona fronteiriça, mas também em termos de comunicação, que tem sido parte da dinâmica regional que tem vindo a desenvolver-se nesta área; Assim, é notória a colaboração e cooperação das agências de ambos os lados da fronteira para resolver os problemas sociais e de segurança que afetam ambas as partes envolvidas; embora também seja notória a presença de limitações associadas à disponibilidade suficiente de meios técnicos, salários baixos, entre outros; apesar disso, o esforço que tem sido feito não é impercetível, embora os resultados não tenham cumprido suficientemente os acordos estabelecidos e que servem de apoio para responder à necessidade de criar uma microrregião neste setor.

5.1.3. Análise da entrevista 3: Agentes económicos oficiais, instituições financeiras, bancos comerciais, casas de câmbio.

Tanto em Angola como na Namíbia foram entrevistados igual número de agentes económicos oficiais, instituições financeiras, bancos comerciais e casas de câmbio, nomeadamente pessoas que exercem funções de assistentes comerciais, sub-gestores de bancos (como o Banco BMI, Banco Sol, Banco BFA e Banco KEVE), organizações financeiras com experiência de mais de cinco anos no desempenho das suas funções no posto fronteiriço de Santa Clara. Foram primeiramente questionados sobre as principais moedas utilizadas pelas suas instituições, dando como respostas o Kwanza, o dólar americano, o dólar namibiano, o rand sul-africano e o euro.

De acordo com as entrevistas, entre a população residente e não residente, o montante de depósitos, cobranças e transferências tem sido significativo. O volume de depósitos varia de 5.000.000 kz a 1.000.000 kz por mês a 500.000.000 kz por ano, de acordo com

as informações fornecidas. Desde o acordo financeiro bilateral entre o Banco Central da Namíbia e o Banco Nacional de Angola, de 18 de junho de 2015, as vantagens e desvantagens do tratado têm sido poucas, pois, há quem diga nas entrevistas que os reveses foram mais do que os benefícios.

Mesmo assim, há quem diga que houve um aumento das importações e recolha de impostos pela AGT das agências bancárias, casas de câmbio e bancos comerciais angolanos. No entanto, o mercado informal de câmbio (*kinguila*) tem crescido. Alguns dizem que tem beneficiado a população local e não apenas a compra de produtos em conjunto com a Namíbia.

Sobre a taxa de câmbio desde o acordo de conversão cambial, vários entrevistados declararam que inicialmente a taxa de câmbio era aceitável (10,8), mas depois houve uma perda no valor da moeda angolana, ou seja, o Kwanza tem vindo a depreciar-se. Em relação à forma como o câmbio de moeda estrangeira funcionava aquando do trabalho de campo, verificou-se que no passado eram utilizados cartões de crédito ou de débito, mas que hoje em dia as compras são feitas em Kwanzas nas lojas do país vizinho, fazendo um equivalente à taxa de câmbio. Há uns anos, o negócio de importação era intenso, havia muita moeda estrangeira nas casas de câmbio que circulava localmente antes de o cliente poder comprar moeda estrangeira no banco nacional. Atualmente, tem-se registado um défice em moeda estrangeira.

Quanto aos principais afetados, à luz do acordo de conversão cambial, verificou-se que se trata sobretudo da população do Cunene, dependente da Namíbia para consumo e compra de bens com Kwanzas nas lojas do país vizinho, clientes de pequenas e médias empresas.

Na sua maioria, os entrevistados consideram que para ambos os países o acordo de conversão cambial, tendo em conta os resultados obtidos até à data, deve ser revisto em benefício das partes envolvidas, especialmente no lado angolano da fronteira. Por outro lado, vários entrevistados considerámos agentes não autorizados (*kinguileiros*) que estão envolvidos no comércio informal de divisas e têm taxas diferentes das suas instituições estarem fora do controlo fiscal do Estado. As suas ações na fronteira têm um impacto negativo no mercado de divisas, uma vez que geram uma escassez de procura nas instituições formais. Para ultrapassar esta situação os representantes das instituições formais entrevistadas referem um aumento da disponibilidade de moeda estrangeira para os clientes com melhores taxas de câmbio do mercado e a tentativa de implementar uma política para combater a participação dos *kinguileiros*.

Para efeitos de viagem, as populações residentes e não residentes têm direito a adquirir divisas até 15.000,00 USD por mês e, no âmbito do novo acordo de conversão cambial, as populações residentes e não residentes têm direito a atravessar com 500.000,00 AKZ para a República da Namíbia. Recentemente, os sujeitos entrevistados relataram que houve inúmeras queixas de que os bancos na zona da fronteira só disponibilizam entre 100.000,00 AKZ e 200.000,00 AKZ, mesmo se o cliente tem uma disponibilidade financeira superior ao montante solicitado.

Relativamente ao questionário na Namíbia, as entrevistas foram realizadas com os cinco funcionários do banco que trabalham nas casas de câmbio no banco Standard e no banco NED. As instituições financeiras mencionadas estão localizadas na fronteira de Oshikango, com um período de implantação que varia entre os dois e os 15 anos. Estas instituições comerciais utilizam o dólar americano, o dólar canadiano, o dólar namibiano e o euro como suas moedas de circulação e de troca.

Quando questionados sobre o montante de dinheiro transferido entre residentes e não-residentes, verificou-se que era superior a 500.000 dólares americanos. Sobre esta questão, foi salientado que existe atualmente um maior controlo monetário, embora não haja grandes mudanças. Em termos de câmbio monetário, os principais clientes são cidadãos angolanos. Tendo em conta os acordos, os resultados na Namíbia levam as instituições financeiras a perder muito dinheiro com esta conversão monetária. Por outro lado, o mercado informal faz com que a moeda se desvalorize.

Em suma, o acordo de conversão cambial entre o Banco Nacional de Angola e o Banco Central da República da Namíbia foi implementado, mas do ponto de vista dos atores sociais, poucos benefícios foram trazidos à região, uma vez que, embora seja verdade que tem havido mais controlo sobre o câmbio de divisas, não conduziu a um equilíbrio nas trocas comerciais, através das importações e exportações, beneficiando mais a Namíbia, uma vez que a sua moeda é mais sólida do que a do país vizinho Angola.

Além disso, verificou-se um aumento do mercado informal de câmbio de divisas com o aparecimento da figura dos kinguleiros, oferecendo divisas a taxas mais favoráveis do que as das entidades bancárias e casas de câmbio localizadas na área. Por conseguinte, não houve a força esperada para atingir os fins e objetivos do acordo, pelo que a integração da microrregião é afetada negativamente em matéria económica.

5.1.4. Análise da entrevista às autoridades tradicionais – Conhecedores da história da região fronteiriça sul de Angola

Após a análise dos questionários das autoridades tradicionais (sete respondentes), tais como chefes da divisão da ordem pública, seculos e sobas, e aqueles que conhecem a história da fronteira sul (um respondente), foram destacadas sete dimensões de análise.

As pessoas em questão são o Chefe da Repartição, o Soba de Epolo, o Soba Omwandi, o Seculo, e fazem parte de instituições localizadas em Namacunde. Todos têm mais de 45 anos de idade, sendo consideradas como pessoas conhecedoras da evolução da história do posto fronteiriço de Santa Clara e Oshikango e, por isso, boas fontes orais da história local.

Quando foi perguntado aos entrevistados como era o posto fronteiriço de Oshikango e Santa Clara antes da conferência de Berlim, quando não tinha uma barreira física, disseram que a fronteira de Angola era Onamutune. A partir da limitação de Monte Negro, havia duas entradas, uma Omuvelo Wa Shondeh e a passagem de gado era a alfândega. Não havia barreiras nas fronteiras, nem divisão entre as pessoas, nem entre os seus hábitos e costumes, porque a fronteira era um único local, com a mesma população. Antes da independência, as pessoas eram livres de circular com mercadorias, alimentos e qualquer frota, não havia negócio.

No que diz respeito aos documentos exigidos aos angolanos em matéria de procura de emprego, serviços de saúde, educação e turismo, era antigamente exigido o cartão de identidade, que era suficiente para aceder aos serviços necessários na Namíbia. O trânsito era livre para Ovambo, Ondangua, Oshakati, Ruacana, Marcos e 45, Kwangare Windhoek. Antes, os cidadãos angolanos procuravam educação, saúde e outros serviços na Namíbia, de acordo com os inquiridos. Circulavam nesta região sobretudo kwanhamas, portugueses, sul-africanos e não havia polícia de fronteira. Com o aparecimento da fronteira, as famílias foram divididas, mas os serviços educativos e de saúde ficaram na Namíbia.

Durante a guerra, no período de 1992 a 2002, a comunidade local sofreu com a escassez de água, alimentos, entre outros bens que eram adquiridos na Namíbia. Por outro lado, o pastoreio do gado namibiano não podia atravessar a fronteira.

Ao longo dos tempos, a relação entre as comunidades regionais, em termos de pastoreio, atividades culturais, religiosas e económicas, tem sido de harmonia, como referem os inquiridos. A coexistência era saudável, não havia separações de autoridade, não havia distinção religiosa, não havia tráfico de animais, tinham a massa de base

cultural e as autoridades tradicionais. Os entrevistados, contudo, compreendem que hoje em dia tudo é pago, a população paga as alfândegas e isso não traz qualquer benefício.

A única vantagem é que a polícia previne os casos de crime. Com as instituições governamentais, que normalizam tudo (nomeadamente as alfândegas), verifica-se que muita coisa mudou e que a entrada e saída de bens e pessoas mudou desde então. Anteriormente, não havia proibições de entrada e saída de mercadorias, nem havia impedimentos à passagem da fronteira com mercadorias essenciais.

Hoje, para atravessar a fronteira é necessário fazer o respetivo pagamento. E, como há uma desvalorização da moeda, isso não beneficia os angolanos, uma vez que o dólar namibiano é muito elevado, em comparação com a moeda angolana. A respeito do acordo monetário, os entrevistados afirmaram que a moeda angolana tem vindo a perder valor em relação à moeda namibiana, diminuindo assim o poder de compra daqueles que a utilizam, provocando um aumento da pobreza e uma diminuição do emprego.

De acordo com as entrevistas, as famílias em Angola costumavam enviar os seus filhos para a Namíbia, para familiares que viviam na Namíbia para receberem educação desde a escola primária até à universidade. Estas crianças raramente regressaram a Angola. Uma vez formados preferem ficar na Namíbia porque têm mais oportunidades de emprego.

Dada a grande circulação, um dos principais desafios e riscos enfrentados pelas comunidades locais são o assalto à mão armada, a agressão sexual, o roubo de gado e as autoridades locais têm por vezes apresentado soluções nas suas reuniões ou conselhos, mas as ações não têm sido suficientemente fortes para minimizar a criminalidade. Na região há muitos grupos étnicos que não são da região (Nhanheca, Umbundo, Bankongo, Nganguela, Tchokwes e Matalenses) e a região é para muitos considerada um refúgio para os criminosos bem como a possibilidade de adquirir bens ou de procurar trabalho.

Destes questionários, conclui-se que as dinâmicas regionais constituem o cerne das atividades e práticas económicas e sociais que envolvem os serviços de saúde, educação e turismo, controlo da migração, entre outros, neste processo de colaboração mútua, há também o trânsito de pessoas, que devem assumir os pagamentos pela entrada e saída de um país para outro, o que não tem um benefício económico equilibrado para as partes que dão oportunidades de melhorar os intercâmbios e colaborações.

Constata-se que o facto de os angolanos terem de se deslocar à Namíbia em busca de determinados serviços revela deficiências na administração dos acordos de parceria, cooperação e integração económica para a criação da microrregião, onde as instituições

educativas, sanitárias, culturais e sociais, económicas em geral estão disponíveis para satisfazer as necessidades da população.

5.1.5. Análise do questionário aos agentes económicos, transitários (comerciantes, empresários, e outros)

Do lado de Angola e do lado namibiano, foram inqueridos agentes económicos, transitários (comerciantes, empresários e outros). Foi assim que se obtiveram as seguintes informações: dois despachantes oficiais das alfândegas que exercem atividades de agente económico e transitário na província do Namibe e Cunene há mais de 10 anos. Um com mais de 60 anos de idade, natural da província do Uíge, e um pertencente a organizações que operam na zona há mais de cinco anos, mostraram as mudanças ocorridas na fronteira em termos da construção de uma barragem, ou, por exemplo, a mudança no preenchimento do formulário aduaneiro de manual para máquina Electrónica. Referiu ainda que a instituição financeira diz aos empresários angolanos que pretendem comprar bens, mas que apenas têm Kwanzas Angolano, para fazer transferências bancárias ou utilizar cartões de crédito.

Referiram, igualmente, que desde o acordo financeiro bilateral entre o Banco Central da Namíbia e o Banco Nacional de Angola tem havido benefícios em relação à aquisição de bens na Namíbia, mas que, no entanto, a taxa de câmbio do Kwanza em relação ao valor da moeda do país vizinho não é favorável, uma vez que o seu valor se deteriorou. De igual modo, é de referir que, após o acordo de conversão cambial entre os dois países, o impacto do comércio de importação e exportação para a República de Angola foi grande: anteriormente comprava-se divisas na rua já que a troca era estável; agora, são os bancos que exercem legalmente esta atividade.

Quanto às contribuições da instituição para a região, constatou-se que, pelo contrário, o que tiveram foram perdas. Anteriormente, havia uma elevada procura de bens no país vizinho, mas hoje tem vindo a diminuir, dado o aumento do RAND face ao Akz. O comércio tentou regressar à normalidade, mas depois piorou. Além disso, os entrevistados expressaram que a instituição que representam contribuiu para o crescimento do Cunene, contribuindo em conjunto com as taxas dos impostos tributários para o desenvolvimento local.

No que respeita à informação recolhida através da aplicação o inquérito 4 na Namíbia, foram entrevistadas 15 pessoas que trabalham neste tipo de instituições entre cinco a 20 anos. Para um conjunto significativo de entrevistados, antes dos acordos, os negócios

eram muito bons. Contudo, as infraestruturas mudaram completamente e a fronteira está muito “sossegada”, não há muita movimentação de clientes.

Quanto às vendas na fronteira, os inquiridos consideraram que tinham descido de 90% para 50% devido à taxa de câmbio do kwanza. A taxa de desemprego também aumentou, porque muitos trabalhadores informais no local ficaram sem atividades devido à falta de clientes. Em termos do número de clientes, há agora cerca de 20 por cento de clientes namibianos e 20 por cento de clientes estrangeiros: “anteriormente tínhamos cerca de 50 por cento de clientes angolanos e 50 por cento de clientes namibianos”, refere um entrevistado.

Em várias situações, os empresários angolanos que querem comprar os seus bens em kwanzas foram aconselhados a fazer a troca no banco antes de fazer a compra. Algumas lojas aceitam kwanzas, noutras a compra em kwanzas não é permitida. Referindo-se às vantagens e desvantagens do tratado entre o governo angolano e a Namíbia, consideram que antes tinham muitos clientes e o negócio ter funcionado satisfatoriamente. Como desvantagens, o número de desempregados tem aumentado e os bancos estão cheios de longas filas de espera para trocar a moeda.

Quanto à troca de moeda, referem que antes da participação dos kinguileiros, os bancos dedicavam-se a esta tarefa. Hoje, com os acordos entre os dois países, a troca é feita nos kinguileiros e nos bancos, o que resulta numa ideia de que 15% são trocados a uma taxa justa e 85% a uma taxa ilegal. Os problemas sentidos pelos kinguileiros de Angola são semelhantes aos da Namíbia. Eles reconhecem que se trata de uma atividade ilegal. A sobrevivência desta atividade é feita com grande cautela perante a polícia namibiana já que uma vez apanhados, perdem o negócio.

A principal conclusão da análise deste questionário é que dentro da fronteira sul de Angola não existe um setor industrial desenvolvido que permita a obtenção de bens para a satisfação das necessidades daqueles que aí vivem, o que os leva a ir para o norte da Namíbia, o principal, para a aquisição de produtos que são exigidos pela população; este é um indicador de que os acordos feitos em matéria económica para o desenvolvimento dos investimentos entre os dois países não responderam às oportunidades de fazer investimentos para a criação de um parque industrial que induzirá a produção de bens para a população.

Por conseguinte, existem deficiências neste domínio dos projetos e acordos de integração económica e comercial neste domínio que atrasam as possibilidades de criação de uma microrregião para a melhoria das condições de vida das pessoas que aí vivem.

5.1.6. Análise do questionário aos kinguleiros

No âmbito dos kinguleiros, foram destacadas cinco dimensões de análise e divididas em categorias e subcategorias. A maioria destes participantes tem entre 20 e 30 anos (11 inquiridos, 73,3%), os maiores de 30 anos representam 20% (três inquiridos), e os restantes 6,7% têm menos de 20 anos(Quadro 0.2).

Estes são maioritariamente provenientes de Matala, Capolongo, Chicamba (províncias da Huíla e Cunene).

Quadro 0.2: Idade dos inquiridos

	n.º	%
< 20 anos	1	6,7
de 20 a 30 anos	11	73,3
> 30 anos	3	20,0
Total	15	100

Os resultados também mostram que 73,3% dos inquiridos afirmaram ter estado no negócio da troca de dinheiro durante 5 a 10 anos; 20% durante 11 a 15 anos e 6,7% durante 1 a 4 anos (Quadro 0.3).

Quadro 0.3: Há quanto tempo está no negócio da troca de dinheiro?

	n.º	%
1 – 4 anos	4	6,7
de 5 a 10 anos	5	73,3
11 a 15 anos	6	20
Total	15	100

De acordo com os inquiridos, o principal local para obter moeda estrangeira é a rua com 40% das respostas seguido dos bancos (20%) e das casas de câmbio (20%) (Quadro 0.4).

Por unanimidade, todos mencionaram que conseguiram gerir as suas atividades face às flutuações cambiais do dia através da sua experiência, mesmo sem nunca terem exercido atividades em bancos ou casas de câmbio.

Quadro 0.4: As instituições públicas / privadas normalmente compram dinheiro para os seus negócios

	n.º	%
Bancos	3	20
Bancos e casas de câmbio	2	13,3
Casas de câmbio	3	20
Casas de câmbio e na rua	1	6,7
Rua	6	40
Total	15	100

Em termos de clientela, verificou-se que 66,7% dos inquiridos tinham como principais clientes não residentes; 20% tinham clientes residentes e, no caso dos restantes 13,3%, ambos os tipos de clientes (Quadro 0.5. **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

No que respeita à origem dos clientes, na opinião de 66,7% dos inquiridos, os clientes com maior procura da taxa de câmbio eram não residentes. Como diz, “há clientes em todo o país, o Chefe dos kinguileiros tem a possibilidade de vender facilmente, como Luanda, Lubango, Cunene, noutros”.

Quadro 0.5: Quem são os seus principais clientes: residentes ou não residentes?

	n.º	%
População residente	3	20
População não-residente	10	66,7
Ambos	2	13,3
Total	15	100

Em 53,3% das respostas dadas pelos inquiridos, foi possível saber que o fazem para a sua subsistência, 33,3% consideram que estão bem, não têm problemas, 6,7% vêem-no como uma oportunidade de negócio e os restantes 6,7% afirmam que não conhecem a ilegalidade (Quadro 0.6).

Quadro 0.6: Sabendo que a sua atividade principal não é legal, como lida com os desafios diários?

	n.º	%
Fá-lo por subsistência	8	53,3
é uma oportunidade de negócio	1	6,7
não tem problemas	5	33,3
Não sabia	1	6,7
Total	15	100

Em relação ao impacto do acordo entre os dois países, 80% consideram que atualmente ganham menos e apenas 20% afirmam que ganham mais (Quadro 0.7).

Quadro 0.7: O acordo de conversão entre os dois países teve ou não impacto na sua atividade?

	n.º	%
Ganha mais	3	20
Ganha menos	12	80
Total	15	100

Adicionalmente, 7% dos inquiridos afirmaram não ter conhecimento dos riscos no trabalho; apenas 93% consideraram que, se conhecessem os riscos para as suas contas, estavam expostos a eles, fazendo o trabalho que fazem atualmente na fronteira de forma ilegal (Quadro 0.8).

Quadro 0.8: Está ciente dos riscos envolvidos no desempenho das suas funções?

	n.º	%
Sim	14	93
Não	1	7
Total	15	100

Finalmente, entre as outras atividades realizadas pelos inquiridos, 46,7% são estudantes; 20% são agricultores, 13,3% são estudantes e 6,7% vendem gado. 13,3% não se dedicam a outras atividades (Quadro 0.9).

Quadro 0.9: Exerce outra atividade para além da troca da moeda?

	n.º	%
Estudante	7	46,7
Camponês	3	20
Camponês e estudante	2	13,3
Vende gado	1	6,7
Não	2	13,3
Total	15	100

Ao considerar os resultados obtidos nestes quadros referidos no questionário 5, verifica-se que a maioria das pessoas inquiridas desenvolve atividades como o kinguileiros, como forma de garantir a sua subsistência; dada a escassez de oportunidades de emprego na área, consideram que se lhes fossem oferecidas novas oportunidades de emprego em algum tipo de organização, aceitariam a proposta de emprego que lhes é oferecida.

Como forma de obter outros rendimentos, existem aqueles que desenvolvem outros tipos de atividades ou funções, como a venda de gado (1 referência), estudantes (9 referências) e agricultores (5 referências), a fim de terem melhores condições e qualidade de vida.

Do exposto, confirmam-se as dificuldades de emprego nos diferentes setores económicos da zona fronteiriça; portanto, assumindo a atividade como kinguileiros é uma consequência desta limitação; apesar dos riscos que esta atividade implica, muitos alterariam esta função para um emprego numa organização pública ou privada da região, para evitar esta atividade ilegal.

Com base nesta análise, a atual situação de maior procura de comerciantes ilegais como o kinguileiros é notória, porque com o aumento da moeda as pessoas optaram por trocas não oficiais. No entanto, a desvalorização da moeda prejudicou até os próprios comerciantes informais.

É importante refletir que, com o aumento da oferta e da procura de trocas informais, o acordo económico que rege a zona sul de Angola e o norte da Namíbia acaba por se

desviar do seu objetivo inicial, no sentido de favorecer outras pessoas, não residentes nas zonas fronteiriças, não incluídas no acordo, a realizarem o intercâmbio com os mesmos direitos que a população local, entre outras limitações.

A análise desta atividade mostra a importância do intercâmbio e das relações comerciais para a região; contudo, a presença deste tipo de trabalhadores informais leva a concluir que não houve um controlo adequado por parte das autoridades competentes para evitar que o trabalho realizado pelos bancos e casas de câmbio na região seja afetado. Neste sentido, esta situação aumenta a atividade informal de troca de moeda e de uma fraqueza na medida em que a integração da microrregião não deu respostas à criação de fontes de emprego e à melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

5.1.7. Análise do questionário aos transportadores (não oficiais)

Após a análise dos 76 questionários das transportadoras (não oficiais) – denominadas de “AntTrafficking”, foram destacadas cinco dimensões de análise. Quanto aos inquiridos, verificou-se que a maioria tem entre 20 e 30 anos (41 inquiridos, 57,7%) e entre 30 e 40 anos (23 inquiridos, 32,3%), o que faz com que a percentagem mais elevada de inquiridos se situe entre os 20 e os 40 anos, com 57,7%. Na sua maioria em 60,6% dos casos consultados, verificou-se que trabalham na fronteira entre um e cinco anos (43 inquiridos); 22,5% entre seis e 10 anos, 8,5% há menos de 1 ano; 5,6% entre 11 e 15 anos e 2,8% há mais de 15 anos.

Os inquiridos realizam atividades como motoqueiros, moto-táxis, guias, roboteiros (A origem da designação, a fazer fé nas informações recolhidas, parece estar na apropriação pela gíria luandense da palavra russa “robot” que significa trabalho físico, braçal, entre outros.

Possuem escolaridades que variam entre a 1.^a e a 11.^a classe e são nativos na sua maioria das províncias da Huíla (Lubango, Caconda, Cacula, Chicomba, Matela, Quipungo, Chibia, Chipongo, Humpata, Quilenges), do Cunene (Ombadja, Cuvelai, Kwanhama, Namacunde - Santa Clara), do Namibe (Moçâmedes), do Bié (Cuíto), do Cuanza Sul (Waco-Cungo, Libolo) e do Cuando Cubango (Menongue).

Na seguinte tabela de resultados, pode observar-se que a maior percentagem de inquiridos, 57,7%, tem entre 20 e 29 anos, 32,3% têm entre 30 e 39 anos, seguidos de 5,6% com menos de 20 anos, 2,8% com 40 anos ou mais. Do total da amostra, só 1,4% não respondeu à pergunta colocada (Quadro 0.10).

Quadro 0.10: Idade dos roboteiros

	n.º	%
- 20 anos	4	5,6
de 20 a 30 anos	41	57,7
de 30 a 40 anos	23	32,3
+ de 40 anos	2	2,8
Sem resposta	1	1,4
Total	71	100

Em 60,6% dos casos consultados, verificou-se que têm entre 1 e 5 anos de experiência a trabalhar na zona fronteiriça; 22,5% entre 6 e 10 anos; 8,5% menos de 1 ano; 5,6% entre 11 e 15 anos; e 2,8% mais de 15 anos (Quadro 0.11).

Quadro 0.11: Há quanto tempo trabalha na zona fronteiriça?

	n.º	%
- 1 ano	6	8,5
1-5 anos	43	60,6
6-10 anos	16	22,5
11-15 anos	4	5,6
+ de 15 anos	2	2,8
Total	71	100

No que respeita ao número de entradas diárias na zona fronteiriça para o país vizinho, verificou-se que 40,8% têm entre 1 e 10 entradas por dia; 19,7% têm entre 11 a 20; e 5,6% têm mais de 20. A percentagem restante de 33,8% não respondeu à pergunta colocada (Quadro 0.12).

Quadro 0.12: Entradas diárias

	n.º	%
1 – 10	29	40,8
11 – 20	14	19,7
+20	4	5,6
Sem resposta	24	33,8
Total	71	100

No que respeita às saídas diárias na zona fronteiriça para o país vizinho, foram confirmados os resultados do Quadro 0.12. relativo às entradas diárias. Assim, 61,7% tinham de 1 a 10, 29,8% de 11 a 20 partidas diárias e 8,5% mais de 20 partidas. 33,8% não respondeu à pergunta colocada (Quadro 0.13).

Quadro 0.13: Saídas diárias

	n.º	%
1 – 10	29	40,8
11 – 20	14	19,7
+20	4	5,6
Sem resposta	24	33,8
Total	71	100

Em relação aos rendimentos diários, o Quadro 0.14 mostra que 46,4% têm rendimentos até 175 kwanzas, 26,7% de 176 – 500 kwanzas 11,2% com mais de 2500 kwanzas, 8,4% de 1.000 – 2.000 kwanzas e, finalmente, 2,8% com 501 – 999kwanzas. 4,2% não responderam.

Quadro 0.14: Valor cobrado por viagem

	n.º	%
Até 175	33	46,4
176 – 500	19	26,7
501-999	2	2,8
1.000 – 2.500	6	8,4
+2.500	8	11,2
Sem resposta	3	4,2
Total	71	100

Em torno da questão referida ao valor locado mensalmente, obtiveram-se os seguintes resultados: 15,4% tem rendimentos de 25.001 – 44.000kwanzas, 14% disse ter 2.501 – 10.000kwanzas, 9,8% disse que em valor cobrado por mês é até 2.500kwanzas, 5,6% mais de 44.000kwanzas. 50,7% das pessoas inquiridas não responderam (Quadro 0.15).

Quadro 0.15: Valor arrecadado mensalmente

	n.º	%
2.500	7	9,8
2.500 – 10.000	10	14
10.001 – 25.000	3	4,2
25.001- 44.000	11	15,4
+44.000	4	5,6
Sem resposta	36	50,7
Total	71	100

Em relação ao impacto do acordo sobre a sua atividade na zona fronteiriça, 56,3% dos inquiridos afirmaram que este os leva a ganhar menos, 12,6% a ganhar mais, 12,6% a ganhar o mesmo e 18,3% a não responder (Quadro 0.16).

Quadro 0.16: Impacto do acordo na atividade

	n.º	%
Ganhe mais	9	12,6
Ganhe menos	40	56,3
É a mesma coisa	9	12,6
Sem resposta	13	18,3
Total	71	100

Em 58,3% das respostas dadas pelos inquiridos, era evidente que estes não estão satisfeitos com o exercício da atividade que desenvolvem atualmente na fronteira, enquanto 42,2% responderam afirmativamente. Por outro lado, 14% não responderam à pergunta colocada (Quadro 0.17).

Quadro 0.17: Satisfação com o exercício da atividade

	n.º	%
Sim	30	42,4
Não	40	58,3
Sem resposta	1	1,4

Total	71	100
-------	----	-----

O Quadro 0.18. reflete que 73,2% dos inquiridos não estão satisfeitos com o trabalho que realizam diariamente, nem com os seus rendimentos ou bem-estar. Apenas 25,3% responderam positivamente.

Quadro 0.18: Satisfação com o trabalho diário, com os seus ganhos e com o seu bem-estar

Sim	n.º	%
Não	18	25,3
Sem resposta	52	73,2
Total	1	1,4

Com base nos resultados obtidos, o quadro mostra que 76,4% dos roboteiros estão conscientes dos riscos das atividades que desenvolvem na microrregião; 18,3% responderam de forma negativa e 4,2% não responderam (Quadro 0.19).

Quadro 0.19: Conhecimento de causa dos riscos da atividade

	n.º	%
Sim	55	76,4
Não	13	18,3
Sem resposta	3	4,2
Total	71	100

Em relação a alternativas, 76,4% dos inquiridos afirmaram estar envolvidos noutra atividade, tendo apenas 18,3% respondido de forma negativa (Quadro 0.20).

Quadro 0.20: Exerce outra atividade

	n.º	%
Sim	55	76,4
Não	13	18,3

Sem resposta	3	4,2
Total	71	100

Segundo o

Quadro 0.21., as outras atividades exercidas incluem ocupações como a de estudante (8,8%), camponês (5,9%), comerciante (5,9%), mecânico (2,9%) ou segurança (1,5%).

Quadro 0.21: Exerce outra atividade?

	n.º	%
Camponês	4	5,9
Comerciante	4	5,9
Estudante	6	8,8
Guia	1	1,5
Mecânico	2	2,9
Segurança	1	1,5
Não	50	73,5
Total	71	100

Em relação à questão, “caso tivesse oportunidade de ter emprego formal, no público ou no privado, mudaria de profissão”, 73,2% dos participantes respondeu negativamente, e 25,3% respondeu positivamente (

Quadro 0.22).

Quadro 0.22: Caso tivesse oportunidade de ter emprego formal, no público ou no privado, mudaria de profissão?

	n.º	%
Sim	18	25,3
Não	52	73,2
Sem resposta	1	1,4
Total	71	100

Em termos dos “principais desafios deparados no exercício das suas funções”, verificou-se que 26,7% dos inquiridos afirmaram enfrentar desafios no desempenho das suas funções em termos de falta de transporte; 22,5% na falta de clientes, 16,9% no roubo e fraude, 9,8% na falta de cooperação da polícia, 4,2% na falta de documentação para

conduzir, 4,2% afirmaram não ter problemas, 4,2% não responderam, 2,8%, doença e 1,4%, falta de transporte (Quadro 0.23).

Quadro 0.23: Principais desafios com que se deparou no exercício das funções

	n.º	%
Doença	2	2,8
Falta de clientes	16	22,5
Dificuldade em desalfandegar mercadorias	5	7
Falta de cooperação das forças de segurança pública	7	9,8
Falta de meios de transporte	1	1,4
Roubo e burla	12	16,9
Falta de documentos para condução	3	4,2
Insegurança rodoviária	19	26,7
Não tem	3	4,2
Não respondeu	3	4,2
Total	71	100

Dado o dinamismo da zona fronteiriça, conclui-se que dentro da fronteira sul de Angola e do norte da Namíbia existe um tráfico de pessoas que demonstra o potencial económico da zona, criando assim um ambiente favorável para levar a cabo a administração dos acordos destinados a estimular a integração económica, o que proporciona benefícios à população, porque até agora, a presença deste tipo de transportador no setor é prova de não se terem criado fontes de emprego suficientes em resposta às exigências daqueles que aí vivem.

5.2. Análise global

A análise global dos questionários foi feita de acordo com a tabela abaixo, onde se selecionaram categorias e subcategorias relevantes para o estudo. As grandes categorias de análise – relações, política, economia – surgiram da agregação da informação à volta destes temas, que constituem a maior parte das referências ao regionalismo. Dentro das categorias principais, destacaram-se subcategorias de análise.

Em relação a cada uma das subcategorias e tendo como base os dados dos inquéritos e entrevistas, foi feita uma classificação de existe (E=01), não existem (NE=02), funciona (F=03), não funciona (NF=04), entende (et=05), não entende

(Net=06), indiferente (I=07) para cada um dos tópicos e em relação às respostas dos inquiridos (Quadro 0.24).

Quadro 0.24: Categorias e subcategorias de análise global (o investigador, 2020)

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	ANGOLA							NAMÍBIA							
		E	N E	F	NF	et	Líquido	I	E	NE	F	NF	et	Líquido	I	
1.^a – RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS	Cooperação e colaboração	0 2														14
	Socioculturais							07			03					07
2.^a – POLÍTICA COMUM	Administração	0 1						07	01							07
	Segurança e controlo	0 1		03							03					07
3.^a – ECONOMIA COMUM	Agentes económicos, reguladores e cambiais	0 1						07	01		03					04
	- Comércio regional	0 1		03				07	01		03					07

De seguida, é feita a análise dos aspetos ligados ao microrregionalismo, tendo em conta as relações transfronteiriças e regionais, onde foram consideradas dimensões como a cooperação, a colaboração e os aspetos socioculturais. Seguidamente, analisa-se a política conjunta com as suas dimensões de administração, segurança e controlo. Por último, no que diz respeito à economia comum, são analisadas as dimensões relativas aos agentes económicos, aos organismos reguladores, ao câmbio e à utilização das moedas, ao comércio livre.

5.3. Relações transfronteiriças e regionais

A região de fronteira é esse espaço comum a dois ou mais países, no qual se desenvolvem relações entre os atores sociais que o habitam e que, por conseguinte, adquire uma identidade própria. Estas relações desenvolvem-se através de tráfego de capitais, bens e pessoas e através das relações entre os Estados. Neste sentido, os territórios e zonas fronteiriças agregam aspetos políticos, sociais e económicos e simultaneamente práticas materiais e simbólicas específicas.

Por sua vez, a fronteira comum corresponde aos programas de ação conjunta entre os Estados vizinhos com componentes que envolvem infraestruturas, transportes, comércio, segurança, entre outros, e são complementados por acordos relativos à mobilidade. Ao nível formal, as fronteiras comuns são geridas com base em acordos bilaterais, destinados a promover os laços fronteiriços sob a forma de acordos de cooperação (Moya, 2012).

A gestão conjunta das fronteiras na análise da microrregião do sul de Angola e do norte da Namíbia inclui aspetos ligados à cooperação, à colaboração e à partilha de história e cultura. A este respeito, através de uma análise qualitativa da informação recolhida junto de atores locais através da realização de entrevistas e questionários, foi possível identificar os aspetos salientes no âmbito das relações regionais.

5.3.1. Cooperação e colaboração

Entre a República de Angola e a República da Namíbia existe uma Comissão Conjunta de Cooperação Angola-Namíbia (WCCNA), responsável pela promoção de um desenvolvimento comum em diferentes áreas. De acordo com as informações recolhidas junto dos entrevistados, a cooperação manifesta-se na existência de organismos e instituições que cooperam entre si com o objetivo de cobrir os acordos assinados entre Angola e a Namíbia nos domínios do controlo e vigilância das importações e exportações de mercadorias, da segurança, entre outros.

A este respeito, é de notar que tanto Angola como a Namíbia têm organizações e instituições na fronteira comum, com ênfase no intercâmbio de informações para assistência administrativa em ambos os setores. A existência de organismos que fazem cumprir os procedimentos legais é evidente.

A este respeito, as agências mantêm uma comunicação institucional para coordenar os esforços que devem ser envidados para assegurar que os objetivos para os quais foram criadas sejam cumpridos fielmente, e a partilha e o controlo da informação são consolidados ao longo de todo o perímetro da fronteira para a entrada e saída de mercadorias e a prestação de serviços.

Entre as atividades de cooperação está a atenção aos problemas do contrabando de mercadorias, em alguns casos ligados a produtos nocivos para a sociedade em geral, incluindo drogas ilegais e armas de fogo. Por conseguinte, existe uma cooperação para supervisionar e controlar estes aspetos que requerem a atenção de ambas as nações, de modo a que a fronteira comum reflita a política de integração e o microrregionalismo que foram estabelecidos pelas partes envolvidas. Deste modo, os órgãos diretivos das províncias do Cunene e da região de Oshikango estão a envidar esforços para alcançar os objetivos propostos.

Existe um acordo de cooperação e assistência administrativa em matéria aduaneira entre o Governo da República de Angola e o da República da Namíbia, assinado a 5 e 6 de junho de 2016 em Santa Clara. O âmbito de aplicação é a zona fronteiriça das partes envolvidas. Destina-se a prevenir o contrabando, bem como os costumes ilegais, de substâncias devido aos seus efeitos nocivos para os interesses económicos, financeiros, comerciais, culturais e sociais de ambos os países.

Mediante a aplicação do mesmo, se tem que os Estados envolvidos oferecerão assistência técnica e recíproca, cuidando da legislação e dos trâmites aduaneiros estabelecidos para cumprir o objetivo levantado. De igual modo, se atribui a fiscalização e vigilância de pessoas, mercadorias, meios de transporte, segundo seja a entrada ou saída deste.

O acordo foi assinado pela Agência das Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo do Governo da República da Namíbia e pela Administração Fiscal Geral da República de Angola. Para a conclusão do acordo, foi tido em conta o artigo 13.º do Protocolo relativo aos intercâmbios comerciais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Foi assinado por um período de cinco anos, podendo qualquer das partes demitir-se por via diplomática num período anterior de seis meses.

A cooperação visa promover a qualidade de vida dos povos envolvidos, de ambos os lados da fronteira; esta ação comum visa a paz e a estabilidade efetivas para criar um cenário fronteiriço que favoreça as relações económicas, estimulando assim a criação de emprego e a geração, por conseguinte, de progresso sustentado e sustentável ao longo do tempo.

Do mesmo modo, a fim de atingir os objetivos para os quais foram criados, estes organismos são responsáveis pelo combate à criminalidade transnacional. Por conseguinte, a sua tarefa consiste em elaborar estratégias para reforçar a luta contra os crimes de tráfico de seres humanos, exploração infantil e violência doméstica. A este respeito, mesmo para além do acordo e da existência de protocolos, houve uma aproximação em matéria judicial, com o objetivo de aplicar a lei quando se trata de assuntos penais; isto, com o objetivo de promover e reforçar os instrumentos jurídicos com vista a reforçar o cumprimento e o respeito dos direitos humanos e as garantias que todos os cidadãos devem ter.

Ao mesmo tempo, vale a pena mencionar a consolidação de uma cooperação no domínio criminalista entre as duas nações, mas de forma concreta em relação aos acontecimentos que ocorrem na fronteira; dados os focos não quantificados de crimes que têm sido realizados no setor; portanto, a cooperação ativa para prevenir atos criminosos.

Através das entrevistas e recolha de dados no terreno, sobretudo junto das agências localizadas ao longo da fronteira, verifica-se que existem acordos de isenção de vistos, bem como nos setores da Defesa e Segurança, Indústria, Comércio, Energia e Água, Pescas, Turismo e Transportes. Assim, segundo a Comissão Mista de Cooperação entre Angola e a Namíbia, o desenvolvimento da cooperação é necessário no contexto da consolidação da parceria entre os dois Estados.

Por esta razão, essa cooperação implica a análise de questões diplomáticas, económicas e socioculturais. Isto implica a análise da conectividade fronteiriça via rio, estrada, caminho-de-ferro, ar, cooperação no domínio da saúde, meios de comunicação social, agroindústria.

Contudo, à luz das contribuições dos interlocutores, o contributo e a interação entre as instituições públicas e privadas da fronteira pertencente ao território namibiano e as do lado angolano, nomeadamente na zona de Oshikango, é insuficiente.

No âmbito desta cooperação estabelecida dentro da fronteira comum está a adoção da lei relativa à imigração estrangeira, à concorrência e ao investimento privado para facilitar um ambiente empresarial.

Em termos de cooperação fronteiriça existem agências e instituições como a Administração Fiscal Geral de Ondjiva, Província do Cunene, responsáveis pela adoção de políticas de facilitação do comércio legal em resposta às necessidades de satisfazer as exigências de ambos os lados da fronteira. No entanto, de acordo com as vozes dos entrevistados, os poucos resultados alcançados neste domínio são insuficientes para atingir os objetivos fixados.

Do mesmo modo, existe a Administração Geral dos Impostos que, para além de ser responsável pelo processo de administração dos impostos resultantes do trânsito pela área e pela aplicação das respetivas leis. Estes organismos ajudam no tratamento da documentação necessária relativa à importação e exportação de mercadorias.

Entre os dois Estados existem acordos de cooperação em vários domínios, com especial destaque para os acordos de isenção de vistos, nos domínios da defesa e segurança, indústria, comércio, energia e água, pesca, turismo e transportes.

Pode salientar-se que entre a República de Angola e a República da Namíbia foram estabelecidos acordos em que cada nação oferece a sua cooperação na utilização da água como um recurso de especial importância para a vida, a paz e a prosperidade das partes designadas. Por conseguinte, é reconhecida a necessidade de conservar e proteger as fontes de água de uma forma sustentável. Através deste acordo, é possível cooperar com as instituições da SADC.

É importante notar que a cooperação no desenvolvimento de infraestruturas é muito limitada apesar de a SADC ter proporcionado um quadro institucional e político que define os parâmetros da cooperação. Até agora, os projetos têm-se limitado ao corredor Trans-Cunene e à bacia hidrológica do Cunene. Contudo, não existe uma base de recursos significativa para o desenvolvimento de projetos.

No caso da gestão conjunta de bacias hidrográficas transfronteiriças, esta tornou-se um motivo para aliviar tensões transfronteiriças e procurar resolver conflitos de modo a proporcionar o maior número de benefícios em termos de distribuição de água, onde este recurso é escasso. Dado que é em Angola que existem as maiores bacias hidrográficas, este facto torna o país mais ativo no desenvolvimento das organizações de gestão das bacias hidrográficas.

Existem, portanto, em ambos os lados da fronteira de instituições para manter a organização da zona e ajudar ao desenvolvimento de ambos os países, estabelecendo os termos da cooperação e das relações regionais de cooperação.

Contudo, as ligações para trabalhar em conjunto são tímidas, insuficientes e limitadas. Ainda, é necessário por exemplo reabilitar as infraestruturas para facilitar os investimentos das empresas namibianas na zona fronteiriça, dada a abertura aos investimentos nacionais e estrangeiros em domínios como a agricultura.

Outra área em que tem sido observada colaboração é no domínio da saúde, estabelecida através do intercâmbio de experiências para combater doenças como a tuberculose, a malária e o VIH-Sida.

No âmbito da colaboração na área da saúde existe também a luta contra a poliomielite e outras doenças contagiosas, tendo sido implementadas campanhas de imunização coordenadas ao nível regional contra esta doença. Contudo, a colaboração é desequilibrada uma vez que as unidades do hospital regional namibiano estão melhor apetrechadas. Os serviços oferecidos neste tipo de unidades angolanas são muito pouco avançados tecnologicamente e são os namibianos que têm vindo a apoiar os doentes de toda a região, oferecendo um serviço que está significativamente avançado neste setor.

Noutra área, a colaboração entre os dois países ao nível desta região também se foca no planeamento de ações destinadas a promover a criação de emprego em vários domínios, como a agricultura, a água, a energia e outros setores. Existe uma colaboração entre instituições públicas que oferecem essencialmente cursos de formação em áreas como negócios, administração, informática e ciência.

5.3.2. Aspetos socioculturais

Angola e a Namíbia são estados multiétnicos, onde as fronteiras definidas pelas potências coloniais nem sempre correspondem às fronteiras étnicas. Nesta região, foi construída uma identidade cultural e linguística transnacional e transfronteiriça.

Angola e a Namíbia partilharam uma história comum em relação às populações da região fronteiriça. A este respeito, não só partilham línguas comuns e uma cultura comum, como de ambos os lados da fronteira há também parentes e membros da mesma família que vivem num e noutro lado da fronteira. Há pessoas do lado angolano que têm familiares do lado namibiano e pessoas do lado norte da Namíbia com familiares no sul do país vizinho.

Em termos da língua, a partilha da mesma língua na região constitui uma das bases mais importantes das relações regionais. a língua Ovambo e o (Ova)kwanhama em particular é falada nos dois territórios, permitindo a manutenção das relações e

intercâmbios entre as populações de origem Ovambo e Kwanhama, bem como a identidade cultural.

De acordo com a literatura e com base nas entrevistas realizadas, é frequentemente enfatizada a ideia de “identidades trans-locais”, que foram construídas através das redes de relações entre os povos dos dois lados da fronteira, permitindo a construção de uma identidade histórica partilhada. Mesmo havendo diferenças – por exemplo, para os namibianos, os angolanos em geral não são fiáveis, enquanto os namibianos são vistos pelos angolanos como mais organizados e o país mais seguro – é reconhecida uma proximidade sociocultural ao nível regional.

Um aspeto central na região, em termos da história comum é a referência a um sentimento ancestral comum de pertença representado pelo rei kwanhama, Mandume. Outro, são os fortes laços e trocas ativas entre pessoas que têm família de ambos os lados. Ainda, existem hábitos e uma cultura partilhada ao nível, por exemplo, de cerimónias, existem costumes associados à religião, ao uso de uma linguagem comum, às crenças na chuva, ao trovão, à relação com o gado, em suma, como um dos entrevistados refere “somos as mesmas pessoas, com os nossos costumes e modos de vida que nos tornam membros da mesma família, sem distinção”.

5.3.3. Política Comum

A política comum vista nesta seção refere-se ao conjunto de ações de cooperação política visando reforçar a identidade e a coesão da região fronteiriça. Visa ainda a articulação e convergência com outros processos de integração existentes em cada um dos países e no continente. Ao nível formal, baseia-se nos princípios do respeito pelas regras do direito internacional, da identidade comum, da paz e segurança, da resolução pacífica dos conflitos, da participação dos cidadãos e da justiça social, da defesa e promoção dos direitos humanos, da solidariedade e cooperação entre países, do desenvolvimento social e económico da microrregião e da consolidação da integração.

Esta política conjunta visa reforçar a consulta e o acordo político com os países, com base na consolidação e aprofundamento do processo de integração, no reforço da democracia e do respeito pelos direitos humanos através do diálogo e da cooperação a nível internacional, no reforço do multilateralismo e dos espaços multilaterais como mecanismo para promover o diálogo, o acordo e a cooperação internacional sobre as questões da agenda multilateral, garantindo o estrito respeito pelo direito internacional e neutralizando as ações unilaterais e extraterritoriais.

No domínio da segurança, visa adotar medidas conjuntas para promover uma cultura de paz e a resolução pacífica dos conflitos, o reforço da confiança nas zonas fronteiriças, a limitação das armas e o desenvolvimento de novos conceitos regionais de segurança democrática. Ainda, pretende dar seguimento aos compromissos internacionais, especialmente no que respeita à preservação do ambiente e à proteção da biodiversidade, uma responsabilidade partilhada na luta contra a droga. Promover a adoção de mecanismos de cooperação e controlo social a nível regional e internacional para combater e erradicar a corrupção sob todas as suas formas e para eliminar a impunidade. Esta foi a opinião de um dos entrevistados em 15.12.2015, que exerce autoridade na zona fronteiriça.

5.3.4. Administração

Por outro lado, as experiências que existem em relação a alguns aspetos relacionados com a segurança e o controlo da migração é o facto de, quando os residentes fronteiriços que não possuem passaporte ou bilhete de identidade para atravessar a fronteira devem solicitar às administrações municipais e municipais a emissão de uma declaração (Atestado de residência e Guia), que servirá como documento a registar pelos serviços de migração estrangeiros de ambos os lados com validade de 24 horas a 30 dias, no caso de distâncias superiores a 15 km.

Esta situação resulta do facto de os governos provinciais de Angola serem órgãos de superintendência ministerial ligados a órgãos nacionais centralizados na Presidência da República e no Ministério dos Negócios Estrangeiros; contudo, apesar disso, a colaboração tem sido qualificada como positiva.

Angola e a Namíbia assinaram um acordo de proteção e promoção recíproca dos investimentos, que foi ratificado em 2005, com o objetivo de proteger os investimentos e criar as condições necessárias para o desenvolvimento dos negócios entre as duas nações. No mesmo ano, foi assinado e ratificado em 2005 um acordo bilateral denominado Acordo de Cooperação Comercial e Económica; apesar de ser um tipo de acordo de cooperação da Nação Mais Favorecida (NMF), não concede automaticamente um tratamento preferencial aos produtos comercializados entre os dois.

Este tipo de acordo afeta os direitos aduaneiros e outros encargos ou impostos de qualquer tipo aplicados à importação ou exportação de mercadorias ou à transferência internacional de pagamentos relacionados com essa importação ou exportação, as modalidades de cobrança desses direitos, encargos ou impostos. Inclui também questões

relacionadas com o desalfandegamento, trânsito e armazenagem, venda, compra de mercadorias e sua distribuição, emissão de licenças de importação e exportação

O Centro de Investimento da Namíbia e a Agência Nacional de Investimento de Angola deverão também estabelecer um Acordo Conjunto de Cooperação em 2008 para estimular o investimento binacional; do mesmo modo, foi celebrado um acordo de parceria económica para o comércio transfronteiriço entre os dois países em 2009 para facilitar o comércio.

Assim, para os entrevistados, Angola é um importante parceiro comercial da Namíbia. Contudo, os produtos namibianos entram no mercado angolano, mas estão sujeitos a picos pautais e não pautais. Neste contexto, foram encontrados obstáculos que impedem o seu desenvolvimento normal, incluindo procedimentos administrativos inadequados nos postos fronteiriços, a introdução de novas medidas comerciais, proibições de importação e outros obstáculos que têm sido encontrados a partir de Angola e que incorporaram medidas de controlo de várias mercadorias que afetam as exportações namibianas e resultam num abrandamento da integração entre as partes envolvidas. Isto demonstra que a introdução unilateral de medidas que afetam certos produtos do lado namibiano afeta a motivação dos investimentos e a criação de um ambiente propício ao comércio e também aos investimentos industriais no território sul de Angola por parte dos investidores nacionais namibianos.

Assim, como afirmaram os entrevistados, “as experiências de investimento conjunto em vez de avançar estão a retroceder” e os acordos não se cristalizam para cumprir os objetivos para os quais foram criados, o que, como afirmou um dos entrevistados, “causou uma perda de tempo e dinheiro para as organizações empresariais que nele estiveram envolvidas”.

Em termos de comercialização e de alfândegas, existem provas de ações inadequadas no que respeita ao desalfandegamento das mercadorias nesta zona fronteiriça; segundo o funcionário aduaneiro, isto conduz a um terreno fértil para a corrupção e o suborno, o que também provoca um aumento do comércio ilegal.

Assim, a partir das vozes dos atores entrevistados durante o processo de recolha de informação, foram definidos outros acordos que têm sido lentos na sua implementação, como o caso de um posto fronteiriço ao longo da linha ferroviária de Santa Clara, mas na realidade os progressos não têm sido significativos, pelo que os objetivos fixados não foram atingidos.

Também no que respeita à formação de uma zona de paz, Angola tem um papel importante em termos económicos e militares, o que por sua vez depende da estabilidade da Namíbia, um país que tem demonstrado o seu empenho na manutenção da estabilidade da zona; daí que tenham ratificado tratados internacionais de direitos humanos nesta área, que devem ser aplicados na zona fronteiriça, uma vez que é uma zona de influência dos dois Estados em questão.

Neste sentido, a existência de acordos binacionais é confirmada na prática, mas não existem entre os municípios e províncias envolvidos de ambos os lados da fronteira; existe apenas colaboração entre as agências, atendendo às necessidades de cada lado do território sem que exista um verdadeiro acordo de cooperação conjunta.

5.3.5. Segurança e controlo

A segurança na microrregião é assegurada pela ação conjunta do Ministério da Defesa de ambas as nações, do Ministério do Interior, bem como dos organismos de segurança interna e estatal de ambos os países. Tanto a República de Angola como a República da Namíbia estabeleceram acordos e tomaram decisões em relação à política de segurança. Ambas as nações fazem parte de Comissões Mistas de Defesa e Segurança (CDCS) envolvendo todos os seus vizinhos, que têm sido consideradas o mecanismo para a resolução pacífica de litígios, a luta contra a criminalidade transfronteiriça, a manutenção e preservação da paz e da segurança e, fazendo respeitar as obrigações da lei e dos tratados internacionais.

A Comissão que engloba Angola e a Namíbia é composta por duas subcomissões: a Subcomissão da Segurança Pública, responsável pela segurança interna, e a Subcomissão da Segurança do Estado, responsável pela defesa do Estado, que, por sua vez, são compostos por grupos técnicos. Estes subcomités e comités técnicos regionais são compostos por peritos locais dos vários organismos intergovernamentais de defesa e segurança, nomeadamente os Serviços de Migração e de Estrangeiros, a Polícia da Ordem Pública, bem como os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Administração do Território, da Agricultura, das Finanças (Alfândegas) dos dois países

A política comum é marcada por ações destinadas a promover a segurança, pelo que os organismos administrativos acima referidos devem realizar ações operacionais como as patrulhas a pé ou de automóvel, bem como definir em conjunto e quando necessário a implementação de bloqueios de estradas ao longo de toda a zona fronteiriça. Este tipo de operação tem por objetivo prevenir a migração ilegal.

Ao nível das agências policiais, há colaboração ativa entre a Delegação do Interior de Angola e a Nampol (Polícia Namibiana).

Existem relações regionais entre as forças policiais de Angola e da Namíbia que favoreceram a cooperação no combate à criminalidade ao longo da área de fronteira. No entanto, a proliferação de armas ligeiras e explosivos constituem alguns dos crimes transfronteiriços que mais têm preocupado o Comité de Defesa. Por essa razão, os dois países decidiram realizar patrulhas conjuntas regulares ao longo da fronteira através de uma força especial criada para a prevenção e combate aos crimes transfronteiriços, durante os anos de 2015 e 2016, quando se realizou o processo de recolha de informações. Apesar dos esforços envidados, as medidas operacionais ad hoc não permitiram alterar a ordem do tráfico ilegal de armas de fogo.

O roubo de automóveis e o *carjacking* ocorrem principalmente na Namíbia, sendo os veículos geralmente vendidos em Angola. Do mesmo modo, o roubo e furto de gado, conhecido na província do Cunene como *omundjavala*, é outro crime transfronteiriço comum. Considerando o grau de ocorrência deste crime e o facto de o gado ser um dos principais bens económicos da população da região, os dois Estados coordenam atividades conjuntas relacionadas com a investigação, prevenção e luta contra *omundojavala*. A falta de regulamentação específica para a circulação de gado em pastos da Namíbia para Angola e vice-versa tem favorecido os roubos de gado ao mesmo tempo que mostra como a circulação regional faz parte do dia-a-dia das populações.

A organização de controlo existente na zona fronteiriça do lado angolano é o gabinete do Ministério das Relações Internas e da Defesa Civil, localizado no Namacunde. Entre as suas funções está a colaboração policial para prevenir e detetar ações criminosas ligadas à violação, roubo de gado e de bens de pessoas da zona. Existem ainda grupos de vigilância para prevenir atos criminosos. Também exerce controlo fiscal, bem como controla a entrada e saída de nacionais e estrangeiros.

No entanto, as entrevistas realizadas referem a deficiente remuneração dos funcionários, a insuficiência de meios técnicos para cumprir as ações de controlo, bem como a interferência que existe no momento de atuar em conjunto com as agências policiais e o próprio processo de administração do regulamento jurídico. Foi levado a cabo um programa de desenvolvimento de infraestruturas para resolver este tipo de deficiências, a partir de 2014, antes da recolha de informações, de acordo com as contribuições dos agentes sociais envolvidos nesta investigação.

No âmbito desta cooperação, são regularmente realizadas operações conjuntas para combater o contrabando, a imigração ilegal, os homicídios, o contrabando de combustíveis e outros crimes transfronteiriços.

Os funcionários que trabalham nas agências de controlo fronteiriço realizam regularmente programas de formação e estas mesmas instituições criaram um sistema modernizado e normalizado de registo de entrada e saída de pessoas, a fim de garantir uma resposta rápida aos transeuntes e assegurar o seu acesso à zona fronteiriça. A partir das informações recolhidas, foi possível saber que “o sistema utilizado acelerou o processo de entrada e saída de pessoas na zona fronteiriça, dando uma resposta mais rápida do que quando feito manualmente”.

5.3.5. Economia Comum

Do ponto de vista das vozes dos entrevistados, a economia comum está ligada à articulação e convergência dos regimes de integração existentes na região, que visam moldar um mercado comum e procurar a eliminação de obstáculos e restrições. Corresponde também à implementação de ações conjuntas para definir as bases para o tratamento das assimetrias nas relações económicas e à implementação de ações conjuntas para preservar e aprofundar os mecanismos de acesso preferencial. Baseia-se na cooperação internacional para promover o comércio e o investimento, a divulgação de oportunidades comerciais e de serviços e a atração de investimento estrangeiro. Para o efeito, os países em causa desenvolvem programas, projetos e medidas destinados a alcançar uma maior integração económica e comercial em matéria de bens, serviços, investimentos e conhecimentos.

Segundo os informadores, não houve a possibilidade de criar um intercâmbio comercial equitativo favorável à microrregião do sul de Angola e do norte da Namíbia; acrescenta-se que, segundo um dos entrevistados, “houve uma lentidão na assinatura do memorando de entendimento dos acordos”; por conseguinte, nota-se que não existe uma estrutura formal que regule as questões económicas e sociais entre os dois países; Além disso, à luz das contribuições dos entrevistados, Angola tem sido menos recetiva e disposta a criar uma estrutura comercial que reforce os laços socioeconómicos, uma vez que tem havido casos em que tomou decisões unilaterais que afetam negativamente a Namíbia.

Esta zona regional fronteiriça entre o sul de Angola e o norte da Namíbia tem procurado alcançar uma economia comum, onde exista um equilíbrio no comércio que

beneficie os habitantes e os cidadãos de ambos os lados. Neste sentido, o objetivo tem sido criar um espaço económico através de acordos no âmbito do Protocolo de Comércio Livre da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

5.4. Agentes económicos: banco, entidades reguladoras e cambiais

No que respeita aos agentes económicos na zona fronteiriça, pode mencionar-se que existem instituições financeiras, bancos comerciais e casas de câmbio. Em Angola, existem 15 agências bancárias em Santa Clara (BAI, BPC, BIC, Banco KEVE, Atlântico, BNI, BanK, Banco Sol e Casas de Câmbio. Na Namíbia apenas encontramos cinco bancos (FNB, Standard Bank, NedBank, Bank Windhoek e E-Bank) e algumas casas de câmbio que, após a rutura do acordo monetário entre os dois países, já não estão operacionais.

Daí as respostas dos nossos entrevistados, que indicam que estas instituições têm apoiado a produção agrícola e outras transações económicas e financeiras. Assim, pelas vozes de um dos entrevistados da zona fronteiriça de Angola “deram alguns créditos para as pessoas que se dedicam à parte agrícola”

Ao nível da economia regional, existem organismos reguladores como as estâncias aduaneiras. É aqui que são tratadas todas as informações necessárias relacionadas com a importação e exportação de mercadorias na zona fronteiriça. Em relação a isto, um dos atores envolvidos no processo de entrevista menciona que a existência destas entidades não melhorou os processos de intercâmbio comercial; de igual modo, outro entrevistado declarou que estas entidades, ao aplicarem os acordos, tiveram em conta que “os acordos não melhoraram ao longo dos anos, as exportações da Namíbia para Angola diminuíram, pelo que causaram impactos económicos nas empresas exportadoras e importadoras de ambos os lados da fronteira”, o que implica que estes agentes económicos não cumpriram plenamente o papel que deveriam desempenhar na microrregião para responder à integração esperada nesta área.

Em relação à troca e utilização de moeda, verificou-se que na zona existe uma troca de moeda significativa, envolvendo câmbios regulares entre kwanzas, dólares americanos, dólares namibianos, rands sul-africanos, euros.

Em relação ao montante permitido para efeitos de depósitos, cobranças, transferências, entre outros, é de 5.000.000 kz, depósitos entre 1.000.000 kz e 500.000.000, anualmente. Do mesmo modo, para os viajantes é permitida a aquisição de moeda estrangeira até 15.000,00 USD por mês; no entanto, existem deficiências na concessão dos montantes mencionados. Assim, um dos entrevistados expressou “um

angolano que deseja deslocar-se para a Namíbia poderá levar consigo cerca de 500.000,00kz e trocá-los nos bancos ou nas mesmas casas de câmbio de Santa clara ou Oshikango”. Do lado namibiano, um dos entrevistados disse que “vamos poder trocar os nossos dólares namibiano por kwanzas na zona de Santa Clara, do lado angolano”.

O acordo de conversão cambial entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia, em 22 de Setembro de 2014, com uma data inicial efetiva de Março de 2015 e alterada para 18 de Junho do mesmo ano, determina que tanto as instituições financeiras como as casas de câmbio podem vender dólares namibianos adquiridos ao Banco Nacional de Angola, à taxa de câmbio diária, a residentes cambiais com mais de 18 anos, nas suas agências em Santa Clara, na província do Cunene, mediante apresentação da identificação exigida na passagem da fronteira, quer se trate de um passaporte, de um passe ou de um livre-trânsito. Estas operações podem ser realizadas até ao montante em dólares namibianos equivalente a Kz 30.000,00 (trinta mil Kwanzas) por pessoa, por semana.

Este acordo de conversão cambial destina-se a promover a transparência e a eficiência do mercado regional e a definir os procedimentos a seguir na execução deste processo. Tem uma duração de três anos, renovável pelo mesmo período; uma das partes pode demitir-se após ter manifestado a sua vontade com seis meses de antecedência; é válido a partir de 18 de junho de 2015.

Apesar disso, devido às limitações decorrentes do funcionamento do acordo monetário, os Bancos Nacionais de Angola (BNT) e da Namíbia (BON) decidiram suspender temporariamente a aplicação do acordo monetário, que estava em vigor desde 18 de junho deste ano, até que fossem criadas condições para a materialização de um novo modelo de implementação do compromisso. Assim, em 3 de dezembro de 2015, os Bancos Nacionais de Angola (BNT) e da Namíbia (BON) decidiram suspender temporariamente o acordo em questão até serem criadas as condições para a execução do compromisso.

O câmbio e utilização de moeda estrangeira na região dinamiza o comércio ao nível local e traz alguns benefícios, como um aumento das importações e das coletas tributárias. Entre as suas limitações ou desvantagens para a economia formal encontra-se o crescimento do mercado informal (kinguileiros), embora ao nível da economia informal este setor gere rendimentos a um número significativo de pessoas. É, contudo, um trabalho ilegal que beneficia das taxas mais favoráveis para o comprador em comparação com as casas de câmbio, mas que fica fora do controlo fiscal do Estado tendo, portanto,

um impacto desfavorável no mercado de divisas. De acordo com um dos entrevistados “esta é uma das formas de ganhar a vida para as nossas casas”, enquanto outro afirmou que “esta é uma das poucas fontes de emprego existentes na região, mas se eu tivesse a oportunidade de ir trabalhar numa atividade mais bem remunerada”.

5.5. Comércio regional

No que diz respeito ao comércio na região, tinha-se desenvolvido a utilização de cartões de débito e crédito em toda a região. No entanto, tal foi reduzido devido à interdição de fazer compras com kwanzas no lado namibiano na sequência da crise cambial.

Vale a pena mencionar nesta secção que tanto a moeda angolana como a namibiana são utilizadas nas regiões norte da Namíbia como em Ohangwena, Omusati, Oshana, Okavango, assim como no sul de Angola. Isto faz parte do acordo de conversão cambial, mas atualmente prejudica Angola onde a moeda foi depreciada, trazendo mais benefícios para o lado namibiano da fronteira. Assim, segundo um dos informadores “é que a nossa moeda é mais fraca, está a desvalorizar frequentemente, enquanto a dos namibianos é forte, não tem essa desvalorização que nós temos”.

Segundo as entrevistas, a situação económica que os países atravessam está a levar à falência de várias empresas, grandes, pequenas ou médias. Embora continuem a existir trocas comerciais, estas foram muito reduzidas, assim como os impostos pagos pelos comerciantes tanto em Angola como na Namíbia.

Quanto ao comércio a retalho na região, existe um mercado informal bastante ativo, nomeadamente de animais, gado, frangos, entre outros, que são também sujeitos a impostos. Para um dos informadores “esta é uma das fontes de rendimento para aqueles de nós que vivem nesta área”; assim, outro dos entrevistados diz “é que comprar e vender produtos como nós ajuda-nos a sustentar a nossa família e a comprar o que precisamos para satisfazer as nossas necessidades”

Em breve conclusão, existe um regionalismo transfronteiriço no sul de Angola e no norte da Namíbia de natureza política – porque existem acordos que foram estabelecidos para promover este tipo de integração entre as duas nações – de natureza sociocultural e económica. No entanto, é necessário entrar numa nova etapa de regionalismo nesta zona fronteiriça, onde sejam levadas a cabo estratégias de desenvolvimento destinadas a ajustar uma economia que traga vantagens para ambas as nações, procurando aumentar a

competitividade, aumentar os fluxos recíprocos de comércio e investimento, acima dos registrados até agora, e enfrentar os desafios colocados por este tipo de estratégia.

Conclusões

O regionalismo tem sido um tema de grande interesse para o campo das ciências económicas e sociais e dos estudos internacionais. As iniciativas tomadas a nível mundial neste âmbito são destinadas a promover a integração das nações a fim de gerar ou consolidar relações de intercâmbio político, social, económico e cultural, ao mesmo tempo que trazem benefícios para as partes envolvidas neste tipo de projetos.

O tema do regionalismo abordado nesta tese circunscreve-se ao estudo de caso na microrregião fronteiriça do sul de Angola e norte da Namíbia. Por este meio, mostrou-se que existe dinâmica de tipo regional muito específica, que se traduz inclusive em acordos entre Angola e a Namíbia, embora eles não tenham ainda levado a uma verdadeira integração que traga os benefícios esperados ao nível formal.

Isto se traduz na manutenção de desequilíbrios económicos e comerciais, afetando negativamente uma das partes e beneficiando a outra, neste último caso a Namíbia. Contudo, as dinâmicas regionais continuam bem presentes no dia-a-dia das populações, o que coloca em evidência a existência simultânea de processos de nível macro e micro.

Vários conceitos foram mobilizados para esta análise. No que respeita ao regionalismo, considera-se que se trata de um processo de formação de blocos entre diferentes Estados ou nações, o que se tem vindo a desenvolver sobretudo desde o final da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de estabelecer alianças que beneficiem as partes envolvidas de vários pontos de vista, não só na esfera política e económica, mas também para além dela, a fim de assegurar o bem-estar dos habitantes de cada um dos países envolvidos.

Atualmente, como resultado da globalização, o regionalismo ganhou força para além dos acordos económicos, como forma de melhorar as relações de cooperação, levando à renovação dos modelos de integração para desenvolver uma nova ordem e abrir uma nova liderança na cena internacional.

Assim, estão a surgir acordos de acordo com as exigências e possibilidades, dando origem a novos paradigmas de associação, com laços mais fortes e mais consistentes, que representam um novo método de ligação dos países, denominando-se o processo de integração regional. Este torna-se uma oportunidade para a configuração de espaços económicos regionais, onde se expandem as forças económicas, sociais, políticas e mesmo culturais e geográficas, onde são concedidos graus de autonomia na formulação e aplicação de certas políticas, bem como das suas ligações externas com outras nações.

Desta forma, os regimes regionais levam a uma transição de várias competências e responsabilidades dos Estados nacionais para as regiões ou blocos em formação, sendo a autonomia transferida para as esferas públicas, que anteriormente eram apenas estatais.

No caso de Angola, esta nação tem estado envolvida no processo de integração, com o objectivo de melhorar as condições de intercâmbio, cooperação e administração conjunta dos processos de desenvolvimento económico, social e cultural, entre outros, o que irá gerar benefícios para a população em geral e contribuir para elevar a qualidade de vida do gene, melhorando a qualidade e as condições de vida dos habitantes desta zona.

No que respeita ao regionalismo em África, destacam-se regiões como a África Austral, a África Central, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (SACP) e a Comissão do Golfo da Guiné (CCG), entre outras. O regionalismo chegou à República de Angola através da sua associação a várias iniciativas regionais, entre as quais podemos citar a Comissão do Golfo da Guiné (2001), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (1986), ou a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (1994).

Importa igualmente referir que Angola aderiu à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007), que se ocupa de todas as questões relacionadas com a gestão dos hidrocarbonetos; à Comunidade Económica dos Estados da África Central (1999); à Comunidade da África Austral (2000); e ao Fórum da África Lusófona (2014).

Do mesmo modo, existem outras experiências a nível meso onde Angola tem estado envolvida, que são uma demonstração do desejo de ligação a experiências de regionalismo como a Comissão Permanente da Água da Bacia do Okavango – OKACOM, que data de 1994, formada pela Namíbia, Botswana e Angola, para estimular o desenvolvimento ambiental sustentável dos recursos hídricos da região.

Podemos ainda mencionar a futura barragem de Baynes, um acordo assinado conjuntamente com a Namíbia para construir e operar uma Unidade de Desenvolvimento Hidroelétrico no Baixo Cunene. Ainda nesta região do sul do país, tecido onde decorre um conjunto complexo de redes comerciais entre as comunidades locais que implica um trânsito intenso de angolanos que se deslocam ao país vizinho para comprar e vender produtos, bem como para ter acesso a serviços de saúde e educação, foi celebrado um acordo relativo à circulação de pessoas e de mercadorias.

Este acordo permite a angolanos e namibianos permanecer no país vizinho por um tempo inferior a 72 horas, não lhes sendo permitido desenvolver atividades lucrativas ou o estabelecimento de residência. Esta situação conduziu à adoção de um modelo de livre-trânsito provisório para os cidadãos residentes em qualquer dos territórios.

Mais recentemente, em 22 de setembro de 2014, os governadores do Banco Nacional de Angola e do Banco Central da Namíbia assinaram o acordo bilateral de conversão cambial, para garantir a segurança das transações comerciais entre os dois países, acordo que se limitava às zonas fronteiriças. No continente, têm sido consolidadas ao longo dos últimos anos experiências de regionalização podendo ser mencionadas por exemplo a União Africana, a SADC, a CEDEAO, entre outras.

Contudo, é notório no continente que a participação de um país em diferentes blocos gera despesas para financiar o processo, o que provoca o aumento dos problemas económicos destas nações e diminui as oportunidades de investimento interno, ao mesmo tempo que não favorece o desenvolvimento integral do país.

A informação para esta análise do regionalismo em Angola, foi primeiramente recolhida através de uma revisão exaustiva da literatura atualizada, relevante e consistente com os objetivos estabelecidos relativamente ao microrregionalismo no sul de Angola e no norte da Namíbia, mas ao mesmo tempo em relação ao regionalismo a nível global e no continente africano. O trabalho de campo de estudo de caso foi realizado através da aplicação de questionários e entrevistas a agentes relevantes envolvidos em dinâmicas regionais.

Tendo em conta os objetivos da investigação e a análise apresentada, foi ser formulado um conjunto de conclusões sintetizando todo o processo. Assim, à luz da realidade vivida no continente e dos acordos estabelecidos na região em estudo, pode verificar-se, como ficou demonstrado ao longo deste trabalho, que o regionalismo está em plena fase de transformação ao nível formal, coexistindo com dinâmicas regionais de facto mais amplas. Ao nível formal e dos acordos regionais, muitas das ideias têm-se mantido ao nível do discurso retórico, que nem sempre se traduz em ações reais, trazendo consigo os benefícios esperados para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Por outras palavras, os esforços que têm sido desenvolvidos de uma maneira geral não têm permitido o desenvolvimento local, nem a competitividade nem a mobilidade ou criar economias de escala ao mesmo tempo que não têm sido eficazes para dar resposta às necessidades de construção de infraestruturas regionais como a produção de energia elétrica, abastecimento de água potável, sistemas e meios de transporte, telecomunicações, entre outros.

As iniciativas microrregionais fazem parte de vários instrumentos formais de integração regional, mas existem deficiências na integração económica, uma vez que não geraram os benefícios esperados como atestam as entrevistas e inquéritos realizados.

Aqueles que fazem vida na região fronteiriça descreveram uma realidade caracterizada pela existência de infraestruturas e serviços regionais específicos – alfândegas, serviços de migração, quartéis, hospitais – mas que existe uma cooperação tímida dadas as disparidades em termos da qualidade e eficiência entre os dois países.

Além disso, existem problemas de intercâmbio e cooperação em termos de medidas de segurança para evitar atividades ilegais, mesmo quando existem grupos de vigilância. Do lado angolano, não existe uma administração local adequada para garantir a segurança, daí a persistência do roubo e do furto de bens na região.

Além disso, quanto à economia comum, ligada a esquemas de integração económica, esta também não deu os frutos esperados, pois apesar do crescimento de instituições bancárias e financeiras ao nível regional, a rutura do acordo monetário fez com que perdessem relevância. Além disso, a própria situação económica e as desigualdades entre os dois países conduziram à falência de algumas empresas da região, o que teve impactos na economia regional.

No entanto, no campo sociocultural, pode dizer-se que o regionalismo sociocultural se agrega em torno do facto de as populações locais falarem a mesma língua e estarem apenas separadas pela linha de fronteira. Grande parte da população reconhece a existência de fortes raízes culturais e étnicas comuns, especialmente entre os Kwanhamas, o que lhes confere uma identidade para além de qualquer linha divisória. Por outro lado, os laços familiares e a circulação continuada de pessoas, sobretudo no âmbito das atividades de criação de gado, constitui a base de um regionalismo “informal” que influencia outras esferas da vida local.

Assim, o regionalismo é um fenómeno multifacetado e complexo. Por essa razão, será necessário promover o desenvolvimento da investigação destinada a aprofundar os conhecimentos existentes em relação ao mesmo, de forma a ter uma base científica, sistematizada em torno do tema, que sirva de referência para apoiar os processos de governação. Havendo mais conhecimentos, os diferentes governos podem apropriar-se do regionalismo e da integração económica como estratégia económica para promover o desenvolvimento local e, portanto, é de interesse que possam contribuir para a configuração e desenvolvimento de espaços económicos regionais, através da assinatura de acordos e outros arranjos.

O regionalismo surge assim como uma estratégia internacional que possibilita a transformação económica dos países. Torna-se, portanto, importante realizar diagnósticos que contribuam para a confirmação das potencialidades que as regiões possuem com o

objetivo de criar espaços de cooperação e colaboração conducentes ao desenvolvimento local. Há, portanto, a necessidade de desenvolvimento de estudos que permitam aprofundar este campo do conhecimento, manter linhas de investigação sobre regionalismo e integração económica, bem como os efeitos dos acordos de cooperação.

Limitações e perspectivas de investigações futuras

Os resultados da tese realizada, assente na análise da dinâmica de construção dos microrregionalismos na fronteira sul de Angola com vista a integração regional e a sua articulação com as macrorregiões que cobrem directamente essa área geográfica, permitiram avaliar o conhecimento numa área de investigação reconhecida como necessária para a evolução e o desenvolvimento dos estudos africanos.

As limitações deste estudo estão relacionadas com a carência de alargamento a outras províncias do sul e do norte de Angola para ampliar, ou alterar, as conclusões obtidas, permitindo-lhes uma generalização.

Outra limitação deve-se ao acesso aos contextos em que se pretendia a participação de outros atores no estudo. Nesta conformidade, embora a colaboração dos governos provinciais e das instituições públicas e privadas na fronteira do Cunene tenha sido essencial para a recolha de dados, considera-se que, dada a natureza do tema, o número da amostra para o estudo poderia ser maior para alargar a investigação. Talvez uma presença mais prolongada no terreno facilitasse a adesão ao estudo. Desta feita, deixa-se tal tarefa aos futuros estudos para maior aprofundamento.

Sugere-se a realização de um estudo das regiões fronteiriças do norte de Angola. Deste modo, do ponto de vista do enquadramento legal, é fundamental que sejam equacionados incentivos investigativos que possibilitem o surgimento de investigações a nível desta linha de investigação.

Assim, torna-se fundamental a formulação e implementação de políticas de integração, favorecendo o desenvolvimento socioeconómico da região e a elaboração de um sistema regional por parte dos governos dos países da região como um mecanismo paralelo, com vista a obtenção de resultados positivos de aplicação de todos os integrantes.

Assume-se, portanto, que esta pesquisa não esgota aqui e carece de estudos futuros que possa robustecer as perspectivas teóricas aqui levantadas.

Referências bibliográficas

- Abad, Gracia. (2008). “Las Organizaciones Internacionales y la seguridad en Asia Central (ARI)”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido!/ut/p/a1/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfGjzOKNQ1zcA73dDQ38_YKNDRwtfN1cnf2cDf1DjfULsh0VAepxmvsl/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/Elcano_es/Zonas_es/ARI107-2008.
- Abrantes, José. (2005). *Angola em paz. Novos desafios*. Luanda, Maianga.
- Acharya, Amitav & Johnston, Alastair. (2007). *Crafting cooperation. Regional international institutions in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Acharya, Amitav. (2007). “The emerging regional architecture of world politics”. A *review essay*. *World Politics* 59 (4): 629–652.
- Acharya, Amitav. (2011). “Engagement or entrapment? Scholarship and policymaking on Asian regionalism”. *Review of International Studies* 13 (1): 12–17.
- Acharya, Amitav. (2012). “Comparative regionalism. A field whose time has come”. *International Spectator* 47 (1): 3–15.
- Actorness”. *Journal of Common Market Studies* 50 (4): 653–669.
- Adler, Emanuel & Barnett, Michael. (1998). *Security communities*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Administrative Science Quarterly*. Vol.24, dic 1979, pp. 7-32.
- Agencia Central de Inteligencia. (2019). “Los grupos étnicos de África 1996”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.zonu.com/fullsize/2010-01-10-11667/Los-grupos-etnicos-de-Africa-1996.html>.
- Agencia de la ONU para los refugiados (ACNUR). (2018). “África subsahariana, el hogar de 18 millones de refugiados”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://eacnur.org/es/actualidad/noticias/emergencias/africa-subsahariana-el-hogar-de-18-millones-de-refugiados>.
- Aldecoa, Francisco y Cornago, Noé. (1998). “El Nuevo Regionalismo y Reestructuración del Sistema Mundial”. *Revista Española de Derecho Internacional*. L(1): 59- 113

- Alexandrino, Carlos. (2019). “El Tratado de Simulambuco”. *Ecmnésia Histórica Colonial*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019.
- Amado, Solange. (2018). *Los procesos de integración y cooperación en África*. El papel de Angola. Tesis Doctoral de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid. Documento en línea, consultado en agosto de 2018 de: <https://eprints.ucm.es/48215/1/T40073.pdf>.
- Ameigeiras, Aldo. (2006). *El abordaje etnográfico en la investigación social*. En I. Vasilachis de Gialdino, (Coord.), *Estrategias de Investigación Cualitativa* (pp. 107-151). Barcelona: Gedisa
- Anderson, Benedict. (1983). *Imagined communities. Reflections on the origins and spread of approach*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Arévalo, Julián. (2010). “Acuerdos de comercio preferencial: más allá del libre comercio”. *Revista de Economía Institucional*, vol. 12, n.º 23, segundo semestre, 377-382.
- ASEAN. (2019). “Sobre la ASEAN”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://asean.org/asean/about-asean/>.
- Asian Development Bank. (2019). “Who we are”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.adb.org/about/main>.
- Asian Infrastructure Investment Bank. (2019). “About AIIB”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.aiib.org/en/index.html>.
- Axelrod, Robert. (1984). *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books.
- Axline, Andrew. (1993^a). *Introduction in The Political Economy of Regional Cooperation. Comparative Case Studies*; edited by W. Andrew Axline. London; Fairleigh Dickinson University Press. pp. 1-6.
- Ayoob, Mohammed. (1999). “From regional system to regional society: Exploring key variables in the construction of regional order”. *Australian Journal of International Affairs* 53 (3): 247–260.
- Baccini, Leonardo & Dür, Andreas. (2011). “The new regionalism and policy interdependence”. *British Journal of Political Science* 42 (1): 57–79.
- Banco Nacional de Angola (BNA). (2018). “Política Monetaria”. Documento en línea, consultado en junio de 2019 de: https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=15815&idl=1.
- Barrán, Pedro. (2007). “El estructuralismo y la arquitectura sistémica”. *Ideas arquitectónicas*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de:

- <http://ideasarquitectonicas.blogspot.com/2007/08/el-estructuralismo-y-la-arquitectura.html>.
- Baylis, John; Smith, Steve & Owens, Patricia. (2011). *The globalization of world politics*. Oxford: Oxford University Press. Dieses Lehrbuch bietet eine gute Einführung in Prozesse.
- Beeson, Mark. (2006). "American hegemony and regionalism: The rise of East Asia and the end of the Asia-Pacific". *Geopolitics* 11 (4): 541–560.
- Best, Edward & Christiansen, Thomas. (2011). *Regionalism in international affairs*. In *The Bhalla, A.S. & Bhalla, P. (1997). Regional Blocks. Buildings Blocks or Stumbling Blocks?*. New York; St. Martin's Press.
- Biografías y Vidas. (2019a). "Diogo Cão o Cam". Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/c/cao.htm>.
- Biografías y Vidas. (2019b). "António Agostinho Neto". Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/n/neto.htm>
- Boahen, Albert. (2010). *História Geral Da África, Vii: África Sob Dominação Colonial, 880-1935*, Brasília, Unesco, pp.33-35.
- Bogdan, Robert & Biklen, Sari. (1982). *Qualitative Research for Education: an introduction to theory and methods*. London: Allyn and Bacon.
- Bogdan, Robert & Biklen, Sari. (1994). *Investigación cualitativa en Educación: fundamentos, métodos y técnicas*. En *Investigación cualitativa en educación*. Oporto: Porto Editora.
- Börzel, Tanja & Risse, Thomas. (2016). *Oxford handbook of comparative regionalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Börzel, Tanja. (2013). *Comparative regionalism. European integration and beyond*. In *The globalization of world politics*, Hrsg. Walter Carlsnaes, Thomas Risse, und Beth Simmons, 428–443. London: Sage.
- Branda, Silvia y Pereira, Silvana. (s/f). "La investigación cualitativa: métodos flexibles, apertura a la triangulación y el rol del investigador". Documento en línea, consultado en septiembre de 2019.
- Branigan, Tania. (2015). "Support for China-led development bank grows despite US opposition". *The Guardian*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.theguardian.com/world/2015/mar/13/support-china-led-development-bank-grows-despite-us-opposition-australia-uk-new-zealand-asia>

- Bredenkamp, Hugh & Pattillo, Catherine. (2010). “Financing the Response to Climate Change”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019.
- Breslin, Shaun & Higgott, Richard. (2000). “Studying regions: Learning from the old, constructing the new”. *New Political Economy* 5 (3): 333–352.
- Breslin, Shaun; Hughes, Christopher; Phillips, Nicola & Rosamond, Ben. (2013). *New regionalism in the global political economy: Theories and cases*. London: Routledge.
- Brownlie, Ian. (1979). *African Boundaries. A Legal and Diplomatic Encyclopaedia*. Royal Institute of International Affairs, London, Great Britain.
- Buzan, Barry & Waever, Ole. (2003). *Regions and powers. The structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cable, Vincent & Henderson, David. (1994). *Trade Blocs? The Future of Regional Integration*. Royal Institute of International Affairs.
- Canedo, Sandra. (2009). *Contribución al estudio del aprendizaje de las ciencias experimentales en la educación infantil: Cambio conceptual y construcción de modelos científicos precursores*. Tesis Doctoral. Programa de Doctorado en Didáctica de las Ciencias Experimentales y la Matemática. Universitat de Barcelona.
- Cantori, Louis & Spiegel, Steven. (1970). *The international politics of regions. A comparative*
- Casanovas, Ramón y Jesus, Armanda. (2009). “El sistema financiero de Angola y estrategias de futuro”. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa* Vol. 15, N.º 3, 2009, pp. 183-196, ISSN: 1135-2523. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1135252312601087?token=914E5ED9E4F97C9A154489438FB92CBBA959C3189257C9F24425C7B9B7374C918A178DAE1E4DC6A66FB9A854A36C94E8>.
- Chandra, Alexander. (2004). “Indonesia’s non-state actors in Asean: A new regionalism agenda for Southeast Asia?” *Contemporary Southeast Asia* 26 (1): 155–174.
- Chase, James. (2003). “Books of the Times; The Complex Metamorphosis Of American Foreign Policy”. *The New York Times Online*.
- Chorev, Nistan y Babb, Sarah. (2009). *The crisis of neoliberalism and the future of international institutions: a comparison of the IMF and the WTO*. Springer Science and Business Media.
- Cilliers, Jakkie & Sturman, Kathryn. (2002). “The right intervention: Enforcement challenges for the African Union”. *African Security Studies* 11 (3): 28–39.

- Comisión Europea. (2004a). *Manual Técnico II: Métodos y Técnicas de Evaluación - La recogida de datos: Estudios de caso*. In CE, *Guía para la Evaluación del Desarrollo Socioeconómico - EVALSED*. Documento en línea, consultado en junio de 2019 de: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=52
- Comisión Europea. (2004b). *Manual Técnico II: Métodos y Técnicas de Evaluación - La recogida de datos: Técnicas de Observación*. In CE, *Guía para la Evaluación del Desarrollo Socioeconómico - EVALSED*. Documento en línea, consultado en junio de 2019 de: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=52
- Comisión Europea. (2019). “¿Qué es la zona del euro?”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/euro-area/what-euro-area_es conflict and the democratic peace”. *British Journal of Political Science* 43 (4): 877–887.
- Consejo Europeo. (2019). “Política agrícola común”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.consilium.europa.eu/es/policies/cap-introduction>.
- Consulado General de Angola en Los Ángeles. (2019). “Cultura Angolana”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.angolaconsulate-ca.org/cultura-angolana>.
- Cristancho, María. (2015). “Oriente Próximo, Medio Oriente, Cercano Oriente, Medio Oriente...¿qué confusión! ¿Cuál es el término correcto?”. *Crónicas Árabes*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://blogs.eltiempo.com/cronicas-arabes/2015/09/19/oriente-proximo-medio-oriente-cercano-oriente-medio-oriente-que-confusion-cual-es-el-termino-correcto/>
- Cronbach, Lee. (1975). “Beyond the Two Disciplines of Scientific Psychology”. *American Psychologist*, 30, 116-12.
- Da Silva, Lula. (2014). “Los BRICS consolidan su alianza”. *El País*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: https://elpais.com/elpais/2014/08/15/opinion/1408125428_476568.html.
- De Lombaerde, Philippe. (2006). *Assessment and measurement of regional integration*. New York: Routledge.
- Denzin, Norman & Lincoln, Yvonna. (1994). “Introduction: entering the field of qualitative research”. En *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, California: Sage Publications Ltd. der Globalisierung und klärt grundlegende Begrifflichkeiten und Konzepte.

- Deutsch, Karl *et. al.* (1957). *Political community and the North Atlantic area. International organization in the light of historical experience*. Princeton: Princeton University Press.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2019). “Roboteiro”. Documento en línea, consultado en octubre de 2019 de: <https://dicionario.priberam.org/roboteiro> [consultado em 03-10-2019].
- Dieter, Heribert & Higgott, Richard. (2003). “Exploring alternative theories of economic regionalism: From trade to finance in Asian co-operation?”. *Review of International Political Economy* 10 (3): 430–454.
- Higgott, Richard. (1999). *The political economy of globalisation in East Asia*. In *Globalisation and the Asia Pacific: Contested territories*, Hrsg. Kris Olds, Philip F. Kelly, und Peter Dicken, 87–101. London: Routledge.
- Diez, Thomas. (1999). “Speaking ‘Europe’: The politics of integration discourse”. *Journal of Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales* (2019). “Certificación de Origen”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.direcon.gob.cl/certificacion-de-origen/que-son-las-reglas-de-origen/> do Banco Central de Angola, Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas, especialidade em Auditoria Contabilística Económica e Financeira, Lisboa. Documento en línea, consultado en junio de 2019 de: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/291/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20We%20sa%20Oda%20Cunha.pdf>.
- Doyle, Michael. (1986). “Liberalism and world politics”. *American Political Science Review* 80 (4): 1151–1159.
- Dugin, Alexander. (2017). “Mundo multipolar y posmodernismo”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.geopolitica.ru/es/article/mundo-multipolar-y-posmodernismo>
- Educalingo. (2019). “Intersocietal”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://educalingo.com/es/dic-en/intersocietal>.
- Embajada de la República de Angola en el Reino de España. (2019). “El País”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.embajadadeangola.com/embajadadeangola-angola.html>.
- Europa Press. (2015). “¿En qué consiste el Acuerdo de Schengen?”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.europapress.es/internacional/noticia-cosiste-acuerdo-schengen-20150614201253.html>.

- European Public Policy* 6 (4): 598–613.
- Fage, John y Thordoff, William. (2010). *História Da África*. Edições 70 Lda.
- Farrell, Mary; Hettne, Bjorn & Van Langenhove, Luk. (2005). *Global politics of regionalism. Theory and practice*. Ann Arbor: Pluto Press.
- Fearon, James. (1998). “Bargaining, enforcement and international cooperation”. *International Organization* 52 (2): 269–305.
- Fesei. (2019). “El enclave angoleño de Cabinda”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://fesei.org/ad/el-enclave-angoleno-de-cabinda/>
- Flick, Uwe. (2007). *Introducción a la Investigación Cualitativa*. Madrid: Morata
- Fondo Monetario Internacional. (2019). “El FMI: Datos básicos”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.imf.org/es/About/Factsheets/IMF-at-a-Glance>.
- Francois, Charles. (2006). “El mundo real es una complejidad organizada que demanda una visión sistémica”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: https://www.tendencias21.net/El-mundo-real-es-una-complejidad-organizada-que-demanda-una-vision-sistemica_a1007.html.
- Gamble, Andrew & Payne, Anthony. (1996). *Conclusion: the new regionalism*, in: Gamble & Payne (eds), *Regionalism and World Order*, p. 251.
- García, José-León; Castilla, Carlos y García, Francisco. (2013). *Angola. Radiografía de un país petrolero*. Madrid, Catarata, Casa África.
- Gibler, Douglas & Braithwaite, Alex. (2013). “Dangerous neighbours. Regional territorial *globalization of world politics*, Hrsg. John Baylis, Steve Smith, und Patricia Owens, Gobierno de Angola. (2019). “A História”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.governo.gov.ao/historia.aspx>.
- Gobierno de España. (2019). “La Alianza Atlántica (OTAN): estructura y objetivos”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/ProyeccionAtlantica/Paginas/LaAlianzaAtlanticaEstructuraObjetivos.aspx>.
- Godehardt, Nadine & Nabers, Dirk. (2011). *Regional powers and regional orders*. New York: Routledge.
- Godoy, Arilda. (1995). “Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-9.
- Golden, Sean y Spoor, Max. (2006). “Regionalismo y desarrollo en Asia. Procesos, modelos y tendencias”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de:

- https://www.researchgate.net/publication/258794940_Regionalismo_y_desarrollo_en_Asia_Procesos_modelos_y_tendencias.
- Gómez, Laura. (2008). “How ‘new’ is the ‘New Regionalism’ in the Americas? The case of Mercosur”. *Journal of International Relations and Development* 11 (3): 279–308.
- Greenberg, Joseph. (1948). “The classification of African languages”. *American Anthropologist Association*, Chicago, Volume 50, pages 24–30, January-March 1948.
- Guba, Egon & Lincoln, Yvonna. (1994). “Competing paradigms in qualitative research”. En *Handbook of Qualitative Research. California, Sage Publications Ltd*. Cap. 6
- Gutiérrez, Manuel. (2009). *Art Rupestre en Angola. Province de Namibe*, Saint- Maur-Des-Fossés, Sépia.
- Haas, Ernst. (1961). “International integration. The European and the universal process”. *International Organization* 15 (3): 366–392.
- Haas, Ernst. (1975). *The obsolescence of regional integration theory*. Berkeley: University of California Press.
- Hall, Peter & Taylor, Rosemary. (1996). “Political science and the three new institutionalisms”. *Political Studies* 44 (5): 936–957.
- Hederich, Christian *et. al.* (1995). “Regiones cognitivas en Colombia”. Bogotá: CIUP- Universidad Pedagógica Nacional. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: https://www.researchgate.net/publication/321055130_Christian_Hederich_et_al_Regionescognitivas_de_Colombia.
- Held, David y Young, Kevin. (2011). “Más allá de la crisis financiera: conceptualización de las debilidades de la gobernanza global”. *Foro Internacional*, n.º 206, vol. LI, octubre diciembre, 606-635.
- Henrique, Isabel. (2013). *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro*, Lisboa, Comité Português do Projeto UNESCO A Rota do Escravo.
- Hernández, Leila. (2005). *Africa Na Sala De Aula: Visita À História Contemporânea*. São Paulo, Selo Negro, pp.59-69.
- Hertz, Noreena. (2004). *The Debt Threat*. Nueva York: Harper Collins Publishers.
- Hettne, Björn & Söderbaum, Fredrik. (1998). “The new regionalism approach”. *Politeia* 17 (3): 6–21.
- Hettne, Björn & Söderbaum, Fredrik. (2000). “Theorising the rise of regionness”. *New Political Economy* 5 (3): 457–472.
- Hettne, Björn. (2005). “Beyond the ‘new’ regionalism”. *New Political Economy*, 10:4, 543-571, DOI: 10.1080/13563460500344484.

- Higgott, Richard. (1999). *The political economy of globalisation in East Asia*. In *Globalisation and the Asia Pacific: Contested territories*, Hrsg. Kris Olds, Philip F. Kelly, und Peter Dicken, 87–101. London: Routledge.
- Hoffmann, Stanley. (1966). “Obstinate or obsolete? The fate of the nation-state and the case of Western Europe”. *Daedalus* 95 (3): 862–915.
- Holanda, A. (2006). “Cuestiones sobre investigación cualitativa e investigación fenomenológica”. *Análisis Psicológico*, 3 (XXIV), 363-372.
- Higgott, Richard. (1999). *The political economy of globalisation in East Asia*. In *Globalisation and the Asia Pacific: Contested territories*, Hrsg. Kris Olds, Philip F. Kelly, und Peter Dicken, 87–101. London: Routledge.
- <http://www.cadtm.org/El-apoyo-del-Banco-Mundial-y-del-FMI-a-las-dictaduras>.
- http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/ANGOLA_FICHA%20PAIS.pdf.
- <http://www.portugal-linha.pt/opinioao/CAlexandrino/tsimulambuco.html>.
- <https://fh.mdp.edu.ar/encuentros/index.php/jie/3jie/paper/download/1288/724>.
- <https://www.imf.org/external/pubs/ft/spn/2010/spn1006.pdf>.
- https://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/1484/02.AFJF_2de3.pdf?sequence=2&isAllowed=y.
- Hurrell, Andrew. (1995). *Regionalism in theoretical perspective*. In *Regionalism in World politics. Regional organization and international order*, Hrsg. Andrew Hurrell und Louise Fawcett, 37–73. Oxford: Oxford University Press. In *Stable peace among nations*, Hrsg. Arie Kacowicz, Yaakov Bar-Siman-Tov, Ole Elgström, und Magnus Jerneck, 55–73. Rowman and Littlefield: Lanham.
- Iniesta, Ferrán (2007). *Kuma: Historia Del África Negra*, Barcelona, Bellaterra, Biblioteca de Estudios Africanos, p. 236.
- Instituto Nacional de Estadística de Angola (INE) (2019). “Censo de población y vivienda”. *Gobierno de Angola*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.ine-ao.com>. *International Journal* 30 (4): 589–627.
- Jacobs, Andreas (2003). *Realismus*. In *Theorien der Internationalen Beziehungen*, Hrsg. Spindler Schieder und Manuela Spindler, 35–60. Opladen: UTB.
- James, Anthony (2017). “Origin of White Papers”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://klariti.com/white-papers/origin-of-white-papers/>.
- Jesus, Armanda. (2008). *El Sistema Financiero de Angola. Comparación con otros sistemas financieros*, Tesis Doctoral, Universidad de Barcelona. Documento en línea, consultado en junio de 2019.

- Higgott, Richard. (1999). *The political economy of globalisation in East Asia*. In *Globalisation and the Asia Pacific: Contested territories*, Hrsg. Kris Olds, Philip F. Kelly, und Peter Dicken, 87–101. London: Routledge.
- Jick, T. D. (1979). *Mixing qualitative and quantitative methods. Triangulation in action*.
- Joveta, José. (2011). *A política externa de Angola: Novos regionalismos e relações Bilaterais com o Brasil*. Tesis Doctoral. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul.
- Katzenstein, Peter. (2005). *A world of regions. Asia and Europe in the American imperium*. Ithaca: Cornell University Press.
- Keating, Michael & Loughlin, John. (1997). *The political economy of regionalism*. London: Cass.
- Keohane, Robert & Nye, Joseph. (1975). *International interdependence and integration*. In *International politics. Handbook of political science*, Hrsg. Fred I. Greenstein und Nelson W. Polsby, 363–414. Reading: Addison-Wesley.
- Keohane, Robert & Nye, Joseph. (1977). *Power and interdependence*. Boston: Littleand Brown.
- Keohane, Robert & Nye, Joseph. (1989). *Power and interdependence*. Glenview: Scott & Foresman.
- Keohane, Robert. (1984). *After hegemony cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press.
- Keohane, Robert. (1989). *International institutions and state power*. Boulder: Westview.
- Keohane, Robert. (1990). *International liberalism reconsidered*. In *The economic limits to modern politics*, Hrsg. John Dunn, 165–194. Cambridge: Cambridge University Press.
- Keohane, Robert. (2001). “Governance in a partially globalized world.” *American Political Science Review* 95 (1): 1–13.
- Kindleberger, Charles. (1973). *The world in depression, 1929–1939*. Berkeley: University of California Press.
- Koschut, Simon. (2012). “Friedlicher Wandel ohne Demokratie? Theoretische und empirische.
- Koschut, Simon. (2014a). “Emotional (security) communities. The significance of emotion norms in inter-allied conflict management”. *Review of International Studies* 40 (3): 533–558.

- Koschut, Simon. (2014b). "Transatlantic conflict management inside-out: The impact of domestic norms on regional security practices". *Cambridge Review of International Affairs* 27 (2): 339–361.
- Koschut, Simon. (2017). *Regionen und Regionalismus in den Internationalen, Beziehungen*. Springer VS. Berlin, Deutschland.
- Krasner, Stephen. (1993). *Westphalia and all that*. In *Ideas and foreign policy: Beliefs, institutions, and political change*, Hrsg. Judith Goldstein und Robert O. Keohane, 235–264. Ithaca: Cornell University Press.
- Krasner, Stephen. (1993). *Westphalia and all that*. In *Ideas and foreign policy: Beliefs, institutions, and political change*, Hrsg. Judith Goldstein und Robert O. Keohane, 235–264. Ithaca: Cornell University Press.
- Krasner, Stephen. (1995). "Compromising Westphalia". *International Security* 20 (1): 115–151.
- Krasner, Stephen. (1999). *Sovereignty: Organized hypocrisy*. Princeton: Princeton University.
- Krauthammer, Charles. (1990). "The Unipolar Moment". *Foreign Affairs* Vol. 70, No. 1, America and the World 1990/91 (1990/1991), pp. 23-33.
- Lawson, Max. (2002). "Death on the Doorstep of the Summit". Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/death-on-the-doorstep-of-the-summit-114112>.
- Lord, Dick. (2006). *krom fledgling to eagle: the South African Air Force during the Border War, 30 Degrees South*, Johannesburg, ISBN 9781920143305.
- MacLeod, Gordon. (2001). "New regionalism reconsidered: Globalization and the remaking of political economic space". *International Journal of Urban and Regional Research* 25 (4): 804–829.
- Magnaplus. (2019). "Angola". Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://esperanza.magnaplus.org/articulo/-/articulo/GEO0001/angola>.
- Makinda, Samuel & Okumu, Wafula. (2007). *The African Union: Challenges of globalization*.
- Mansfield, Edward & Milner, Helen. (1999). "The new wave of regionalism". *International Organization* 53 (3): 589–627.
- March, James y Olsen, Johan. (1984). "The New-Institutionalism: Organizational Factors in Political Life". *American Political Science Review*, Vol. 78/3, pp. 734-749.
- March, James y Olsen, Johan. (1989). *Rediscovering Institutions*, New York: Free Press.

- Mayan, María. (2009). *Essentials of qualitative inquiry*. Walnut Creek: Left Coast Press, Inc.
- MERCOSUR. (2019). “¿Qué es MERCOSUR?”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.mercosur.int/quienes-somos/en-pocas-palabras/>
- Merriam, Sharam. (1998). *Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Second Edition*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Miles, Matthew & Huberman, Michael. (1994a). *Qualitative data analysis*. Beberly Hills, CA: Sage Publications.
- Miles, Matthew & Huberman, Michael (1994b). *An Expanded Sourcebook. Qualitative Data Analysis*. London: SAGE Publications. Thousands Oaks.
- Miller, Benjamin (2000). *The international, regional and domestic sources of regional peace*.
- Ministerio de Defensa del Gobierno de España (2019). “Tratado sobre las Fuerzas Armadas Convencionales en Europa (FACE)”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.defensa.gob.es/Galerias/defensadocs/tratado-FACE.pdf>
- Mitrany, David (1943). *A working peace system*. Chicago: Quadrangle Books.
- Mittelman, James (1996). “Rethinking the “New Regionalism” in the context of globalization”. *Global Governance* 2 (2): 189–213.
- Moravcsik, Andrew (1993). “Preferences and power in the European community. A liberal intergovernmental approach”. *Journal of Common Market Studies* 31 (4): 474–480.
- Morgenthau, Hans (1948). *Politics among nations*. New York: McGraw Hill.
- Moriña, Anabel (2003). *Diversidad en la escuela: Diseño, Desarrollo y Valoración de una propuesta de formación para el profesorado*. Tesis Doctoral, Tomo I, Universidad de Sevilla.
- Murillo, Carlos (2014). “Regionalismo e integración regional: una aproximación teórica”. *ICAP-Revista Centroamericana de Administración Pública* (66-67): 183-211, diciembre 2014.
- Murphy, Alexander. (1991). “Regions as social constructs. The gap between theory and Practice”. *Progress in Human Geography* 15 (1): 22–35.
- Murray, Rachel. (2004). *Human rights in Africa: From the OAU to the African Union*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nally, Rand y Company. (1995). “Atlas Universal, México”. *Reader´s Digest*, pp.68, 69, 174-181.

- Nathan, Laurie. (2006). "Domestic instability and security communities". *European Journal of International Relations* 12 (2): 275–299.
- Núñez, Francisco. (2012). "Euroesclerosis". *El Economista*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.economista.com.mx/opinion/Euroesclerosis-20120730-0013.html>.
- Nye, Joseph. (1968). "Comparative regional integration: Concepts and measurement". *International Organization* 22 (4): 855–880.
- Oficina de Información Diplomática del Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación. (2019). "Angola. República de Angola". Documento en línea, consultado en mayo de 2019.
- Oliver, Roland. (1972). "Breve Historia de África". *Revista Española de la Opinión Pública*, n.º 30, Oct. - Dec., pp. 398-400
- Organización Mundial de Comercio. (2019). "¿Qué es la OMC". Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: https://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/whatis_s.htm.
- Oxford University Press. (2019). "Protohistoria". *Spanish Oxford Living Dictionaries*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://es.oxforddictionaries.com/definicion/protohistoria>.
- Paasi, Anssi. (2003). "Region and place: Regional identity in question". *Progress in human*
- Panikkar, Kavalam. (1948). *Regionalism and world security*. In *Regionalism and security*, Hrsg. Kavalam M. Panikkar. New Delhi: Indian Council of World Affairs.
- Parejo, Gámir; Calvo, Bernardino y Gutiérrez, Paúl. (1993). *El Sistema financiero en los países de la Comunidad Europea*. Editorial AC. Madrid.
- Parrilla, Ángeles. (2000). *Proyecto docente e investigador II*. Cátedra de Universidad, Universidad de Sevilla.
- Patton, Michael. (2002). "Two decades of development in qualitative inquiry". *Qualitative Social Work*, 1, pp. 261-283.
- Perkmann, Markus & Sum, Ngai-Ling. (2002). *Globalization, regionalization and cross-border regions: Scales, discourses and governance*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Peters, Guy. (2003). *El nuevo institucionalismo. Teoría institucional en ciencia política*. Ed. ingl.: Institutional Theory in Political Science: The 'New Institutionalism', 1999, Barcelona: Gedisa.

- Poon, Jessie. (2001). "Regionalism in the Asia Pacific: Is geography destiny?". *Area* 33 (3): 252–260.
- Portes, Alejandro & Walton, John. (1981). *Labor, Class, and the International System*. Academic Press.
- Pouliot, Vincent. (2010). *International security in practice. The politics of NATO-Russia diplomacy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pugh, Michael. (2003). *The world order politics of regionalisation*. In *The UN and regional security: Europe and beyond*, Hrsg. Michael Pugh und Waheguru P. Singh Sidhu, 31–46. Boulder: Lynne Rienner.
- Pujadas, Juan. (2002). *El método biográfico: El uso de las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (edición original, 1992).
- Rionda, Jorge. (2009). "La migración en la reestructuración económica actual". *Biblioteca Virtual de Derecho, Economía y Ciencias Sociales*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2009c/598/teoria%20del%20sistema%20mundial.htm>.
- Riquelme, Rodrigo. (2018). "¿Qué es el Tratado de Libre Comercio de América del Norte?" Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.eleconomista.com.mx/internacionales/Que-es-el-Tratado-de-Libre-Comercio-de-America-del-Norte-20161123-0111.html>
- Rittberger, Volker. (1993). *Regime theory and international relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Rodríguez, Gregorio; Gil, Javier y García, Eduardo. (1996). *Metodología de la Investigación Cualitativa*. Granada: Aljibe.
- Rodríguez, Pedro y Ochoa, Luis. (2014). "Los regionalismos en el siglo XXI: Conceptualización, retos y perspectivas en la nueva estructura internacional". *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, vol. XII, núm. 20, 2014, pp. 77-100. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=96031437005>.
- Ruquoy, Danielle. (2011). "Situação de entrevista e estratégia do entrevistador", em Albarello, Luc et al, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Russett, Bruce & Oneal, John. (2001). *Triangulating peace. Democracy, interdependence, and international organizations*. New York: Norton.

- SADC. (2019). “Acerca de la SADC”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-facts-figures/>
- Sánchez, Jérica. (2013). *Las condiciones estructurales en África y el derecho al desarrollo*. Tesis de grado de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, México, Universidad Autónoma de México.
- Sandín, María. (2003). *Investigación Cualitativa en Educación. Fundamentos y Tradiciones*. Madrid: McGraw Hill.
- Sandoval, Carlos. (1996). *La formulación y el diseño de los procesos de investigación social cualitativos*. En C. Sandoval, *Investigación cualitativa* (pp. 111-128). Bogotá: Instituto Colombiano para el Fomento de Educación Superior
- Santamaría, Antonio. (2006). *África en el horizonte. Introducción a la realidad socioeconómica del África Subsahariana*. Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, Madrid.
- Sassen, Sakia. (1988). *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schieder, Siegfried. (2003). *Neuer Liberalismus*. In *Theorien der Internationalen Beziehungen*, Hrsg. Siegfried Schieder und Manuela Spindler, 169–198. UTB: Opladen.
- Secretaría del Tratado Antártico. (2019). “El Tratado Antártico”. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://ats.aq/s/ats.htm>.
- Shaw, Timothy; Grant, Andrew & Cornelissen, Scarlett. (2012). *Introduction and Overview: The Study of New Regionalism(s) at the Start of the Second Debate of the Twenty-First Century* in *The Ashgate Research Companion to Regionalism*; edited by T. Shaw, J. Grant, and S. Cornelissen. England; Ashgate Publishing. Pp. 3-30.
- Simão da Cunha, Wesa. (2014). *Mercado Monetário e a Supervisão do Sistema Financeiro*
- Simons, Daniel. (1996). “In sight, out of mind: When object representations fail”. *Psychological Science*, 7, 301-305.
- Smith, Louis. (1978). *An Evolving Logic of Participation Observation, Educational Ethnography, and other Case Studies*. En: L. Shulman (Ed.), *Review of Research in Education*. Itasca III: Peacock.
- Söderbaum, Frederik & Sbragia, Alberta. (2010). “EU studies and the ‘New Regionalism’: What can be gained from dialogue?” *European Integration* 32 (6): 563–582.

- Söderbaum, Fredrik & Shaw, Timothy. (2003). *Theories of new regionalism*. New York: Palgrave Macmillan.
- Sohn, Byeong-hae. (2004). "Towards A New Regionalism in East Asia". *Journal of Economic Integration*. 19(3): 499-518.
- Stake, Robert. (1994). *The Art of case study research*. Thousand Oaks: Sage.
- Steenkamp, Willem. (2006). *Borderstrike!: South Africa into Angola 1975-1980*, Just Done Productions, Durban (South Africa), Tercera Edición.
- Taylor, S. J. & Bogdan, R. (2010). *Introducción a los métodos cualitativos*. Nueva York: Book Print (edición original, 1992).
- Telò, Mario. (2001). *European Union and new regionalism: Regional actors and global governance in a post-hegemonic Era*. Aldershot: Ashgate.
- Thompson, William. (1973). "The regional subsystem. A conceptual explication and a propositional Inventory". *International Studies Quarterly* 17 (1): 89–117.
- Tieku, Thomas. (2007). "African Union promotion of human security in Africa". *African Security Studies* 16 (2): 26–37.
- Titus, Alexander. (1996). *Unravelling Global Apartheid: an overview of world politics*. Polity press. p. 133.
- Toussaint, Eric. (2014). "El apoyo del Banco Mundial y del FMI a las dictaduras". Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: Überlegungen zur Bildung einer autokratischen Sicherheitsgemeinschaft". *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 19 (2): 41–69.
- Udombana, Nsongurua. (2001). "Can the leopard change its spots – The African Union treaty and human rights". *American University International Law Review* 17 (6): 1178–1261.
- Uriarte, Julia. (2017). "Edad de los Metales". *Características*. Documento en línea, consultado en mayo de 2019 de: <https://www.caracteristicas.co/edad-de-los-metales/>
- Valles, Miguel. (1999). *Técnicas Cualitativas de Investigación Social*. Madrid: Síntesis.
- Vásquez, John. (1998). *The power of power politics. From classical realism to neotraditionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Väyrynen, Raimo. (2003). Regionalism. "Old and new". *International Studies Review* 5 (1): 25–51.
- Vieira, Edgar. (2008). *La formación de espacios regionales en la integración de América Latina*. Bogotá: Convenio Andrés Bello.

- Wallerstein, Immanuel. (1974). "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis". *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 16, N.º 4 (Sep., 1974), pp. 387-415
- Walt, Stephen. (1987). *The origins of alliances*. Ithaca: Cornell University Press.
- Waltz, Kenneth. (1959). *Man, the state, and war*. New York: Columbia University Press.
- Waltz, Kenneth. (1979). *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill.
- Warleigh, Alex & Rosamond, Ben. (2010). "Across the EU-studies-new regionalism frontier: Invitation to dialogue". *Journal of Common Market Studies* 48 (4): 993–1013.
- Wilson, Steve. (1979). *Explorations of the Usefulness of Case Studies Evaluations*. *Evaluation Quarterly*, 3, 446-459.
- Wunderlich, Jens-Uwe. (2012). "The EU an actor sui generis? A comparison of EU and Asean.
- Zartman, William & Rubin, Jeffrey. (2009). *Power and negotiation*. Michigan: University of Michigan Press.
- Zoetizoum, Yarisse. (1992). *África: Problemas y perspectivas*, El Colegio de México, México.
- Aguilera, Rafael. (2002). "El problema del etnocentrismo en el debate antropológico entre Clifford Geertz, Richard Rorty y Lévi–Strauss". *Gazeta de Antropologia*, núm. 18, Granada, España.
- Aldecoa, Francisco. (1986). "El Acta Única Europea. Primer paso incierto en la profundización comunitaria hacia la Unión Europea". *Revistó de Estudios Internacionales*, Vol. 7. Núm. 2. Abril-junio 1986. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/2495871.pdf>.
- Amado, Solange. (2018). *Los procesos de integración y cooperación en África. El papel de Angola*. Tesis Doctoral de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid. Documento en línea, consultado en agosto de 2018 de: <https://eprints.ucm.es/48215/1/T40073.pdf>
- Anglican Communion. (2019). "Welcome to the worldwide Anglican Communion". Documento en línea, consultado en abril de 2019 de: www.anglicancommunion.org
- Angop. (2014). "Cunene: Angola y Namibia firman un acuerdo de conversión monetaria". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2014/8/39/Cunene-Angola-Namibia-assinam-acordo--conversao-monetaria,5666ce94-7072-4da7-a919-b419110b92eb.html.

- AFDB. (2011). “Southern Africa Regional Integration Strategy”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and_operations/2011_2015%20Southern%20Africa%20Regional%20Integration%20Strategy%20Paper.pdf.
- Almeida, E. (2011). *Angola. Potencia Regional en Emergencia*, Lisboa: Ediciones Colibri.
- Almeida, E. (2013). “La Comisión del Golfo de Guinea y la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur. Organizaciones Interzonales para la Persecución de la Seguridad Marítima en la Cuenca Meridional Atlántica”. *Revista Militar*, 2532. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 en: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797.
- Argemi, Daniel; Faiella, María y Luchetti, Javier. (2010). “El Apartheid sudafricano: consecuencias económicas y sociales”. *V Congreso de Relaciones Internacionales*. Documento en línea, consultado en abril de 2019 de: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/40052/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Armesilla, José. (2008). “El Neofeudalismo”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.nodulo.org/ec/2008/n072p12.htm>.
- Bernardino, L. (2011). “Contribuciones de Angola a la Arquitectura de Paz y Seguridad África. La cooperación militar en la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa, una Estrategia de afirmación regional. Gobierno y Política”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: http://www.webartigos.com/_resources/files/_modules/article/article_79634_20111112223_916eb4c.pdf.
- Bertrand, Badie (1995). *La fin des territoires*. Paris: Fayard.
- Bartesaghi, Ignacio y Pereira, María (2015). “Los procesos de integración en África: desarrollo en contextos adversos”. *Revista PUCE 101* de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Documento en línea, consultado en agosto de 2018 de: https://ucu.edu.uy/sites/default/files/facultad/fce/dnii/Los_procesos_de_integracion_en_Africa.pdf.
- Calduch, Rafael. (1991). *La sociedad internacional en Relaciones Internacionales*, Ediciones Ciencias Sociales. Madrid.

- Cardoso, Fernando; Ferreira, Jorge y Magalhães, Patricia. (2005). *África y Europa - Resolución de conflictos, gobernabilidad e integración regional*, Lisboa: Instituto de Estudios Estratégicos Internacionales.
- Cervenka, Zdenek y Legum, Colin. (1994). "Can National Dialogue break the power of terror in Burundi?" Report on the impact of the international Conference National Dialogue held in Bujumbura on May 15-18 on Burundian efforts to restore democratic process in the country" en *Current African Issues* (Uppsala: Nordiska Afrikainstituted) 17 de octubre.
- Connor, Walter. (1998). *Etnonacionalismo*. Madrid: Trama Editorial.
- Córcoles, José. (2009). "Estado-Nación Una visión antropológica". *Revista Digital Sociedad de la Información*. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: http://www.sociedadelainformacion.com/16/Politica_II_julio_2009.pdf
- Crush, Jonathan. (2005). "Northern Gateway: Cross Border Migration Between Namibia and Angola". *Southern Africa Migration Policy Series*, 38. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.queensu.ca/samp/sampresources/samppublications>.
- Darbon, Dominique y L'Hoiry, Philippe. (1982). *Pouvoir et intégration politique. Les cas du Burundi et du Malawi*. (Bordeaux: Centre d'étude d'Afrique noire; Institut d'études politiques de Bordeaux).
- Decraene, Philippe. (1989). *L'Afrique Centrale*. (París: Centre des Hautes Etudes sur l'Afrique et l'Asie Modernes).
- Deustua, Alenjandro. (2005). "La polaridad en las relaciones internacionales". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.contexto.org/pdfs/POLARIDADadc.pdf>
- Deutsche Welle. (2006). "Llamando a la puerta europea: ¿quién ayuda al Congo?" Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: www.dw.com/es/llamando-a-la-puerta-europea-quien-ayuda-al-congo/a-1924836-2.
- Deutsche Welle. (2007). "Tratado de Lisboa: un paso más en el proceso de integración". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <https://www.dw.com/es/la-uni%C3%B3n-europea-firma-tratado-de-lisboa/a-3003203>.
- El Mundo. (2013). "Cinco países de África oriental acuerdan tener una moneda común". Documento en línea, consultado en abril de 2019 de: <https://www.elmundo.es/economia/2013/12/01/529b76d861fd3d48058b457d.html>.

- Estéfan, Estanislau. (2014). *Livre Circulação de Pessoas na SADC: o caso de Angola*. Tesis de Maestría en Ciencias Políticas. Lisboa: ISCTE-UL.
- Expansión. (2019). “Proteccionismo”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.expansion.com/diccionario-economico/proteccionismo.html>.
- Fawcett, Louise y Hurrell, Andrews. (1995). *Regionalism in World Politics*, Oxford: Oxford University Press.
- Ferrada, Ricardo. (2011). “Aíme Césaire: Acción Pética y Negritud”. *Literatura y lingüística* (13): 89-104. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0716-58112001001300009&lng=es&nrm=iso&tlng=es.
- Ferreira, João. (2000). “The Politics of Non-Translation: A Case Study in AngloPortuguese Relations”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <https://www.erudit.org/fr/revues/ttr/2000-v13-n1-ttr1492/037395ar.pdf>
- Flory, Harriette y Jenike, Samuel. (1992). *The Modern World 16th century to present*, New York: Pitman Publishing.
- Francis, David. (2006). *Uniting Africa: Building regional peace and security systems*, Aldershot: Ashgate.
- Geiss, Imanuel. (1974). *The pan-African movement. A history of pan-Africanism in America, Europe and Africa*, London: Methuen.
- Gran Diccionario de la Lengua Española (2016). Larousse Editorial, S.L.
- Grant, Andrew. (2003). *New Regionalism and Micro-regionalism in South-Western Africa: The oil-rich enclave of Cabinda*. In Grant, J. e F. Söderbaum, eds. *The New Regionalism in Africa*. Aldershot: Ashgate: 125--143.
- Harmsen, Robert y Wilson, Thomas (2000). *Europeanization: Institution, Identities and Citizenship*. Atlanta: Rodopi
- Joveta, José. (2011). *A política externa de Angola: Novos regionalismos e relações Bilaterais com o brasil*. Tesis Doctoral. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul.
- Jones, Barry y Keating, Michael. (1995). *The European Union and the regions Oxford: Oxford University Press*. Instituto De Filosofia E Ciências Humanas. Porto Alegre.
- Kabunda, M. (2009). “Integración regional en África: obstáculos y alternativas”. *Nova África*. Núm. 25, pág. 91 -112.

- Koschut, Simon. (2017). *Regionen und Regionalismus in den Internationalen, Beziehungen*. Springer VS. Berlin, Deutschland.
- Lee, Margaret. (2003). *The Political Economy of Regionalism in Southern Africa*, London: Lynne Rienner Publishers.
- Martin De La Escalera, Carmen. (1955). “La Conferencia de Bandung, sus conclusiones y su posible alcance”. *Revista de Política Internacional*, Número 22. Documento en línea, consultado en abril de 2019 de: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/fondohistorico?IDR=13&IDN=1057IDA=32716>.
- Mattheis, Frank. (2017). *Afrika. Regionen und Regionalismus in den Internationalen, Beziehungen*. Springer VS. Berlin, Deutschland.
- Morante, Jorge. (2018). “¿Qué es el federalismo europeo?”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.uefmadrid.eu/el-federalismo-europeo/>.
- Mballa, Louis. (2008). “El Estado Africano: entre crisis y conflictos”. *Razón y Palabra*, vol. 13, núm. 62, mayo-junio, 2008. Documento en línea, consultado en agosto de 2018 de: <http://www.redalyc.org/pdf/1995/199520738006.pdf>.
- Mistry, Percy. (2000). “Africa’s record of regional cooperation and integration”. *African Affairs*, 99, 553–573.
- Neves, Antonio. (2018). “Particularidades de la Integración Africana en el contexto de la Integración Económica Internacional”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: http://www.isri.cu/sites/default/files/publicaciones/articulos/boletin_0518.pdf.
- Nye, J. (1968). *International Regionalism: Readings*. Boston: Little, Brown and Company.
- OKACOM, Okaflow, n.º 1, noviembre 2005.
- Organización de las Naciones Unidas. (1976). *Apartheid. La política de discriminación racial en Sudáfrica*, Buenos Aires, Argentina.
- Pegado, A. (2014). *Angola como potencia regional emergente: análisis de los factores estratégicos (2002-2012)*. Tesis de Doctorado en Estudios Africanos. Lisboa: ISCTE-UL.
- Peñas, Julián. (1994). “El declinar del panarabismo”. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4768770.pdf>.

- Politi, A. (1997). "Nouveaux risques transnationaux et sécurité européenne". *Cahiers de Chaillot*, 38-40.
- Quermonne, Jean-Louis. (2001). *Le système politique de l'Union Européenne*, Montchrestien, París.
- Quermonne, Jean-Louis y Croizat, Maurice (1996). *L'Europe et le federalismo*, París, Montchrestien.
- Ramírez, Laura. (2006). *Nacionalismos: evolución de sus definiciones teóricas y su permanencia durante la guerra y posguerra fría*, en Patiño, Carlos; Ramírez, Laura y Ortiz, Posguerra fría: Acercamiento histórico y político, Editorial UPB-Universidad Pontificia Bolivariana- Medellín, pp. 69-138.
- Rodrigues, Cristina. (2007). "Cunene en movimiento: dinámicas empresariales fronterizas". *Economía Global y Gestión*, 12 (3), 57-70.
- Rodríguez, Pedro y Ochoa, Luis. (2014). "Los regionalismos en el siglo XXI: Conceptualización, retos y perspectivas en la nueva estructura internacional". *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, vol. XII, núm. 20, 2014, pp. 77-100. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=96031437005>.
- SADC. (2019). "History and Treaty". Portal en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/history--and--treaty/>
- Saavedra, Agustín. (2011). "Estado Westfaliano y tareas internacionales". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.agustinsaavedraweise.com/art-2011/estado.php>.
- SACU. (2019). "About SACU". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://www.sacu.int/about.php?include=about%2Fhistory.html>
- Schnake, Alex. (2011). "Orden multipolar en el siglo XXI: Efectos globales y regionales". *Revista Encrucijada Americana*, pp. 19-41. Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: http://www.encrucijadaamericana.cl/articulos/n1_2010/2Schnake_Orden_multipolar_en_el_siglo_XXI.pdf.
- Sharma, Subhash; Shimp, Terence y Shin, Jeongshi. (1995). "Consumer Ethnocentrism: A test of antecedents and moderators". *Journal of the Academy of Marketing Science*, 23:1.

- Soriano, Juana. (2016). "El Trabajo Intelectual. Universidad Autónoma del Estado de México". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: ri.uaemex.mx/bitstream/20.500.11799/64560/1/secme-25692.ppt.
- Sumner, William. (1906). *Folkways: The Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores, and Morals*, Nueva York, NY: Ginn and Co.
- Stetter, Stephan. (2017). *Naher und Mittlerer Osten. Regionen und Regionalismus in den Internationalen, Beziehungen*. Springer VS. Berlin, Deutschland.
- The Commonwealth. (2019). "Our work". Documento en línea, consultado en abril de 2019 de: <http://thecommonwealth.org/our-work>.
- Toasijé, Antumi. (2013). *Si me preguntáis por el Panafricanismo y la Afrocentricidad*, WanafriKa, Madrid.
- Trujillo, José. (2017). "Los Conflictos Coloniales: El Incidente de Fachoda (1898)". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: <http://joseluistrujillorodriguez.blogspot.com/2017/01/los-conflictos-coloniales-el-incidente.html>.
- Wabgou, Maguemati. (2010). "Análisis de Coyuntura Política y Económica: Globalización en África y Política Internacional". Documento en línea, consultado en marzo de 2019 de: http://publicaciones.sodepaz.org/images/uploads/documents/revista047/coyuntura_maguemati.pdf.
- Warleigh-Lack, Alex; Robinson, Nick y Rosamond, Ben. (2011). *New Regionalism and the European Union. Dialogues, Comparisons and New Research Directions*. 296 pages. Routledge, London 27 May.
- Wilson, Zö. y Mwaka, Arsène. (2003). *Angola after Savimbi: New hope for the South/Central region*. In Grant, J. e F. Söderbaum, eds. *The New Regionalism in Africa*. Aldershot: Ashgate: 144-158.
- Zeller, Wolfgang. (2009). "Danger and opportunity in Katima Mulilo: A Namibian border boomtown at transnational crossroads". *Journal of Southern African Studies*, 35(1), pp. 133-154.

ANEXO A – Caracterização económica da fronteira sul de Angola e norte da Namíbia

Quadro A.0.1 – Instituições publicas, privadas e serviços informais existentes na fronteira sul de Angola (Santaclara) (elaborado pelo autor 2016)

Localidade	Instituições (públicas)	Instituições (privadas)	Informal
Santa Clara (Angola)	AGT- Administração Geral Tributaria; SME- Serviços de Migração e Estrangeiros; Policial Fiscal, Polícia de Guarda Fronteira, SINSE, Serviços de Saúde, Comércio Externo, Serviços Veterinários, Serviços de Proteção Civil e Bombeiros, Administração Comunal da Povoação de Santaclara, Poder Tradicional. Postos de Saúde, Escolas do 1º Ciclo do Ensino Primário,	Banca de Despachantes, Serviços de Telecomunicações: Unitel e Angola Telecom, Bancos Comerciais Privados e Estatal(Bancos: BPC (Publico), BCI, BAI, BFA, BCA, Banco Keve, Banco MillenniumAtlântico, Banco BIC, Banco Bank, Banco BNI, Banco Economico, Banco Sol), e Casas de Câmbios (Nova Cambio) Restaurantes e Similares, Bombas de Combustíveis(Sonangol , Pumangol e outros), Estaleiros Serviços de Transportação de Pessoas Interprovinciais: Macom. Ango-Real, SGO, estabelecimentos de comercio a retalhos, cantinas, quiosques,	Comércio informal em locais diversos: vulgos praças, e mercados ambulantes, zungueiras, roboteiros, kinguileiros, taxistas, moto taxistas, guias, Transportadores de Mercadores / de pequena media e grandes atividades barracas de comes e bebes (vulgos quefes) cantinas, estivadores e Prostitutas.

Quadro A.0.2 - Instituições públicas e privadas e sector informal existentes na fronteira norte da Namíbia (Oshikango) (elaborado pelo autor em 2016)

Localidade	Instituições (públicas)	Instituições (privadas)	Informal
Oshikango (Namíbia)	Alfândegas, Serviços de Imigração, RoodFound, Polícia de Guarda Fronteira, Polícia de transito, Polícia de ordem pública, Serviços de saúde, Serviços Veterinários, Polícia fiscal,	Banca de Despachantes, Armazéns Sem Impostos, Stands de Venda de Viaturas, lojas de Vendas de acessórios, supermercados, Lojas, serviços de seguranças, serviços de camionagens e autocarros de longo curso, serviços de Prestação de serviços de manutenção de viaturas,, farmácias, clínicas, centros de saúdes, hospitais, escolas, colégios, serviços de telecomunicações CelOne-MTC, Tango, Bancos Comerciais privados e estatal , Casas de Câmbios, restaurantes, Bombas de combustíveis, estaleiros de autocarros interprovinciais, estabelecimentos de comercio a retalhos, cantinas , quiosques, cantinas, Serviços de Transportação de Pessoas Interprovinciais (Ndapuka e Outros)	Comércio informal em locais diversos vulgos: praças, taxistas, guias, barracas de comes e bebes (quefes), mercado informal de venda de bebidas, venda de cabritos, boys, porcos e celinhas, frescos e outros). intermediários, Estivadores e Prostitutas.

ANEXO B – Acordos de cooperação entre Angola e Namíbia

Quadro B.1 – Acordos de cooperação entre Angola e Namíbia

N.O	Designação	Domínio	Assinaturas	Duração	Observações
1	Acordo	Investimento	21.03.04 WalvisBay	10 anos renováveis por período de 5 anos sucessivos	Aprovado pelo C.M Resol. N° 41/106 de 24/07-DRn°89. Aguarda Ratificação.
2	Acordo Tripartido	Repatriamento de Refugiados	28.11.2002 Luanda		
3	Tratado sobre a Delimitação e Demarcação de Fronteira Marítima	Fronteira marítima	04.06.2002	Indefinido	
4	Acordo	Águas			
5	Acordo Comercial	Comercial e Económico	21.03.2004 WalvisBay	5 anos renováveis por período de 3 anos sucessivos	Aprovado pela Ass. Nac. Res n° 21/05 de 17 de agosto –D.R n° 98. Aguarda Carta de Ratificação.
6	Protocolo de cooperação	Telecomunicações	07.10.2005 Luanda	3 Anos renováveis	

7	Acordo sobre a Isenção de Vistos	SME	07.10.2005 Luanda	5 Anos renováveis	Aprovado pela Ass. Nac. Res nº 3/07 de 21 de Fev –D.R nº 23. Carta de Ratificação em posse da parte namibiana. 18.06.07
8	Acordo	SME	07.10.2005 Luanda	5 Anos renováveis	Aprovado pela Ass. Nac. Res nº 4/07 de 21 de Fev –D.R nº 23. Carta de Ratificação em posse da parte namibiana. 12.07.07
9	Adenda ao acordo	SME	07.10.2005 Luanda	5 Anos renováveis	Aprovado pela Ass. Nac. Res nº 15/07 de 25/04 –D.R nº 50. Carta de Ratificação em posse da parte namibiana. 12.07.07
10	Acordo de Cooperação	Comissão Bilateral	18.09.1990 Lubango	5 Anos renováveis	
11	Acordo sobre Serviços Aéreos	Transporte Aéreos	20.03.2007 Windhoek	Indefinido	
12	Protocolo de Cooperação	Defesa	07.10.2005		Aprovado pela Ass. Nac. Res nº 2/07 de 21/02 –D.R nº 23. Carta de Ratificação em posse da parte namibiana. 12.07.07

13	Acordo de Cooperação	Comunicação Social	24.10.2007	2 Anos renováveis por períodos sucessivos de 1 Ano	Em vigor a partir da data da sua assinatura
14	Acordo	SME	11.04.1996		Aprovado pela Ass. Nac. Resol n° 18/07 de 25/04-D.R n° 50. Carta de ratificação de 18.06.07 em posse da parte namibiana desde 12.07.07
15	Memorando de Entendimento	Conservação Florestal/Parque	01.08.2003 Windhoek	2 Anos renováveis	Aprovado pelo C.M. Resol n° 41/06 de 24/07-D.R n° 89. Aguarda ratificação.
16	Protocolo de Cooperação	Administração Local	07.08.2008 Windhoek	5 Anos renováveis	Cons. Min.
17	Acordo de Cooperação	Comercial e económico	00/00/2004	5 Anos renováveis	
18	Acordo de Cooperação e Assistência Mútua Administrativa em matéria Aduaneira	Alfandegas de Angola e Namíbia	06/07/2016		

19	Protocolo de Cooperação no Domínio das Pescas e da Aquicultura	Pescas e Aquicultura	24.10.2007	5 Anos	Cons. Min. Para sessão de 29.06
20	Memorando de Entendimento	Dos Petróleos	25.06.2013 Windhoek	3 anos	
21	Memorando de Entendimento	Da Geologia, Minas e Comercialização de Minerais	29.04.2014 Luanda	5 anos renováveis	
22	Acordo de Cooperação	Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria	25.09.2014 Luanda	5 anos renováveis	
23	Memorando de Intenções	Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria	25.09.2014 Luanda		
24	Memorando de Entendimento sobre o Controlo, Prevenção das doenças dos Animais transfronteiriços (Febre Aftosa e Pleuropneumonia Bovina contagiosa)	Agricultura	23.05.2013 Windhoek		
25	Acordo de conversão monetária	Banco Nacional de Angola		Suspenso	Aviso nº 10/15, de 16 de julho de 2016

ANEXO C – Imagens do trabalho de campo



Figura C.1 – [22-09-2014] Cerimónia de Assinatura do Memorando do Acordo de Conversão Monetária, Santa Clara (Angola).



Figura C.2 – [18-06-2015] Ato de Assinatura do Acordo de Conversão Monetária, Oshikango (Namíbia).



Figura C.3 - [18-06-2015] Ato de Assinatura do Acordo de Conversão Monetária, Oshikango (Namíbia).



Figura C.4 – [18-06-2015] Governadores do Banco Nacional de Angola e Banco da Namíbia- Governador do Cunene; Governador de Ohangwena.



Figura C.5 – [18-06-2015] Participantes do Ato de Assinatura do Acordo de Conversão Monetária.

[06-12-2015] – Entrevista coletivas com as senhoras que transportam mercadorias na cabeça partir das lojas de Oshikango atravessando o posto de Santa-Clara para os camiões dos empresários que fornecem produtos e bens diverso em várias províncias Angola, e lojas, tabernas, mercados informais dos comerciantes locais de outros pontos (Fuga ao fisco).



Figura C.6 - Ponto Aduaneiro de Santa Clara, entrada para Namíbia.



Figura C.7 - Entrevista no posto de entrada para Namíbia (OSHIKANGO) com ou sem documentos, com bebés ao colo ou nas costas.



Figura C.8 - Saída da Namíbia Para Angola. Senhoras com diversos produtos para os camiões.



Figura C.9 - Saída da Namíbia Para Angola. Senhoras com diversos produtos para os camiões.



Figura C.10 – [02-12-2015] Entrevista coletiva com os moto-taxistas – No Posto Fronteiriço de Santa-Clara (Angola).



Figura C.11 - Entrevista com os Moto-taxistas.



Figura C.12 - Entrevista com os Moto-taxistas.



Figura C.13 - Entrevista com os Moto-taxistas.



Figura C.14 - Entrevista com os kinguleiros, em Santa Clara (Angola).



Figura C.15 - Entrevista com os kinguleiros, em Santa Clara (Angola).



Figura C.16 - Entrevista com os kinguleiros, em Santa Clara (Angola).



Figura C.17 - Entrevista com os kinguleiros, em Santa Clara (Angola).



Figura C.18 - Avenida Principal de Santa Clara (Angola).



Figura C.19 - Avenida Principal de Santa Clara (Angola).



Figura C.20 - Vista da Povoação de Santa Clara.



Figura C.21 - Posto Aduaneiro de Santa Clara (Angola).



Figura C.22 - Parque Aduaneiro da AGT do Posto Fronteiriço de Santa Clara (Angola).



Figura C.23 - Parque Aduaneiro da AGT do Posto Fronteiriço de Santa Clara (Angola).



Figura C.24 - Pontos de Travessia: Fronteiro de Santa Clara (Angola)- Oshikango (Namíbia).



Figura C.25 - Vista da Posto Fronteiro de Oskikango.



Figura C.26 – [15-12-2015] Entrevista individual com Seculo, uma autoridade tradicional do Município de Namacunde.



Figura C.27 – [31.12.2015] Entrevista individual com o senhor João Lopes em Ondjiva. pai Português e mãe Angolana. Nasceu em Angola, foram os primeiros empreendedores de Ondjiva e Namacunde na Era colonial e atualmente reside em Ondjiva.

[06-02-2016] Workshop – Apresentação dos resultados preliminares aos principais atores da fronteira sul de Angola (Província do Cunene, Município de Namacunde, Santa Clara) e recolha de contribuições adicionais. Na ocasião das comemorações do 99.º aniversário da morte de Sua Majestade Rei Mandume Ya Ndemufayo, Ohiole.



Figura C.28 - Apresentação do Preletor. Ao Centro Mestre LúcioNdinoit, e a esquerda Dr. Mavaloneque.



Figura C.29 - Preletor Ezequiel Israel Jonas.



Figura C.30 - Participantes: Segundo Comandante Província da Polícia Nacional do Cunene, Cônsul da República de Angola em Oshakati, Diretor do Serviços de Investigação Criminal, Representante da Administração Geral Tributaria.



Figura C.31 - Participantes: Vice-Governador P/Sector Economico, Nacionalista Senhora Dodé Gil, Mestre Apolo Ndinoulenga (Administrador de Namacunde) e Dr. Vicente, Diretor da Cultura.



Figura C.32 - Intervenção do Dr. EleutérioNhivilikwa , em torno da realidade da fronteira, questões da Saúde Fronteira Sul de Angola.



Figura C.33 - Intervenção do Cônsul da República de Angola em Oshakati (República da Namíbia), em função da migração legal e ilegal dos angolanos.



Figura C.34 - Intervenção do Diretor dos Serviços de Investigação Criminal, em termos dos crimes transfronteiriços.



Figura C.35 - Intersersão da Senhora Eugenia Fudeni, Princesa de Ohiole

ANEXO D – Modelos dos questionários

Questionário 1:



Instituto Universitário de Lisboa

O presente questionário enquadra-se no projeto de investigação científica da Tese de Doutoramento em Estudos Africanos sobre o *Regionalismo Transfronteiriço* e tem como principal objetivo efetuar o levantamento das principais infraestruturas e atividades exercidas junto da fronteira sul de Angola (vila de Santa Clara) e em Oshikango (Namíbia). Pretende-se, pois, conhecer os modelos de microrregionalismos relevantes para a integração económica.

Solicita-se assim a máxima sinceridade nas respostas. O seu contributo é essencial.

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO	
NOME :	
CARGO O:	
INSTITUIÇÃO O:	
HABILITAÇÕES ES:	
NATURAL DE:	PROVÍNCIA DE:
DATA DE NASCIMENTO: / /	TELEFONE Nº:
CORREIO ELECTRÓNICO:	

Questionário 1 - Levantamento de instituições públicas e privadas existentes na fronteira sul de Angola.

1. Quantas instituições operam na fronteira sul de Angola? _____
2. Que tipos de atividade exercem? _____

3. Quais as políticas adaptadas por estas instituições para fazer face às exigências da região fronteiriça? _____

4. Há colaboração nas distintas áreas entre as instituições públicas e as restantes?
Sim Como/qual? _____

Não Porquê? _____

Local: _____ em ____/____/____

Agradeço a sua disponibilidade.

Q1-DEARTFSA EIJ15/16

Questionário 2:



Instituto Universitário de Lisboa

O presente questionário enquadra-se no projeto de investigação científica da Tese de Doutoramento em Estudos Africanos sobre o *Regionalismo Transfronteiriço* e tem como principal objetivo efetuar o levantamento das principais infraestruturas e atividades exercidas junto da fronteira sul de Angola (vila de Santa Clara) e em Oshikango (Namíbia). Pretende-se, pois, conhecer os modelos de microrregionalismos relevantes para a integração económica.

Solicita-se assim a máxima sinceridade nas respostas. O seu contributo é essencial.

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO	
NOME :	
CARGO O:	
INSTITUIÇÃO O:	
HABILITAÇÕES ES:	
NATURAL DE:	PROVÍNCIA DE:
DATA DE NASCIMENTO: / /	TELEFONE Nº:
CORREIO ELECTRÓNICO:	

Questionário 2 - Para os responsáveis das instituições que controlam a fronteira.

1. Em termos de organização, qual é a estrutura orgânica desta instituição do Estado e qual é a dependência dela em relação aos órgãos provinciais e centrais?

2. Há quanto tempo funciona este Organismo na Fronteira Sul de Angola e quais foram as transformações notáveis que sofreu até à presente data?

3. Sendo uma Instituição do Estado que exerce atividades na Fronteira Sul de Angola, quais são as principais atividades de rotina da vossa instituição?

4. Quais os principais constrangimentos decorrentes das atividades que exerce junto da fronteira?

5. Como tem sido a relação de intercâmbio das atividades que exerce junto das instituições namibianas que exercem as mesmas atividades?

6. Com vista a manter o cumprimento e a legalidade da atividade exercida na fronteira sul de Angola, que medidas são postas em prática com vista a mitigar toda a ação ilegal exercida nesta região?

7. Dentro do plano diretor da Instituição que dirige, que políticas foram traçadas para conter/controlar as infrações que ocorrem a nível da fronteira sul de Angola?

8. Qual tem sido o contributo quer do Governo local quer do Governo central no exercício das tarefas levadas a cabo por vós?

9. A sua atividade e experiência reconhecem o volume de entradas e saídas de pessoas residentes e não residentes, e de mercadorias de comerciantes e importadores residentes e não residentes. Qual é a política existente em termos de modernização e estandardização (cadastramento) da população residente, com vista a prestar os melhores serviços e facilidade na mobilidade destes, no que diz respeito à necessidade de travessia, baseando-se no acordo firmado entre Angola e Namíbia em abril de 1996 (Ver Decreto nº. 4/98 de 03 de abril)?

9.1. Como funcionava antes o comércio transfronteiriço e a troca de divisas? O que é que mudou?

10. No ponto de vista de vários especialistas em questões de Fronteiras, ela não serve apenas para exercer o poder de proibição ou controlo das violações que possam decorrer, mas trata-se de uma zona de oportunidades em termos de trocas e que tem influências significativas no desenvolvimento de uma comunidade. Neste contexto, quais são os planos/projetos estruturantes desenvolvidos com vista a criar uma maior atração em termos de comércio, emprego e arrecadação de receitas?

11. Em termos de empregabilidade nesta Instituição, qual é a política de inclusão da população residente com vista a assegurar e facilitar a comunicação? E no que diz respeito à população não residente em termos de equilíbrio de culturas e línguas?

12. Qual tem sido a forma de controlo das populações residentes que recorrem à Namíbia (Oshikango) em busca de formação no raio de 30 Km ou mais? Existe um mapa estatístico com os referidos dados?

Local: _____ em ____/____/____

Agradeço a sua disponibilidade.

Q2-DEARTFSA EIJ15/16

Questionário 3:



O presente questionário enquadra-se no projeto de investigação científica da Tese de Doutoramento em Estudos Africanos sobre o *Regionalismo Transfronteiriço* e tem como principal objetivo efetuar o levantamento das principais infraestruturas e atividades exercidas junto da fronteira sul de Angola (vila de Santa Clara) e em Oshikango (Namíbia). Pretende-se, pois, conhecer os modelos de microrregionalismos relevantes para a integração económica.

Solicita-se assim a máxima sinceridade nas respostas. O seu contributo é essencial.

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO	
NOME :	
CARGO O:	
INSTITUIÇÃO O:	
HABILITAÇÕES ES:	
NATURAL DE:	PROVÍNCIA DE:
DATA DE NASCIMENTO: / /	TELEFONE Nº:
CORREIO ELECTRÓNICO:	

Questionário 3 - Para os Operadores e Agentes económicos e financeiros, Bancos Comerciais e Casas de Câmbios oficiais.

1. Em que data entrou em funcionamento esta instituição comercial que exerce atividades financeiras na fronteira sul de Angola?

2. Quais são as principais moedas utilizadas nesta instituição comercial?

3. Entre a população residente e não residente, qual tem sido o volume de depósitos, levantamentos e transferências?

4. Em função do novo acordo de conversão monetária, celebrado entre o Banco Nacional de Angola e o Banco Central da Namíbia, a 18 de junho de 2015, quais são os benefícios ou constrangimentos decorrentes da operacionalização do respetivo acordo?

4.1. Como funcionava antes o comércio transfronteiriço e a troca de divisas? O que é que mudou?

5. Com este acordo, quais são os principais clientes que recorrem à vossa instituição à luz do acordo de conversão monetária?

6. Qual é o impacto a nível da taxa de câmbio decorrente do acordo de conversão monetária?

7. Sendo duas (2) moedas (KZ e NAD) usadas nas províncias de Angola (Cuando, Cubango, Cunene e Namibe) e na República da Namíbia, os dois países estão em

condições de assegurar este acordo ou há a necessidade de reformulação face aos constrangimentos ou benefícios registados?

8. Sendo uma unidade que exerce atividade de venda de divisas e outras operações, qual é a apreciação que tem da existência dos vulgos *kinguileiros* que exercem atividades similares no mercado informal e com taxas diferenciadas das praticadas na vossa instituição?

9. Que medidas ou mecanismos são adotados pela vossa instituição, no sentido de fazer face a esta situação?

10. Tendo em conta a crise económica e financeira que se regista atualmente, resultante da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, como têm lidado com os clientes que procuram a compra de divisas para efeitos de viagens e outras necessidades para a República da Namíbia?

11. Para efeitos de viagens, as populações residentes e não residentes têm o direito de comprar divisas até 15.000,00 USD/mês e, associado ao novo acordo de conversão monetária, as populações residentes e não residentes têm o direito de atravessar com 500.000,00 Akz para a República da Namíbia. Ultimamente têm-se verificado inúmeras reclamações de que os bancos da zona da FSA disponibilizam apenas entre 100 a 200.000.00 Akz, mesmo com disponibilidade financeira superior ao valor solicitado. A que se deve?
- Falta de capacidade de liquidez?
 - Medidas de contenção?
 -

Local: _____ em ____/____/____

Agradeço a sua disponibilidade.

Questionário 4:

Q3-DEARTFSA EIJ15/16



Instituto Universitário de Lisboa

O presente questionário enquadra-se no projeto de investigação científica da Tese de Doutoramento em Estudos Africanos sobre o *Regionalismo Transfronteiriço* e tem como principal objetivo efetuar o levantamento das principais infraestruturas e atividades exercidas junto da fronteira sul de Angola (vila de Santa Clara) e em Oshikango (Namíbia). Pretende-se, pois, conhecer os modelos de microrregionalismos relevantes para a integração económica.

Solicita-se assim a máxima sinceridade nas respostas. O seu contributo é essencial.

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO	
NOME :	
CARGO O:	
INSTITUIÇÃO O:	
HABILITAÇÕES ES:	
NATURAL DE:	PROVÍNCIA DE:
DATA DE NASCIMENTO: / /	TELEFONE Nº:
CORREIO ELECTRÓNICO:	

Questionário 4 - Para os Agentes Comerciais e Despachantes Oficiais (comerciantes, empresários e similares).

1. Há quanto tempo exerce atividades comerciais nesta localidade?

2. Desde o início das suas atividades comerciais, quais foram as transformações que sofreu esta zona fronteiriça até à presente data?

3. Sabendo que a fronteira sul de Angola não dispõe de indústrias ou similares, qual é o mercado a que recorre para importação dos produtos que comercializa no seu estabelecimento?

4. Sabendo que a moeda AKz não tem poder de compra nos mercados de onde importa a sua mercadoria, qual é a instituição financeira ou cambial (formal ou informal) a que recorre para a obtenção de divisas?

5. Em função do novo acordo de conversão monetária celebrado entre o Banco Nacional de Angola e o Banco Central da Namíbia, a 18 de junho do 2015, quais são os benefícios ou constrangimentos decorrentes no exercício das vossas atividades comerciais?

- 6.1. Como funcionava antes o comércio transfronteiriço e a troca de divisas? O que é que mudou?

6. Com o acordo de conversão monetária celebrado entre os dois países, qual tem sido o impacto comercial da importação de produtos da República da Namíbia?

7. Como principal agente económico nesta região, qual é o contributo da sua instituição para o crescimento económico da região em particular e da província em geral?

Quais são as principais dificuldades que tem encontrado desde o início do exercício das suas atividades?

Local: _____ em ____/____/_____

Agradeço a sua disponibilidade.

Q4-DEARTFSA EIJ15/16

Questionário 5:

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

O presente questionário enquadra-se no projeto de investigação científica da Tese de Doutoramento em Estudos Africanos sobre o *Regionalismo Transfronteiriço* e tem como principal objetivo efetuar o levantamento das principais infraestruturas e atividades exercidas junto da fronteira sul de Angola (vila de Santa Clara) e em Oshikango (Namíbia). Pretende-se, pois, conhecer os modelos de microrregionalismos relevantes para a integração económica.

Solicita-se assim a máxima sinceridade nas respostas. O seu contributo é essencial.

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO

NOME :	
CARGO: O:	
INSTITUIÇÃO O:	
HABILITAÇÕES: ES:	
NATURAL DE:	PROVÍNCIA DE:
DATA DE NASCIMENTO: / /	TELEFONE Nº:
CORREIO ELECTRÓNICO:	

Questionário 5 - Para os kinguleiros.

1. Há quanto tempo exerce a atividade de troca de moedas?

2. Qual é a instituição pública ou privada onde obtém as divisas para o exercício das suas atividades?

3. Se nunca exerceu qualquer atividade como funcionário bancário ou de uma casa de câmbio, como tem conseguido fazer a gestão da sua atividade face as oscilações de câmbio/dia?

4. Os seus principais clientes têm sido a população residente ou não residente?

5. Sabendo que a atividade que exerce é tida como uma atividade ilegal, como tem lidado com esta situação?

6. Com a entrada em vigor do novo acordo de conversão monetária entre os dois países, em que a atividade que exerce é praticada nos bancos e casas de câmbio, como tem sido a sua sobrevivência ou este não trouxe mudanças na atividade que exerce?

6.1. Como funcionava antes o comércio transfronteiriço e a troca de divisas? O que é que mudou?

7. Tem conhecimento de causa dos riscos que corre ao exercer esta atividade?

8. Uma vez que corre vários riscos na atividade que exerce, caso haja uma oportunidade de emprego, quer no privado ou no Estado, nesta zona fronteiriça, aceitaria abandonar a atividade ou preferia continuar no exercício da mesma?

9. Exerce outra atividade para além de fazer troca de moedas?

Local: _____ em ____/____/____

Agradeço a sua disponibilidade.

Q5-DEARTFSA EIJ15/16

Questionário 6:

O presente questionário enquadra-se no projeto de investigação científica da Tese de Doutoramento em Estudos Africanos sobre o *Regionalismo Transfronteiriço* e tem como principal objetivo efetuar o levantamento das principais infraestruturas e atividades exercidas junto da fronteira sul de Angola (vila de Santa Clara) e em Oshikango (Namíbia). Pretende-se, pois, conhecer os modelos de microrregionalismos relevantes para a integração económica.

Solicita-se assim a máxima sinceridade nas respostas. O seu contributo é essencial.

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO	
NOME :	
CARGO O:	
INSTITUIÇÃO O:	
HABILITAÇÕES ES:	
NATURAL DE:	PROVÍNCIA DE:
DATA DE NASCIMENTO: / /	TELEFONE Nº:
CORREIO ELECTRÓNICO:	

Questionário 6 - Para os Roboteiros/ Ambulantes (*Tráfico de formigas*) - pessoas que exercem atividade de transportação (ilegal) artesanal na fronteira.

1. Há quanto tempo exerce a atividade nesta localidade?

2. Quais são os motivos que o levam a exercer esta atividade nestas condições, uma vez que poderia encontrar emprego ou exercer em outro lugar?

3. Quantas entradas e saídas faz diariamente e quais são os seus principais clientes?

Entradas Saídas

População te População ente

Valor cobrado por viagem

Valor arrecadado mensalmente

4. Como funcionava antes o comércio transfronteiriço e a troca de divisas? O que é que mudou?

5. Sente-se satisfeito com a atividade que exerce em termos de rendimento e de bem-estar?

6. Sabes quais são os riscos que corre ao exercer esta atividade junto da fronteira?

7. Exerce uma outra atividade para além da exercida atualmente?

8. Uma vez que corre vários riscos na atividade que exerce, caso haja uma oportunidade de emprego, quer no privado ou no Estado, nesta zona fronteiriça, aceitaria abandonar a atividade ou preferia continuar no exercício da mesma?

9. Nunca foi detido aquando do exercício da mesma?

10. Quais são as principais dificuldades que tem encontrado no exercício das suas atividades?

Local: _____ em ____/____/_____

Agradeço a sua disponibilidade.

Questionário 7:

Q6-DEARTFSA EIJ15/16

**Instituto Universitário de Lisboa**

O presente questionário enquadra-se no projeto de investigação científica da Tese de Doutoramento em Estudos Africanos sobre o *Regionalismo Transfronteiriço* e tem como principal objetivo efetuar o levantamento das principais infraestruturas e atividades exercidas junto da fronteira sul de Angola (vila de Santa Clara) e em Oshikango (Namíbia). Pretende-se, pois, conhecer os modelos de microrregionalismos relevantes na fronteira sul de Angola com vista à integração regional.

Solicita-se assim a máxima sinceridade nas respostas. O seu contributo é essencial.

Desde já, agradeço a sua disponibilidade.

O investigador: Doutorando Ezequiel Israel Jonas, estudante do 3º Ano do Curso de Doutoramento em Estudos Africanos.

IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO	
NOME :	
CARGO O:	
INSTITUIÇÃO O:	
HABILITAÇÃO ES:	
NATURAL DE:	PROVÍNCIA DE:
DATA DE NASCIMENTO: / /	TELEFONE Nº:
CORREIO ELECTRÓNICO:	

Questionário 7: autoridades tradicionais e conhecedores da evolução da história da fronteira da Santa Clara

6. Com a institucionalização dos serviços do estado angolano junto da fronteira, no caso das Alfândegas (atual AGT), denota-se que o sistema de entrada e saída de mercadorias sofreu várias transformações. Quais são os critérios que estas instituições adaptaram para o benefício da população local aquando de travessia com bens de primeira necessidade ou de utilidade doméstica? _____

7. Após a implementação do acordo de conversão monetária entre o BNA de Angola e o BANK da Namíbia que permite a conversão das duas moedas junto da fronteira, quais são os benefícios que a população local obteve e quais são os constrangimentos verificados?

8. Nos períodos anteriores a população local transferia os seus filhos para a Namíbia nos parentes de consanguinidade para efeito de formação dos mesmos, ensino primário, básico e superior, após a conclusão dos seus estudos estes retornam para Angola ou permanecem na Namíbia? Porquê?

9. Em termos de oportunidades de emprego, as instituições junto da fronteira dão oportunidades de emprego a comunidade local ou não?

10. Quais são os principais crimes ou riscos que a população local corre e quais têm sido as soluções dadas junto das autoridades locais?

11. Atualmente verifica-se um número elevado de residentes do grupo étnico Nhaneka e Umbundo a exercerem atividades de Kínguilas, Guias, Roboteiros, motoqueiros, ambulantes e outras ao contrário do grupo Ambó. Quais são os fatores que estão na base deste fenómeno? _____

12. Tem-se verificado junto da fronteira, crianças menores de idade a exercerem de adultos e olhando pelas questões sociais verifica-se uma grande violação em termos de exploração de menores e atraso de escolaridade. Quais têm sido as formas das autoridades tradicionais e com autoridades locais com vista a por fim a esta prática?

13. No seu ponto de vista, como conhecedor da evolução e das transformações que a fronteira sofreu, quais são as recomendações que daria ao Governo ou outras instituições para melhor funcionamento dos serviços juntos da fronteira e outros que possam ajudar a comunidade? _____

Local: _____ em ____/____/____

Agradeço a sua disponibilidade.